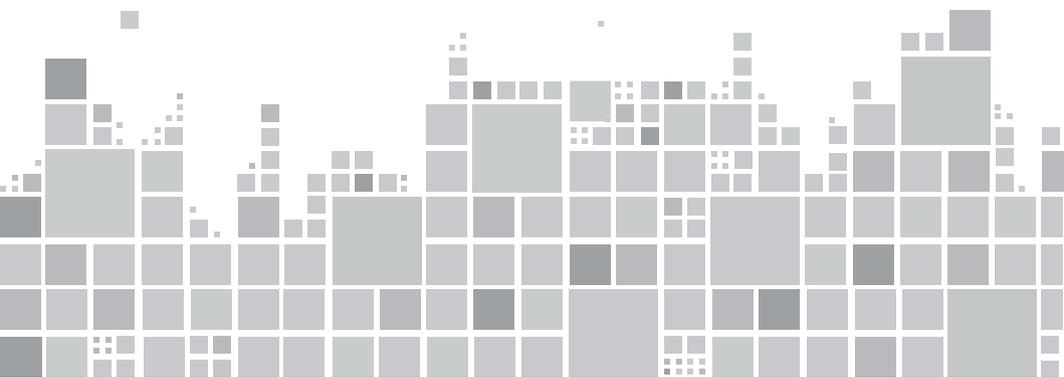


Guiando almas femininas

A educação protestante da mulher
em impressos confessionais
no Brasil e em Portugal (1890-1930)



Sandra Cristina da Silva



Série Livro-Texto



Sandra Cristina da Silva

Guiando almas femininas

A educação protestante da mulher
em impressos confessionais
no Brasil e em Portugal (1890-1930)

Recife
2021



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Magna do Carmo Silva

Diretora: Fernanda Maria Ribeiro de Alencar

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Comitê de avaliação

Adriana Soares de Moura Carneiro, Ana Célia Oliveira dos Santos, Andressa Suely Saturnino de Oliveira, Arquimedes José de Araújo Paschoal, Assis Leão da Silva, Ayalla Camila Bezerra dos Santos, Chiara Natercia Franca Araujo, Deyvylan Araujo Reis, Djailton Cunha, Flavio Santiago, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira, Isabel Cristina Pereira de Oliveira, Jaqueline Moura da Silva, Jorge Correia Neto, Keyla Brandão Costa, Luciana Pimentel Fernandes de Melo, Márcia Lopes Reis, Márcio Campos Oliveira, Márcio Vilar França Lima, Maria Aparecida Silva Furtado, Maria da Conceição Andrade, Michela Caroline Macêdo, Rodrigo Gayger Amaro, Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Tânia Valéria de Oliveira Custódio, Waldireny Caldas Rocha

Editoração

Revisão de texto: Andreia Maria Braz da Silva

Projeto gráfico: Diogo Cesar Fernandes | Gabriel Santana

Diagramação: Pedro Henrique Santos

Catálogo na fonte

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

S586g	Silva, Sandra Cristina da. Guiando almas femininas [recurso eletrônico] : a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930) / Sandra Cristina da Silva. – Recife : Ed. UFPE, 2021. (Série Livro-Texto) Inclui referências. ISBN 978-65-5962-080-7 (online) 1. Mulheres – Educação – História. 2. Ensino religioso. 3. Protestantismo – Educação – Publicações. I. Título. II. Título da série.	
376	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2022-028)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



SÉRIE LIVRO-TEXTO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pautada pelos princípios da democracia, da transparência, da qualidade e do compromisso social, assume a Educação Superior como um bem público e um direito de todas e todos. Nesse sentido, estimula a melhoria das condições do trabalho docente, a inserção de metodologias de ensino inovadoras e a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos nas diferentes áreas do saber como instrumentos de promoção de uma formação científica, humanística e artística que prepare nossos estudantes para a intervenção na realidade, segundo o compromisso com o desenvolvimento integral e sustentável, a equidade e a justiça social. Assim, a UFPE, por intermédio da Pró-Reitoria de Graduação e da Editora UFPE, oferta à comunidade acadêmica e à sociedade mais uma seleção da Série Livro-Texto, com o objetivo de contribuir para a formação da biblioteca básica do estudante de graduação e para a divulgação do conhecimento produzido pelos docentes desta Universidade. Os 34 livros selecionados para esta coleção, que contemplam diferentes áreas do saber, foram aprovados segundo as condições estabelecidas no Edital 14/2021 (Edital simplificado de incentivo à produção e publicação de livros digitais Prograd/Editora UFPE) e representam o esforço de discentes (de graduação e pós-graduação) e servidores (docentes e técnicos) e da gestão da Universidade em prol da produção, sistematização e divulgação do conhecimento, um de seus principais objetivos.

Alfredo Macedo Gomes – Reitor da UFPE

Moacyr Cunha Araújo Filho – Vice-Reitor da UFPE

Magna do Carmo Silva – Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

Fernanda Maria Ribeiro de Alencar – Diretora da Prograd

Dedicatória

Às mulheres (mãe, irmãs, tias, sobrinhas,
primas e amigas) e aos homens
(pai, esposo, irmãos, tios, sobrinhos,
primos e amigos) da minha jornada,
na esperança de que o respeito mútuo
possa ser o árbitro em nossos corações.

A Mulher é a salvação
ou a perdição da família.

Amiel, Jornal Estrela, jul. 1928.

SUMÁRIO

Prefácio 9

Apresentação 11

1. “No princípio era a Palavra”: discursos elementares do fazer investigativo 14

Visibilidade, aproximações e delimitação do objeto de estudo 15

Percurso teórico-metodológico 29

Os impressos como fontes para o estudo da História da Educação 47

2. As verdades eternas das Sagradas Letras: protestantismo, educação e impressos 61

Educar para salvar: a Palavra impressa e as estratégias educativas dos reformadores 62

Antecedentes protestantes no Brasil e em Portugal 75

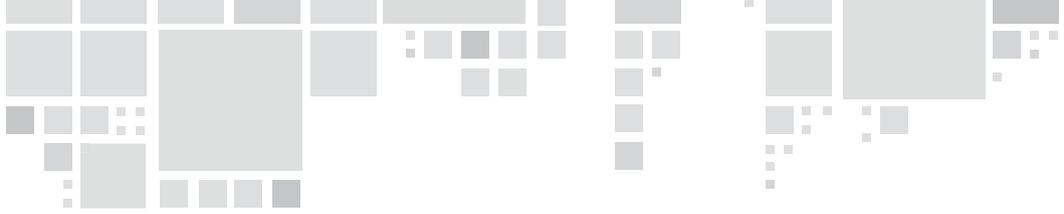
O lugar da mulher no protestantismo: ecos de uma participação 94

3. Disseminando a Palavra, imprimindo o caráter: os impressos como espaço de educação não formal 107

Os impressos confessionais no Brasil e suas características 109

Caso singular: a *Revista de Cultura Religiosa* 122

Particularidades dos impressos portugueses 146



**4. O papel da mulher ou a mulher no papel:
os modelos femininos divulgados nos impressos 157**

De pecadora à redentora: o modo protestante de ser
mulher na igreja e no lar **158**

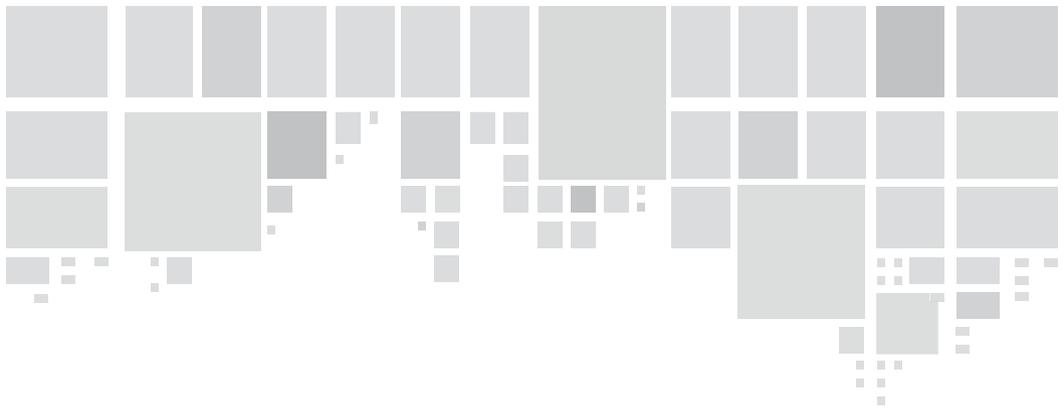
O espaço público como esfera de atuação feminina **172**

Publicando os modelos profissionais: a docência
como locus privilegiado de atuação **184**

5. Considerações finais 204

Referências 209





PREFÁCIO

Linho fino

Linho... que deliciosas ideias se associam à palavra, num espírito de mulher! Pensar em linho, é pensar em asseio, frescura, conforto, bem-estar. [...] Antes que chegue a pano, dá muito trabalho, mas vale a pena porque do linho faz-se muita coisa que dura. [...] Linho fino... o vestido da mulher virtuosa [...], a misericórdia, a benignidade, a humildade, a modéstia, a paciência, a caridade, a paz... passa muito, dá muito trabalho, mas vale a pena.

Linho fino, Estrela, Porto, p. 1. jan. 1928

“Antes que chegue a pano, dá muito trabalho, mas vale a pena porque do linho faz-se muita coisa que dura”. Esta frase, extraída do seu texto (p. 40), serve também de mote para eu finalizar minha fala. Quero utilizar a metáfora do linho para falar de Sandra e do seu texto. Texto elaborado como se faz um pano: com linha, com tear, com voltas e mais voltas para se tornar algo homogêneo. Pano-texto ou texto-tecido elaborado para esquentar os outros do ato da Leitura. Cada capítulo do seu texto é uma composição de linhos, de fios que, aos poucos, se transformam em vestes que cobrem a nudez do desconhecido.

A costureira-tecelã é uma exímia desenhista de tecidos. Tece e desenha retalhos da educação feminina protestante. Tece corpos, coze peles, pinta rostos. As linhas do seu texto têm as cores do seu coração, aquecem os leitores, despertam os olhares. Foram fabricadas pelas hábeis mãos de uma Historiadora pernambucana, com inserções no Rio Grande, na Paraíba e em Portugal. São linhas e linhos suaves, sensíveis, marcados pela delicadeza e austeridade de uma Cristã, de uma Cristina.

Assim, como Sarah Kalley, Sandra desenha sua cartografia e inscreve sua trajetória de vida. Os corpos das mulheres protestantes vão sendo costurados, ponto por ponto. Às vezes, por falta de informações,

esses corpos aparecem apenas chuleados, alinhavados, mas mesmo assim corpos que se deram a ler, que apresentaram a sua anatomia num momento específico da História Nacional Brasileira e da História da Educação. Corpos educados por outros livros pedagogizados por outras vozes, transmissores de outros textos. Corpos em movimento, transeuntes, missionárias da fé e das Letras, missionárias investidas de novas envolturas, de tecidos sociais e religiosos americanos, ingleses, escoceses, daqui e d'além mar.

Nesse processo civilizatório de evangelizar e educar, uma nova cultura do corpo educado ganha visibilidade no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Essa nova cultura não deve ser mais buscada nos livros e catecismos católicos, na expressão atenta das missas e novenas, mas nos livros evangélicos, nos cultos e colégios, tutorados por olhares puritanos, reformados e reformadores de si e dos outros. Nesses estados brasileiros, as missionárias querem gestar novos Luteros, novos Calvinos, novos Wesleys, reformadores de práticas e de atitudes. Missionárias que se empenharam em fazer do corpo evangelizado um brasão, símbolo de um pertencimento, esfinge feita signo, signo evangélico, marcado pelos dedais das Missões modernas.

Nesses corpos educados não são explorados a rentabilidade das forças e a medição dos vigores, mas a medição dos valores e a rentabilidade da palavra, seja esta falada ou impressa. E, assim, como a articulista da Revista Estrela mencionou, ao comparar a fabricação do linho, Sandra teve muito trabalho para tecer esse vestido, colocando os fios e a pele em cada corpo missionário. Pensar em linho é pensar em asseio, frescura, conforto, bem-estar. Pensar em Sandra é pensar numa intelectual que se marca pela bela escrita, pela poeticidade, pelo rigor de confeccionar um vestido de Alta-Costura. Uma *Coco Chanel* do Século 21, sem babados, mas com corte e costura adequados. Finalizo parafraseando a mesma citação da Revista Estrela: "Antes que chegue a livro, dá muito trabalho, mas vale a pena, porque da escrita faz-se muita coisa que dura. [...] Escrita fina... o vestido da intelectual virtuosa[...], a misericórdia, a benignidade, a humildade, a modéstia, a paciência, a caridade, a paz... passa muito, dá trabalho, mas vale a pena." (Linho fino, Estrela, Porto, p. 1. jan. 1928).

Excelente texto da história da educação protestante, de um modo geral, indo além da educação feminina.

Professor-Doutor Iranilson Buriti

Doutor em História pela UFPE

Professor da Universidade Federal de Campina Grande/UFPB

Pesquisador do CNPq



APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais, quando pensamos em educar, o espaço, o edifício escolar é o lócus mais comum que nos vem à mente. Nos Oitocentos não era diferente. No entanto, para além deste, devido a um conjunto de circunstâncias próprias, alguns grupos sociais, como os protestantes, lançaram mão de estratégias diferentes: utilizaram-se dos impressos, de um modo geral, e da imprensa, de modo particular, a fim de se fazerem conhecer – divulgando não apenas seus preceitos religiosos, mas também seus modos de ser e proceder.

Desde o século XVI, quando eclodiu no Norte da Europa a Reforma Protestante, houve uma particularidade que interessa mais de perto àqueles que investigam o fenômeno educativo: a relação com a palavra e esta imprensa.

Estava no cerne da Reforma a questão da livre interpretação das *Escrituras* pelos fiéis, que não mais dependeriam da mediação que se dava, na Igreja Romana, através do sacerdote católico. Para os reformados, o sacerdócio universal do crente foi uma das ideias mais caras. Assim, este precisava aprender a língua materna, sem a qual a interpretação dos escritos sagrados não seria possível. A fim de que os adeptos da nova fé pudessem ler em sua própria língua, era preciso ensinar-lhes, ao menos, os rudimentos da escrita e da leitura. Emergem, então, as Escolas de Primeiras Letras, nos primórdios da

atuação desse grupo social. Educar o povo era preciso, necessário e urgente. Surgem, também, as traduções do latim e do grego para as línguas nacionais, iniciadas por Lutero e disseminadas por outros reformadores e prosélicos.

Nesta obra, o enfoque dado diz respeito aos protestantes brasileiros e portugueses. Apesar de herdeiras do protestantismo do século XVI, sabemos que as ideias reformadas recebidas nas duas margens do Atlântico, nos Oitocentos, não eram iguais às daquelas do início do movimento.

O mundo mudara, os projetos sociais também. No entanto, algumas especificidades – para além dos pontos cruciais da Reforma – perduraram: o cuidado com a educação e o uso dos impressos.

Observando o panorama luso-brasileiro do século XIX, poderíamos considerar, a priori, a impossibilidade do estabelecimento de uma cultura impressa, face aos altos índices de analfabetismo que grassavam nas duas margens do Atlântico. Todavia, é justamente nos Oitocentos que emergem redes de sociabilidades nos movimentos de matriz reformada, tanto em Portugal quanto no Brasil. Os adeptos desses movimentos erguem escolas – de primeiras letras, ao lado das igrejas – e tipografias – para divulgar seus impressos nas mais diversas regiões – disseminando, assim, a cultura protestante, eminentemente expressa no papel, nos impressos, na imprensa.

Organizam-se publicações de vários estilos: livros para adultos e crianças, novelas históricas, biografias, traduções, versões: circulam impressos nas duas margens, elo facilitado pela língua comum.

Nessa perspectiva, abrem-se possibilidades também ao elemento feminino, primeiro, devido à participação mais ativa nos caminhos abertos pelo cristianismo reformado e, segundo, como ligação direta com o primeiro, atuando nos dois espaços de grande efervescência protestante, os impressos, como redatoras ou correspondentes, e as instituições escolares, como educadoras e gestoras das escolas.

Os comportamentos tidos como adequados – ou não – para essas mulheres, na transição do século XIX para o XX, no tocante ao que lhes era permitido e negado, divulgados por meio da imprensa confessional brasileira e também da portuguesa, são o cerne desta investigação.

O presente livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro deles – *“No princípio era a Palavra”: discursos elementares do fazer investigativo* – aponta as aproximações e a delimitação do objeto de estudo proposto, as concepções teórico-metodológicas que regem a pesquisa, os autores que nos ajudam a fazer conjecturas sobre a temática, bem como contempla uma reflexão acerca do uso da imprensa como fonte para o estudo da História da Educação.

O segundo capítulo – *“As verdades eternas das Sagradas Letras”*: *protestantismo, educação e impressos* – aborda as estratégias dos reformadores no século XVI, no que concerne ao uso dos impressos e à proposta educacional; apresenta as especificidades na implantação do protestantismo em solo brasileiro e em solo português e discute o papel destinado à mulher no protestantismo.

O terceiro, por sua vez – *Disseminando a Palavra, imprimindo o caráter: os impressos como espaço de educação não formal* – aborda de forma mais atenta as especificidades dos impressos luso-brasileiros utilizados na pesquisa quanto à estrutura, tiragem, formatos, entre outros aspectos, refletindo acerca da relevância e da circularidade entre os países.

O último capítulo – *O papel da mulher ou a mulher no papel: os modelos femininos divulgados nos impressos* – discute as representações forjadas e disseminadas nos impressos, como os modos de ser e proceder adequados ou não ao elemento feminino tanto no contexto brasileiro quanto no lusitano. As *pistas* para análise foram encontradas nos impressos confessionais presbiterianos, no que concerne ao Brasil, e metodistas e lusitanos, quando se refere a Portugal. Propõe, também, uma reflexão acerca da atuação do feminino na educação religiosa, na esfera doméstica e no espaço público. Neste último, destaca a influência de duas educadoras protestantes na transição do século XIX para o XX, cujas atuações se deram no Nordeste brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Nas *Considerações finais*, fizemos uma reflexão geral que incluiu todo o percurso investigativo, numa tentativa de síntese do que nos propomos investigar, do que conseguimos responder, bem como apontamos as possibilidades de futuras pesquisas cujas questões surgiram no decorrer deste trabalho e, devido a fatores diversos, não puderam ser aqui devidamente contempladas.

Recordemos que este trabalho teve como pretensão apresentar uma versão de educação feminina, não formal, via impressos protestantes no Brasil e Portugal, porém, não unívoca ou definitiva; busca proporcionar um espaço de encontro – e desencontro – na busca humana e histórica de se dar a conhecer uma realidade, num espaço-tempo delimitado e específico. Um dos fatores que contribuiu, na transição dos Oitocentos para os Novecentos, para um diálogo profícuo entre as duas margens do Atlântico, foi a língua comum. Mas não apenas esta sobreviveu nas duas costas marítimas: outras especificidades protestantes também navegaram por esse mar.



“NO PRINCÍPIO ERA A PALAVRA”

Discursos elementares do fazer investigativo

Na História da Pedagogia, no Brasil, [o século XIX] marca também a época em que as ideias fecundas, e a disciplina e os métodos escolares norte-americanos começaram definitivamente a influir no ensino público e particular na América Latina.

John Rockwell Smith, janeiro de 1873

A História da Educação – no Brasil e no Mundo – é um campo de pesquisa muito vasto, devido à dimensão propriamente dita, bem como às novas perspectivas que se delinearão para a pesquisa histórica em meados do século XX. A investigação de temas e objetos variados e a multiplicidade das fontes utilizadas estão no lastro dessa conquista.

Também se pode notar, no caso brasileiro, que muitas instituições superiores têm ampliado, nos seus Programas de Pós-Graduação, as linhas de pesquisa, permitindo, assim, abordagens e objetos de pesquisa os mais diversos. Essas ações terminam por reverberar de modo positivo na escolha das fontes, das concepções teóricas e das metodologias mais adequadas para o olhar investigativo sobre este ou aquele objeto.

Não se trata de facilitar o percurso da análise, mas de abrir possibilidades a investigações mais amplas, mais variadas e, consequentemente, mais interessantes.

Alguns trabalhos anteriores sobre a temática abordada nesta obra ajudaram-nos a compor a texto final. No contexto brasileiro ainda há grande carência de pesquisas que vinculem os impressos e a educação. Entretanto, contamos com algumas investigações recentes que problematizam esse campo investigativo. Nascimento (2004, 2007, 2008, 2012) aborda questões relativas à produção, usos e circulação

de impressos confessionais; Silva (2009, 2012) discute a relação entre o elemento feminino e os impressos confessionais num espaço temporal específico, o Recife, na década de 1920; Oliveira (2011) investiga uma publicação singular, um escrito feminino, da segunda metade do século XIX, com edições publicadas até o século XX; Matos (1998, 2004, 2007) e Vasconcelos (2010) versam prioritariamente sobre a imprensa protestante.

No caso lusitano, a relação entre impressos confessionais e educação já vem sendo discutida há algum tempo. Recentemente, tem merecido destaque os trabalhos de Peixoto (2001, 2005), Afonso (2009, 2011, 2012 .) e Silva (1995, 2005,). Estes dois últimos autores também têm publicado trabalhos em parceria.

A fim de dar suporte às fontes, apoiamo-nos teórico-metodologicamente na Nova História Cultural, a partir da qual podemos pensar conceitos como *Configuração*, *Interdependência* (ELIAS, 1993, 1994) e *Representação* (CHARTIER, 1990), lançando luz em documentos até então pouco trabalhos na História da educação: os impressos protestantes.

As categorias *civilidade* e *circulação* (CHARTIER, 2007; ELIAS, 1993, 1994) também nos ajudaram a problematizar de forma mais densa os modos de prescrever o feminino inserido numa cultura protestante, balizada pelos impressos.

O corpus documental foi composto de impressos confessionais (livros, revistas, jornais), consultados nas bibliotecas públicas e particulares em Recife, Natal e São Paulo, no que tange aos impressos brasileiros. No caso português, os arquivos consultados eram particulares, pertencentes à Igreja do Mirante (Metodista), no Porto, e à Igreja do Torne (Lusitana), em Gaia.

VISIBILIDADE, APROXIMAÇÕES E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A investigação que ora se apresenta remonta à graduação, onde nosso olhar começou a ser direcionado à questão feminina, de um modo geral, e à participação, inserção da mulher na história, de um modo particular. Tomou corpo e forma no decorrer do aprendizado acadêmico. Já cursando o mestrado, participamos do Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, na cidade do Porto, em Portugal, nos idos de 2008. A partir dali foi possível um aprofundamento na discussão referente à importância dos impressos na educação tanto no Brasil

quanto em Portugal, momento em que, provavelmente, começou a delinear-se a perspectiva de um trabalho futuro – um breve diálogo entre os dois países.

Conhecemos investigações de pesquisadoras brasileiras como Ester Fraga – que, desde a década de 1990, se dedica a analisar impressos protestantes e sua relação com a Educação – e Jane Soares de Almeida – cujas obras de maior destaque versam sobre educação feminina. Essas pesquisadoras participaram de uma mesa-redonda luso-brasileira coordenada pelo Prof. Dr. José Antonio Afonso, da Universidade do Minho (Braga, Portugal) – o qual foi nosso coordenador no Estágio Doutoral, em meados do ano de 2012. Esse pesquisador tem desenvolvido trabalhos que analisam os impressos protestantes de um modo bastante amplo, levando em consideração principalmente os séculos XIX e XX e problematizando a circularidade de publicações entre países europeus e o Brasil, enfocando, também, a questão feminina a perpassar tais impressos.

Várias leituras, incorporadas no percurso, principalmente os textos das pesquisadoras acima citadas e de outros autores, o recorte histórico e, acima de tudo, o direcionamento do orientador, Prof. Dr. Geraldo Barroso – com quem foi possível apreender o significado do que é ser educador – levaram-nos a rever o projeto inicial e dar corpo à versão final da dissertação. Esta analisou o modelo de mulher manifesto nos impressos confessionais – as principais fontes da pesquisa – que incluíam, grosso modo, prospectos das duas instituições protestantes – batista e presbiteriana – e dois jornais de circulação local. A pesquisa circunscreveu-se à cidade do Recife, na década de 1920.

A conclusão do mestrado ocorreu em setembro de 2009 e a pesquisa final foi intitulada *Educação de Papel: impressos protestantes educando mulheres*. Nessa obra, foi possível observar modelos indicados para as mulheres nos jornais confessionais protestantes em consonância com o que se estabelecia como proposta educativa das instituições de ensino investigadas.

No entanto, não foi possível responder totalmente às indagações que problematizaram o tema, além de outras haverem surgido no decorrer do processo investigativo.

Para a pesquisa doutoral, ampliaram-se as leituras, o recorte espaço-temporal e as fontes – em quantidade e diversidade. Tomamos conhecimento, ainda, da influência de algumas mulheres na História da Educação protestante, bem como de sua relevância para o crescimento e estabelecimento do protestantismo no Brasil, particularmente da vertente presbiteriana. Dentre essas, foi possível destacar

aquelas que ajudavam a formar as demais: as docentes, ensinando e dirigindo as escolas e os colégios direcionados às meninas em um momento histórico ainda fortemente influenciado pela educação católica.

A maioria das mulheres presbiterianas que para o Brasil vieram, como missionárias ou acompanhantes dos missionários, exerceram também atividades de caráter educativo. Entretanto, essa temática ainda não é amplamente estudada no contexto da pós-graduação brasileira.

Na verdade, o registro da participação do feminino na História da Educação, de um modo geral, é um tema recente na historiografia. De acordo com Oliveira (2008, p. 2), “a educação feminina é um acontecimento muito recente na História da Educação. Esta realidade existente dois séculos antes [XVII e XIII] não era diferente no Brasil oitocentista”.

Por ser a educação das mulheres um acontecimento hodierno, o estudo das educadoras, é, de igual modo, ainda muito incipiente. No entanto, esse quadro começou a dar sinais de mudança, principalmente nos últimos dez anos.

Nascimento (2007, p. 33) é uma das autoras da geração mais recente que nos ajuda a pensar a importância de pesquisas sobre as professoras, não somente as protestantes:

Durante muito tempo a memória das professoras ficou relegada ao esquecimento pela historiografia educacional. Dar visibilidade possibilita identificar e reconhecer espaços de resistência, desconstruindo uma História da Educação registrada, em sua maioria, por homens e respaldada em documentos oficiais. Elas representam também mulheres que participaram do espaço público, registrando suas experiências, explicitando seus valores, estereótipos e as imposições culturais de seu tempo.

O papel desempenhado pelas mulheres, de um modo geral, e pelas educadoras, em particular, no estabelecimento do presbiterianismo no Brasil, não tem sido estudado da forma devida. É o que nos mostra Matos (1998, p. 2):

Muito se tem escrito sobre a atuação das mulheres presbiterianas em outros países, mas não no Brasil. Pelo menos não tem havido, até agora, um tratamento mais amplo e sistemático do assunto. O que se encontra nos livros são referências esporádicas, ocasionais.

O autor citado nos adverte a partir de suas experiências na década de 1990. Porém, nos últimos vinte anos, é possível que esse quadro já se tenha alterado um pouco, apesar de estarmos longe de uma situação ideal.

O autor defende que o movimento feminista, muitas vezes executado por grande parte dos protestantes, tem servido aos propósitos de denunciar violências sofridas pelas mulheres, guardadas as devidas proporções. É o que ele sugere quando afirma que

O movimento feminista e a reflexão teológica gerada pelo mesmo têm feito colocações e denúncias que precisam ser ouvidas pela sociedade e pela igreja. As mulheres têm, de fato, ao longo da história, sido objeto de incontáveis injustiças, violência e opressão. Uma das maneiras de valorizarmos as mulheres e defendermos a sua dignidade é tirá-las do anonimato, do esquecimento (MATOS, *Idem*, p. 2).

A reflexão sobre o papel desempenhado por essas mulheres – como educadoras, diretoras, entre outras funções – permite-nos compor um trajeto que culmina com o nosso objeto específico de estudo, uma vez que os impressos mostravam parte dessa atividade com bastante frequência.

Conhecer um pouco mais das práticas das mulheres e o que se dizia delas nos impressos protestantes, forjando, moldando modos de ser e de estar, constituiu-se o objetivo principal do trabalho que ora se apresenta. Os impressos foram as fontes sobre as quais nos debruçamos, em especial os jornais confessionais, e uma revista – um impresso com temáticas mais amplas que tomaram corpo nas décadas primeiras do século XX.

Por identificarmos poucos estudos que investigam a relação entre os impressos confessionais e educação protestante no Brasil e, em particular no Nordeste, optamos por circunscrever nossa pesquisa aos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. A escolha pelos referidos Estados justifica-se a partir da constatação da relação entre eles na difusão do protestantismo, na vertente presbiteriana – confissão à qual estavam vinculados os periódicos pesquisados – na atual Região Nordeste.

Nesse cenário, é importante destacar algumas peculiaridades. O missionário responsável pela difusão do presbiterianismo no Rio Grande do Norte foi enviado pela igreja já estabelecida em Pernambuco. Em contrapartida, o Colégio Americano de Pernambuco, atual

Colégio Presbiteriano Agnes Erskine, inaugurado em 1904, em Recife, recebeu influência direta do Colégio Americano de Natal, segunda escola protestante do Nordeste¹, cuja inauguração ocorreu na última década do século XIX. É importante salientar que a fundadora da escola pernambucana, Miss² Eliza Moore Reed, esteve à frente da instituição natalense, alguns anos antes, em 1899 (COSTA, 1988).

O recorte temporal leva em consideração a transição Monarquia-República – momento em que houve uma maior liberdade de expressão, fato este aproveitado pelos missionários que buscavam estabelecer-se definitivamente em solo brasileiro – e o fim do período conhecido como primeira República. O ano de 1930, que delimita nossa investigação, foi palco de mudanças de várias ordens, principalmente na esfera político-econômica, mas também na social. Neste, também foi possível observar, o realinhamento entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, ligação esta tão fortemente evitada nos primórdios republicanos. Essa aliança fez crescer novamente a influência católica no Brasil e, em consequência, decrescer a protestante. Além disso, internamente, também houve rupturas entre os protestantes reformados (históricos) e os pentecostais, a partir das décadas de 10 e 20 dos Novecentos, acentuando e consolidando-se essas rupturas nas décadas posteriores de 1930 e 1940.

Os pentecostais se estabeleceram no Brasil a partir de 1909/1910, após um *avivamento* ocorrido nos Estados Unidos, com entendimento contrastante em relação à experiência de conversão do fiel, além de outros aspectos importantes.

Dessa forma, o ano de 1930 delimita nossa investigação pelas razões expostas – e outras implícitas, que demandariam encaminhamentos diversos daqueles que nos propomos.

No que se refere às fontes, optamos, no caso brasileiro, por lançar um olhar mais específico aos impressos da vertente presbiteriana. Sabemos, porém, que a historiografia nos mostra a atuação de alguns grupos reformados no Brasil desde meados do século XIX (batistas, congregacionais, metodistas, episcopais, entre outros).

No entanto, a opção pela análise dos impressos de vertente presbiteriana – no caso do Nordeste brasileiro – deveu-se a algumas razões. Dentre estas, apresentamos as mais importantes: foi o

1 De acordo com Nascimento (2004), a primeira Escola Protestante do Nordeste foi fundada em 1884, em Laranjeiras, Sergipe.

2 Essa era a forma utilizada com frequência no trato com as americanas que eram solteiras.

primeiro grupo reformado a se instalar, efetivamente, em solo brasileiro, com a proposta missionária, na segunda metade do século XIX, com capital humano e financeiro; esse grupo foi o responsável pela criação do primeiro jornal protestante do Brasil – e da América Latina – e também do Nordeste, sendo responsável pela edição de dezenas de outros impressos, ainda no século XIX; durante praticamente todo o período investigado, contou com a maior população de congregados do Brasil. Por fim, e de veras relevante, outorgou um lugar privilegiado à mulher ao deixar, principalmente sob seus cuidados, a educação das crianças e jovens.

Para além dos argumentos acima, vale ressaltar que os estudos sobre a temática que contemplem a região Nordeste do Brasil, principalmente na transição dos séculos XIX e XX, ainda são incipientes, uma vez que a grande maioria das pesquisas sobre Protestantismo (e vinculando este à Educação) circunscrevem-se ao eixo Sul-Sudeste, focos iniciais do estabelecimento dos cristãos reformados no século XIX – fosse como protestantismo de *imigração* ou de *missão*³.

Os impressos analisados nesta obra, no contexto brasileiro, foram: *O Pastor* (nº 1 e 2, de 1893) e *O Século* (edições de 1895, 1897, 1898e1902), editados em Natal/RN; *The Missionary* (edições de 1895, 1901e 1904); *Revista de Cultura Religiosa* (edição de jul./set. de 1923)⁴, editada em São Paulo/SP e *Norte Evangélico*, editado em Garanhuns/PE (edições de 1909, 1912, 1928e 1929) e a *Revista do Cinquentário do Colégio Agnes* (1954), editada em Recife. Dentre estes, *O Pastor*, surgido em 1893, foi a primeira publicação protestante editada e impressa no Nordeste brasileiro. O periódico *Salvação de Graça*, impresso em 1873 e atribuído ao primeiro presbiteriano que em terras pernambucanas começou a atividade missionária, Rev. Jonh Rockwell Smith, não era impresso no Brasil e sim em Portugal. Optamos por não analisar o *Salvação de Graça*, não desmerecendo sua

- 3 O termo *Protestantismo de Missão* refere-se a uma ação efetiva direcionada ao proselitismo, ou seja, com capital humano e financeiro, bem como a designação de lugares específicos (campos de missão). Em contrapartida, o *Protestantismo de Imigração*, em voga no Brasil desde o início do século XIX, diz respeito a uma atuação de correligionários (pastores ou similares) cujo objetivo era dar suporte religioso aos imigrantes estrangeiros, principalmente alemães, que residiam no Brasil e não professavam uma fé católico-romana. No primeiro caso, a ênfase era evangelística, catequética; no segundo, local, específica.
- 4 Dispomos de mais quatro edições de 1923, 1924 e 1925. Mas, por conta da exiguidade de tempo e outras deliberações da pesquisa, apenas uma edição será analisada.

importância, mas por ter sido *O Pastor* um impresso produzido e editado, por um nativo, no nordeste brasileiro.

O periódico *The Missionary*, por sua vez escrito em inglês e editado nos EUA, continha informações sobre as missões em várias partes do mundo e, frequentemente, trazia dados acerca do Brasil. Os trechos utilizados neste livro referem-se ao Rio Grande do Norte e receberam tradução livre para o português do investigador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em História, Wycliffe Costa, que gentilmente cedeu cópia dos originais e da tradução que ele mesmo usara em sua pesquisa na década de 1980 – além do linguista e professor de idiomas Clériston Rabelo, que traduziu o restante do material.

É importante ressaltar, porém, que a quantidade de impressos investigada foi bem maior. Devido às primeiras incursões presbiterianas haverem sido no Sudeste do Brasil, é lá que se encontra, grosso modo, uma compilação de material. Coletamos fontes que não entraram Nesta obra por razões diversas. Dentre estas destacamos o recorte temporal, uma vez que alguns materiais encontrados eram de períodos ulteriores à pesquisa, a exiguidade do tempo do qual dispomos para concluir um trabalho doutoral, bem como o distanciamento espacial, uma vez que optamos por focar o Nordeste brasileiro.

Escolhas foram e são feitas frequentemente quando nos dispomos a empreender um percurso investigativo. Dentre o material pesquisado, no Brasil, e que não entrou no trabalho atual, destacamos: a *Revista Canaã* (vinculada à Associação Cristã de Moços), a *Revista Aurora*, *A Mensagem*, *A Mocidade*, *O Atalaia*, *O Corisco*, *O Éden*, *O Porvir*, além de jornais diversos, livros da década de 1930 e 1940, entre outros.

Nosso destaque maior, contudo, diz respeito aos prospectos do Instituto Evangélico de Lavras (dispomos dos exemplares publicados durante 22 anos, a saber, de 1917 a 1937, em 1934 e em 1951). Essa instituição, fundada em 1893, naquela cidade, quando da saída do Colégio Internacional de Campinas, São Paulo⁵, oferecia ensino primário e secundário.

5 O Colégio Internacional, em Campinas, São Paulo, foi transferido para Lavras, em Minas Gerais, devido à febre amarela que grassou naquela região e que fez uma vítima fatal: o Rev. Horace Lane. Abarcava várias “escolas”, dentre elas a Escola Agrícola, origem da atual Universidade de Lavras (Cf. AMATOS, 2004). Na verdade, foi a primeira escola protestante do país, fundada em 1869, antes mesmo do Mackenzie, cuja fundação data de 1870. Por vezes, utiliza-se a datação que deu origem ao Instituto Gammon, de fato iniciado em 1893, em Lavras/MG, olvidando-se que este foi uma continuação daquele e que transferiu-se devido à epidemia que alastrou o interior de São Paulo onde estava inserida a instituição.

Na verdade, tratava-se de *um grupo de escolas* que compreendia: o Ginásio de Lavras – e um Curso Anexo –, a Escola Agrícola de Lavras e o Colégio Carlota Kemper, este último inaugurado em 1927. A primeira e a segunda eram direcionadas ao público masculino e foram estabelecidas na mesma área geográfica, nos arredores da cidade. Já a terceira, direcionava-se ao público feminino e encontrava-se situada em outro prédio, no centro de Lavras. A justificativa para separar meninos e meninas baseia-se no sistema de internato adotado nas instituições constitutivas do Instituto Evangélico. Todo esse material foi consultado no Arquivo Histórico Presbiteriano, em São Paulo.

Em Pernambuco, foram consultados os *pequenos acervos* de instituições confessionais: Seminário Presbiteriano do Norte do Brasil (SPN), Colégio Presbiteriano Agnes Erskine, ambos em Recife, e Colégio XV de Novembro, em Garanhuns. Nessas instituições, cujo acesso foi franqueado sem grandes objeções, recolhemos, principalmente, fotos da época estudada, algumas edições do *Norte Evangélico* e tivemos contato com obras escritas em meados do século XX, cujos autores trataram da inserção e demais desdobramentos do protestantismo no Brasil. A propósito, as utilizações que fizemos das imagens no decorrer deste trabalho foram a título de ilustração – ou seja, não receberam um tratamento metodológico.

No mesmo estado, pesquisamos, ainda, em instituições públicas, como a Biblioteca Pública do Estado (BPE) e o Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Na hemeroteca deste, encontramos também edições do *Norte Evangélico* e o registro do periódico *Pérolas da Infância*. Essa publicação perdurou até meados de 1946, com aproximadamente 52 edições anuais, das quais até o presente, infelizmente, não foi possível localizar nenhum exemplar nos arquivos públicos e nos confessionais, quer do Recife, Natal ou São Paulo (NASCIMENTO, 1994).

No Catálogo do referido arquivo, faz-se menção ao periódico (inclusive com indicação de localização), mas, na verdade, os responsáveis pela guarda/disponibilização de material não souberam informar o porquê de o impresso não constar nas dependências do APEJE durante nossa coleta de dados. Uma das hipóteses apresentadas é que pode ter sido furtado.

Uma publicação de relevância para o nosso trabalho encontrada nesse mesmo arquivo foi a edição primeira do jornal protestante natalense *O Século*. Além dessa edição, outros periódicos citados e publicados no Rio Grande do Norte, no século XIX, com temática protestante, foram encontrados também na instituição pernambucana.

No Rio Grande do Norte, mais precisamente em Natal, a Primeira Igreja Presbiteriana franqueou-nos o acesso, o que permitiu a coleta de fontes que compuseram o corpus final desta obra, no que se refere aos periódicos brasileiros. Algumas edições do periódico *O Século* foram encontradas também nessa instituição, que demonstrou preocupação em manter o patrimônio cultural com propostas para organizar um arquivo histórico – à época de nossa coleta de dados, em 2011. Não sabemos se houve a transição da intenção à ação.

Ainda assim, nem sempre o material disponibilizado estava acondicionado de forma adequada, fato não isolado e também constatado nas instituições seculares nas quais pesquisamos, situação contornada, porém, com a presteza e solicitude dos responsáveis que procuravam nos ajudar da melhor forma.

No caso dos impressos lusos, o estágio doutoral no exterior⁶ foi o momento no qual fizemos a coleta de fontes sobre o protestantismo português. A instituição à qual nos vinculamos, durante os meses do Estágio Científico Avançado (março a agosto/2012), foi a Universidade do Minho, na cidade de Braga/PT, escolhida devido ao fato de nosso coordenador, Prof. Dr. José Antonio Moreno Martín Afonso, pertencer ao seu corpo docente. A investigação que vem sendo feita por esse pesquisador há alguns anos culminou no seu texto de doutoramento, em 2006, a qual foi publicada em livro anos depois, sob o título *Protestantismo e Educação: história de um projeto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX*⁷. Esse trabalho permitiu-nos ensejar a ideia de um estudo, ainda que pontual, no qual pudéssemos estabelecer um diálogo entre Portugal e Brasil, do ponto de vista da vinculação entre impressos protestantes e educação.

A proposta do Estágio Científico Avançado foi buscar subsídios teóricos para ampliar o conhecimento acerca da temática, principalmente no que tange à historicidade da educação protestante portuguesa.

Para tanto, as atividades desenvolvidas (como pesquisa nos arquivos, encontros periódicos com o coordenador e outros pesquisadores do tema, reflexões teóricas, além da produção e apresentação de artigos em eventos e revistas acadêmico-científicas) foram de extrema relevância no encaminhamento da investigação como um todo.

Graças a esse estágio foi possível, neste livro, apresentarmos uma discussão sobre a imprensa confessional protestante também em

6 Com financiamento CAPES (PDSE-Processo BEX n. 9020/11-0).

7 Um exemplar foi gentilmente ofertado à Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM/UFRN) pelo autor.

Portugal. As fontes pesquisadas naquele país estão vinculadas às vertentes Metodista e Lusitana, uma vez que tiveram, no caso luso, um destaque similar à vertente presbiteriana, no caso brasileiro, sobretudo no tocante à relação entre protestantismo e educação.

Os periódicos lusos foram consultados nos arquivos particulares de duas Igrejas Protestantes históricas, uma localizada especificamente no Porto, a Igreja Metodista do Mirante, e a outra, no início de Gaia, Igreja Lusitana do Torne. A origem dessas igrejas remonta à segunda metade do século XIX. Ambas desempenharam um papel importante, no contexto da época, sob a influência preponderantemente inglesa, com expoentes pastores/educadores – como Robert Moreton e Diogo Cassels (PEIXOTO, 2001; AFONSO, 2009).

O metodismo tem origem no século XVIII e foi liderado pelos irmãos John e Charles Wesley e, na sua origem, segundo Almeida (2010, p. 225), “não é uma igreja, denominação ou seita. É um movimento que se iniciou dentro da Igreja Anglicana [inglesa] tornando-se muitos anos depois a Igreja Metodista, primeiro nos Estados Unidos, depois na Inglaterra”.

Em Afonso (2009, p. 63, N.R.) temos uma explicação mais clara e precisa acerca da constituição desse grupo de religiosos:

O Metodismo surgiu em Inglaterra em meados do séc. XVIII, graças à acção de John Wesley (1703-1791), filho de um pastor anglicano. Ainda estudante em Oxford, John Wesley começa a reunir-se com o irmão, Charles, e outros colegas em sessões para meditação, oração e estudo da Bíblia, ao mesmo tempo em que ensinavam órfãos, tratavam de pobres e doentes e organizavam visitas a prisões para evangelizar os presidiários. Designaram este grupo informal como “Clube Santo”, mas a disciplina, o rigor e o método com que se dedicavam a estas tarefas desde logo levou a que fossem designados como “metodistas”. Entretanto, John Wesley foi ordenado pastor anglicano e após uma viagem de evangelização aos EUA, onde foi influenciado por correntes pietistas, começa em 1738 uma vida de intensas viagens e pregações, organizando numerosas “sociedades metodistas” que visavam reformar a Igreja de Inglaterra numa perspectiva de maior devoção e santidade pessoal e estreito apego à Bíblia, numa relação pessoal e directa com Jesus Cristo. A Igreja Metodista propriamente dita foi apenas organizada após a morte de Wesley, contando actualmente com 82 milhões de fiéis em todo o mundo.

Em Portugal, o início do metodismo está ligado às figuras de Thomas Chegwin, em 1854, e James (Diogo) Cassels, mais adiante, além de Robert H. Moreton e Alfredo Henrique da Silva, sendo esses últimos considerados, de fato, metodistas e responsáveis pelo trabalho de expansão e fortalecimento dessa Igreja naquele país (AFONSO, *Idem*).

A Igreja Lusitana, por seu turno, nasce após algumas insatisfações com a Igreja Romana. Após o Vaticano I e o Pontificado de Pio IX, uma onda protestante invadiu o país luso e

Alguns daqueles padres egressos do catolicismo romano, que desejavam estabelecer uma nova instituição eclesial sem perder o sistema de governo episcopal, fundaram entre 1876 e 1877 comunidades reformadas de matriz anglicana, que no ano seguinte se associaram na Igreja Episcopal Reformada em Portugal, em 1880 formalizada como Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (AFONSO, 2009, p. 66).

Desde o início de sua atuação, tanto os metodistas quanto os lusitanos empreenderam ações sociais no tocante à criação de escolas elementares, produção e divulgação de periódicos diversos (jornais, livros, revistas), associações de mutualidade, entre outras, sendo tais ações, sob o nosso ponto de vista, similares às empreendidas em solo brasileiro pelos presbiterianos.

No que se refere à conservação dos documentos, ambas as instituições portuguesas têm em seus quadros pessoas que se interessam pela preservação dessas fontes – sendo uma delas o próprio investigador Jose Martin Afonso e António Manuel P. Silva, *guardiões* dos acervos, em especial o estabelecido no Torne, uma vez que foram alunos dessa instituição, que ainda hoje está em funcionamento⁸. Todavia, nem sempre os impressos estavam acondicionados de forma adequada, o que, infelizmente, também verificamos nos acervos brasileiros. Porém, o que muito nos gratificou foi perceber que foram disponibilizados meios para que pudéssemos levar a cabo nosso intento do modo mais confortável e adequado possível.

8 Atualmente, não se trata mais de uma escola propriamente dita. Funciona como um pré-escolar e um ATL (Atividades de Tempo Livre). Essa última modalidade caracteriza-se como um espaço no qual as crianças para lá se dirigem, em um horário contrário àquele das atividades letivas, a fim de desenvolver atividades que contribuam para o crescimento delas como pessoas, sob um aspecto holístico, contemplando a satisfação de necessidades intelectuais, físicas, sociais e afetivas. (Cf. Despacho Normativo nº 96/89, de 21 de Outubro de 1989. Vide referências).

Na Igreja/Escola do Torne, pesquisamos desde o início do Estágio, em março, até finais do mês de julho/2012, pois, em agosto, o centro administrativo da igreja (local onde efetivamente pesquisamos) esteve fechado para férias. Receberam nosso exame os seguintes periódicos: *A Reforma* (o primeiro jornal protestante português), *Estrela*, *Triângulo Vermelho*, *A Luz e Verdade*, *A Mocidade Portuguesa*, *A Religião Evangélica Protestante* (estas duas últimas publicadas em edições únicas). No entanto, a gama de periódicos protestantes disponíveis nesse acervo é ainda maior. Também consultamos livros portugueses, acerca do tema investigado, impressos desde meados de 1870 até 1928. Dentre eles destacamos: *A Peregrina*, *Lucilia ou A Leitura da Bíblia*, *O Futuro dos povos católicos*, *Os Reformadores*, *Compêndio de Moral Prática e Doutrina Cristã*, *A Mutualidade: Estudos Vários*, *Maravilhas da Criação*, *Joaninha, a torturada*, *Meio Século de Evangelização no Brasil e Portugal e O tribunal de Cristo*.

Sem dúvida, os três primeiros tiveram uma projeção acentuada no cenário protestante, sendo que *O Futuro dos povos católicos* foi bastante apreciado no meio da elite letrada por tratar-se de um estudo aprofundado de Economia Social, escrito por um professor francês, da Universidade de Lyon.

Por sua vez, da Igreja Metodista do Mirante consultamos os seguintes jornais: *O Mensageiro* e (parte do) *Amigo da Infância*⁹. Na verdade, havia uma grande quantidade de outros impressos, mas, devido às melhorias/reformas que estavam sendo efetuadas desde março/2012, apenas tivemos facultado o acesso a partir de meados de agosto, ou seja, no último mês do Estágio Doutoral, o que nos impediu de investigar, consultar outros periódicos.

O interessante foi que, enquanto o primeiro arquivo esteve fechado, em agosto/2012, o segundo esteve disponível para nós exatamente no mesmo período, o que possibilitou seis meses de pesquisas contínuas, perfazendo uma média de 3500 imagens.

A justificativa para uma quantidade tão grande de imagens reside no procedimento adotado ter sido a digitalização dos impressos, folha a folha, por duas razões principais: para evitar o manuseio recorrente dos periódicos, evitando danos a eles, e também para que pudéssemos ter acesso aos mesmos em outros momentos, sob outros olhares.

9 Esse periódico apresenta edições de 1873-1940. Mas, devido à exiguidade do tempo, apenas conseguimos digitalizar as edições de 1891-1901, as quais não entraram nesta investigação.

O modo como escolhemos as fontes muitas vezes tem a ver com a disponibilidade do acesso neste ou naquele arquivo. Para Alves (2003, n.p.), “antes de mais nada, o arquivo é um *lugar*, no sentido mais concreto da palavra. Isso não o isenta de estar impregnado de sentidos abstratos, que permeiam sua organização e atravessam as leituras construídas pelo historiador”.

Arquivos são, de modo geral, espaços por excelência da investigação histórica e, ainda que muitas vezes relegados a uma posição de meros depósitos de fontes, não o são quando passamos a refletir acerca de nossa prática, de nosso entorno, das peregrinações que muitas vezes empreendemos em busca de subsídios para embasar nossos trabalhos. E, nesse sentido, é de fundamental importância que o acesso a eles nos seja franqueado. Nesse nosso percurso não tivemos grandes obstáculos a transpor quando procuramos um ou outro arquivo. Porém, nem sempre é assim.

Na nossa empreitada em Portugal, pesquisar na Igreja/Escola do Torne foi uma experiência única e emocionante, pois atualmente o espaço comporta o centro administrativo da Igreja Lusitana, mas, no século XIX, foi a residência de um dos ícones do protestantismo reformado naquele país, o portuense de origem inglesa Diogo Cassels, estando na origem dos dois ramos protestantes portugueses investigados Nesta obra (metodista e lusitano), além de ter desempenhado um papel relevante também no contexto educativo e jornalístico naquele país.

Dentre os periódicos lusos citados, optamos por lançar um olhar específico à revista *Estrela* (primeiros 20 números), editada no Porto, de periodicidade trimestral, vinculada ao *Triângulo Azul*, o braço social das Uniões Cristãs da Mocidade Feminina em Portugal¹⁰. Uma das razões que nos levou a optar por esse periódico, e não por outro, reside no fato de ele ser editado para e por mulheres, dentro do espaço-tempo da pesquisa.

Além da grande quantidade de impressos inventariados, o estágio doutoral em solo português também nos proporcionou um frutífero intercâmbio com pesquisadores de áreas afins. Participamos de alguns eventos no período do Estágio, a saber: na Universidade do Porto, *IV Jornada de Inverno de Educação e Herança Cultural* (“Tempos, Espaços e Memórias da Educação”), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em 17 de março de 2012; Universidade de Lisboa,

10 No caso das Uniões Masculinas, o órgão responsável era o Triângulo Vermelho, cujo periódico de divulgação das atividades recebeu nome homônimo e circulou de 1920 a 1923.

Colóquio A Laicização da Escola na Europa do Sul: Um olhar sobre o século XX, Instituto de Educação, 3 de maio/2012, e o *V Colóquio Internacional da Rede SPICAE* ("Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no século XX"), de 3 a 5 de maio de 2012; Universidade de Coimbra, participamos do *Colóquio Temas e Reflexões de História da Educação*: perspectivas portuguesas e brasileiras, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em 02 de julho de 2012; e, por fim, o *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, entre os dias 12 e 15 de julho de 2012, novamente na Universidade de Lisboa | UL. Nos dois últimos eventos apresentamos as seguintes comunicações individuais: *Educação Impressa: Estratégia Presbiteriana de Educar por meio da Imprensa Protestante* e *A Cultura no Papel: a Educação Feminina Protestante em Impressos Confessionais no Nordeste Brasileiro (década de 1920)*, respectivamente, sendo ambas as partes da pesquisa que ora apresentamos integralmente.

A experiência de Estágio no Exterior foi de extrema relevância, pois, além do crescimento pessoal, propiciou discussões e reflexões sobre a temática estudada e uma maior compreensão acerca da importância da educação protestante também no âmbito da historiografia educacional portuguesa, fornecendo subsídios indispensáveis para desenvolvermos parte deste texto.

Em continuação, contribuiu para ampliar nosso rol de leitura, principalmente no que se refere aos autores lusófonos, alargando e enriquecendo a revisão de literatura, o que permitiu a constatação de que as pesquisas e as experiências brasileiras estão na pauta dos investigadores lusos. Por último, e não menos importante, estreitou laços para futuras pesquisas, intervenções e intercâmbio entre professores brasileiros (UFRN/Brasil) e portugueses (UMinho/Portugal).

Na verdade, duas ações de cooperação foram encetadas após o final do estágio, sendo a primeira a publicação de um artigo em conjunto entre os pesquisadores das universidades citadas e, também, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O artigo referido intitulou-se *Educação e Cultura Protestante na transição do século XIX: Circulação de Impressos e diálogos luso-brasileiros*, tendo sido publicado em dezembro de 2012, na *Revista de Educação Pública*, da UFMT (Cf. AFONSO, et al., 2012). A segunda, uma *Jornada Acadêmica Internacional*, realizada no Centro de Educação da UFRN, no mês de setembro de 2013, constituída de três eventos: uma Conferência intitulada *Educação, Religião e Laicidade: Aproximações entre Brasil e Portugal na transição para o século XX*, uma reunião de Assessoramento/ Intercâmbio entre os pesquisadores da *Linha de Pesquisa História da*

Educação, Práticas Socioeducativas e Usos da Linguagem para confecção de *e-book* e de um capítulo de livro acerca da Educação luso-brasileira, bem como de um Seminário de Formação Doutoral II cujo trabalho avaliado apresenta-se agora na versão definitiva. O professor que cooperou com esses trabalhos foi o coorientador da tese de doutorado, da qual se originou este livro, a saber, o Dr. José Antonio Afonso (Universidade do Minho, Portugal). Nesta última atividade também esteve presente a Profa. Dra. Eva Cristina Barros (vinculada à UFRN).

A questão de fundo que orientou esta pesquisa, no contexto luso-brasileiro, foi a concepção de que os impressos confessionais protestantes foram um espaço educativo não formal, mas intencional, para a educação feminina.

Algumas indagações nos guiaram nessa empreitada. Qual seria o modelo de mulher privilegiado e incentivado a circular nos impressos nas décadas finais do século XIX e nas primeiras do século XX, nos impressos luso-brasileiros? Que sinais de permanência/mudança poderíamos identificar a partir deles? Teria, realmente, o protestantismo concedido um lugar diferente, privilegiado à mulher? E os impressos confessionais protestantes, que papel ocuparam nesse processo? Qual relação pode existir entre a Educação, os impressos protestantes e o elemento feminino? Qual foi o papel desempenhado pela mulher na escrita periódica confessional? Era apenas leitora ou também redatora? Havia um projeto específico para a mulher? Qual a importância dos impressos, em geral, e da imprensa, em particular, nesse contexto?

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Com o intuito de ensaiar algumas respostas para as questões que passaram a investigação, compreendermos ser necessário aprofundar o contato com a temática, o que exige conexões com outras pesquisas da área a partir de dados, elementos e recursos que nos auxiliaram na tessitura dos argumentos forjadores do texto.

O diálogo com outras áreas de estudo – como, por exemplo, a sociologia histórica – contribuiu para o crescimento das pesquisas históricas em Educação, uma vez que tornou possível identificar as correlações existentes entre as diversas áreas do saber, bem como problematizar as concepções de mundo entre os diversos ramos do conhecimento científico.

Compreendemos a sociedade na qual estamos inseridos não como algo exterior a nós mesmos. Atentemos para o fato de que o eu-nós é parte integrante do todo social. Para Elias (1994, p. 23), trata-se de uma “rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras”, sendo o que o autor sinaliza como ‘sociedade’ estando as pessoas “através de suas disposições e inclinações básicas, [...] orientadas umas para as outras [...] das mais diversas maneiras” (ELIAS, 1970, p. 15). Ou seja, ao nos reportarmos à sociedade devemos ter a dimensão de que estamos inseridos no contexto.

Os processos educativos, ao longo da história humana, são uma das formas mais frequentes dessa *orientação*. Não se pode pensar a educação de um povo, de um grupo social, sem cogitar os demais elementos envolvidos como a política, a economia, a religião.

Mesmo as alterações mais simples observadas na História devem ser compreendidas, estudadas a partir de seus antecedentes e conseqüentes: não há acontecimentos isolados, alijados de um contexto, como também podemos observar no âmbito da História da Educação de um modo geral.

Nesse caminho, tomando como referência as perspectivas da História Cultural e da Nova História, das possibilidades daí advindas em estudar questões referentes aos comportamentos humanos e suas organizações diversas, destacamos os estudos de Norbert Elias (1897-1990) e sua empreitada na sociologia histórica.

Os conceitos principais desse sociólogo com os quais dialogaremos mais de perto nesta investigação são as noções de *Configuração* e *Interdependência*. O cerne do que Elias (1994, p. 18) considera como *Configuração* diz respeito a “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e, mais ou menos dependentes entre si”, formando “teias de interdependências que dão origem a configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados” (ELIAS, 1970, p. 15).

Dessa forma, tais conceitos permitem-nos analisar e compreender as ideias civilizadoras que perpassaram o contexto histórico da educação feminina, seja no Brasil, seja em Portugal.

É de fundamental importância, na proposta elisiana, a dimensão histórica dos fatos, o desenvolvimento histórico do período, do tempo a ser investigado. Com base no seu pensamento, nas concepções que desenvolveu, podemos afirmar que as relações humanas são dinâmicas e processuais. Na maioria das configurações, no entanto, os seres envolvidos que as tecem não têm consciência plena desse enredo, pois nelas há mais obrigações do que voluntariedades.

Assim cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanentemente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem (ELIAS, 1994, p. 23).

Convém recordar, ainda, que Elias escreveu no exílio, vivenciou os horrores de duas guerras mundiais, e suas produções mais conhecidas foram escritas, em grande parte, sob influência da sociologia oriunda dos Oitocentos e do início do século XX, ainda que tenham vindo a público quase quarenta anos depois (CHARTIER, 1990).

O sociólogo buscou esclarecer como a organização da sociedade ocidental em estados (e todas as consequências históricas sociais e políticas advindas dessa transformação) contribuiu de forma incontestante para o processo civilizador do qual, até os dias de hoje, somos herdeiros.

Segundo ele, esse *processo* constituiu-se como “uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p. 193), ou seja, uma espécie de racionalização da atividade humana (ainda que não exatamente consciente, intencional) na qual foram aprendidos novos comportamentos, novas condutas sociais.

Parte dessa apreensão se tornará visível, exteriorizada, a partir da introjeção de novos padrões de conduta, baseados, principalmente, no autocontrole das pulsões, dos desejos, dos sentimentos, das paixões. Daí a construção, o tecer de uma sociedade mais complexa, mais interdependente e, acima de tudo, com uma maior diferenciação social. A espontaneidade de outrora leva a um comportamento mais regrado, moldado pelas novas convenções sociais.

Outro conceito com o qual dialogamos é o de *Representação*. De acordo com Chartier (1990), as representações são combinações de discursos e de práticas diferenciadas. O principal objetivo delas é a dar a conhecer uma realidade, permitindo a visualização de algo que não está presente e que é “contraditoriamente construída pelos diferentes grupos” (CHARTIER, 1990, p. 24). Dessa maneira, quando nos propomos a investigar um universo e nos utilizamos dessa concepção, precisamos entender que a representação está posta, frequentemente, em uma esfera de competição, concorrência.

O conceito de *Representação* dialoga com os conceitos trazidos por Elias: *Configuração* e *Interdependência*, e nos ajudam a entender a imprensa como uma *Configuração* na qual estão dispostas várias *Representações* que perpassam diversas áreas, são interdependentes,

mantendo intrinsecamente entre si relações de poder. É importante destacar que os discursos – e as representações que eles ajudam a forjar – precisam ser compreendidos dentro do entorno que os materializa, do lugar de onde são proferidos, do espaço de *fala* de quem os emite.

Leonel (2010) também nos ajuda a refletir sob a ótica dos conceitos trazidos por Roger Chartier. Para o autor (*Op. cit.*, p. 32), Chartier é “[...] um historiador da cultura, especialmente escrita, e que trabalha com referenciais teóricos provindos desse campo de pesquisa [História Cultural] mas, também, da Sociologia e da Antropologia cultural”. E complementa alegando que ele é “[...] um historiador que analisa a história com base em práticas culturais”.

Assim, podemos entender que a contribuição desse teórico neste trabalho é relevante, uma vez que os impressos, entendidos como dispositivos discursivos e, logo, como prática cultural, dão a conhecer projetos, intenções, evidenciando possibilidades de diálogo entre diversas áreas do conhecimento científico.

No tocante aos procedimentos metodológicos, compreendemos que estes não devem estar elencados ao acaso, desinteressadamente, mas sim de forma contextualizada e, logo, problematizada. É importante, pois, compreender a metodologia como uma “postura diante da realidade, postura essa que implica sempre as seguintes tarefas indissociáveis: reflexão/conhecimento/interpretação da realidade sua transformação” (VASCONCELLOS, 2006, p. 73).

Dialogando com nosso objeto de estudo, os modos de ser e proceder divulgados nos impressos, no que concerne ao elemento feminino, procuramos compreender os estereótipos recorrentes nos impressos confessionais, tanto no Brasil quanto em Portugal, verificando, ainda, se o ramo protestante do cristianismo conferiu, de fato, um lugar à mulher, distinto do qual ela esteve vinculada durante grande parte da história cristã ocidental, sob o viés do catolicismo.

Empreender uma investigação em História da Educação, utilizando os conceitos da História Cultural, não é uma tarefa simples, pois é necessário estar atento aos processos complexos que envolvem o fazer educativo ao longo do tempo. A diversidade nas propostas investigativas, os objetos, as fontes, além do profícuo diálogo com outras áreas do saber, permitem-nos falar de *história*, no plural, tal a amplitude que esse diálogo tem alcançado desde as últimas décadas do século XX (LOPES; GALVÃO, 2005).

De igual maneira não podemos pretender, como historiadores, buscar a verdade que o passado encerra; antes, a proposta da

investigação histórica, principalmente após as mudanças desse *fazer* no século XX, orienta o historiador na tentativa de buscar uma versão dos fatos, um fragmento de uma época, de uma história que permitirá ser lida a partir das questões postas às fontes. Se “a História é filha do seu tempo”, como disse Lucien Febvre, o passado não poderá nunca ser apreendido pelo presente em sua totalidade. Sobre esse aspecto, Lopes e Galvão (2005, p. 26, 27) indagam:

 Ao remeter o estudo do passado a uma previsão de futuro, não estaríamos acreditando que o processo histórico se dá de uma forma linear, caminhando sempre para o progresso que seria, então de alguma forma previsível? E o que dizer dos erros? Como julgar o passado a partir dos nossos valores atuais?

Com o intuito de compor este trabalho, propomos uma representação do passado não unívoca, mas plural, elegendo como fontes primordiais os impressos já arrolados anteriormente. No entanto, num percurso investigativo que se propõe científico, não basta elencar as fontes: é preciso categorizá-las, pois, “a categorização evita a mera descrição dos documentos”. Sabemos que algumas “dessas categorias são definidas *a priori* pelo pesquisador”. Porém, “outras somente emergem do trabalho minucioso e cotidiano – de idas e vindas – com as fontes” (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 95), a fim de delimitar mais especificamente a pesquisa.

Por utilizar uma abordagem qualitativa, não nos ocupamos em mensurar estatisticamente os vestígios sobre os quais nos debruçamos. No entanto, eles foram descritos inclusive em termos quantitativos e espaço-temporais, pois julgamos que numa pesquisa, principalmente em História da Educação, é necessário apresentar ao leitor os passos dados no decurso investigativo. Duas razões nos parecem justificar tais procedimentos. Primeiro, como já citamos, é fundamental o conhecimento do caminho trilhado pelo pesquisador, a fim de que se compreenda, verifique se, de fato, há embasamento científico para tanto. Em segundo lugar, pensamos ser imprescindível o *rastr*o da pesquisa, das fontes, dos procedimentos, pois outros pesquisadores podem seguir essas pistas, esses indícios e, debruçando-se sobre as mesmas fontes, empreender narrativas distintas, de acordo com questões norteadoras com outro viés, que podem refutar os textos anteriormente apresentadas ou corroborá-las.

As categorias de análise com as quais tivemos um diálogo mais próximo, pelo fato de estarem, conforme nosso ponto de vista, em

consonância com os conceitos teóricos de Chartier e Elias, foram *circulação e civilidade*.

As representações que se configuram nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, no tocante aos protestantes norte-americanos que no Brasil se estabeleceram, são herdeiras da noção de *civilidade* da qual estavam imbuídos, tendo a educação como um instrumento fundamental para alcançar seu intento. Tratou-se de um *Processo Civilizador* (ELIAS, 1993), que estabelece costumes, mudanças, padrões de conduta, ou seja, práticas culturais que levam à assunção de determinados papéis, em determinadas situações. Essas práticas revelam, dizem, possuem sentido, significam. Mais que simples atitudes, elas geram padrões de conduta que se estabelecem num processo.

Por se basearem na concepção do *Destino Manifesto*, pelo qual a nação americana seria responsável por *salvar o mundo*, civilizá-lo através do progresso material e moral, os Estados Unidos enviaram missionários ao Brasil. E esse *Destino*, para ser cumprido, passaria efetivamente pela via educativa (ALMEIDA, 2007). É preciso compreender que o conceito de *civilidade* nasceu ainda no século XVII, quando da colonização inglesa, sendo consolidado no século seguinte, com a independência dos Estados Unidos, que tratou de difundir seu *American way of life*¹¹.

Os americanos baseavam a

ideologia do *Destino Manifesto* [...] na Teologia do Pacto, onde a promessa outorgada aos judeus através de Abraão se transferia agora para os americanos, num messianismo nacional direcionado para a redenção política, moral e religiosa do mundo (NASCIMENTO, 2007, p. 55, grifo da autora).

A relação entre a religião e o contexto social não pode ser dissociada. Nesse caso, um autor que nos ajuda a refletir sobre tal relação é Weber (1992), que traz uma significativa contribuição sobre a religiosidade enquanto fator importante para a organização social. Através de sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o autor levanta questões que tratam das ideias puritanas enquanto influência no desenvolvimento do capitalismo. Estas forjaram,

11 Esse Estilo de *Vida Americano* pressupõe um *Ethos* nacionalista que se propõe aderir aos princípios de “vida, liberdade e a procura da felicidade” – direitos não alienáveis de todos americanos de acordo com a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

inclusive, um *ethos* característico, próprio daquela sociedade. O autor também discute a postura diferente adotada pela Igreja Católica, no mesmo período, frente às questões *mundanas*, inclusive aquelas de cunho econômico.

O sociólogo em pauta faz uma reflexão sobre a visão tradicionalista da Igreja Católica traçando um paralelo entre a postura dela e a dos protestantes (calvinistas) diante dos mesmos assuntos, verificando diferenças que geravam, assim, distintas consequências.

É importante destacar que Weber aponta argumentos interessantes sobre ética e valores religiosos que se transmitem através de atitudes e comportamentos definidos pela legitimidade de uma crença, introduzindo uma reflexão que vai além da causalidade própria das ciências naturais para explicar as relações entre uma participação em uma determinada confissão religiosa e os fenômenos econômicos. Ou seja, o autor enfoca o sentido atribuído ao Capital por denominações religiosas diferentes, traçando um perfil individual para o Católico e para o Protestante no que se refere à obtenção e ao acúmulo de capital.

Através de alguns exemplos, Weber enfatiza que a escolha profissional e a postura diante dessa profissão é determinada pela educação e pela peculiaridade espiritual que a ela está inculcada. É claro que não se trata apenas da educação formal, mas sim dos valores e hábitos transmitidos, dentro do possível, de uma geração a outra que difundem as características da religião à qual se pertence.

Tais comportamentos diferenciados entre católicos e protestantes são caracterizados por Weber através de uma associação do católico a um *estranhamento do mundo*, um distanciamento, subjacente tanto no discurso contra a acumulação de bens no mundo quanto na opção asceta de parte de seus sacerdotes.

Já o Protestantismo, mais precisamente de cunho calvinista, destaca uma *alegria com o mundo*, com um caráter materialista, ressaltando ser a profissão uma vocação divina que deve ser vivenciada de forma intensa e honesta e não uma escolha aleatória.

Para Weber, o estilo de vida do protestante, dessa forma, aparece como um incentivador de um *espírito capitalista* que encontrou, como principal adversário, o tradicionalismo presente no estilo de vida católico.

Nas palavras do autor:

Eis um exemplo justamente daquela atitude que deve ser chamada de “tradicionalismo”: o ser humano não quer “por natureza” ganhar

dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver de modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto (WEBER, 1992, p. 55).

No entanto, erroneamente, alguns escritores pretendem sugerir que Weber, na obra em tela, alega que Calvino foi o fundador do capitalismo, o que não procede, de acordo com Capó,

Tratar Calvino como fundador do capitalismo é simplesmente cair num anacronismo e num reducionismo. Não se trata de desmerecer a obra de Weber. Pelo contrário, com ela, ele levava a cabo uma meticolosa e acertada análise dos mecanismos que levaram ao desenvolvimento do capitalismo. Mecanismos, certamente relacionados com a ética protestante. Mas o capitalismo é um conceito que não pertence ao tempo de Calvino, tendo sido definido posteriormente a ele. É um conceito econômico e é um conceito político sujeito a uma polémica num mundo dividido entre dois modos de entender a sociedade e a economia: o capitalista e o comunista. Querer meter Calvino nessa polémica está fora de questão (*Portugal Evangélico*, p. 7, ano XV).

O que Weber procura ressaltar diz respeito às questões históricas que apontavam os protestantes como maiores possuidores de terras e de posições administrativas hierarquicamente maiores que os católicos, não atribuindo tal fato à causalidade, como, por exemplo, patrimônios historicamente herdados, mas sim a uma postura de insaciável dedicação à obtenção de bens através de empenho profissional e da conquista pessoal, uma vez que esta seria uma maneira de legitimação da sua eleição, pela Soberania Divina.

Esse modo de compreensão e atuação no mundo tem influência direta de alguns postulados da Reforma do século XVI, que encontrou guarida entre os puritanos ingleses que imigraram para a América, no início do século XVII, fugindo, principalmente, das perseguições religiosas que começavam a grassar na Inglaterra.

Lembremos que foram os ingleses que migraram para construir um lugar para viver, longe das perseguições de um Estado que, apesar de oficialmente ter rompido com a Igreja de Roma, em 1534, permanecia segundo os *puritanos*, imbuído de preceitos católicos. Assim, ao chegarem ao Novo Mundo, os puritanos ingleses contribuíram para a forja de um mito fundador da nação americana.

Esse mito conferiu aos habitantes dos EUA um ideário *civilizador*, no qual eles seriam luzeiros responsáveis por “construir uma civilização

cristã-modelo que pudesse se expandir além de suas fronteiras” (NASCIMENTO, 2007, p. 55). Daí a terem se ocupado, desde muito cedo, em enviar missionários a diversas partes do mundo. Não se tratava apenas de conduzir grupos a um determinado credo religioso. A concepção civilizatória era mais ampla e compreendia um conjunto de especificidades que envolviam, numa espécie de religião civil, o público e o privado, um estilo de vida pautado em prerrogativas religiosas, com repercussão direta na moral e nos hábitos cotidianos.

Imbuídos desse caráter civilizador e moralizante, apoiados num sistema político-econômico que lhes permitia competir *pari passu* com sua antiga metrópole, a Inglaterra, e com outros países, inflamados por *Avivamentos* religiosos ocorridos no final dos Setecentos e início dos Oitocentos e, posteriormente, nos Novecentos, os norte-americanos aportam no Brasil com a finalidade de estabelecer *uma ilha de civilização* ao sul do continente (NASCIMENTO, 2007).

Porém, seu estabelecimento em solo brasileiro não ocorreu de forma pacífica, apesar de algumas relações de influência forjadas nos Oitocentos. Eles percorreram um extenso caminho até que conseguiram ser identificados como opção a ser seguida, possibilidade – e não como invasores, *hereges* ou coisa parecida.

Empreenderam, então, diversas estratégias para conseguir seu intento. Dentre estas, destaca-se, sem dúvida, a utilização dos impressos confessionais que os missionários aqui produziram – com a ajuda de outros estrangeiros e também de brasileiros – ou que importavam da sua terra natal. Essas publicações tinham um caráter principalmente evangelístico, mas não deixavam de expor assuntos diversos, corroborando, assim, a divulgação de modelos educativos, baseados numa concepção americana de educar, com uma forte matriz democrática, tema caro aos norte-americanos.

Nesse prisma, podemos inferir que a leitura desempenhou papel importante no processo constitutivo do *tornar-se protestante*, tanto no Brasil quanto em Portugal, uma vez que muito desse ideário era passado aos (futuros ou possíveis) seguidores sob a forma de impresso.

Sabemos que o ato de ler não é algo fortuito, desprezioso. Há uma relação direta entre a leitura e a construção do sentido do texto. Mas não apenas entre este e aquela. A construção do significado também tem vinculação com a forma pela qual o texto é dado a conhecer, ou seja, o suporte no qual está inserido.

Desse modo, “[...] os atos de leitura [são] como uma coleção indefinida de experiências irredutíveis umas às outras” (CHARTIER, 1990, p. 121), indo além da simples decodificação de letras, signos. Consiste

em “mobilizar, com utilidade ou por prazer, as múltiplas riquezas da cultura escrita”(CHARTIER, *Op. cit.*, p. 151). Ou seja, trata-se de saber operacionalizar o escrito em seus mais diversos suportes.

O mesmo texto pode ser recepcionado em suportes distintos por pessoas de composição social, faixa etária e graus de cultura diversos, bem como tempos e espaços diferentes. Toda essa conjuntura proporcionará leituras, explícitas ou não, dissonantes ou contrárias.

Analisando os contrastes na recepção do texto, proposto por Rojas, na transição do século XV para o XVI, Chartier (*Idem*, p. 123) aponta que “[...] a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores ou dos fazedores de vidros [...]”.

Segundo ele, a despeito do que possa intencionar o autor ou o editor – ou ambos – o leitor não irá ser aprisionado por uma “leitura autorizada”, em um sentido unívoco. Uma das discussões centrais relativas à leitura reside na “[...] irredutível liberdade dos leitores e nos condicionamentos que pretendem refreá-la” (CHARTIER, *Idem, Ibidem*).

Para que se possa compreender de forma mais abrangente quando se trabalha com texto, em especial os impressos, é importante estar atento, como Chartier aponta, tanto à diversidade deles e de seus suportes materiais, quanto aos discursos que os sustentam – explícitos ou não. A materialidade do impresso é, assim, um meio e não um fim em si mesmo. Ela dá suporte ao discurso, é complexa e ajuda a formar padrões culturais. O impresso se impõe e se sustenta devido ao discurso que o perpassa.

Nesse processo, não devemos nos ater às letras, aos signos, às palavras escritas, mas também a forma como o dito se apresenta. Torna-se, de igual modo relevante para a investigação, analisar para além do seu emissor/editor, a cor do papel, das fontes (letras do texto), o modelo (disposição do impresso), as ilustrações, gravuras – presença ou ausência – entre outros aspectos. Isso porque há uma intencionalidade no impresso que pode estar explícita ou não. Por ser um *dispositivo discursivo* em si, o impresso é forjador de padrões culturais, sugere, abona ou desaprova ideologias, práticas, comportamentos.

Sendo assim, podemos indagar: De que forma o uso dos impressos interferiu na proposta educativa empreendida no Brasil e em Portugal? As estratégias textuais foram importantes nesse contexto?

Investigar as práticas dos protestantes por meio de um suporte bastante utilizado no período em tela, a saber, os impressos, permite-nos inferir que a proposta educativa desse grupo, escolas paroquiais

e colégios, por exemplo, esteve associada à necessidade da leitura e interpretação dos textos nos quais era possível a forja do modelo de cristão protestante sugerido e incentivado.

As escolas paroquiais ou de primeiras letras eram responsáveis, grosso modo, por ensinar os rudimentos da leitura e da escrita, além de noções elementares de aritmética. No caso das protestantes, tanto no Brasil como em Portugal, era comum que funcionassem ao lado das igrejas, próximas a elas ou mesmo dentro dos templos, algumas vezes em dias de culto – como nas Escolas Dominicais. Até onde sabemos, eram gratuitas e recebiam crianças de ambos os sexos e de qualquer classe social – apesar de serem mais frequentadas por pessoas menos favorecidas.

Os colégios, por sua vez, no panorama brasileiro, compreendiam uma educação mais ampla, mais diversificada, contendo, não raramente, classes seriadas, materiais pedagógicos específicos, docentes com formação prévia e remuneração mensal. Eram custeadas em parte pelas juntas missionárias e em parte pelas mensalidades pagas pelos pais dos alunos. Grande parte delas oferecia bolsas de estudos para alunos carentes. É provável que parte da aceitação que esses colégios gozaram no tocante à sociedade brasileira – no Sudeste ou Nordeste do Brasil – pode ter sido relacionada mais à disciplina empregada que propriamente aos preceitos pedagógicos empenhados.

Dito isto, reconhecemos as diversas nuances investigativas que as fontes escolhidas possibilitam. Compreendermos, também, que estas não devem ser analisadas isoladamente: precisam estar intimamente associadas com a bibliografia que gira em torno da temática.

Nos últimos anos, as abordagens diversificaram-se, bem como os objetos de estudo e as fontes, permitindo a compreensão do protestantismo como um fenômeno social e, portanto, um campo legítimo e propício de investigações mais detalhadas sob o parâmetro científico. Uma das contribuições foi, sem dúvida, a diversidade multidisciplinar que, principalmente na década de 1970, foi disseminada pelo uso dos conceitos da História Cultural, oriunda e devedora dos *ventos dos Annales* – que começaram a *soprar* a partir de 1929, mas cujas consequências só mais tardiamente puderam ser fruídas. Sobre esse assunto, estamos de acordo com Nascimento (2007, p. 36), pois ela defende que

O aporte teórico da História Cultural tem possibilitado aos pesquisadores [da História da Educação] ampliarem seus horizontes de investigação, buscando novos objetos, incorporando fontes diversificadas,

aproximando-se de outros campos. Tem sido possível intensificar o diálogo com a Sociologia, utilizando um conjunto de ferramentas conceituais próprio desse campo que permite uma maior compreensão do objeto investigado.

A diversidade dos objetos, temas, fontes, permite compreender o fenômeno religioso em sua complexidade. No contexto brasileiro, a temática *Protestantismo e Educação* teve, na década de 1970, alguns estudos bastante relevantes. Desse período merecem destaque as dissertações de mestrado defendidas em 1975, 1976 e 1977, nas seguintes instituições: UFBA, PUC-Rio e USP, respectivamente. A primeira, por Marli Geralda Teixeira, a segunda, por Maria Lúcia Speedo Hilsdorf Barbanti e a terceira, por Jéther Ramalho. A investigação de Barbanti (intitulada *Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*), é bem referendada em vários trabalhos – incluindo os mais recentes – sendo reconhecidamente uma das primeiras investigações a abordar o tema de modo amplo. Ela discute, grosso modo, a proposta educativa protestante e norte-americana, influenciada pelo liberalismo econômico, individualismo e ideologia capitalista, traço indelével que veio ao encontro dos anseios da elite paulistana em meados do século XIX.

Desde então, outras investigações tomaram forma, principalmente nos últimos quinze ou vinte anos, oriundas tanto de instituições confessionais quanto laicas, contribuindo significativamente para a ampliação de discussões inerentes ao tema, mas que não costumam investigar o contexto fora do eixo Sudeste-Sul.

De um período próximo ao das citadas investigações, analisando o Nordeste, podemos destacar as obras de Sellaro (1987) e Costa (1988), investigações feitas no final da década de 1980, mas que continuam sendo relevantes pela riqueza que apresentam.

Sellaro (1987) analisou duas instituições protestantes em Recife/PE: um colégio presbiteriano e um batista. Utilizou-se de vários tipos de fonte, dentre as quais prospectos, jornais, entrevistas, entre outros, a fim de analisar a relação entre a religião e a educação e, consequentemente, a influência na sociedade recifense na década de 1920.

Costa (1988), por sua vez, buscou compreender as nuances que estiveram no bojo da inserção do protestantismo no Rio Grande do Norte, também por meio de fontes diversas. Sua pesquisa identifica as relações entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, nesse contexto, e aponta para a influência da palavra impressa na conversão dos neófitos, demonstrando, assim, o papel fundamental tanto dos *colportores* –

vendedores/distribuidores de impressos – quanto das escolas de primeiras letras na inserção do protestantismo nessa região.

Ambas são contribuições fundamentais para o conhecimento dessa parte do Brasil que carece ainda de outros estudos. Não podemos esquecer, no entanto, que em congressos, colóquios, encontros regionais, entre outros, esse campo investigativo tem sido contemplado. Porém, pesquisas de maior vulto, como dissertações e textos, ainda são modestas.

Por compreendermos a educação protestante como prática cultural, buscamos apoio em alguns autores que nos auxiliaram no decorrer de nossa empreitada, ajudando-nos a delinear nosso objeto de estudo. Ressaltamos as investigações no cenário brasileiro feitas por: Almeida (1998, 2007), que aborda a educação feminina, incluindo o processo de feminização do magistério, na transição monarquia-república, bem como investiga o processo de oferta educativa para as meninas em instituições religiosas protestantes e católicas; Barros (2007), apesar de não discorrer sobre o protestantismo em si, traz considerações relevantes no tocante às representações de gênero na imprensa do Recife no início do século XX; Cruz (2011) investiga duas instituições – uma laica, pública, e uma protestante, privada – na transição para a modernidade, na cidade de Natal (RN), entendendo-as como instâncias privilegiadas tanto para a forja quanto para a divulgação de identidade nacional, buscando a compreensão do homem novo, do cidadão republicano; Lira (2009) por sua vez, investiga as iniciativas da Igreja Católica em ofertar a educação feminina, refletindo mais precisamente acerca das práticas corporais que existiam nas instituições sob a égide das beneditinas, em Recife (PE); Stamatto (1998, 2002a, 2002b, 2005, 2009) investiga a inserção do elemento feminino no mundo da escolarização, no Brasil, desde o período colonial até a República, tanto como aluna, aprendiz, quanto como profissional da educação, problematizando também o processo de feminização do magistério e as repercussões advindas. Nesse ínterim, registra que as escolas protestantes, instaladas no Brasil a partir de 1870, foram as primeiras a implantar a coeducação dos sexos, com as escolas mistas tendo, sob o mesmo teto, meninos e meninas; Matos (1998, 2000, 2004, 2007) e Nascimento (2002, 2004, 2007, 2012), por sua vez, permitem-nos vislumbrar um panorama ainda mais próximo ao nosso tema ao discorrerem sobre a educação presbiteriana no que tange aos impressos confessionais e à participação feminina nesse contexto.

Os autores e autoras citados contribuem para a reflexão do todo que compõe nossa investigação, uma vez que nosso percurso abrange

a transição monarquia-república, bem como as oscilações, instabilidades e possibilidades que o período encerra, no caso brasileiro.

Certamente que não foram os únicos com os quais dialogamos. Todavia, no panorama brasileiro, são os que mais adequadamente acercam nossa temática, dentre tantos outros com os quais nos deparamos.

A presença de protestantes no Brasil remonta o início do século XIX, sobretudo após os decretos da abertura dos portos às nações amigas e o de livre navegação e, mais adiante, a ampliação desse acesso conferido pela Constituição pós-independência, em 1824.

Aos poucos, a proposta de um cristianismo não católico foi se consolidando. Na segunda metade do século XIX, estabeleceram-se, no país, missionários de denominações diversas. Interessou-nos, mais especificamente, destacar a chegada dos presbiterianos ocorrida em agosto de 1859, no Rio de Janeiro – logo ampliando a área de atuação para as províncias vizinhas como São Paulo (capital e interior) e Minas Gerais (mais na área rural).

No lastro da divulgação de uma fé reformada, trazem, como não podia deixar de ser, uma proposta educativa, balizada pela leitura e escrita. Em grande parte de suas atuações no Brasil, pautaram-se numa tríade: escola-igreja-hospital. Quando não foi possível ou necessária essa formação, o binômio igreja-escola foi mantido.

É nesse contexto que trazem, também, uma proposta diferenciada para o elemento feminino: deixam a cargo das mulheres a educação das crianças e dos jovens e, muitas vezes, a direção tanto das escolas paroquiais quanto dos colégios.

A proposta presbiteriana e norte-americana se balizava sob alguns valores como “[...] o individualismo, a liberdade, a igualdade de oportunidade, inclusive quanto à ascensão social e a responsabilidade pessoal [...]” (CRUZ, 2011, p. 105).

Esses ideais, dentre os quais o individualismo, mas sob uma forte matriz solidária, foram popularizados nos países campo de missão, por meio das igrejas e das instituições escolares, divulgando, também, a crença religiosa no Evangelho. No Brasil, encontraram um campo favorável com uma cultura em formação cujo desenho era propício à sua implantação, mesmo com a oposição que viria do clero católico.

Com a estruturação do republicanismo e a veiculação em maior escala das premissas liberais e positivistas, as escolas protestantes passaram a ser aceitas pelas famílias mais importantes em todo o país. Mas o repúdio da Igreja Católica ao protestantismo foi notório. Ainda assim, foi possível identificar experiências pontuais de não confronto, da parte de alguns padres, em terras brasileiras.

A proposta de uma escola para cada igreja, estratégia da expansão missionária, consistia no desempenho da função evangelizadora ao mesmo tempo em que atuavam como professores. Sob um ideário de uma educação que atingisse toda a população, o ensino de crianças esteve sob a responsabilidade feminina, de tal forma que as missionárias protestantes foram as principais incumbidas do trabalho nas escolas, *liberando*, assim, os missionários para a tarefa da evangelização propriamente dita. Não se pode esquecer, no entanto, que a educação ministrada nas escolas, nos impressos, no púlpito, ou por qualquer outro meio, explícita ou tacitamente, também era imbuída de caráter catequizador.

Almeida (2007) informa que em menos de cinquenta anos do estabelecimento dos protestantes em solo brasileiro, as cidades mais importantes do país tinham uma escola americana protestante com classes nas quais predominavam as professoras, abertas aos filhos dos convertidos e aos setores interessados em proporcionar aos seus filhos uma educação diferenciada da tradição católica.

Mirando a Educação como um direito do indivíduo e sendo o professor um articulador e organizador do aprendizado, as escolas americanas enfatizavam a adoção de um ensino no qual a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, no qual se apoiavam valores como honra, virtude, respeito mútuo, temperança e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos.

Nesse contexto, ainda de acordo com Almeida (*Op. cit.*), a vinculação do trabalho feminino como um fator de elevação moral e espiritual do magistério e a prática do ensino igual para ambos os sexos, fizeram surgir uma nova perspectiva educacional, diferente da pregada pelos colégios católicos e até mesmo pelo ensino público.

A Igreja Católica, por sua vez, nas décadas finais do século XIX, mas principalmente no começo do século XX, inicia uma contraofensiva, tendo como objetivo minar o protestantismo, que só crescia desde a segunda metade dos Oitocentos.

Nessa conjuntura, algumas ordens católicas, como as Beneditinas (LIRA, 2009) e as Doroteias (CRUZ, 2011), receberam incentivos para se instalar no Brasil, com foco na educação também do elemento feminino, a fim de que as meninas (e, em outras escolas, os meninos também), pudessem ser educadas sob a perspectiva romano-católica. Nas palavras de Lira (2009, p. 30, 31, grifo nosso):

Juntamente com os Franciscanos, Carmelitas e Jesuítas, os Beneditinos davam uma grande estrutura para a Igreja nesse período. Mesmo

estando em crise, principalmente os jesuítas, desde a expulsão pelo Marquês de Pombal em 1759, e os Franciscanos e Beneditinos estarem passando por brigas internas, aos poucos essas Ordens conseguiram se estabelecer no Brasil. *Outra preocupação da Igreja que motivou a vinda dos estrangeiros foi o avanço do protestantismo* e da educação laica, fazendo com que uma das principais atividades exercidas pelas congregações europeias fosse o trabalho educacional em escolas católicas, fundando internatos e externatos masculinos e femininos.

Assim, em Pernambuco, Lira (2009) nos informa que a Academia de Santa Gertrudes pode também ter sido uma contrarreacção do clero romano, uma vez que “a ordem Beneditina foi uma das que chegaram ao Brasil para reforçar os costumes católicos dessa nação”.

Em se tratando do Rio Grande do Norte, podemos identificar uma ação real, explícita e contundente nessa direção. Nas palavras de Souza (2008, p. 481, grifo do autor),

Diante desta penetração protestante, a reação da Igreja Católica veio *incontinenti*. Naquela época, Natal, e todo o Estado do Rio Grande do Norte, pertenciam eclesiasticamente à jurisdição da Diocese da Paraíba, cujo Bispo era D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Em 1895, ele veio fazer uma visita pastoral em Natal e, ao constatar o alcance da obra dos protestantes, começou a trabalhar no sentido de criar dois Colégios católicos.

Em Natal, onde o presbiterianismo se estabeleceu oficialmente na última década dos Oitocentos, e, em seguida, instituiu um Colégio Americano, cujo funcionamento adentrou a primeira década do século XX, a reação católica criou o Colégio Imaculada Conceição (CIC) com a nítida – e explícita – orientação: coibir o avanço do protestantismo. Não apenas essa instituição católica, na capital, para o sexo feminino, em 1902, foi criada, mas também outra, no ano seguinte, direcionada ao público masculino, na cidade de Mossoró, corroborando a proposta católico-romana de instruir – ou educar – em separado, meninos e meninas (CRUZ, 2011).

No contexto lusitano, por sua vez, a investigação efetuada por Afonso (2009) abrange um extenso período: inicia seu olhar investigativo a partir de 1840, momento em que as primeiras comunidades não católicas começam a atuar em Portugal continental e insular e prossegue até meados do século XX. O autor analisou o funcionamento

das escolas – via manuais, processos pedagógicos, currículos etc. Esses dispositivos ajudaram essas comunidades a se estabelecer, bem como a formar seus membros e angariar prosélitos – nas Uniões Cristãs da Mocidade, nas Escolas Dominicais, no Escotismo, além de outros agrupamentos, como as associações, para diversos fins.

Para além disso, o autor identificou a influência peculiar dos impressos como elemento catalisador na divulgação de modos de ser e proceder desses novos conversos. No tocante especificamente à imprensa, ele considera que ela foi, no caso português,

um veículo de poderosa influência nesta ação catequética e formativa dos evangélicos, servindo de *púlpito* para a explanação de temas religiosos, de *tribuna* para a defesa de princípios de justiça e liberdade, de *carteira escolar* ou *biblioteca* de conhecimentos úteis dos mais diversos e, no geral, de *observatório* atento da realidade social e moral do País (AFONSO, 2009, p. 8, grifo nosso).

Conforme Silva (1995), na antiga metrópole o clima social no final do século XIX era instável. Para além das questões sociais que grassavam no país, a partir de meados da década de 1860, um novo “inimigo da ordem” começa, de fato, a exercer influência, principalmente na região do Porto: o Protestantismo.

De acordo com o autor supracitado, “a resposta católica surge por duas vias: a mais rara, de feição erudita e intelectual [...] [e a] mais comum, de carácter popular, aproveitava a tradição de incitamento anti-herético e o fanatismo das populações [...]” (SILVA, *Op. cit.*, p. 99).

No primeiro caso, refere-se às polémicas travadas na imprensa, com destaque para a que ocorreu entre Guilherme Dias, redator d’A *Reforma*, e o Bispo portugalense D. Américo. No segundo caso, a resposta católica estabeleceu-se

[...] pela queima pública de bíblias e folhetos de propaganda protestante, [...] recusa do sepultamento de cadáveres de evangélicos [...], aprisionamento de diversos colportores ou pelo apedrejamento de missionários evangélicos [...] (SILVA, *Idem*).

A imprensa e os impressos confessionais produzidos por ambas as correntes – católicos e protestantes – fulguram como elementos basilares de propostas que se apresentavam de ambos os lados.

Se as comunidades protestantes

[...] tinham no folheto, na porção das Escrituras, na folha volante meios fundamentais de propagação de suas doutrinas e propostas. não podiam, muito naturalmente, ficar alheias à oportunidade poderosa da imprensa periódica (SILVA, *Ibidem.*, p. 105).

É na região nortista do Porto que surge, então, o primeiro jornal protestante português, *A Reforma*, cujo principal redator foi Guilherme Dias, um ex-padre romano que abjurara da fé católica, em 1875. Este e o Reverendo metodista Robert Moreton, um inglês que chegara ao Porto alguns anos antes, exercitaram a verve jornalista, em conjunto, por vários anos.

Outros periódicos, tanto protestantes quanto católicos, sugeriram no último quartel do século XIX em Portugal, tanto em Lisboa quanto na região do Porto, contando esta, sem dúvida, com expressiva verve jornalística. Entre 1870 e 1900, Silva (1995) informa que houve aproximadamente 300 jornais na região, que contava com uma população de cerca de 140.000 pessoas.

Também em Portugal a vertente cristã protestante preocupou-se em abrir escolas com o intuito de combater o analfabetismo que grassava no país, tendo uma postura em relação à leitura e à escrita tanto no tocante ao aprendizado da Palavra quanto à importância que concediam à educação como forjadora do indivíduo que o século XIX procurava constituir.

Para tanto, são criadas escolas em várias localidades como na região do Porto e em Lisboa. Algumas instituições, na região norte, ainda estão em funcionamento. Como exemplo citemos a Escola do Torne, em Gaia, fundada em 1868 por Diogo Cassels¹², um português descendente de ingleses que foi um entusiasta da causa protestante, exercendo sua influência no contexto educacional, social e jornalístico. Sobre esse personagem Afonso (2009, p. 63) nos informa que:

Entre 1868 e 1923, data da sua morte, a vida de Diogo Cassels funde-se com a da Escola do Torne e ambas produzem em Vila Nova de

12 Sobre esse jornalista, educador e polemista, alguns autores como Silva (1995) e Afonso (2009) trazem contribuições pertinentes. No entanto, para uma compreensão mais ampla de sua atuação e influência no contexto educativo e protestante português, sugerimos consultar também Peixoto (2001, 2005), que fez uma extensa investigação acerca do personagem citado.

Gaia um impacto social e cultural que só recentemente terá começado a esbater-se. Poucos anos após a sua criação, a Escola do Torne associa ao ensino elementar uma creche, aulas nocturnas para adultos e cursos secundários; Cassels funda também uma sociedade mutualista e uma caixa económica para operários, ao mesmo tempo em que instala um “gabinete de leitura” onde faculta a consulta de uma biblioteca e jornais de várias tendências.

De acordo com o exposto, compreendermos que

os movimentos protestantes são portadores de uma convicção: a universalização da instrução como meio de fomentar igualdade, a liberdade e solidariedade, enquanto momento crucial de incluir educativa e moralmente cada um no mundo social (AFONSO, 2009, p. 51).

Analisar as características peculiares dos impressos protestantes, seja no Brasil, seja em Portugal, no que incentivam ou declinam ao elemento feminino, é a proposta desta investigação.

É importante, ainda, compreender, em nossa análise, o caminho trilhado para que os impressos de um modo geral pudessem ser legitimados como fontes históricas.

OS IMPRESSOS COMO FONTE PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O documento escrito despontou como o mais usado e valorizado registo histórico, desde o surgimento da escrita até meados do século XX, sendo considerado, também, uma das produções culturais fundantes do Estado moderno (CHARTIER, 1990). Porém, todas as mudanças que o mesmo encerrou possibilitaram uma diversidade de fontes, objetos, temas que aprimoraram o *fazer* histórico, a narrativa, abrindo caminhos e possibilitando olhares os mais diversos.

Tanto as fontes para o estudo da História, em geral, quanto da História da Educação, em particular, variaram bastante ao longo dos últimos tempos, assim como os métodos e técnicas utilizados para leitura e análise das mesmas.

Neste nosso trabalho, a fonte principal é o impresso. Não nos deteremos em documentos tidos como oficiais, a saber, leis, decretos etc., apesar de alguns deles, no percurso, serem utilizados. Os impressos – como periódicos, revistas, literatura – compõem o corpus documental do texto.

Algumas autoras como Galvão (2000) e Vasconcelos (2010) são exemplos de como os impressos – no caso cordéis e jornais, respectivamente – ajudaram-nos a entender a complexidade social por meio de uma rede de leituras, interpretações, significados e apropriações.

Como nossa principal fonte foi a imprensa periódica – jornais e revistas – fez-se necessária uma breve incursão acerca de sua historicidade. No caso da história da imprensa no Brasil, podemos verificar que investigações desde algum tempo dissertam, principalmente, a respeito da editoração, publicação e distribuição, além de abordarem também questões que se referem à trajetória de profissionais relevantes no processo.

Contudo, é importante ressaltar que a opção de se tomar os periódicos a fim de pesquisar a história do país, por exemplo, é tarefa bem mais recente. Nas últimas décadas do século XX, existiam investigações, mas em pouca quantidade. Luca (2010, p. 111), referindo-se ao século XX, corrobora tal assertiva ao nos mostrar que:

até a década de 70 eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil. Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da Imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa.

A autora destaca, ainda, que essa atitude não foi exclusiva do Brasil. A ressalva, a cautela em se investigar a história por meio da imprensa é devedora, em parte, à tradição presente desde a organização dos campos das disciplinas no século XIX, a partir da qual se pensava uma objetividade precisa e imparcial para o “fazer histórico”.

De acordo com os limites impostos à tradição historiográfica do século XIX, que tinha como pressuposto a busca da verdade, ampliar essas fontes era quase impossível, pois, para realizar sua tarefa investigativa, o historiador “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, *Op. cit.*, p. 112).

Dentre os documentos qualitativamente hierarquizados, o jornal estava longe de ser legitimado por apresentar uma grande quantidade de “imagens parciais, distorcidas e subjetivas. da realidade” (LUCA, *Idem*).

Essa visão depreciativa em relação aos jornais passaria a ser questionada quando os adeptos da Escola dos *Annales* reconhecem

a importância de várias fontes nas pesquisas históricas – incluindo-se a imprensa. Marc Bloch (1886-1944), Lúcién Febvre (1878-1956) e seus seguidores permitiram-nos uma visão diferenciada sobre objetos e fontes de pesquisa. Tal movimento acentuou possibilidades e novas perspectivas no que tange às investigações históricas e também educacionais.

Apesar de um significativo reconhecimento da imprensa como fonte de pesquisa, o uso efetivo dessa fonte só se legitimaria após a intermediação da terceira geração da referida *Escola*.

Conforme a autora supracitada, a primeira geração corresponde à dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre¹³, responsáveis pelo lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). Em 1956, com a morte de Febvre, Fernand Braudel tornou-se o diretor efetivo dos *Annales* e ocupou lugar dos mais destacados na historiografia e no sistema universitário francês até sua aposentadoria, em 1972, tendo ao seu lado nomes como Ernest Labrousse e Emmanuel Le Roy Ladurie. A terceira geração compõe-se de ampla plêiade de historiadores, entre os quais François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora.

Os proponentes da terceira geração lançaram novas perspectivas para as análises históricas cujas temáticas passavam a incluir

o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens, as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim, uma miríade de questões antes ausentes do território da História (LUCA, *Idem*, p. 113).

Essa renovação temática abre consideravelmente as possibilidades de fontes para as pesquisas em História. Além dessas possibilidades, abriram-se também novas perspectivas analíticas. Os marxistas, sobretudo encabeçados por E. P. Thompson, encetaram a proposta de escrever uma história pela ótica dos vencidos. Assim, modificava-se a visão tradicional que, baseada em documentos oficiais, escrevia a história dos heróis e das grandes personalidades.

Além da abordagem marxista, outro aspecto importante foi o desenvolvimento da chamada História Cultural, História Imediata e História Política. As mudanças no campo historiográfico trouxeram perspectivas abrangentes para o estudo da história. De acordo com Luca (2010, p. 114):

13 Também se deve a Lucien Febvre a criação da cadeira “História da Reforma e do Protestantismo”, na Escola Francesa de Altos Estudos (cf. LÉONARD, 1963).

Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o Historiador Antonio Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos complementar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.

Ainda assim, alguns autores que, mesmo vendo a imprensa como uma “possível fonte de informações históricas” (caso de José Honório e Jean Glénisson), mantinham-na sob suspeita por diversas razões. Dentre estas, destaca-se a dificuldade ou a mescla do real com o imaginário, do imparcial com o tendencioso. Tratava-se, no caso dos historiadores citados, da crítica ao

uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel-prazer do historiador. Prescrições que convidavam à prudência [e alegavam que o pesquisador só fizesse uso da imprensa] quando premidos pela falta absoluta fontes (LUCA, *Op. cit.*, p. 116).

Outros estudiosos como Gilberto Freyre, escritor recifense, nascido em 1900, que manteve forte ligação com Portugal, valeram-se da imprensa, tomando-a como referência para configurar a sociedade brasileira a partir de 1940. Também houve trabalhos nas décadas de 1960 e 1970 em diante, principalmente os trabalhos de Sodré. Este foi, segundo Luca (2010, p. 117), “um dos poucos a abordar a História da Imprensa brasileira desde os seus primórdios até 1960”.

Após amplo debate iniciado a partir da década de 1970, o jornal tornou-se fonte de pesquisa histórica em longa escala e, “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2010, p. 118).

No que tange a objetos poucos estudados antes da década de 1970, convém destacar os estudos sobre a infância e sob a perspectiva do gênero – amplamente investigados, na contemporaneidade, tanto no Brasil quanto no exterior, e que também encontraram base de apoio na imprensa.

O uso da imprensa nos meios acadêmicos, como fonte para a compreensão de fatos históricos, é relevante, pois ela, sem dúvida, representa um espaço de manifestações coletivas no qual ocorrem

debates, discussões e polêmicas da época pesquisada, muitas vezes no afã dos acontecimentos, emergem de forma fecunda.

Barros (2010, p. 18), ao analisar o papel da imprensa no Brasil, e mais especificamente em Recife, alega que os jornais e as revistas, no início do século XX, apresentavam,

uma retórica construtora de uma ideia de crise entre os gêneros e de quebra de fronteiras entre homens e mulheres. No nosso entender, foram discursos astutamente mobilizados visando, sobretudo, conter os poucos deslocamentos de práticas e de subjetividades de gênero que começavam a se delinear na década aqui abordada.

No que tange à historiografia educacional, a imprensa pedagógica, por sua vez, tornou-se um espaço de infinitas possibilidades de investigação. Fonseca (2008) recorda-nos que as mudanças do fazer histórico, após os *Annales* e, posteriormente, com a História Cultural, como já citado, tornou possível a diversidade nas pesquisas, inclusive, educacionais.

No Brasil, a partir da década de 1990, os estudos educacionais têm se diversificado bastante, tanto nos objetos quanto nas fontes e nas formas de abordagem. Além dessas, novas temáticas e novos sujeitos – muitas vezes relegados anteriormente a um “esquecimento coletivo” – reaparecem como possibilidades diversas de investigação.

Ainda de acordo com a autora,

O mesmo movimento que orientou as mudanças de direção da historiografia de uma forma geral atingiu a História da Educação, levando-a a considerar outros objetos e outros problemas para além da tradicional história das ideias pedagógicas e história das políticas educacionais. *Entre os chamados novos objetos, predominam a história da leitura e dos impressos* (FONSECA, *Op. cit.*, p. 60, 61, grifo nosso).

Assim, as investigações propostas não se resumem apenas à imprensa especializada, aquela voltada aos temas educacionais. É importante observar o papel da imprensa diária – leiga ou profissional – na qual podem ser analisados aspectos relacionados às questões políticas, às concepções de sociedade, os problemas da época, entre outras demandas, o que termina por reverberar no meio educativo. Recordemos que o fenômeno educativo é, também, social, sendo suas repercussões percebidas por toda a sociedade.

A História da Educação no Brasil, através do uso de fontes impressas, ainda está em processo de expansão. A possibilidade de contribuímos, mesmo que parcialmente, torna-se real, pois estamos de acordo com Carvalho; Araújo e Gonçalves Neto (2002, p. 72), uma vez que, como eles,

Entendemos que a imprensa, ligada à educação, constituiu-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período, como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social.

Sendo a imprensa, na concepção sob a qual nos apoiamos, identificada como uma configuração, é possível, por meio dela, investigar costumes, hábitos, inclinações políticas, entre outros aspectos. Ou seja, não se trata de analisar os impressos isoladamente, mas perceber as redes de entrelaçamentos que contêm, o que dizem – ou silenciam – como dizem, quando dizem, dentre outros aspectos.

Importantes modificações no fazer histórico, como já vimos, foram gestadas no século passado. No entanto, no caso brasileiro e no português, o século XIX foi bastante fecundo no que tange à fundação de jornais, periódicos, gazetas etc. Em diversas regiões muitos surgiam e desapareciam com a mesma rapidez; outros, no entanto, consolidaram-se e alcançaram praticamente todo o território nacional (ao menos no que se refere à importância no cenário jornalístico), tanto deste lado do Atlântico quanto do outro.

No século XX, porém, surgem novos formatos de impressos, para além dos jornais, tanto no meio secular quanto no profissional: almanaques, folhetos publicitários de empresas, periódicos de e para grupos específicos.

Também merece destaque a ilustração presente nos impressos e revistas de variedades, bem como nos catálogos dos acervos das editoras instituições e a disseminação das revistas. De fácil e agradável leitura, escrito numa linguagem simples, quase didática, este último gênero de periódico logo caiu *nas graças do povo*, uma vez que era composto de variado conteúdo: informações nacionais e estrangeiras, moda, saúde, textos de humor e entretenimento tanto para crianças quanto para adultos.

Essa particularidade do início do século XX fez-se sentir, também, nas publicações confessionais protestantes como, por exemplo, no caso da *Revista de Cultura Religiosa*, um impresso diferente dos demais, editado por educadores – Erasmo Braga e Miguel Rizzo Júnior. Trazia discussões acerca de temas diversos, como cenas da vida diária, cotidiana, política, economia, dentre outros, de publicação trimestral, apresentando, cada exemplar, cerca de 120 páginas. Quanto mais avançava o Novecentos, mais segmentadas ficavam as publicações.

Outras mudanças também são percebidas. Se antes grande parte dos recursos que custeavam as publicações e a divulgação delas eram oriundos dos leitores/consumidores – fato esse largamente percebido também na imprensa confessional investigada – um elemento cresce e se estabelece de uma forma intensa: a publicidade. Não que ela não existisse antes. Porém, houve uma profissionalização da área, juntamente com a proliferação dos periódicos, a partir de 1910: “com o agenciamento individual cedendo lugar às empresas especializadas” (LUCA, 2010, p. 123).

A propaganda ganhou mais espaço, o que também ocorreria com a ilustração que se fez presente tanto nos jornais quanto nas revistas, “e os historiadores incumbiram-se de transformá-la em outro fértil veio de pesquisa” (LUCA, *Idem*).

A produção e o consumo dos impressos foi uma preocupação surgida da relação entre a literatura e a história. Estudos com esse viés foram levados a cabo, investigando-se tanto a prosa de ficção (muito difundida na imprensa) quanto “a relação entre os homens de letra e a imprensa” (LUCA, *Ibidem*, p. 124).

Quanto à temática feminina, que nos interessa mais diretamente, algumas pesquisadoras merecem destaque: Dulcília Buitoni, com sua obra *Mulher de Papel*, faz um apanhado no tocante à imagem da mulher na imprensa feminina em nosso país no século XX; Joana Maria Pedro, cujo trabalho é similar, dando ênfase à investigação referente aos estereótipos construídos sobre as mulheres “honestas” e as “faladas” em Desterro/Florianópolis (1880-1920), e Carla Bassanezi, que se debruça sobre as revistas *Claudia*, *O Cruzeiro*, *Querida* e o *Jornal das Moças*, fazendo indagações e comparações acerca das mudanças ocorridas em meados do século passado nas publicações especificamente direcionadas à mulher.

Outro campo investigado foram as fotonovelas e as sessões voltadas para o elemento feminino nos periódicos ou, ainda, os *romances de sensação*, cujo enredo baseava-se em literatura pornográfica e popular.

No caso dos impressos protestantes, os romances e as biografias de alguns nomes importantes passaram a fazer parte também dos impressos indicados como *boa leitura*. Muitos deles eram divulgados, em fascículos, nos jornais impressos, para que fossem acompanhados pelo público, sugerindo, assim um constante acesso dos prosélitos aos impressos – fossem eles diários ou periódicos – hábito bastante comum tanto em Portugal quanto no Brasil.

Matos (2007, p. 53, grifos do autor), ao referir-se a um gênero específico publicado em Portugal, bem como a uma gama de títulos editados com frequência, principalmente custeados por estrangeiros, afirma:

Também se fez ampla divulgação de um gênero específico – obras populares de ficção evangélica –, que cumpriam a função de identificar os novos crentes com os mártires cristãos da igreja antiga e do período da Reforma Protestante. Muitos desses livros e panfletos eram publicados pela célebre editora da Rua das Janelas Verdes, em Lisboa, patrocinada pelos presbiterianos escoceses. Alguns exemplos são: *Gláucia, a escrava grega*; *Às feras*; *A aurora do evangelho na Britânia*; *A donzela valdense*; *Os irmãos espanhóis ou a descoberta do Eldorado*; *O velho manuscrito*; e *Anais de um antigo castelo* (traduzido por Zacarias de Miranda). Outros desafios enfrentados pelos evangélicos são abordados em obras como *A herdade de Barrios*, *A primeira oração de Jéssica*, *Julião e a Bíblia*, *Josefa e a virgem*. Obviamente, em muitos desses escritos há um fortíssimo conteúdo polêmico contra o catolicismo.

A educação pelo exemplo foi uma realidade na proposta educativa reformada. Tanto no contexto brasileiro quanto no lusitano, diversas obras com essa tônica, ou seja, o exemplo pessoal como estratégia evangelística, foram amplamente divulgadas nos catálogos constantemente renovados da *Livraria Evangélica*, que funcionava em Lisboa, à Rua das Janelas Verdes, como nos demonstra o texto acima.

Segundo Almeida e Oliveira (2011, p. 10), a referida editora “[...] foi responsável por grande parte da produção dos impressos vindos de Portugal” para o Brasil. Afonso *et al.* (2012, p. 601, grifos do autor) também corroboram essa assertiva ao nos mostrarem que

O catálogo da referida *Livraria* era variado, contando com folhetos evangélicos de apologética e controvérsia, novelas históricas e

ilustrações de grandes fatos da alma, livros diversos – alguns dos quais foram primitivamente publicados no sistema de folhetim na imprensa protestante, cartões parietais, narrativas para crianças e jovens, testemunhos, obras de caráter histórico, etc. Além destes, é preciso ressaltar que a *Livraria* também editava publicações abordando temas educativos, teológicos e de escotismo, como sinal evidente de um acompanhamento das necessidades diversas das comunidades evangélicas, ampliando, assim, seu público leitor.

A citação nos permite refletir sobre a diversidade de títulos editados pela *Livraria*, bem como ponderar a heterogeneidade de seu público leitor. Não se tratava de fiéis conversos em busca apenas de textos de apologia religiosa: discussões de ordens diversas eram expostas no material editado na mencionada *Livraria*.

No contexto laico brasileiro, referindo-se à infância, ressaltamos o trabalho de Zita de Paula Rosa, que “não apenas mergulhou nos mais de 2000 exemplares da revista, como entrevistou leitores fiéis” (LUCA, 2010, p. 127). A revista em questão foi a *Tico-Tico*, publicada entre os anos de 1905-1962 sem interrupções. Zita Rosa investigou “as imagens de mulher e de família, pontuando as transformações que experimentaram ao longo de mais de meio século de circulação da revista” (LUCA, *Op. cit.*, p. 127-128). Para a autora, o que contribuiu, em parte, para a extinção da publicação, foi a chegada das revistas editadas pela *Walt Disney*, em meados da década de 1960.

Os quadrinhos, por sua vez – comumente hoje conhecidos como HQs e em épocas passadas como gibis – também ganharam destaque na investigação levada a cabo por Gonçalo Júnior, na obra *A guerra dos quadrinhos*. Esse autor levantou a trajetória desses impressos em solo brasileiro

e descreveu de forma envolvente os calorosos debates em torno dos “perigos” que cercavam a história dos gibis, termo que já nasceu pejorativo. Partidários e opositores desta literatura mantiveram acirrada disputa. Envolveram-se na questão destacados escritores, educadores, pedagogos, políticos. Mas o problema não se restringiu aos aspectos educativos morais, antes comportou interesses políticos e editoriais. (LUCA, *Op. cit.*, p. 128).

No contexto português, destacamos o extenso período no qual a revista *O Amigo da Verdade e da Infância* (que se denominou também

por vezes apenas *O Amigo da Infância*) circulou. Seu surgimento ocorreu em 1873 e sobreviveu, ininterruptamente, até meados de 1940. Não apresentava estrutura similar às HQs. No entanto, provavelmente por se destinar a um público infantojuvenil, contava com diversas ilustrações e uma diversidade de temáticas.

Sobre o referido periódico, Afonso (2009, p. 156, grifos do autor) nos informa:

A urgência em erigir práticas educativas que fossem catalisadoras de integração social é visível, e configura-se, nas comunidades evangélicas portuguesas, a partir de meados da centúria de Oitocentos. Exercendo uma dinâmica catequética de largo espectro quiseram ultrapassar os limites de uma mera ação proselitista. Expressando esta dinâmica, *O Amigo da Infância* é, entre 1874 e 1940, o difusor de muitos dos temas que perpassam pelas propostas evangélicas, sustentando a tal ponto um modelo educativo que vem a tornar-se em 1934 órgão oficial das Escolas Dominicais.

O autor compreende que essa publicação atendia às necessidades protestantes, uma vez que apresentava “[...] uma articulação entre as componentes instrutiva, científica, instrução religiosa e educação moral, que procura socializar o saber moralizando a comunidade” (AFONSO, *Op. cit.*, p. 156). Essa publicação teve uma longa existência e circulou entre Brasil, Portugal continental e ilhas (Funchal e Cabo Verde), conforme consta na capa da edição de 1899.

Os argumentos expostos nesse periódico excediam o simples fazer catequético:

Acolhia-se nas páginas de *O Amigo da Infância* a experiência escolar da aprendizagem da leitura, do contar e do estudar, enquanto momentos paradigmáticos de mudança e inserção no mundo. Potenciam-se as virtualidades das aprendizagens escolares como fórmula virtuosa de uma “vida melhor”. Conhecendo o que nos rodeia, necessariamente terá que ser fomentada uma intuição dos lugares de gênero e sociais que cada um ocupa – e, provavelmente, ocupará (AFONSO, *Idem*, p. 158).

Nas páginas dos impressos materializava-se uma educação para a vida, para além do proselitismo puro e simples, voltando-se, nesse caso, à infância, mas abordando temas que muitas vezes podiam ser

considerados para além dessa fase. A educação da infância, tanto no aspecto formal quanto no religioso, foi uma constante no ideário protestante.

Outras áreas, como a política, também foram investigadas tendo como fonte a imprensa. O cotidiano da “arena do poder” é registrado comumente nos periódicos diários, semanais, mensais etc. Porém, nos últimos anos, as pesquisas sobre temas políticos – mesmo as que se utilizam dos impressos como fontes – têm procurado observar as especificidades e o contexto mais amplo.

A ilustração na imprensa, por sua vez, atualmente bastante comum, apareceu no Brasil ainda no século XIX: no final do ano de 1837, surgiu a primeira página ilustrada no *Jornal do Commercio*. O autor da *novidade*, Manoel de Araújo Porto-Alegre, durante o período que esteve em Paris, inspirou-se para pôr em prática a ilustração na imprensa brasileira, fato este recebido “com grande alvoroço”. Alguns anos depois, em 1844, o escritor-pintor foi responsável por uma publicação, a *Lanterna Mágica*, que se valeu “de forma sistemática de ilustrações” (LUCA, 2010, p. 135).

A influência, nesse contexto, de artistas estrangeiros foi notória e fundamental, pois “o trabalho de ilustração exigia grande perícia” (LUCA, *Idem*), e os brasileiros estavam começando a trilhar esse caminho. Dessa forma, proliferaram as publicações ilustradas, em especial as que traziam charges humorísticas e satíricas envolvendo personagens públicas à época, inclusive o Imperador Pedro II, destacando-se, no entanto, autores estrangeiros e brasileiros. É importante ressaltar a ação de algumas instituições que têm se empenhado em trazer à baila, nos dias atuais, esses impressos do século XIX, inclusive com exposições e reedições.

As mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XIX – avanços “possibilitados e pagos com o café”, como as ferrovias, os serviços, o telégrafo, a navegação a vapor, a circulação da informação, a incipiente produção fabril – pareciam ansiar pelo novo tempo que se avizinhava em um clima de otimismo por parte da população de um modo geral.

Por conta disso, “a chegada do século XX parecia anunciar mais do que uma simples mudança no calendário; tratava-se de adentrar um novo tempo que deixava para trás o passado monárquico e escravista” (*Idem*, p. 137). A imprensa não passou incólume a essas transformações:

Velocidade, mobilidade, eficiência, e pressa tornaram-se marcas distintas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da

informação e da difusão tomou parte ativa nesse processo de aceleração. Os jornais diários se profissionalizaram, sem perder o caráter opinativo e de intervenção da vida pública (LUCA, *Ibidem*, p. 137).

A necessidade cada vez maior de especialistas tanto para a produção quanto para a distribuição dos jornais, a pressa, o novo, a modernidade, exigiam uma nova imprensa. Esta, por sua vez, ao profissionalizar-se, buscou baratear o preço dos impressos a fim de angariar mais leitores, porém, melhorando a qualidade. A publicidade e a ilustração entraram de vez nesse caminho. Entretanto, “a mudança de maior monta, e que abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação”. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou (LUCA, 2010, p. 138).

Assim, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (*Idem*, p. 139).

Diante do exposto, podemos entender que os periódicos, de um modo geral, e a imprensa, em particular, são fontes relevantes para a pesquisa histórica, uma vez que por meio deles é possível investigar grupos sociais sob os mais diversos aspectos, ajudando-nos a compreender os entrelaçamentos das relações pessoais, da redefinição de papéis, do ordenamento social e moral.

A imprensa escrita contribuiu para o estabelecimento de modelos comportamentais, mas também para o declínio de outros, uma vez que se trata de um dos veículos de comunicação que tem, a cada dia, ganho importância e legitimação social.

Inicialmente espaço masculino e voltada mais às discussões sociais e políticas de sua época, a imprensa transformou-se ao longo do tempo. A participação feminina pode ser identificada desde a primeira metade do século XIX, e, aos poucos, alcançou patamares de (quase) igualdade com a participação masculina.

Ainda segundo Barros (2007, p. 30):

A imprensa presenciou a vontade de muitos homens e mulheres refazerem as relações sociais nas cidades. Mas, não apenas registrou estes projetos como foi uma importante promotora na redefinição dos lugares dos gêneros. Ao selecionar e publicar determinadas práticas e ao propalar certos discursos, jornais e revistas do Recife deste período foram vitais na cristalização de algumas imagens do feminino e masculino, algumas repetidas incansavelmente pela própria

historiografia. Os cronistas sociais das revistas e jornais estavam sempre atentos às práticas das mulheres que ousaram construir histórias de vida até radicalmente diferentes das de suas antepassadas.

Almeida (1998, p. 22), por sua vez, tratando do elemento feminino e da imprensa pedagógica, ressalta que “a imprensa feminina, escrita e dirigida por mulheres, representava seu modo de agir e de pensar no período histórico em que atuaram”. Além desta, “conjugada no feminino”, podemos observar a importância da imprensa pedagógica, que “[...] procurou desvendar tanto o ponto de vista masculino como feminino no campo educacional” (*idem*).

Rocha Neto (2002) corrobora essa visão ao mostrar uma análise feita sobre um periódico de Caicó/RN, o *Jornal das Moças*. Como o título sugere, suas jornalistas eram jovens mulheres na casa dos vinte e poucos anos que tratavam de assuntos os mais diversos, alguns dos quais tidos como femininos.

No entanto, nas entrelinhas de seus escritos deixavam mensagens que sugeriam não estarem dispostas a perpetuar o estereótipo tido como “natural” para as moças da época. É importante destacar que as autoras do referido jornal eram professoras, o que sinaliza uma atuação mais efetiva na sociedade da época de mulheres docentes, no nordeste brasileiro. Entretanto, havia homens colaborando com o periódico, apesar de serem minoria. De acordo com Rocha Neto (2002, p. 23), “[...] o farmacêutico José Gurgel de Araújo [era] um dos poucos colaboradores masculinos do *Jornal das Moças* sob [...] o pseudônimo de *Flor de Liz*”.

Em Pernambuco, na obra *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco* (SIQUEIRA *et al.*, 1995), podemos observar a trajetória de vários jornais feitos para e por mulheres, a partir de 1830, demonstrando, assim, que a imprensa não foi um lócus exclusivo de atuação masculina – apesar de esta ser preponderante durante muito tempo.

Entendemos, portanto, ser possível estudar mudanças ocorridas em uma sociedade usando os periódicos como fontes para a investigação. No entanto, as transformações não acontecem sem embates, cisões, divergências, tampouco ocorrem de forma rápida, perene e incontestada: é preciso tempo para que o novo se acomode ou seja repellido; é preciso uma análise profunda dos fatos para que se perceba os novos lugares ocupados.

Os comportamentos tidos como adequados – ou não – para essas mulheres, na transição do século XIX para o XX, no tocante ao

que lhes era permitido e negado, divulgados por meio da imprensa confessional brasileira e também da portuguesa, são deveras importantes para esta investigação.

Compreendemos que os impressos, de um modo geral, e os protestantes, de modo particular, foram – e talvez ainda sejam – um espaço educativo não formal, mas sugestivo e intencional, na divulgação de modos de ser e de proceder. Podemos, assim, refletir acerca da relação entre os impressos protestantes, de cunho presbiteriano, e a educação feminina pautada em um ideário civilizador norte-americano. No entanto, algumas questões pululam, ao investigarmos a relação protestantismo, impressos e educação feminina: Quais estereótipos constavam nos impressos confessionais durante a primeira República, no Brasil, em especial nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte? Participavam essas mulheres, efetivamente, como redatoras, colaboradoras ou apenas recebiam, passivamente, as orientações, proposições que lhes eram designadas via impressos? Houve, realmente, uma proposta diferente de educação para o feminino na concepção protestante trazida pelos norte-americanos no final do século XIX? Ou haverá sido uma falácia a ideia comumente aceita de uma participação ativa das mulheres nessa nova empreitada protestante? Tendo o campo protestante, tanto no Brasil quanto em Portugal, influência do elemento feminino, faz-se necessário compreender um pouco seu histórico e a participação feminina nesse contexto.



AS VERDADES ETERNAS DAS SAGRADAS LETRAS

Protestantismo, educação e impressos

O protestantismo tem como filhas dilectas a beneficência e a instrução, a caridade e a luz. O protestantismo sabe-o toda a gente, é que fez com que povos como a Suíça e a América quase não tenham analfabetos. Nesta orientação, as igrejas protestantes portuguesas, apesar de pobres, sustentam muitas escolas gratuitas, onde se tem ministrado instrução civilizadora a milhares de crianças pobres, sem superstições que pervertem, mas com verdades que elevam, nobilitam os espíritos dos futuros cidadãos.

O Bom Pastor, julho de 1911

O contexto no qual se insere o protestantismo na Europa é bastante peculiar. Algumas mudanças estavam ocorrendo, bem como a gestação de outras. A invenção da imprensa, a formação dos estados nacionais, as grandes navegações, o Renascimento, dentre outros acontecimentos, estavam na ordem do dia.

No campo religioso, o continente europeu já havia sido tocado por *ventos contrários* à religião principal, ou seja, o catolicismo. Alguns dissidentes, ou *hereges*, haviam sido condenados à fogueira; outros, exilados, procuravam viver sua concepção de fé em um lugar diferente, mais tolerante que parte dos países da Europa.

Sendo assim, podemos indagar: o que aconteceu, então, para que a Reforma Protestante, cujo marco oficial é o dia 31 de outubro de 1517, pudesse vingar num continente que já provava do *doce amargor* da Inquisição, das punições do Tribunal do Santo Ofício? Por que os reformadores como Lutero, Calvino e outros não foram levados à condenação, à fogueira ou ao exílio?

De certo modo, podemos supor que esses reformadores dos séculos XVI e XVII não foram mortos como seus predecessores do

século anterior (a exemplo de Huss e Savonarola), porque, para além de uma nova *configuração* social, havia também redes de influência nas quais eles – e as demais pessoas – estavam inseridos.

Apesar disso, não estiveram a salvo de consequências como perseguições e sanções (a exemplo da excomunhão de Lutero e do exílio de Calvino), e não fosse a proteção de alguns nobres alemães, é provável que Lutero tivesse sofrido punições mais severas – ou mesmo tivesse sido morto.

Interessam-nos mais de perto as estratégias empreendidas por esses reformadores, o que trouxeram de novidade em vários aspectos, que especificamente as causas que o tornaram menos expostos às leis da Igreja Católica. Um dos maiores legados da Reforma é, sem dúvida, o acesso perseguido, buscado intensamente, de levar os neófitos, os novos crentes à leitura, quer das Sagradas Letras, quer de outras literaturas.

Sendo uma das prerrogativas da nova fé, o acesso ao Divino por meio da Palavra, tornou-se urgente educar nas primeiras letras, ao menos, os conversos, a fim de que eles pudessem exercer o sacerdócio universal, no qual cada ser, individualmente, era responsável por sua religação com Deus.

Séculos mais tarde, estudiosos vão constatar que essa atitude para com a palavra impressa terminou por reverberar em outras áreas de forma incontestada, chegando muito deles a asseverar que os países nos quais se abraçou o protestantismo tornaram-se mais desenvolvidos econômica e politicamente, ao passo que, no caso daqueles que continuaram adeptos do catolicismo, ocorreu justamente o contrário.

EDUCAR PARA SALVAR: A PALAVRA IMPRESSA E AS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DOS REFORMADORES

Os mais importantes reformadores protestantes ajudaram a disseminar a leitura e, conseqüentemente, foram influentes na criação de escolas para que os fiéis pudessem ler e colocar em prática o princípio da *livre interpretação das Escrituras*. Dessa forma, a palavra impressa foi uma das estratégias utilizadas pelos grupos reformados.

Não podemos esquecer que o primeiro livro impresso foi a *Bíblia*, em meados de século XV. Menos de setenta anos depois, eclodiu o movimento conhecido como Reforma Protestante, na segunda

década do século XVI. Esse movimento, desde os seus primórdios, esteve ligado à Palavra e esta impressa. Assim, verifica-se uma conexão direta entre a difusão do protestantismo e o desenvolvimento da imprensa.

Mesmo que outros movimentos tenham se valido desta, de um modo geral, é lugar-comum a percepção de que o protestantismo, em relação à imprensa,

[...] se constituiu, sem dúvida alguma, o primeiro a explorar cabalmente seu potencial como meio de massa [sendo] o primeiro a utilizar os novos prelos como meio de propaganda e agitação abertas contra uma instituição estabelecida (EISENTEIN, 1998, p. 167).

Não é a Reforma, no entanto, que inaugura os prelos; estes lhe são anteriores, tendo ela, inclusive, amparado-se neles para se estabelecer.

O ato de afixar textos nas portas das igrejas, por exemplo, era uma prática comum à época e os professores de teologia costumavam valer-se desse artifício a fim de expor suas ideias e fomentar o debate entre os demais mestres e os alunos. Assim, “o ato de Lutero propondo um debate sobre suas Noventa e Cinco Textos não era em si mesmo revolucionário”. (EISENTEIN, *Op. cit.*, p. 170). A repercussão, o alcance e as consequências em pouco tempo, estas sim podem ter surpreendido inclusive o próprio reformador, uma vez que sua intenção primeira não foi criar uma nova Igreja e sim trazer à tona discrepâncias que existiam entre as *Escrituras* e o agir dos sacerdotes, da *Eclésia*, de modo geral.

Parte do mundo ocidental, a partir desse momento, e no decorrer dos séculos seguintes, não mais voltaria a ter uma religiosidade hegemônica, como havia sido até então. O cisma *herético* dos protestantes violara o invólucro no qual a Igreja Católica tinha se ensimesmado. É sabido que cismas anteriores também foram importantes. Porém, nenhum deles teve uma abrangência e um volume de desdobramentos que o cisma ocorrido no século XVI, iniciado por Martin Lutero. Nesse sentido, estamos de acordo com Eisenstein (1998, p. 174) quando ela afirma que

A heresia e o cisma do século XVI abalaram de tal modo a cristandade que, mesmo depois de terminadas as guerras de religião, os movimentos ecumênicos, chefiados por homens de boa vontade, não conseguiram juntar de novo os pedaços. Não só eram demasiados os

grupos dissidentes, separatistas, e as seitas independentes [...] mas as principais linhas divisórias tinham-se prolongado pelos continentes afora e haviam sido transportadas para o estrangeiro juntamente com as bíblias e os breviários.

Ou seja, não apenas a nova proposta cristã se propagou como levou consigo (pela Europa e para fora dela) o texto impresso marcando, de forma perene, a nova estrutura que se propunha para a *nova* Igreja, em discordância com a antiga em matérias diversas como: a confissão auricular, o celibato sacerdotal, o culto às imagens e aos santos, a cobranças pelas indulgências, dentre outras questões. Porém, a grande diferença – que termina por ter eco nas demais – diz respeito à (re)descoberta da *graça divina*, única responsável pela salvação – e pela não danação – do fiel.

Assim, é inteiramente compreensível que os reformadores como Huss, Lutero, Calvino e outros, tivessem feito da educação do *crente* uma das preocupações basilares. Para tanto, trataram de fomentar o ensino, principalmente da língua materna, nas primeiras letras, mas também inserindo o neófito, o novo fiel (ou o *antigo crente*) nas academias superiores ampliadas a partir do século XVI.

Uma das primeiras ações de Lutero, pós-reforma e no âmbito do impresso, foi a tradução do livro sagrado, a *Bíblia*, para o alemão vulgar, uma vez que se tornava indispensável que o novo crente pudesse ter acesso ao divino por meio da Palavra – e esta impressa. Era necessário que a leitura, no entanto, ocorresse na língua comum da região e não em latim, linguagem amplamente usada nas universidades e entre o clero, mas que estava muito distante da prática diária do povo simples, uma vez que “[...] o latim eclesiástico já não era suficiente como linguagem sagrada para resguardar mistérios sagrados” (EISENSTEIN, 1998, p. 180).

As críticas a procedimentos comuns da Igreja Medieval como a confissão auricular, da prática católico-romana, também tiveram sua influência nesse processo. Sendo o contato com o divino direto, sem intermediários pelos ritos da nova fé, urgia que o neófito conhecesse os textos sagrados.

O sacerdócio universal do fiel também reclamava a urgência da leitura da *Bíblia*, o que só seria possível caso houvesse sua tradução para a linguagem materna dos conversos e estes, por sua vez, fossem educados, ao menos, nos rudimentos da leitura e da escrita.

Por essas e outras razões as igrejas reformadas passaram a ter um cuidado no que concerne à leitura/escrita dos fiéis. Dessa forma,

tornou-se lugar-comum o surgimento de escolas de primeiras letras junto ou dentro dos templos. Em alguns casos, porém, este ensino era ministrado nas Escolas Bíblicas, geralmente em dias de culto, cuja frequência maior se dava aos domingos. Nesses espaços, atrelava-se o ensino religioso ao regular.

É preciso compreender que a Reforma não ocorreu da mesma forma nos países onde se estabeleceu a partir de 1517. O contexto em que estavam inseridas as nações propiciou um *modus operandi* diversificado.

A conjuntura na qual se encontrava a Europa em meados do século XIII-XIV contribuiu, sem dúvida, para o cenário que se avizinhava. Na verdade, a Reforma teve seus antecedentes. Os Valdenses, como ficaram conhecidos os habitantes de Lyon, França, seguidores de Pierre Vaudés, são tidos como os precursores, uma vez que, desde o século XII, já rejeitavam a supremacia de Roma, o culto às imagens e a intermediação do sacerdote na leitura e interpretação das Escrituras. É interessante ressaltar que o próprio Pierre, às suas expensas, custeou a tradução de parte da *Bíblia* para a língua vernácula que se falava em Lyon.

Outro reformador de relevância foi John Huss, cuja importância nem sempre é registrada. Sua atuação, anterior à luterana, entre os séculos XV e XVI, foi “[...] uma importante contribuição à instrução, codificando a ortografia tcheca e criando um silabário (ABC de Huss)” (VIEIRA, 2008, p. 118).

Os demais reformadores como Lutero, Calvino e Zwinglio, os mais conhecidos e influentes, divergiam em alguns pontos teológicos – dentre os quais o livre arbítrio ou a predestinação no que tange à salvação do fiel. Todavia, o que os unia teve mais solidez do que o que os separava. O protestantismo, desde os seus primórdios no século XVI, discutiu a questão educativa de forma contundente, tendo os reformadores citados importantes contribuições nesse campo, uma vez que pressupunham ser a educação uma estratégia relevante na propagação de uma melhor relação com o divino.

Lutero acreditava que “[...] o abandono da educação era uma silenciosa investida do diabo para mais facilmente dominar o mundo” (VIEIRA, 2008, p. 131, 132). Dessa forma, ele instou tanto com as autoridades quanto com os cidadãos comuns, a fim de que fossem destinadas verbas para a educação. Assim, podemos afirmar que “[...] ele foi o primeiro reformador moderno a defender a educação obrigatória, começando com a educação no lar”, uma vez que, “[...] negligenciar a educação das crianças era, para Lutero, a mais pesada dívida que o ser humano podia contrair para com Deus” (*Idem*, p. 133, 135).

Calvino, por sua vez, teve influência também no âmbito educativo, tendo inclusive concebido a proposta de educação tanto para o elemento feminino quanto para o masculino, uma vez que, para ele, homens e mulheres foram criados iguais, e, portanto, eram aptos a aprender e interpretar a *Bíblia*.

É interessante ressaltar algumas nuances próprias da concepção teológica reformada que passou à história como *Calvinismo*. Após a exposição das fragilidades da Igreja que Lutero trouxera à tona em 1517, “o pensamento reformado precisava ser organizado num conjunto racional de textos e argumentos. Em 1536, essa necessária racionalidade foi efetivada” (VIEIRA, 2008, p. 12).

João Calvino (1509-1564), teólogo e reformador cristão, que em 1517, momento no qual a exposição dos textos em Wittenberg causara alvoroço na Alemanha, contava com apenas oito anos de idade, foi o responsável por garantir a base sólida sobre a qual a Reforma se expandiu pela Europa, inicialmente, chegando aos Estados Unidos no século XVII. A organização teológica, cujo conjunto veio a ser conhecido como *Calvinismo*, teve esse professor e teólogo como sistematizador, abarcando aspectos sociais, culturais, políticos e, evidentemente, teológicos.

Calvino não apenas escreveu sobre os preceitos reformados (teológicos e educativos), mas pôde colocá-los à prova quando de sua experiência como líder político, uma espécie de *prefeito* de Genebra. Foi também um defensor da educação formal, buscando apoio para a melhoria do ensino genebrino. Esses preceitos visavam, sobretudo, à defesa de uma ética que deveria ser regra diária, cotidiana, em todas as esferas da vida do fiel – e cidadão – e não apenas no tocante ao aspecto religioso.

Podemos identificar, também, como parte da sua proposta o conceito de *solidariedade*, que deve perpassar a vida do cristão e que contém uma dimensão cultural. Segundo ele, se alguém está à beira da morte e não é ajudado por seu semelhante que tudo contempla, mas nada faz para evitar, este se torna coautor na morte daquele. Nesse aspecto, o mandamento *Não matarás*, tão caro aos preceitos cristãos como um todo, adquire uma dimensão mais ampla, direta ou indiretamente.

Outros movimentos protestantes influenciaram os países europeus e o novo mundo. No entanto, algumas indagações nos ajudam a refletir sobre a relevância daquele que se irradiou a partir de Genebra, sobretudo pelos esforços de um francês exilado, que na Suíça havia encontrado refúgio:

Qual é o caráter distintivo que ele [o Calvinismo] imprime à cultura? [...] em que difere ele de outros movimentos protestantes? [...] Por que o Calvinismo teve uma atitude positiva para com a cultura e foi capaz de fazer contribuições culturais construtivas? (KNUNDSSEN, 1990, p. 11, 12).

É o próprio Knundsen (*Op. cit., Idem*) quem faz uma sínobra sobre o motivo que encerra essa compreensão. Segundo ele, a razão é exatamente porque “[...] o Calvinismo teve em mira não só a reforma na doutrina, na vida individual na vida da igreja, mas também a transformação de toda a cultura, em nome de Cristo”, incluindo, assim, uma reforma nos padrões sociais – e culturais da sociedade como um todo.

Vieira (2008) corrobora essa visão demonstrando que no Calvinismo abre-se em um leque de possibilidades, inclusive teóricas e culturais, mais abrangentes que simplesmente seu aspecto teológico e confessional. Nas palavras do citado autor,

O calvinismo pode ser visto com uma poderosa alavanca teórica que contribuiu para o surgimento de uma nova visão de mundo. Nela, as pessoas buscam glorificar e servir a Deus pelo trabalho diário e em suas atividades no mundo. Isso foi interessante para auxiliar as novas forças que surgiram. Culturalmente, o calvinismo foi muito abrangente: modificou conceitos e alterou práticas que vinham sendo defendidas há séculos como as que se relacionavam ao ascetismo, o trabalho e a riqueza. o calvinismo tem um caráter eminentemente educativo e, portanto, cultural, tanto em seu método de transmissão de conhecimento quanto pelo próprio conteúdo (VIEIRA, 2008, p. 13, 16).

O reformador não pretendia – e provavelmente desaprovava – ter seu nome atrelado de uma forma tão direta a um grupo de cristãos. Ou seja, o termo Calvinismo foi cunhado em momento posterior à sua morte, que ocorreu na segunda metade do século XVI, em 1564 (Cf. VIEIRA, 2008, p. 36-39).

É provável que parte dessa vinculação tenha se dado graças à quantidade dos escritos que Calvino produziu em vida: “noventa e seis obras, mais de dois mil sermões comentários de toda a Bíblia em latim e em francês, além de inúmeras cartas, tratados e exortações” (VIEIRA, *Op. cit.*, p. 36).

Para além da diversidade de seus escritos, é preciso destacar sua atuação no contexto educacional, mesmo que, inicialmente, destinada àqueles que abraçariam o sacerdócio, uma vez que ele

fundou a Academia de Genebra, a primeira universidade nos moldes protestantes a ser estabelecida no mundo. Calvino escreveu a Paris e a outros lugares convidando os principais professores para lecionar na nova escola (VIEIRA, *Idem*).

Genebra, na Suíça, foi o centro irradiador da nova organização protestante. De lá, expandiu-se para países como Alemanha, França, Países Baixos, Escócia, dentre outros. Neste último, sob a influência de John Knox, a organização eclesiástica passou a ser conhecida como Presbiterianismo. “Por este sistema, não eram os bispos os responsáveis pela direção da Igreja, mas a assembleia de presbíteros (os mais velhos)” (VIEIRA, *Ibidem*, p. 43).

A posição adotada por Calvino em Genebra, no que tange à educação, foi devedora em grande parte da experiência que ele teve em Estrasburgo. Quando do seu exílio, esteve nessa cidade dirigindo um centro educacional cujo modelo inspirou-o na composição da Academia genebrina. Nas palavras de Campos (2000, p. 5), “quando Calvino iniciou suas atividades em Genebra, em 1536, convenceu-se de que a educação era a grande solução para tirar o povo das trevas espirituais”.

Para o reformador um povo mal instruído seria incapaz de compreender a dimensão ampla do Evangelho, uma vez que este não comporta apenas a dimensão emocional, mas também a racional, tornando-se imprescindível o ensino formal, secular, mas sem esquecer o religioso, confessional. Na sua administração, era obrigatória a disponibilidade do sábado inteiro para o estudo das Escrituras (Escola Bíblica), mas também se ensinava grego e latim, além de outras disciplinas.

A proposta educativa desse reformador, mesmo sendo mais direcionada às questões espirituais, como a educação teológica, teve reflexões na educação primária. Aliás, as reivindicações acerca da obrigatoriedade da educação primária, subsidiada pelo Estado, é uma das consequências da Reforma cujas bandeiras foram levantadas ainda no século XVI e perpetuadas nos seguintes.

Ter mestres bem-preparados para o ensino foi, talvez, a maior das preocupações de Calvino nessa área. No entanto, Campos (*Op. cit.*, p. 3) questiona: “como um povo inculto em todas as áreas poderia absorver os ensinamentos de homens bem preparados? O povo também tinha que ser bem preparado para poder receber e apreciar as instruções”. Então, a solução apresentada foi “começar a educar as crianças”. Ou seja, se não se educasse os que receberiam as boas-novas a compreensão destas estaria comprometida, da mesma forma que missão evangelística como um todo.

Além disso, Calvino tinha como proposta que

os alunos viessem a ser bons cidadãos e participassem futuramente do governo civil. Grande parte das energias de Calvino foi gasta na obra educacional de Genebra, onde dedicou-se à criação de escolas. Ele queria que as crianças de Genebra viessem a ser úteis à sociedade, mas que suas mentes fossem formadas pelos ensinamentos das Santas Escrituras. Ele queria futuros cidadãos de Genebra bem preparados não somente na fé bíblica, mas também na 'linguagem e nas humanidades'. Por isso ele dava uma ênfase primordial à educação voltada para a Escritura, bem como para a arte e as ciências (CAMPOS, *Idem*, p. 7).

Assim, podemos inferir que desde o início da organização do arcabouço teológico protestante, houve o cuidado com o ensino, a educação das primeiras letras, cuja intenção era formar cidadãos, homens e mulheres, aptos para o Reino de Deus, mas também para as lides terrenas.

É nessa direção que Max Weber argumenta acerca da diferença entre a ascese protestante e a ascese católica. Enquanto esta estava mais voltada ao extramundo, ao porvir, aquela preocupava-se com a construção do indivíduo útil a Deus e à sociedade, uma vez que a vida como um todo está imbricada no projeto de Deus para a humanidade. Na concepção Calvinista, “[...] não há dicotomia entre Cristianismo e Cultura”, porém esta é, como todas as demais esferas da vida humana, *Teonômica*, ou seja, “tem sentido somente quando está sujeita a Deus e à sua lei” (KNUNDSSEN, 1990, p. 12).

Por isso, a proposta reformada passa a ter uma influência maior, mais efetiva no cotidiano das pessoas. A vida religiosa não deveria ocupar, na perspectiva calvinista, apenas um espaço ou ser exercida em um dia da semana. Toda a atividade do cristão deveria estar imbuída de sua crença: suas atitudes seriam o bastião de sua fé. Não deveria haver uma divisão entre vida religiosa e secular; pelo contrário, deviam estar tão ligadas que aquela deveria ter repercussão direta nesta.

Nesse sentido, há críticas explícitas – tanto por parte de Calvino, em Genebra, quanto de Lutero, na Alemanha – concernentes às práticas de muitos sacerdotes católicos cujas atitudes, muitas vezes, não condiziam com suas prédicas, nem com os dogmas aceitos pela Igreja Romana. Como, pois, exigir do fiel atitudes e comportamentos que o próprio sacerdote católico não vivenciava? Para os reformadores do século XVI, este era um dos erros a serem corrigidos.

A influência dessa proposta trouxe repercussões em esferas as mais diversas, na economia, na política e na estrutura social como um todo. “Em seu pensamento [Calvino] antecipou a moderna forma republicana de governo. [...] Levantou-se contra abusos de poder, em seu tempo, e debateu o problema do direito à revolta” (KNUNDTSEN, *Op. cit.*, p. 11).

Para além das implicações políticas e econômicas, de um modo geral, uma das contribuições mais relevantes da Reforma para a modernidade diz respeito à questão educativa. Afinal, “[...] é com o protestantismo que o princípio da obrigatoriedade e o da gratuidade da instrução são gerados, pelo menos no seu nível básico. É um modelo que prioriza as línguas vernáculas e a educação gramatical [...]” (VIEIRA, 2008, p. 124). Além disso, principalmente com Calvino, estiveram no cotidiano escolar conteúdos mais amplos como história, retórica, literatura (de autores *pagãos* ou não), dentre outras disciplinas.

De acordo com Knudsen (1990, p. 13), “Calvino cedo se dedicou aos estudos humanísticos”, diferentemente de seu antecessor mais famoso, Lutero. Isso ocorreu devido ao contexto histórico no qual cada um deles estava inserido, sendo

o clima espiritual no qual Lutero se desenvolveu [...] o do misticismo do final da Idade Média. Diferentemente de Calvino e Melancton, Lutero permaneceu muito tempo incólume às influências do Renascimento da Cultura humanística de seu tempo (KNUNDTSEN, *Op. cit.*, *Idem*).

Porém, o humanismo em Calvino refere-se ao que é peculiarmente humano, ou seja, o que pode ajudar a humanizar ainda mais o homem, não dialogando com a posição de humanistas do seu tempo que postulavam a concepção do antropocentrismo, ou seja, o homem no centro do universo, sendo, portanto, independente do *Ser divino*. Por conta disso, assegurava a necessidade de educar os jovens nas artes liberais. “Calvino concordou resolutamente com [Guilherme] Budé que as artes liberais eram essenciais à formação do homem, ao desenvolvimento de sua humanidade” (KNUNDTSEN, *Op. cit.*, *Ibidem*).

No que concerne à leitura, “todos os grandes autores clássicos deveriam ser estudados: dentre os de tradição latina, Cícero, Virgílio e Ovídio; dentre os de tradição grega, Heródoto, Xenofonte, Homero, Demóstenes, Plutarco e Platão”, demonstrando, assim, que não deveriam ser lidos apenas autores cristãos (CAMPOS, 2000, p. 10).

Na Academia genebrina havia uma divisão entres os ensinoss básico (*Schola Privata*) e superior (*Schola Publica*). A *Schola Privata* (ou colégio), sendo o primeiro nível de ensino, era dividida em sete classes ou graus: a primeira a de número 7 e a última, de número 1. “A educação das escolas elementares e colegiais de Genebra já refletia o humanismo de seu principal mentor dentro do protestantismo, João Calvino” (CAMPOS, *Op. cit.*, p. 7). Nessas instituições eram ensinadas línguas importantes para o seu desenvolvimento no campo religioso como o latim e o grego, tanto no que concerne à gramática quanto à literatura. Aprendiam ainda francês, retórica e dialética, além de outras disciplinas.

Os alunos aprovados nos sete graus eram *promovidos* à *Schola Publica*, que compreendia o ensino superior. “A universidade preparava os alunos de uma maneira também prática, pois o alvo de Calvino era treinar os estudantes para suas responsabilidades como ministros da Palavra e também como dirigentes do governo civil” (CAMPOS, *Op. cit.*, p. 9).

Em Calvino percebe-se uma concepção de ser humano que não comporta o dualismo, uma contradição entre o que é cultural e o que é cristão, perpassando, assim, uma noção holística onde tudo que é humano, natural, está em consonância com a vontade daquele que o criou: Deus. A concepção de cultura não é dissociada da concepção divina.

Dessa forma,

[...] para Calvino, a Palavra de Deus não devia permanecer enclausurada no coração humano. Suas energias deviam irradiar-se por todo o mundo, em toda vida, incluindo o domínio da cultura. [Assim] a atividade cultural humana pode ser concebida como uma resposta à chamada de Deus, do mesmo modo que o é toda a vida, e pode ser julgado quanto a se é ou não levada a efeito de acordo com a vontade do Deus criador (KNUNDTSEN, *Op. cit.*, p. 30, 31).

É sob esse viés que o puritanismo inglês, herdeiro direto do Calvinismo, mas em alguns pontos divergente deste, terminou por influenciar de forma indelével as treze colônias da América do Norte, sendo crucial na concepção de nação que ali se estabeleceu no século XVII.

Além desta, outra vertente do Calvinismo, que influenciou tenazmente as treze colônias inglesas na América, foi o presbiterianismo, cuja origem é também anglo-saxônica, tendo como berço a Escócia.

O missionário responsável por esse feito esteve sob influência direta do próprio Calvino e de suas práticas religiosas e educacionais.

A teologia de João Calvino foi levada até a Escócia pelo trabalho incansável de John Knox – um dos renomados alunos que passaram pela Academia de Genebra –, que, de volta à sua terra natal, carregou consigo o modelo de cristianismo que aprendeu na Suíça (VIEIRA, 2008, p. 169).

No contexto que antecede sua ida ao citado país, esse escocês precisou fazer opções que o levaram à prisão e ao exílio. Neste, porém, é que teve acesso à Academia de Genebra. Nesta cidade, exerceu funções pastorais, estudou teologia, hebraico, grego e conheceu de perto vários pensadores reformados, além do contato pessoal com o líder local, João Calvino. Influenciado de forma decisiva por esse teólogo, John Knox

[...] criou uma doutrina que na Escócia se chamaria presbiterianismo, por garantir o direito de governar a igreja aos presbíteros (mais velhos), [...] e não com bispos, como os católicos e anglicanos faziam. Para os presbiterianos, a única missão da igreja é ensinar; por isso, sem seu principal escrito, o *Primeiro livro da disciplina* (*Fisrt book of discipline*), Knox estabelece normas para a criação de escolas e universidades. [...] justifica essa necessidade em razão das limitações humanas e das mudanças dos métodos usados por Deus para transformar o ser humano. [...] Por isso havia o cuidado de oferecer uma educação virtuosa [...] assim como que cada igreja tivesse um mestre-escola, nomeado, capaz de ensinar, pelo menos, gramática e língua latina [...]. Nas cidades maiores, um colégio devia ser criado. (VIEIRA, *Op. cit.*, p. 171, grifos do autor).

Os presbíteros, os sacerdotes da nova concepção de fé cristã, são antes de tudo nesse contexto mestres, docentes, a fim de levar os fiéis ao conhecimento das *Escrituras*. No entanto, ao menos na sua origem, no século XVI, a função deles era mais ampla: precisavam *cuidar* para que houvesse o ensino regular, formal, secular inclusive, cujo intuito era forjar indivíduos, como em Genebra, aptos à causa de Cristo, mas também ao trabalho civil. Eles buscavam, assim,

[...] uma educação não apenas para os ofícios religiosos, mas também para a formação do indivíduo inserido no mundo e obrigado a

contribuir com ele por meio de suas habilidades vocacionais, já discutidas por Calvino¹ (VIEIRA, *Idem*, p. 175).

Havia uma prescrição acerca do professor de fato: uma orientação no sentido pecuniário, salarial, cuja inferência se pode fazer ao observarmos termos como *nomeado* e *capaz de ensinar*, ou seja, apto à função, preparado, como sugere o *Primeiro livro da disciplina (First book of discipline)*. Além disso, o referido livro também se ocupava com a ampliação das instituições escolares, ao prescrever escolas ao lado das igrejas, em cidades menores, e colégios, em cidades maiores. São partilhados, dessa forma, conceitos de responsabilidade, com os pais sendo intimados a matricular os filhos, e solidariedade, ao estipular que “o pobre devia, portanto, ser auxiliado pela Igreja, enquanto o rico devia enviar seus filhos e mantê-los por sua própria conta” (VIEIRA, *Ibidem*, p. 173)².

No que concerne à divisão, distribuição e conteúdos das escolas presbiterianas na Escócia, John Knox orientou-se pela organização educacional que aprendera em Genebra.

Esse modelo religioso foi disseminado para as demais Ilhas Britânicas, como a Inglaterra e a Irlanda. No século XVII, alcançou as treze colônias inglesas, que, mais tarde, vieram a ser conhecidas como Estados Unidos da América.

Nos Setecentos, esse país passou por grandes transformações, quer seja no campo político, quer no religioso. Houve o movimento conhecido como *Grande Despertar* (1741-1758), que, segundo Nascimento (2007, p. 53), dividiu o país em “Ala Nova, as igrejas do Leste [...] e Ala velha, as igrejas do Oeste”. As primeiras eram antiescravistas e adeptas de uma *fé experimental*, enquanto as outras eram avivalistas.

Na transição do século XVIII para o XIX, a própria independência do país em relação à Inglaterra, além de outro *Despertar*, geraram novas transformações na sociedade americana, “[...] possibilitando

- 1 Na Igreja Presbiteriana do Brasil os pais são responsáveis no que se refere à educação dos seus filhos, tanto no sistema regular de ensino quanto no religioso. Esse compromisso é assumido quando do batismo dos infantes. Porém, diferentemente do batismo de crianças da Igreja Católica, os reformados não compreendem essa prática como sendo para a salvação delas e sim como uma ligação a uma comunidade de fé – a igreja.
- 2 As Igrejas Presbiterianas americanas, cujos missionários foram responsáveis pela difusão do Presbiterianismo no Brasil, mantiveram algumas dessas diretrizes, como manter escolas anexas às igrejas, em cidades menores, abrir colégios em cidades maiores (ou estratégicas), bem como custear (por meios de bolsas de estudos) parte da educação dos fiéis menos favorecidos.

o surgimento de um grande número de sociedades voluntárias [...] tanto religiosas quanto educacionais” (NASCIMENTO, 2007, p. 54).

Essas associações foram de vital importância na construção de uma concepção americana de nação, com um indivíduo livre e independente, mas, ao mesmo tempo, comprometido com a religião, com a política e com o próximo, uma vez que

[...] para ser plenamente aceito nessa democracia, era necessário se adequar não somente às convenções dessa sociedade, mas demonstrar que fora capaz de ingressar, por votação, numa das seitas, clubes, ou sociedades, não importa de que tipo, desde que fosse tida como suficientemente legítima. A admissão significava que o candidato havia passado por um exame e uma comprovação de sua conduta ética (NASCIMENTO, 2008, p. 8).

Para Tocqueville (2000, p. 132), esse associativismo dos americanos, ou seja, a reunião em grupos diversos, voluntários, fazia com que eles se unissem para “dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários”.

Como demonstração dessa prática de associação, podemos citar, com algumas ressalvas, as Juntas de Missões. Duas se organizaram e foram responsáveis pelo envio de missionários ao Brasil na segunda metade do século XIX, com a finalidade proselitista de aqui estabelecerem igrejas, escolas e hospitais.

A Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA), comitê de Nova York, e a Igreja Presbiteriana do Sul (PCUS), comitê de Nashville, responsabilizaram-se pelo envio, financiamento e manutenção dos missionários/as e educadores que para cá vieram até meados do século XX.

Os missionários vinculados a essas Juntas

[...] eram portadores de um protestantismo de civilização, convencidos de que possuíam as chaves da modernidade religiosa e econômica. O missionário era o agente propagador dos modelos protestantes na América Latina (NASCIMENTO, 2007, p. 60).

O Reverendo Ashbel Green Simonton, o primeiro desses missionários enviados, desembarcou no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1859, e era vinculado à PCUSA; os Reverendos Edward Lane e George N. Morton, por sua vez, eram da PCUS, e chegaram ao Brasil em 1869.

Estes últimos estão diretamente ligados à Missão que enviou o Reverendo John Rockwell Smith para áreas longínquas do Brasil, a saber, Pernambuco, em 1873, a fim de iniciar o trabalho de divulgação da fé protestante³.

ANTECEDENTES DO PROTESTANTISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL

No século XIX, o Brasil foi palco de mudanças em aspectos os mais diversos, desde a abertura dos portos, em 1808 – proporcionada pela vinda da Corte – até a Proclamação da República, em 1889.

O estabelecimento da família real, no início do século XIX, em solo brasileiro, contribuiu de forma visível para a inserção, posteriormente, de grupos cuja confissão religiosa diferia em muitos aspectos da fé defendida pelos católicos.

Por razões amplamente conhecidas, a história de Portugal e do Brasil, em muitos momentos, está imbricada, o que também é verdadeiro no que concerne ao estabelecimento do protestantismo nas duas margens do Atlântico. A divulgação e a implantação dessa proposta cristã não católica sinalizam para algumas características e particularidades ora similares, ora dissonantes aos dois países.

Segundo Paiva (2012, p. 313),

podemos dizer que o Estado brasileiro tem início em 1808, com a chegada de D. João VI, a família real e a corte portuguesa, fugindo das tropas francesas de Napoleão Bonaparte, que invadiram Portugal, em represália ao apoio dado por esse país à Inglaterra.

No início dos Oitocentos, Portugal aliara-se à Inglaterra, que já havia rompido oficialmente com Roma desde o século XVI, contra um inimigo comum, “forçado pela subordinação econômica, financeira, política e militar, a grande opositora do império napoleônico” (PAIVA, *Op. cit.*, p. 314).

Tanto no contexto lusitano quanto no brasileiro de outrora os católicos não eram totalmente ultramontanos, partidários da autoridade absoluta do Papa, no que se refere à disciplina, organização e fé: havia grupos que mesmo seguindo a Santa Sé estavam em

3 Na época, a atual região Nordeste era conhecida como Norte.

desacordo com esta. Tanto lá quanto aqui existiam adeptos das duas correntes, havendo, pois, espaço para a defesa de uma Igreja nacional, ligada mais confessional que tutelarmente a Roma. Os adeptos dessa concepção são conhecidos como Cismontanos e os opositores a esta, Ultramontanos. Segundo alguns autores, o Imperador do Brasil, Pedro II, vinculava-se aos primeiros tendo, inclusive, empenhando-se bastante em promover algumas ações que claramente demonstravam seu intento (LEONARD, 1963).

Dessa forma, podemos inferir que a inserção do protestantismo em solo brasileiro apresenta nuances particulares, mas também similares àquelas verificadas em outros países do mundo ocidental, do qual é herdeiro.

O panorama luso era similar ao brasileiro, na transição do século XIX para o XX, em alguns aspectos, se atentarmos para as questões econômicas (fraca industrialização, ruralização acentuada), políticas (instabilidade, alternância de poder) e religiosas (catolicismo forte, tradicional e asfixiante) e culturais (sempre importando “civilização” de *fora* – principalmente de países do Norte da Europa e dos Estados Unidos).

Tratando-se especificamente de Portugal, Afonso (2009, p. 60) comenta que, aos poucos,

[...] acentuava-se uma crescente dicotomia entre o mundo rural e o urbano, esse último ainda assim imbuído de ruralidade e pouco cosmopolita face ao que se verificava noutros países, do que a literatura da época nos facultava abundantes ilustrações.

A pesquisadora Marlúcia Paiva nos ajuda a compreender a imbricação entre a metrópole e a colônia nesse contexto, uma vez que a vinda da família real para o Brasil contribuiu sobremaneira para o quadro que se estabeleceu em Portugal em meados dos Oitocentos. Segundo a autora,

Todo o aparelho português foi transferido para o Brasil, tornando-o centro das práticas políticas, militares, ideológicas, econômicas, administrativas, culturais do Estado português. No plano político, o Brasil tornou-se sede da monarquia portuguesa de 1808 a 1820. No campo econômico, foram expandidas as atividades na agricultura, na indústria e no comércio (PAIVA, 2012, p. 314).

Por conta do livre comércio entre o Brasil e a Inglaterra, coube aos súditos desta a tarefa pioneira na distribuição de material impresso

de cunho protestante, pela liberdade a eles conferida na comercialização portuária com o Brasil.

No entanto, é importante frisar que os primeiros a pisarem o solo brasileiro e aqui divulgarem, de modo sistemático o protestantismo, na segunda metade do século XIX, eram herdeiros do protestantismo português cujas incursões pioneiras se deu quer no continente, quer na Ilha da Madeira.

No caso do Portugal insular, destaca-se a figura de Robert Kalley, médico de origem escocesa, que para à Madeira se dirigiu por recomendação médica à saúde de sua primeira esposa, Margareth Crawford. Ali estabeleceu as bases do protestantismo português a partir de 1838. Menos de dez anos após sua chegada, já contava com um crescente número de prosélitos. No entanto, a perseguição religiosa que se deu a partir de 1846, impeliu à fuga grande parte do contingente não católico lusitano, uns dirigindo-se à América Central e outros aos Estados Unidos (CARDOSO, 2005a; OLIVEIRA, 2011).

O referido casal, antes do exílio imposto, fizera ações missionárias pioneiras e consistentes em solo madeirense, uma vez que, entre 1846 e 1847, a Igreja Portuguesa de Trinidad (América Central), formada pelos exilados madeirenses, chegou a contar com quase 1300 membros (CARDOSO, 2005a).

Robert seguiu para a Trinidad com um grupo de correligionários e de lá foi para a Inglaterra, onde continuou seu trabalho como médico e missionário, dando suporte aos exilados madeirenses, inclusive financeiro. Cardoso (*Op. cit.*, p. 110, 111) nos mostra que Kalley “providenciou o envio de ofertas pessoais”, além de manter contato, via cartas, com os refugiados madeirenses.

Posteriormente, após perder sua primeira esposa, em 1850, Robert contraiu núpcias com Sarah Kalley em dezembro de 1852 e, no ano seguinte, empreenderam viagens por várias cidades nos Estados Unidos, tendo feito uma escala na Ilha da Madeira.

De volta à Inglaterra, o casal decide mudar-se para o Brasil, novo campo de missão, em meados de 1855, chegando a Pernambuco em 03 de maio e ao Rio de Janeiro no dia 10 do mesmo mês.

No Brasil, com sua nova esposa, Robert buscou fazer, de igual forma, um trabalho similar, aliando fé, literatura e preceitos médicos. De acordo com Afonso *et al.* (2012, p. 606),

Robert e Sarah vieram ao Brasil em missão protestante, mas evangelizaram de diversas formas, através de discursos variados, marcando o cotidiano pelas prédicas sobre cura, higiene, cuidados, afazeres

domésticos, princípios morais e impressos dos mais distintos, dentre os quais, hinos, sermões e livros.

O alinhamento de uma profissão secular com o ofício de evangelista, propagador ou *colportor*, foi uma constante na divulgação da fé evangélica – seja por parte dos missionários europeus ou dos norte-americanos – tanto no Brasil quanto em Portugal continental ou insular. Esse alinhamento, uma estratégia de inserção, terminou, na maioria das vezes, por reverberar em apoio de setores sociais diversos.

Robert Kalley era um dos burgueses ou homens ricos anglo-saxões que, “[...] por motivos culturais ou de saúde, tornavam-se grandes viajantes, e que utilizavam fortuna e turismo na difusão da fé protestante” (LEONARD, 1963, p. 49).

E foi sob o pretexto de ouvir sobre as viagens dele que o Imperador Pedro II o visitou algumas vezes em sua residência em Petrópolis. Assim, por conta dessa e de outras relações com pessoas de relevância social na sociedade fluminense, o referido médico conseguiu apoio para si e para os seus prosélitos.

Nesse contexto, é importante salientar que dentre os primeiros protestantes que no Brasil fizeram proselitismo de um cristianismo não católico romano e fundaram a primeira comunidade protestante brasileira, no século XIX, a saber, a Igreja Evangélica Fluminense, em 1858, constavam além do casal Kalley e de um brasileiro, batizado naquele dia, “três americanos, oito portugueses” (LEONARD, 1963, p. 51).

Leonard (*Op. cit.*) chama a atenção para o fato, talvez ainda pouco difundido, da relevante participação dos portugueses na inserção do protestantismo no Brasil. Além de terem vindo com os Kalley, participado da divulgação da nova fé e estarem entre os membros da primeira igreja brasileira protestante, também havia portugueses entre os primeiros batizados por outro missionário protestante e presbiteriano, Ashben Green Simonton, em 1862.

Entretanto, o casal Kalley (Robert e Sarah) e os madeirenses exilados que vieram também ao Brasil têm recebido pouco destaque em pesquisas de impacto. Nas raras vezes que se pode registrar, a apresentação do médico costuma ser bem aquém da real projeção e importância que o mesmo desempenhou, uma vez que podemos considerá-lo como um dos expoentes do *protestantismo de exílio*, para usar o conceito que Marques (2006, p. 35) toma de empréstimo de Cardoso (1998). Essa expressão é usada “para se referir aos portugueses convertidos no exterior que exerceram ministérios entre comunidades portuguesas na área de trabalho pastoral e tradução

das Escrituras”. É, nas palavras do autor, o próprio Robert Kalley que “que dá início ao protestantismo de exílio através de grupos de protestantes, que deixaram a Ilha da Madeira por motivo de perseguição religiosa” (MARQUES, *Op. cit.*, p. 36).

Se pouco se fala de Robert Kalley e de sua influência na divulgação do protestantismo em lugares diversos (como na Ilha da Madeira e no Brasil), bem menos destaque ainda tem merecido sua esposa, Sarah Kalley, responsável por traduções, escrita de livros, organização de hinários e também pela implantação da primeira Escola Dominical⁴ no Brasil. Este, um espaço até os dias de hoje considerado um dos “maiores seminários do mundo”, uma vez que o mesmo teve e continua tendo importância fundamental na divulgação dos preceitos protestantes⁵.

Versado no latim, Robert Kalley não teve muita dificuldade em aprender o português e assim atuar junto aos madeirenses, estabelecendo, desde cedo, uma empatia com aquela população e facilitando sua atuação profissional e missionária. Do mesmo modo, sua atuação no Brasil foi facilitada pelo conhecimento da língua portuguesa.

O ensino das letras para adultos e crianças foi uma ocupação precíua na Ilha da Madeira, inicialmente, nos Estados Unidos depois e, por fim, no Brasil. Na Madeira,

Dr. Kalley abriu sua primeira escola antes do fim de 1839. Abriu escola após escola para os pobres que haviam sido condenados à permanência na ignorância. Ele provia os professores, móveis e outros materiais necessários para as aulas. A escola era gratuita para as crianças durante o dia, e para os adultos à noite (MARQUES, 2006, p. 64, 65).

- 4 Em setembro de 1912, quando da Segunda Convenção Distrital Pernambucana das Escolas Dominicais, da qual tomaram parte os Estados de Alagoas e Pernambuco, houve uma série de Deliberações publicadas no jornal Norte Evangélico. Dentre estas merece destaque a monção seguinte: “Que todas as escolas dominicais busquem instruir nas primeiras letras seus alunos analfabetos”. (Segunda Convenção Distrital Pernambucana das Escolas Dominicais, Norte Evangélico, Ano IV, n. 41, 11 out. 12, p. 2). Isso sugere que a proposta trazida pelos primeiros presbiterianos de “um escola para cada igreja” perpetuou-se no século XX, ainda que não fosse em uma casa ou edifício anexo ao templo: muitas vezes, como vimos no exemplo acima, a escola funcionava dentro do templo.
- 5 Sobre o casal Kalley e sua atuação tanto no contexto luso-brasileiro, tivemos conhecimento de poucas obras, dentre as quais merecem destaque as gestadas por Douglas Nassif Cardoso (2005a, 2005b), Michael Testa (1963) e Ferreira Fernandes (2004). Vide referências.

As ações dos Kalley na Ilha da Madeira foram importantes, mas seu impacto, principalmente no que tange à circulação dos impressos, foi mais amplo, pois, “foi no Brasil e em Portugal que este trabalho ganhou grande expansão” (MARQUES, *Op. cit.*, p. 66). No início da segunda metade dos Oitocentos, “em 1853, o missionário presbiteriano Fletcher, percebendo a necessidade de impactar o Brasil, com a divulgação do Evangelho, solicitou à sociedade bíblica americana o envio de madeirenses para este trabalho” (MARQUES, *Idem*). E assim aconteceu: madeirenses foram enviados à capital do Brasil à época, o Rio de Janeiro, e cidades adjacentes, como Petrópolis, a fim de distribuir e vender bíblias e panfletos protestantes.

Posteriormente, quando o casal Kalley já morava no Rio de Janeiro, “Sarah assumiu definitivamente o ministério da colportagem.” E “os colportores prestavam relatórios e suas contas, recebendo orientação de como proceder nas diversas circunstâncias enfrentadas” (CARDOSO, 2005a, p. 199). Ou seja, a colportagem e a divulgação dos impressos antecederam a prédica.

Afonso (2009, 2012) é outro autor que também analisa, investiga e demonstra em diversos trabalhos essa circulação de impressos entre o Brasil e Portugal, como também com a Inglaterra.

Esse autor ressalta, portanto, a importância dos colportores no processo de divulgação/assimilação do protestantismo em solo lusitano.

Os colportores (do francês *colporteur*) eram vendedores e divulgadores itinerantes da Bíblia e outra literatura religiosa. Geralmente leigos convertidos, deslocavam-se às localidades a pé ou com meios de transportes disponíveis e aí tinham como principal missão a distribuição da literatura, fazendo também visitações e ocasionais pregações. O seu papel nos inícios do protestantismo português foi de grande importância, estendendo-se a sua ação até meados do século XX (AFONSO, 2009, p. 69).

No que se refere à circulação de tais impressos no Brasil, a abertura dos portos à Inglaterra contribuiu de forma incontestada nessa nova configuração em que foi inserido o país, possibilitando que alguns missionários ingleses começassem a divulgar literatura protestante como bíblias, porções dela, entre outros, ainda no início do século XIX, fato preponderante para o estabelecimento da fé reformada em terras brasileiras.

Nesse sentido, a inauguração dos prelos e de tipografias para impressão de jornais e de livros é deveras relevante, pois, “até então,

não eram permitidas atividades de editoração no país, o que implicava em menos leitura, menos conhecimento letrado" (PAIVA, *Op. cit., Idem*).

Para além das implicações políticas, econômicas e sociais, podemos compreender que "na área cultural, a Imprensa Régia (1808), que publicou o primeiro jornal do Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*" (PAIVA, 2012, p. 315), contribuiu, inclusive, para que mais tarde houvesse a circulação das ideias liberais que pululavam na Europa e nos Estados Unidos.

No caso brasileiro, na segunda metade do século XIX, grande parte dos *novos crentes* não era escolarizada e, logo, não sabia ler. Estando no cerne da Reforma a leitura, estariam os não alfabetizados à margem, alijados da proposta reformista? Nascimento (2008, p. 3) esclarece que, a partir do estabelecimento dos norte-americanos protestantes no Brasil, "os analfabetos passaram a frequentar a escola para ter acesso à palavra impressa. Nos países convertidos ao protestantismo, a *Bíblia* transformou-se no principal sustentáculo da cultura".

Não apenas as *Sagradas Letras*, mas outros impressos foram largamente usados pelos protestantes na alfabetização propriamente dita, como também nas demais etapas do processo educativo, disseminando um modo *civilizado* de viver que deveria ser seguido pelos povos *incivilizados* ou *atrasados*, como foi o caso do presbiterianismo norte-americano na sua atuação no Brasil. Nesse aspecto, a

civilização vai além das crenças religiosas. Diz respeito a uma grande variedade de fatos que tratam de padrões, maneiras, conhecimentos científicos, ideias religiosas e costumes. Refere-se a um processo. Enfatiza as regularidades, o que é comum a todos os homens (NASCIMENTO, 2007, p. 26).

Dessa forma, compreendemos que os periódicos (jornais, boletins, revistas e similares) ocuparam um espaço relevante tanto no que se refere ao proselitismo em si quanto à divulgação de padrões culturais americanos. Almeida e Nascimento (2012, p. 40), dissertando sobre a circulação de um tipo de impresso específico, os catecismos, apontam que:

Discorrer acerca da palavra impressa num país com alto índice de analfabetos, como era o Brasil oitocentista e, além disso, discutir a circulação de ideias protestantes num território predominantemente católico é trazer à tona um projeto, uma missão organizada para conquistar um espaço religioso que utilizou a circulação de impressos e, por

consequente, o ensino da leitura [...] [como condição imprescindível para conquistar um público difícil e, ao mesmo tempo, estrangeiro].

Nesse caso, a leitura e a fé são partes de um todo. Assim, os impressos produzidos e divulgados tratavam de difundir o modo de ser e de se portar na sociedade contendo, muitas vezes, prescrições acerca dos “[...] hábitos e valores que deveriam ser externados através de atitudes e comportamentos, externando o caráter cristão” (ALMEIDA; NASCIMENTO, 2012, p. 41).

Havia a preocupação, tanto no contexto luso quanto no brasileiro, de se atingir, com a divulgação do Evangelho, não apenas as pessoas comuns, trabalhadores, escravos, dentre outros. Era necessário conquistar, também, os indivíduos de classes mais abastadas, o que conferia, de certo modo, um *status* à nova fé. Trazer para as fileiras protestantes pessoas ilustres, letradas ou influentes serviu, não poucas vezes, de ajuda para conversos que enfrentavam problemas como perseguições e prisões. Além disso, foi lugar-comum, nos impressos protestantes, a divulgação – com destaque – de conversões de indivíduos ou famílias de relevância social, talvez como um *troféu*, uma conquista. É provável, ainda, que a divulgação dessas conversões servisse como um meio de propaganda da nova fé.

Mas não apenas isso: os neófitos mais instruídos seriam, sem dúvida, o público-alvo para leituras mais robustas, como foi o caso de alguns livros. De acordo com Afonso (2009, p. 40), no final do século XIX, a “[...] obra *O futuro dos povos católicos* (1875) constituiu fonte inspiradora por demais recorrente entre várias gerações das elites protestantes cultas [...]”. O autor do referido livro foi Émile de Laveleye, que, a despeito do que sugere, não era protestante, mas contribuiu para acentuar a percepção que colocava em lados opostos protestantes e católicos, no que tange ao fomento à educação.

Além da leitura de textos sagrados, como a *Bíblia*, ou eruditos, como o livro de Laveleye, era incentivada, nos meios protestantes, a socialização de uma forma bastante expressiva. Esta, por sua vez, gerava a necessidade do associativismo, da comunhão, da troca de experiências, da cumplicidade. Mesclam-se as leituras do Sagrado com a necessidade da comunhão com o outro, da *Eclésia* propriamente dita, devido, principalmente, à noção subjacente da mutualidade, do cuidado uns com os outros. A fé era individual, mas as práticas, os *frutos* dela, deveriam ser exercidas na coletividade.

Nas palavras de Afonso *et al.* (2012, p. 602, grifo nosso),

Esteve no centro das preocupações reformadas a disponibilização da Palavra tida como excelsa e perene. Ser “um mensageiro de boas notícias”, um evangelista, especificamente, era o anseio de muitos daqueles que abraçaram essa nova face do cristianismo – ou, no dizer de alguns, a volta à essência dele. O estudo da Bíblia tornava-se, pois, necessário ao evangelista. No entanto, este não se constituía individualmente apenas: havia permuta e partilha de experiências e de saberes. Assim, forja-se uma cumplicidade tecida nas comunidades que se organizam, nas Igrejas que nascem, nas sociedades que emergem, e nas casas, *onde em surdina, se juntam homens e mulheres para orar, ler e refletir o livro sagrado.*

Dessa forma, as práticas dos diversos ramos protestantes, oriundos da Reforma do século XVI, tanto no contexto lusitano quanto no brasileiro, podem ser investigadas a partir dos impressos que ajudaram a difundir, das redes de sociabilidades que forjaram ou incrementaram, configurando modos de ser e proceder tanto na igreja quanto no lar e, também, no espaço público como um todo.

Belotti (2011, p. 433) ressalta que novas formas de estar e intervir no mundo foram gestadas a partir do movimento reformado e se perpetuaram nos séculos ulteriores, graças ao texto escrito. Nas suas palavras,

A associação entre protestantismo e palavra escrita continuou por toda a Europa no século XVII e XVIII. A leitura nem sempre era silenciosa, como é comum nos dias atuais. Leituras em voz alta, comentários, sermões, eram produzidos em igrejas, casas e praças públicas, ajudando a difundir os ideais do protestantismo entre grupos não letrados e letrados. A cultura visual ajudou, também a tornar os protestantismos conhecidos – a Bíblia de Lutero, por exemplo, era repleta de ilustrações que interagiam com o texto, facilitando a compreensão.

Assim, podemos compreender que a Reforma, com o auxílio da imprensa, fomentou uma organização social diferente, inclusive alterando a função doméstica, do lar, elevando, por vezes, esse espaço a uma dimensão educativa relevante. Nas residências dos protestantes, os ofícios sagrados eram dirigidos pelos próprios moradores – durante muito tempo pelos homens, mas também com participação feminina – o que não ocorria nas residências católicas. Segundo Eisenstein (1998, p. 186),

A mais tradicional das divergências entre as culturas católica e protestante talvez possa ser encontrada o mais próximo possível do lar. A presença ou ausência de orações em família ou da Bíblia familiar constitui tema de não pouca importância para os historiadores sociais. [...] era [...] dever [dos donos de casas comuns] dirigir os serviços religiosos em família, bem como catequizar crianças e aprendizes.

Essa concepção de lar como *a primeira escola* foi recorrente no mundo protestante de um modo geral, alcançando fronteiras europeias e depois norte-americanas e brasileiras, de tal modo que fomentou, também, a ideia de ser a mulher “a educadora por excelência” da infância.

Podemos identificar essas ideias nos jornais investigados – *Estrela e Norte Evangélico*, por exemplo – nos quais havia textos explícitos dessa concepção, atrelando lar, escola e igreja, muitas vezes como redutos privilegiados da atuação feminina.

É bem verdade que os impressos investigados no panorama luso-brasileiro eram de inclinação metodista, lusitana ou presbiteriana. No entanto, outros grupos também participaram dessa nova configuração social, não católica romana, mas de igual modo cristã, que toma corpo a partir do século XVI, com a Reforma propriamente dita, e se alastra por outros países nos séculos seguintes. No contexto lusitano podemos identificar similaridades entre tais grupos. Nas palavras de Afonso (2009, p. 70),

Um intenso diálogo e uma profícua cooperação estabeleceram-se entre movimentos de cariz internacional – metodistas, presbiterianos e batistas – e as manifestações portuguesas de independência de Roma. Nesta permuta ganha contornos a progressiva incorporação de actores portugueses que decididamente abraçam o ideário da dissidência religiosa (nomeadamente um conjunto de padres católicos egressos), gerando uma distinta percepção do que deveria (e poderia) ser o futuro social, cultural e económico do País.

Eram reivindicações acatólicas portuguesas, também apresentadas no Brasil, a saber, a recusa do celibato eclesiástico, a distinção entre catolicismo romano e cristianismo, uma severa crítica à influência do catolicismo romano no Estado, a confissão auricular, a infalibilidade do Papa, a não concordância da imaculada concepção da Virgem, bem como a defesa da instrução do povo, dentre outras questões.

No entanto, é preciso refletir sobre uma diferença entre os dois países: no Brasil, o rompimento dos protestantes com a Igreja foi, talvez, mais contundente: tudo o que lembrava o catolicismo era negado, evitado. Já em Portugal, o conceito de velho-católico é lugar-comum e permanece por muito tempo, uma vez que estava mais na ordem do dia o rompimento tutelar com Roma do que, por exemplo, com muitas das práticas simbólicas da Igreja, como é o caso da Igreja Lusitana, que já esclarecemos anteriormente.

Quando, no Brasil, houve uma maior inserção do protestantismo, não se pode dizer que ocorreu sem confronto. Por um lado, contou com oposição intensa e aberta da Igreja Católica, receosa de perder um espaço que fora seu por mais de 300 anos. Por outro, parte da sociedade – e parte dos intelectuais – também não aceitou tão prontamente e sem questionar um novo modelo de religiosidade e de vida. Fez-se, necessário, assim, a estruturação e o elencar de estratégias e comportamentos *convincentes* a fim de que as “Boas Novas” trazidas do Norte da América surtisserem efeito. “As primeiras missões protestantes estabeleceram-se no Sudeste do Brasil. Iniciaram no Rio de Janeiro (capital à época), ramificaram-se para São Paulo e daí, então, para outras regiões do Brasil” (SILVA, 2009, p. 45).

A transição Monarquia-República foi um momento de instabilidade, em vários aspectos. Alguns grupos sociais tentavam se estabelecer enquanto outros buscavam recuperar o espaço perdido, como foi o caso da Igreja Católica. A separação entre esta e o Estado, e todas as consequências daí advindas, como o estabelecimento do casamento civil, a liberdade de culto, dentre outras deliberações, serviram, também, para acirrar a disputa por espaço e poder entre católicos e protestantes. Estes empregaram todos os recursos disponíveis, incluindo a imprensa, a fim de serem identificados com os valores liberais difundidos à época, como, por exemplo, a crença na valorização do trabalho e do esforço individual, separação do poder secular do temporal, entre outros.

Desde o período imperial, os protestantes estavam alinhados com tais valores, uma vez que grande parte dos que aqui se estabeleceram eram oriundos de países como Inglaterra e Estados Unidos. Esse grupo precisava se estabelecer em um contexto dominado pelo catolicismo. De certa forma, arvoravam para si a prerrogativa de modernos, progressistas, liberais devido à influência da cultura norte-americana. Consequentemente, a fim de se estabelecerem em um país onde eram minoria (*outsiders*), acusavam os católicos (estabelecidos) de retrógrados, conservadores, *roubadores da consciência dos fiéis*, responsáveis pelo atraso no qual se encontravam os brasileiros.

Além disso, o catolicismo também era acusado de antirrepublicano, uma vez que possuía uma forte ligação com a Monarquia, da qual se pode exemplificar o sistema de Padroado, comum aos países ibéricos e às suas colônias que, mesmo após a independência do Brasil, prevaleceu nas relações políticas e econômicas – ainda que estremecidas após a *Questão Maçônica* que, em 1864, colocou em lados opostos o Imperador Pedro II e clérigos católicos.

Compreende-se, no entanto, as razões que levaram os católicos a rechaçar, muitas vezes, as propostas republicanas. A separação Igreja-Estado, por exemplo, representou uma perda considerável nas receitas da Igreja Católica. No Art. 72 (§ 7º), da Constituição de 1891, há a seguinte assertiva: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”. Essa subvenção foi, durante todo o período colonial e imperial, no caso brasileiro, a responsável pela subsistência e manutenção da Igreja.

Sobre as mudanças no panorama brasileiro desde a abertura dos portos até a transição monarquia-república, Hoornaert (1992, p. 310, grifo nosso) esclarece:

No ano de 1808 os portos brasileiros foram franqueados para receberem navios não portugueses. Com a entrada de navios franceses, ingleses, norte-americanos, alemães e outros nos portos do Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Recife e Belém começou uma nova época, inclusive para o catolicismo no Brasil. Este deixou de ser unicamente lusitano e recebeu os impactos da romanização, e também deixou de ser a única, pois o protestantismo entrou com os primeiros viajantes estrangeiros. *O Brasil começou a desvendar um mundo mais amplo do que o estreitamente português e católico*. Iniciou-se uma nova conquista colonial, aparentemente pacífica e liberal, a “conquista burguesa” do Brasil.

Outra mudança não menos importante trazida pela República foi a secularização dos cemitérios e o estabelecimento do casamento civil. Essas medidas comprometeram parte da autoridade eclesial da Igreja, uma vez que não era mais necessário pedir a anuência de seus sacerdotes para a execução de atos como nascimento, casamento e sepultamento, apenas para citar alguns.

Desse modo, a transição da monarquia à república representou muito mais que uma mudança de cunho político e econômico: reverberou no religioso, na diminuição da autoridade da Igreja Católica

frente aos fiéis e, em contrapartida, na ampliação dos espaços propícios à divulgação protestante, apoiando-se, sem dúvida, nos impressos na busca de angariar aliados e fiéis.

Os protestantes, por sua vez, souberam aproveitar esse momento de fragilidade no campo religioso e propagaram sua fé, em detrimento da católica. Levantando o bastião do liberalismo, do progresso e da modernidade, buscaram minar o alicerce de seu maior oponente, o catolicismo, desqualificando-o de diversas formas.

O púlpito, lugar privilegiado na liturgia protestante, funcionou como tribuna de onde eram proferidas críticas ao sistema religioso hegemônico no país. Porém, não apenas esse espaço foi utilizado. Os impressos e em especial a imprensa confessional constituíram-se como um campo de debates e embates no qual acusações eram trocadas, quer na imprensa confessional, quer na secular. Mas, não apenas ataques ao oponente sustentavam esses impressos: a apolo-gética também foi uma constante:

Desde os primórdios de sua atuação, os protestantes utilizam os impressos [...] na difusão de sua crença e de suas ideias, como recurso pedagógico ou, ainda, nos embates com os grupos aos quais consideravam opositores (VASCONCELOS, 2010, p. 9).

A instalação efetiva do *protestantismo de missão ou conversão* (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990), no Brasil, pode ser verificada desde os primeiros anos da década de 1850. As tentativas anteriores, desde meados do século XVI (no Rio de Janeiro), e no século XVII (em Pernambuco) foram localizadas e sem uma continuidade expressiva⁶.

O contexto histórico do início do século XIX mostrou-se propício a tal inserção e a circulação de ingleses principalmente na capital do Império criaram – ou ampliou – as condições para a divulgação das práticas não católicas de religiosidade.

Os ingleses que circulavam pelo Rio de Janeiro desde a abertura dos portos “às nações amigas”, em 1808, e, posteriormente, cidadãos de outras nacionalidades a partir da Constituição de 1824, formaram os agrupamentos religiosos que se organizaram até meados da década de 1860. Porém, a função primordial era atender à população

6 No entanto, há quem defenda a relevância dos *mártires da Guanabara*, cuja resistência para não negarem sua fé, no século XVI, levou-os à morte, traídos por aquele que os trouxera da Europa, com a anuência de Calvino, sob a alegação de estabelecer uma colônia protestante em solo português.

estrangeira que aqui se encontrava, uma vez que as prédicas eram feitas na língua materna dos missionários e imigrantes.

Porém, antes do estabelecimento definitivo de uma missão protestante com objetivo proselitista, a distribuição de impressos diversos, ocorreu inicialmente nos navios, nos portos e, por fim nas cidades, tendo sido fundamental. Eram tanto bíblias quanto porções dela ou folhetos variados. Parte disso era possível graças à tolerância – liberdade de confissão religiosa – permitida a partir de 1810, pois a Inglaterra, “nação amiga” de Portugal, professava o anglicanismo.

Essa prática, ou seja, a distribuição de impressos antes da chegada de missionários a uma determinada região, foi uma constante durante muito tempo, como nos atesta Ribeiro (1981, p. 9), referindo-se à relevância desse suporte ao mencionar o periódico *Imprensa Evangélica*, fundado em 1864: “a Imprensa vai lá e, atende, prega, edifica, instrui, levanta a moral e entusiasmo. Em Ubatuba, a igreja nasceu em torno dela, e como resultado de sua leitura antes que ali chegassem os pregadores”.

Aos poucos, o catolicismo romano – outrora hegemônico no Brasil – foi cedendo espaço às outras práticas cristãs, em especial às protestantes. Com isso, novas representações sociais, novos espaços e novos atores e atrizes afloram. É preciso ressaltar, nesse contexto, que uma das bandeiras defendidas por esses novos grupos que passam a disputar espaço com os católicos, foi a educação, principalmente no que tange às primeiras letras.

Na verdade, o cuidado com a educação e a ênfase na leitura, no que concerne ao protestantismo, são singulares, uma vez que o acesso ao divino se dá por meio da Palavra Sagrada. Esta deve ser a única que intermediará o contato entre o fiel e Deus. Para tanto, torna-se imprescindível a aprendizagem da leitura em língua vernácula a fim de tornar inteligível a apreensão da mensagem sagrada.

Leonel (2010) é um dos autores que também corrobora a concepção investigada, a saber, a que apresenta os impressos como um diferencial na estratégia catequista dos protestantes. Nas palavras do autor,

Ante um catolicismo de presença secular nestas terras, os missionários protestantes procuraram formar uma mentalidade religiosa diferenciada daquela experimentada até então. Para isso, desenvolveram três grandes estratégias: a primeira, oral, constituía-se dos sermões pregados e do relacionamento informal com os novos crentes;

as duas seguintes, impressas, disseminação de bíblias [e] utilização de literatura religiosa: sermões transcritos em jornais e livros, bem como textos ficcionais (LEONEL, 2010, p. 46).

Das estratégias citadas pelo autor, nossa ênfase recai sobre os impressos, em especial os jornais e as revistas. Entendemos que os impressos religiosos – tanto literários (livros) quanto a própria imprensa (periódicos de um modo geral) – foram relevantes na disseminação de um novo modelo de indivíduo que se pretendia forjar, pautado na influência do liberalismo e dos novos padrões educacionais oriundos, em especial, da América do Norte.

Mesmo diante do *atraso* de alguns anos em relação ao Brasil, no que concerne ao início do prelo protestante, sabemos que a presença de grupos não católicos em território luso se deu no início do século XIX. Os núcleos disseminadores de uma matriz reformada, acatólica, podem ser identificados desde 1835, com Jonh Cassels, no continente e com o proselitismo dos Kalley, na Ilha da Madeira, a partir de 1838 (AFONSO, 2009). Como no Brasil, os ingleses estavam entre os primeiros a trazerem os *ventos de mudança* no cenário religioso português no início dos Oitocentos. Todavia, é a partir da década de 1840 que começa a se desenvolver de forma gradual, mas contínua, tendo uma contribuição, uma influência “[...] majoritariamente de estrangeiros residentes no país, sobretudo britânicos, com especial relevo para os escoceses [...]” (PEIXOTO, 2005, p. 12), dentre os quais destaca-se Robert Kalley.

Mesmo tendo havido nas primeiras décadas do século XIX algumas sinalizações que, *a priori*, podem supor uma abertura, uma liberdade do ponto de vista religioso, com a “[...] emergência do regime liberal e o fim da Inquisição (1821) [...]” (AFONSO, 2009, p. 56), é possível constatar, também no caso lusitano, que “a intolerância assumia proporções grotescas e formas de verdadeiro absurdo, surgindo problemas em torno dos enterramentos civis” (PEIXOTO, 2005, p. 14). Situações como essas foram uma constante em Portugal, mas também podemos identificar que houve tolerância em alguns lugares como, por exemplo, a “freguesia de Santa Marinha [...] com os párcos respeitando a lei e a tolerância” (PEIXOTO, *Idem*).

De fato, no caso lusitano, no último quartel dos Oitocentos, é que se pode identificar ruma relação mais próxima entre o que postulava a lei e o que se fazia na prática, pois “[...] antes de 1870 não havia verdadeira tolerância religiosa em Portugal e só a partir desta data é que começaram a surgir no país os primeiros jornais [...]” (PEIXOTO, *Ibidem*, p. 12) que puderam, de fato, receber a alcunha de *liberais*.

Apesar de constatarmos várias confluências entre o protestantismo no Brasil e em Portugal, havia neste último algumas particularidades que merecem atenção. No tocante ao aspecto jurídico, o Código Civil de 1852 é considerado repressivo, mas o de 1858, por sua vez, sinaliza mudanças significativas. Passa a aceitar, por exemplo, que a união por casamento entre estrangeiros não católicos tenha efeito civil, sem a tutela da Igreja Católica. No entanto, a obrigatoriedade do casamento sob a autoridade da Igreja permaneceu para os cidadãos portugueses, que continuaram sob sua égide (AFONSO, 2013).

As possibilidades abertas aos estrangeiros permitiram, ainda no século XIX, uma ampla rede de sociabilidades que culminou, principalmente, na criação de igrejas, escolas, associações de mocidade, escotismo, especialmente a partir da segunda metade do século XIX e sob o patrocínio, muitas vezes, de estrangeiros e estrangeiras, homens e mulheres que para a nação portuguesa se deslocaram por razões diversas e que eram adeptos da causa protestante.

Um círculo bem peculiar se estabelece ao redor da Sra. Ellen Roughton, uma inglesa que se dedicava, sobretudo, ao fomento da educação tendo, ela mesma, sido responsável pelo estabelecimento de uma “aula infantil”, como podemos observar a seguir:

Pelos meados da década de 1860, Ellen Roughton, uma senhora inglesa residente na capital [Lisboa], correspondente de Robert Kalley (então no Brasil), estabeleceu uma aula infantil e realizava em sua casa reuniões dominicais para leitura da Bíblia [...]. Em 1870, sob a liderança de Antonio de Matos [um madeirense convertido por Kalley] organiza-se assim a Igreja Evangélica Presbiteriana de Lisboa. [...] Nesta mesma década de 1870 registram-se em Lisboa outros movimentos de caráter evangélico [...] tendo quase sempre o círculo da senhora Roughton como polo de acolhimento e apoio inicial (AFONSO, 2009, p. 66, 67).

A presença feminina está no cerne da organização protestante tanto em Portugal quanto no Brasil. Naquele país, a citação acima demonstra a incontestante importância do *círculo da Sra. Roughton*; neste, o pioneirismo é vinculado à Sra. Sarah Kalley.

A partir da década de 1860, em vários sítios lusitanos surgem escolas, como a do Torne, em Vila Nova de Gaia, de matriz evangélica, não católica, inicialmente vinculada à piedade metodista, mas que, posteriormente, vinculou-se à Igreja Lusitana, a partir de 1880.

No caso dessa escola, a iniciativa deveu-se a Diogo (James) Cassels, portuense, de origem inglesa, cuja família o educara sob os auspícios da religião cristã evangélica (ou protestante). Ele, “[...] em abril de 1868, inicia as obras do que seria a primeira capela portuguesa de rito não católico: a escola e capela do Torne, em Gaia, a que viria a juntar, mais tarde, o ensino secundário” (PEIXOTO, 2005, p. 9).

Diogo começa, com cerca de 22 anos, em 1866, sua atuação voltada à causa evangélica, “[...] quando inicia, em sua casa, reuniões com trabalhadores para a leitura das Escrituras” (PEIXOTO, *Op. cit.*, p. 9). Dedicar-se, a partir de então e até sua morte, em 1923, aos 79 anos, ao estabelecimento – e financiamento muitas vezes às suas expensas – de escolas primárias e secundárias, da publicação de jornais, da tradução de textos, entre outras atividades em prol da causa protestante.

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, outras corporações protestantes surgem, para além das escolas e das igrejas, em Portugal, como Alianças Nacionais, jornais diversos, Sociedade Protetora dos Animais, as Sociedades do Esforço Cristão, Uniãoes Cristãs da Mocidade (Masculina e Feminina). Estas últimas investiram, a partir da década de 1920, na publicação de folhas próprias. É nesse momento que o protestantismo naquele país toma, realmente, forma. Segundo Afonso (2009, p. 58), isso ocorre porque

Portugal encontrava-se nos anos de ‘60 e ‘70 do século XIX politicamente pacificado após as convulsões da primeira metade da centúria. O espírito fontista de desenvolvimento das vias de comunicação, estradas e caminhos de ferro e de fomento industrial [...] conduziu o país a uma representação de “progresso material” normalmente com maior expressão nos discursos dos políticos que na vida quotidiana dos cidadãos. [...] O incremento dos movimentos grevistas, bastante expressivo nos primeiros anos da década de 1870 e o engrossar do fluxo migratório para o Brasil representavam outros aspectos das rupturas e desarticulações que a nova ordem socioeconômica produzia no tecido social.

No âmbito do prelo evangélico, surgem periódicos de relevo como *O Amigo da Infância* (1874-1940)⁷, *A Reforma* (1877-1892) e *o Egreja Lusitana* (1894-1923), e com eles a disseminação das propos-

7 Esse periódico não se caracterizava exatamente como um jornal e sim como uma revista – ilustrada – usada por vários anos nas Escolas Dominicais, fato este acentuado nas décadas primeiras do século XX.

tas evangélicas, discutindo temas diversos, orientando no proceder e fomentando, assim, o estabelecimento de uma cultura protestante na transição do século XIX para o XX.

As propostas de editoração e circulação (AFONSO, 2009; OLIVEIRA, 2011), levadas a cabo entre as duas margens do Atlântico, ajudam-nos a compreender os impressos protestantes como um espaço educativo, não formal, forjando comportamentos e indivíduos adequados aos *novos tempos*.

No caso brasileiro, a vertente de maior relevância no cenário religioso, até meados da década de 1920, foi a presbiteriana e sua vinculação com os impressos e, mais de perto, com a imprensa foi crucial. Menos de cinco anos após a chegada do missionário presbiteriano, Asbel Green Simonton, foi criado o primeiro periódico protestante, em língua portuguesa, denominado *Imprensa Evangélica*, cuja circulação ocorreu de 1864 a 1892 (MATOS, 2007).

No caso português, nosso olhar foi direcionado às vertentes metodista e lusitana, cujos mais conhecidos expoentes foram Robert Moreton, Diogo Cassels, Joaquim dos Santos Figueredo, Alfredo Henrique, J. A. Santos e Silva e Eduardo Moreira. Ainda que possuíssem concepções teológicas ou administrativas distintas, podemos vê-los em colaboração na imprensa e na literatura.

Por trás desses homens [...], devemos evocar ainda a origem e difusão de seus principais instrumentos e trabalho. Se o cristianismo é uma das religiões do Livro, os evangélicos, pela sua própria natureza e missão, assentavam na Bíblia o alicerce maior, quando não exclusivo, da pregação, da edificação moral e até mesmo do ensino regular. [...] Desta forma, a circulação da Bíblia, em língua portuguesa, como é natural, constituía não só pré-condição da missão, como normalmente a razão e base primordial do esforço evangelístico (AFONSO, 2009, p. 69).

No tocante à postura editorial protestante, podemos afirmar que foi basicamente centrada em práticas de autoformação, que legitimavam, precisamente, um conjunto de rubricas – em especial a literatura, a biografia ou os argumentos – complementadas com um substrato cultural, quebrando ou mantendo arquétipos, principalmente no que concerne ao elemento feminino. É preciso ressaltar, no entanto, o cuidado para com os textos escritos – quer fossem apologias ou embates – na busca de apresentarem discussões racionais e com argumentos bem fundamentados.

Nesse panorama, algumas editoras foram relevantes e imprescindíveis nesse processo. A *Livraria Evangélica*, por exemplo, foi uma delas. Com sede em Lisboa, mas com vinculações no Rio de Janeiro, editou, imprimiu, distribuiu e ajudou a circular nas duas margens do Atlântico, textos que podem ter contribuído para a forja do que se veio a se constituir o protestantismo nas duas margens do Atlântico. Segundo Afonso (2009, p. 69),

[...] a partir dos começos da segunda metade do século XIX, a Livraria Evangélica/Depósito das Escrituras Sagradas, [...] além dos textos sagrados disponibilizaram larguíssima cópia de folhetos, opúsculos, boletins, novelas, obras doutrinárias e muita outra literatura religiosa. A distribuição de das Bíblias e “tratados” – como muitas vezes eram designados as publicações menores – fazia-se majoritariamente através dos colportores, a um tempo vendedores itinerantes e pregadores, que visitavam os lugares mais recônditos, arrostando com inúmeros perigos e desconfortos, viajando a pé, a cavalo, ou de burro, de comboio ou por outros meios.

Podemos inferir que as propostas confessionais protestantes divulgadas nos impressos configuravam, objetivamente, um conjunto de problemáticas específicas – entre elas o culto doméstico, a questão da “guarda” do domingo, o cuidado com a casa e com o vestuário feminino, e culminando com a centralidade da *Bíblia*. Essas questões nunca foram abandonadas, sendo apresentadas de formas diversas por meio da literatura, dos periódicos, com base numa narrativa singular, mas ao mesmo tempo imbuída de simbolismos.

Os impressos, de um modo geral, e a imprensa, de modo particular, ajudaram, sem dúvida, a fomentar modelos a serem seguidos. Segundo Eisenstein (1998, p. 206), “a guerra civil no mundo cristão talvez não fosse inevitável, mas o advento da imprensa acabou por eliminar, pelo menos, a possibilidade de perpetuar o *status quo*”.

A assertiva de Eisenstein nos faz refletir, realmente, sobre a “revolução da cultura impressa”, uma vez que esta fez toda a diferença na expansão do Protestantismo – apesar de também ter ajudado na reconstrução da Igreja Romana com a Contrarreforma.

Ainda de acordo com a autora citada,

mesmo que Lutero, Zwinglio e outros tivessem morrido no berço, o mais provável é que outros reformadores teriam ainda assim

recorrido aos prelos, para concretizar preocupações e objetivos evangélicos há muito sentidos (EISENSTEIN, *Op. cit.*, p. 206).

Dessa forma, compreendemos que os impressos de um modo geral – livros, porções, opúsculos, jornais – exerceram um papel central na difusão das ideias protestantes, de suas opções sociais e dos modos de estar e intervir no mundo. Sob esses aspectos, estabeleceram-se como um espaço educativo, não escolarizado, informal, mas de igual maneira relevante, com circularidade entre as duas margens.

O LUGAR DA MULHER NO PROTESTANTISMO: ECOS DE UMA PARTICIPAÇÃO

O protestantismo apresenta diferenças no que concerne à ação do fiel, em relação ao catolicismo. Neste, a liturgia é centrada no sacerdote; naquele, apesar de haver a figura do pastor, ou seja, o responsável por guiar o culto, há uma ampliação da participação do crente, uma vez que esse é responsável por seu acesso direto ao sagrado, por meio da concepção do “sacerdócio universal”. Além disso, o rechaço à confissão auricular também corrobora a forja de um caráter mais participativo do fiel, uma vez que ele não mais deve ir ao templo para *ver a missa*, mas, para *participar do culto*.

Se antes da Reforma, o catolicismo era baseado numa cultura visual e oral, depois dela urge a necessidade de alfabetização do fiel, nas vertentes cristãs reformadas. Assim, a constituição dos grupos religiosos nos séculos seguintes, abre, conseqüentemente, um espaço ao elemento feminino – relegado a uma categoria inferior e, durante os tempos medievais, na Europa Ocidental, frequentemente associado a rituais de ocultismo e bruxaria.

Ainda que ela esteja submissa, na condução do culto – ou em outras esferas – à tutela masculina, “a emergência de uma posição reformista cristã tende a valorizar a mulher”, permitindo uma maior autonomia, quer seja de pensamento, crítica ou decisão (AFONSO, 2008, p. 45). No caso do protestantismo, que começa a desenvolver-se quer no Brasil, quer em Portugal, nos Oitocentos,

A palavra e a ação criam campos de influência (a instrução e a saúde pública) que progressivamente rompem com o quadro familiar e invadem a esfera pública; no entanto, a esfera privada não é abandonada,

e a s cultural e social alicerçase numa prudente dinâmica doméstica (AFONSO, 2008, p. 46).

Um exemplo relevante é Sarah Kalley. Cardoso (2005a, p. 101) ressalta que ela possuía uma “forte personalidade” e não se “limitava somente a ocupar socialmente os ambientes” nos quais transitava juntamente com seu esposo. “Nas reuniões sociais, ela participava ativamente nas discussões” (CARDOSO, *Op. cit.*, p. 100). Ainda segundo esse autor, “Sarah utilizava a mídia da sua época, jornais, revistas, prospectos, estando sempre bem-informada”, o que pode ter sido bastante útil no seu “ministério docente”, cujas ações incluíam uma gama de ensinamentos dentre eles o “bíblico, [o] musical, [a] alfabetização, conhecimentos gerais, idioma (inglês)”. (CARDOSO, *Idem*, p. 102, 119).

No que se refere ao caso brasileiro, o período republicano (a partir da Constituição de 1891) ampliou as possibilidades de inserção do protestantismo – que desde o início do século XIX, já era uma realidade em Portugal, com a inserção de ingleses e protestantes de outras nacionalidades em solo português (quer continental, quer insular) – graças a algumas garantias legais com a liberdade de culto e a laicização do Estado, ou seja, a independência deste em relação à Igreja Católica.

Uma das bandeiras republicanas, no Brasil, foi a busca (ou a proposta de ampliação) da educação subsidiada pelo Estado, apelando para a instalação de escolas – fato este que pode ser verificado nas reformas educacionais levadas a cabo, no final do século XIX, em vários estados brasileiros – pleiteando uma educação para forjar o cidadão, mas também a cidadã, ampliando desse modo o acesso feminino à instrução formal, escolar.

No entanto, é preciso levar em consideração a existência de um *mito*, que tomou forma a partir da divulgação por estudiosos renomados no cenário brasileiro, de que a República *inaugura* a escola no Brasil. Desde a época colonial (com os jesuítas), passando pelas *Aulas Régias* do Marquês de Pombal, pela Lei do Ensino de 1827 e o Decreto de 1834, o contexto educacional brasileiro era uma realidade. É bem verdade que não houve o estabelecimento de escolas em todas as províncias, tampouco o ensino foi disseminado para todas as classes sociais. Todavia, não podemos afirmar que a escola foi uma invenção da República. O que a esta, de fato, é possível conferir é a criação dos Grupos Escolares (SILVA, 2013; STAMATTO, 2002b).

Com o passar dos anos houve, porém, uma mudança no quadro educacional brasileiro, no que se refere à docência. Nesta, pouco a pouco, a presença feminina foi se estabelecendo e, na virada do século XIX para o século XX, já superava o elemento masculino, como alunas das escolas normais (que preparavam para o exercício do magistério).

A evasão masculina pode ser entendida de várias formas, dentre as quais podemos destacar, possivelmente, os baixos salários recebidos e a crescente aceleração industrial no Brasil, que remunerava melhor e que terminou por atrair a mão de obra masculina (ALMEIDA, 1998).

As moças, principalmente de *classe média*, viam o magistério como uma nova perspectiva de atuação no espaço público, pois as escolas normais não só preparavam para uma profissão, mas também primavam pelo ensino da organização do lar, dos bons costumes e da educação dos filhos. Nesse caso, a mulher

precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. Justificava-se assim a “permissão” concedida para a mulher. Sua educação seria feita, portanto, para além dela já que não se centrava em seus próprios anseios ou necessidades mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, mais tarde, na função de formadora dos futuros cidadãos”. Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios (LOURO, 2008, p. 446-447).

O entendimento corrente, em relação às mulheres, era de que elas deveriam ter uma formação que atentasse para o cuidado do lar, do marido e dos filhos. “No século XIX, a ideia prevalecente era que a mulher pertencia somente ao âmbito privado, não pertencia ao âmbito público” (BERGER, 2012, p. 285). Quando se pensava em conceder-lhe a educação formal, faziam-no de modo muito precário, na maioria das vezes.

No início, o aprendizado da leitura e da escrita era suficiente e se fazia no contexto doméstico, depois em estabelecimentos com currículos diferenciados para homens e mulheres. Essa educação diferenciada decorria dos papéis definidos para cada sexo e dos preceitos católicos, muito influentes na sociedade brasileira (BERGER, 2012, p. 285).

No caso do protestantismo, Oliveira (2008), ao esboçar o resultado de uma investigação sobre a educadora Marta Watts, alega que as representações construídas especificamente sobre as educadoras protestantes podem ter variado desde um estereótipo no qual a profissão de educadora constitua uma “espera até o casamento” e, alguns casos, uma “preparação”, para este, até a forja de um modelo de mulher que se sublima, abrindo mão do prazer físico, sexual, e da maternidade, tendo os alunos como seus filhos e filhas e a escola como seu lar.

No projeto educacional americano levado a cabo nas regiões campo de missão, como no Brasil, a ênfase dada à fundação de colégios e escolas, por vezes dividiu os missionários que indagavam se era necessário investir mais na evangelização direta ou na educação. A proposta que abarcava as duas possibilidades – sem que uma excluísse a outra – foi a que vigorou por mais tempo.

É interessante observar que, por razões diversas, as mulheres que acompanhavam os missionários – ou algumas que foram trazidas especificamente para esse fim – estiveram à frente dessa empreitada, seja como docentes ou como diretoras desses centros educacionais. Por isso, autores como Matos (2007) asseveram que a participação feminina foi relevante, para não dizer imprescindível, na implantação do projeto protestantismo brasileiro, na vertente presbiteriana, uma vez que a educação de crianças e jovens ficou a cargo das mulheres.

No entanto, pouco se escreveu sobre a temática, fato não exclusivo da esfera protestante, como podemos verificar na citação a seguir:

Durante muito tempo, o processo de formação de professoras foi secundarizado pela historiografia educacional brasileira. No entanto, ultimamente a experiência da vida de professoras como agentes educacionais e especificamente a feminização do magistério tem se tornado sujeito da memória. Dar visibilidade às mulheres professoras possibilita identificar e reconhecer os espaços de resistência, além de desconstruir uma História da Educação registrada em sua maioria por homens e respaldada em documentos oficiais (NASCIMENTO, 2008, p. 307-308).

Desde o início de sua atuação no Brasil, os presbiterianos se interessaram não só pela educação da população, como também pela formação dos docentes que lecionariam nas instituições educativas

(fossem elas de primeiras letras, como as paroquiais, ou mesmo as voltadas para as elites, como os colégios, mais amplas, mais organizadas e equipadas).

Fato é que, frequentemente, havia Escolas Normais nas instituições erigidas para educação geral. Além de simplesmente fornecer mão de obra qualificada – e assim angariar mais adeptos para suas escolas – afirma-se que esses estabelecimentos “ampliaram as oportunidades de escolarização da mulher. e ofereceram oportunidades às mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas, ingressando-as na população economicamente ativa” (NASCIMENTO, 2008, p. 307).

Dito de outro modo, a observação da necessidade de educar o povo ampliou a atuação feminina, no contexto brasileiro. Se, para as mulheres norte-americanas – e presbiterianas – a profissão era um desígnio divino, essa premissa foi incorporada na práxis educativa quando de sua influência no Brasil. O trabalho, nesse contexto, não é visto como castigo; pelo contrário, é compreendido como benção, e o êxito no exercício do labor diário denota que o indivíduo é eleito, predestinado à salvação. Dessa feita, o exercício de sua profissão e o seu êxito são provas de que o indivíduo é portador da graça divina. Essa prerrogativa está no cerne da crença calvinista e puritana, no tocante à interpretação da *Bíblia*, sendo primordial para o individualismo e o liberalismo americanos, bases para o que Weber chamou de ética protestante.

De um modo geral, as pesquisas voltadas para a análise da História da Educação Protestante, no Brasil, têm pontuado – e até exaltado, em alguns casos – o papel das educadoras. Entretanto, as investigações mais antigas não foram muito além disso: faltavam análises mais densas no que se refere às práticas culturais e representativas dessas mulheres. É possível que esse quadro tenha sido modificado ao longo das pesquisas efetuadas nas duas últimas décadas.

As educadoras traziam um modelo de educação do seu país de origem, para ser implantado no Brasil, ao mesmo tempo em que se constituíam como modelo a ser seguido. O comprometimento com o trabalho, em especial a docência, adquire um status de vocação e de prazer e, provavelmente, tem reflexos diretos sobre os demais atores educacionais.

Não apenas as missionárias educadoras propriamente ditas, mas as demais mulheres que acompanhavam os missionários presbiterianos que para o Brasil vieram, colaboraram de forma propositiva para o encaminhamento do trabalho que aqui se estabelecia. Eram, na maioria das vezes, irmãs ou esposas desses missionários que

deixavam seu país de origem – e muitas vezes o conforto do lar – para se lançarem numa empreitada que, em vários casos, não permitiu o regresso para casa. Porém, a sua importância nem sempre foi registrada ou reconhecida satisfatoriamente. Sobre esse assunto, vejamos o que nos mostra o texto abaixo que, apesar de extenso, é bem contundente:

As esposas, muitas das quais fizeram sacrifícios de proporções heroicas, foram tão importantes para a difusão do evangelho quanto seus maridos. Muitos anos se passaram até que as mulheres ligadas à Missão fossem devidamente reconhecidas e recebessem o direito ao voto nas questões da obra, mas *a influência das esposas e das mulheres solteiras* que se dedicaram ao trabalho evangélico no Brasil provavelmente nunca poderá ser corretamente aquilatada. Os difíceis desafios incluíam a tarefa de cuidar dos filhos e *de serem mestras em todos os assuntos*. Elas também tinham de cuidar da casa, que devia ser flexível o suficiente para tornar-se um hotel ou hospedaria para hóspedes e viajantes. Além disso, *a esposa do missionário tinha de ser uma professora da Bíblia para outras mulheres da igreja*. Todavia, a tarefa mais difícil de todas era dizer adeus ao marido, que podia ausentar-se por três meses a fio, e suportar estoicamente as *notícias fictícias de doenças, acidentes ou morte que inevitavelmente chegavam aos seus ouvidos como uma forma de perseguição psicológica* por parte de católicos romanos, geralmente permaneciam firmes [...]” (MCINTIRE, s.d., p. 54, 55 *apud* MATOS, 2007, p. 4, grifos nossos).

No que se refere à formação das docentes no início dos Novecentos, no ensino estatal, era a opinião de alguns estudiosos da época a incompatibilidade entre o casamento e o magistério. Stamatto (2009, p. 34) corrobora essa assertiva ao demonstrar que, “até as primeiras décadas do século XX, a mulher deveria escolher, em vários estados, entre o cuidado a seus filhos (ser mãe) e o cuidado aos filhos dos outros (ser professora)”, uma vez que, “a organização brasileira [estabeleceu] regulamentos e normas impeditivas à professora que viesse a contrair matrimônio”.

A defesa do *celibato feminino*, por exemplo, foi apresentada pelo professor Nestor dos Santos Lima, na Conferência Nacional de Educação, ocorrida em Curitiba, entre os dias 19 e 23 de dezembro de 1927, na qual o referido educador foi designado delegado pelo Rio Grande do Norte. O citado educador já havia sido professor da Escola Normal Oficial e um dos diretores da mesma (entre os anos de 1910 e 1923), além de Inspetor da Instrução pública.

Na Conferência de 1927, umas dos textos que defendeu versou sobre o Celibato Pedagógico Feminino, levantando questionamentos acerca do conflito que poderia causar o exercício concomitante do “magistério” e o “do lar” (mãe, esposa e dona de casa) pela mulher. Segundo ele,

o que a prática nos ensina [...] é que o exercício simultâneo das duas funções – doméstica e pedagógica –, se não são absolutamente incompatíveis, são, ao menos, prejudiciais à perfeição, regularidade e a proficuidade de cada um deles (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 404).

O que mais chama a atenção é que esse texto foi defendido praticamente no final da década de 1920, momento de grande efervescência no cenário brasileiro em áreas das mais diversas como a cultura, a educação etc.

Para as mestras presbiterianas, ainda no século XIX, a orientação era diferente: não havia uma apologia ao celibato, sendo de grande importância a atuação tanto das casadas quanto das solteiras. Assim, as mulheres se dedicavam à propagação da fé protestante como mestras, sem que seu estado civil apresentasse qualquer impeditivo ao exercício da docência.

Algumas daquelas que chegaram ao Brasil solteiras assim permaneceram, por opção sua e não por uma deliberação da Junta de Missões, segundo nos consta. O que se pode deduzir é que, na maior parte dos casos, não se tratou de crítica ou da impossibilidade da junção das funções e sim de uma opção da educadora. No entanto, não há como se confirmar ou refutar tal assertiva. A inferência que fazemos baseia-se no fato de que várias educadoras de destaque no cenário presbiteriano, quer oriundas dos EUA, quer brasileiras, ou já eram casadas ou contraíram matrimônio e continuaram atuando como educadoras.

Um exemplo disso pode ser verificado no caso da Sra. Katherine Porter, que, durante o ministério exercido pelo marido, o Reverendo C.W. Porter, no Rio Grande do Norte, esteve à frente do estabelecimento mantido na capital potiguar de 1895-1907 e, muitas vezes na ausência do marido, assumia a igreja.

De acordo com Pinheiro (2009, p. 56),

O pensamento progressista do Colégio Americano de Natal apontava para um modelo de atuação feminina, alicerçado em uma ideia cristã de companheira do marido, auxiliando-o nas atividades da

vida prática para além do universo privado. A exemplo da própria Katherine Porter que ajudava na missão do marido de propagar a fé evangélica através de ações educativas institucionais.

Essa contribuição do elemento feminino no dia a dia das atividades protestantes sugere que havia, em detrimento do que ocorria no catolicismo, uma participação mais direta, mais efetiva da mulher. Se no catolicismo a relação com o divino é mediada por outros sujeitos, no protestantismo tanto homens quanto mulheres têm acesso direto ao sagrado sem a interferência de outrem.

Isso pressupõe uma participação direta, na liturgia do culto, no cotidiano das atividades laborais e domésticas, mas também, e acima de tudo, uma responsabilidade individual acerca de si mesma. No caso da mulher, encerra, ainda, uma responsabilidade de ensinar a prole no caminho sagrado, forjando nesta uma concepção de responsabilidade autônoma, individual, mas, ao mesmo tempo, coletiva, uma vez que se fazia necessário o cuidado com o outro. Uma conscientização acerca da moral cristã deveria ser uma constante também no seio da sociedade de um modo geral.

Entretanto, apesar de ser uma realidade a presença das mulheres no magistério, a resistência ao trabalho fora da esfera doméstica, no final do século XIX, ainda persistia, de acordo com Almeida (1998). Ainda segundo essa autora, havia um diferencial nas educadoras protestantes, pois,

As mulheres chegavam acompanhando maridos e pais e ajudavam a levar a bom termo seu trabalho, incumbindo-se de lecionar nas escolas levantadas junto às igrejas, alfabetizar as crianças e inclusive assumindo cargos de direção e organização das escolas. a prática protestante começa a erigir novos valores sociais como os pais investindo nas escolas, colaborando para pagar os professores ao mesmo tempo em que se valorizava o trabalho das mulheres como educadoras de crianças e implantando a coeducação dos sexos, princípios adotados nos Estados Unidos (ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 145).

Outros autores corroboram essa ideia:

Ser professora tornava-se uma profissão especial que requeria uma formação específica. Para algumas mulheres significou uma nova maneira de ser no mundo. A formação era critério para a carreira de

professora. As professoras missionárias norte-americanas deveriam se esmerar quanto à apresentação pessoal. O Vestido composto estaria sempre limpo e bem passado e o rosto e o cabelo sempre arrumados deveria manter limpa e arrumada a sua cama, pois o ensino se dava pelo exemplo (NASCIMENTO, 2008, p. 314, 318).

Para Almeida (2007, p. 145), a mudança desse *status quo* é devedora, em parte, aos costumes protestantes, uma vez que “a presença das educadoras protestantes pode ter contribuído para que essa mentalidade fosse mudando, dada a admiração que os intelectuais e educadores [...] nutriam pelo modo de vida americano”.

No que se refere às práticas educativas encetadas por essas instituições, é possível identificar que “os novos objetivos e as transformações curriculares exibidas por esses colégios. lhes permitiram oferecer um ensino atualizado e eficiente, bem de encontro às reivindicações das vanguardas provinciais” (BARBANTI, 1977, p. 65), dentre os quais destaca-se a coeducação (ou educação mista), na qual meninas e meninos estudavam sob o mesmo teto, dividiam a mesma sala de aula, bem como os espaços de recreação e lazer, além da prática de esportes.

Apesar disso, no projeto americano de educação, ressaltamos, a importância dada à criação de escolas para meninas, cuja oferta era, à época, tanto na esfera estatal quanto no lastro dos colégios católicos, bem inferior à procura. Oliveira (2008, p. 2, grifos do autor) faz a seguinte análise sobre o projeto americano de educação:

A mulher que ora não tinha nenhum acesso à educação, e conseqüentemente aos espaços públicos, agora encontra a porta aberta pela educação e religião para tal espaço, através do acesso à escola. Neste sentido, as mulheres estrangeiras e protestantes, *outsider* na sociedade brasileira, tencionam a lógica patriarcal, juntamente com tantas outras na busca da afirmação pessoal e apropriação do espaço historicamente negado.

Sobre a atuação presbiteriana e norte-americana no Nordeste brasileiro, por sua vez, Pinheiro (*Op. cit.*, p. 56, grifo nosso) relata, ao falar da formação de uma professora natalense, Guiomar de Vasconcelos, no Colégio Americano de Natal:

Permaneceu nesta escola durante quatro anos e teve acesso a um modelo de educação alicerçado em princípios norte-americanos como

cientificidade, pragmatismo e moral cristã protestante. Privilegiava os processos intuitivos de ensino, a coeducação dos sexos e disciplinas que elevavam a educação escolar para além do aspecto instrucional. A formação da mulher estava embasada em *um modelo idealizado de filha, mãe, esposa, moralmente digna*, com condições intelectuais para contribuir de modo efetivo na ordenação social, a partir do cuidado em princípios de liberdade, individualismo, ordem e superação. Além das disciplinas notadamente escolares, os preceitos morais e cristãos, as prendas domésticas, as línguas valorizavam o papel do sexo feminino na família e na sociedade.

Percebe-se que a formação de meninas nos colégios de orientação presbiteriana, no exemplo acima, sugeria, de certa forma, um *modelo de mulher*, uma vez que perpetuava uma idealização feminina em uma das primeiras escolas dessa vertente do Protestantismo no nordeste brasileiro⁸.

Uma tentativa de impedir o crescimento protestante e com uma finalidade explícita de frear a influência de suas ideias, principalmente no concerne à juventude, a Igreja Católica, no Brasil,

[...] vai incentivando a criação de colégios muitos dos quais funcionando como internatos, onde, além de instruir, tinham oportunidade de exercer uma influência maior sobre o caráter do educando bem como o controle das leituras (BERGER, 2012, p. 289).

Essa realidade pode ser constatada em diversas partes do Brasil. O início da cruzada católica contra as ideias heréticas dos protestantes, no que concerne à criação de escolas, iniciou-se no final dos Oitocentos, mas adentrou o século seguinte, tendo desdobramentos até meados das décadas de 1970-1980, em alguns locais. Não dissertaremos acerca dessas ações, pois elas vão além do período de investigação desta pesquisa.

Sob a motivação de combater o avanço do protestantismo por meio do estabelecimento no país de ordens religiosas católicas, tanto masculinas quanto femininas, alguns investigadores se debruçaram em pesquisas mais recentes. Dentre eles, destacamos alguns trabalhos mais recentes no contexto nordestino: Berger (2012) investiga, em Sergipe, Souza (2008), no Rio Grande do Norte, e Lira (2009), em Pernambuco.

8 Nascimento (2004) atesta que a primeira escola foi criada em Laranjeiras, Sergipe, em 1886.

É importante, ainda, compreendermos que “[...] a mulher tinha uma vida restrita ao ambiente doméstico, onde prevalecia o sistema patriarcal”, principalmente nos atuais Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, tinha cerceado seu direito ao ato de ler. Quando o faziam, “havia também o controle das leituras permitidas às mulheres por parte de seus pais e maridos protetores da inteligência e da moral” (BERGER, 2012, p. 287).

No entanto, alguns trabalhos mostram que, mesmo proibidas, algumas leituras eram feitas às escondidas pelas mulheres, como nos alerta Moraes (1998, p. 73): “Nos textos dos viajantes que estavam no Brasil durante o século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, registra-se uma vasta documentação sobre a educação das mulheres e suas relações com os impressos”.

A autora menciona, principalmente, os comentários de dois viajantes protestantes, Daniel P. Kidder James C. Fletcher⁹. Constata que eles, “[...] ao falarem a respeito das maneiras e dos trajes das damas brasileiras”, destacam serem elas “gentis” e de “porte gracioso”, embora não apresentassem “uma base de conhecimentos variados para tornar agradável e instrutiva uma sua palestra”.

Esses dois missionários, metodista e presbiteriano, respectivamente, já conheciam o Brasil desde a primeira metade do século XIX. Kidder escreveu em 1845 um livro sobre suas viagens pelo Brasil. Destacou, praticamente, apenas vantagens e belezas da Capital do Império, tornando-se mais um propagandista que um analista da situação real do Brasil naquele momento.

Ainda segundo essa autora, as observações desses viajantes e de outros (tanto homens quanto mulheres), permitem-nos vislumbrar “o ritmo lento em que se desenrolava a educação das mulheres numa sociedade que buscava uma modernização” (MORAIS *Op. cit.*, p. 74). Entendemos que havia uma contradição entre o ritmo que a sociedade desejava modernizar-se e aquele no qual se educava o elemento feminino. E por que isso ocorria? Berger (2012, p. 291) nos alerta que,

até certo momento, o objetivo era adestrar e obter a submissão da mulher, inculcando seu papel na função de preservação da espécie,

9 Cada um dos missionários citados influenciou a vinda do casal Kalley (Sarah e Robert) ao Brasil. Fletcher, por instar com a Sociedade Bíblica de Nova York, sob a tutela de Robert Baird, para o envio de colportores madeirenses ao Brasil, devido à língua comum, 1853. A priori, Robert Kalley declinou do convite. Posteriormente, a partir do impacto gerado pelo livro de Kidder no casal, resolveram aceitar o convite e vieram, em 1855, para o Brasil (Cf. CARDOSO, 2005a).

ligada às amarras da maternidade, num fazer considerado repetitivo e sem criatividade, vendo a mulher sempre como inferior ao homem. [...] utiliza-se todo um disciplinamento, controlando-a através dos gestos e movimentos do corpo.

Esse disciplinamento passava, sem dúvida, também pelo cerceamento do que se podia – ou não – dar a ler. Morais (*Op. cit.*, p. 74) corrobora essa ideia, pois acredita que “controlar as leituras ao alcance das mulheres era uma extensão das prerrogativas masculinas na vã ilusão de controlar seus sonhos e fantasias”. Nesse sentido, compreendemos que mais do que simplesmente proibir o acesso total aos livros, revistas, jornais e congêneres, a sociedade dos Oitocentos preocupou-se mais em sugerir, guiar, ou prescrever o que era adequado àquele grupo social.

Leituras consideradas obscenas ou de cunho político não eram recomendáveis às leitoras do século XIX. [...] recomendava-se a prática de leituras amenas e delicadas, cujas temáticas girassem em torno de amores românticos e bem-sucedidos(MORAIS, *Op. cit., Idem*).

Berger (*Op. cit.*) defende que parte desse comportamento na sociedade brasileira era oriundo, consideravelmente, da intensa influência exercida sobre ela pela Igreja Católica. O disciplinamento dos corpos, de acordo com essa concepção, foi uma constante nas instituições confessionais católicas. Porém, nem todas as ordens religiosas femininas exerciam de modo tão rígido esse disciplinamento, uma vez que havia “[...] ordens que defendiam um controle mais austero, outro mais flexível” (BERGER, *Idem*, 292).

A partir de autores como Sellaro (1988), identifica-se que no discurso das instituições protestantes não havia um cerceamento, um controle tão excessivo dos corpos, nem das leituras que faziam os alunos e alunas. Pelo menos não explicitamente.

Na verdade, os métodos diferenciados trazidos pelos norte-americanos e aqui implantados sugeriam um autodisciplinamento, uma internalização de tal forma que, por exemplo, os muros de algumas escolas protestantes eram baixos e, ainda assim, os alunos não se viam *tentados* a fugir, pois, para eles, o colégio e as atividades neles desenvolvidas eram prazerosos (SELLARO, 1987).

Uma das novidades implementadas pelos americanos em solo brasileiro foi a prática de esportes, com competições entre colégios,

no século XX, tendo sido, inclusive, os presbiterianos responsáveis pela inserção no Brasil do voleibol (ALMEIDA, 2007). A ideologia da modernidade permeava essas práticas.

Podemos considerar que na proposta educativa protestante e presbiteriana, não bastava desenvolver o corpo e a mente apenas. Havia a crença ou a constatação de que alguns homens possuíam corpos sãos e talentos bem desenvolvidos, mas apresentavam uma indolência no caráter e pouca polidez no trato. Fazia-se necessário, pois, educar o sentimento.

Era essa “educação do sentimento”, da vontade, do impulso, uma das estratégias norte-americanas na educação de seus quadros em terras brasileiras. A noção de *civilidade* está presente de forma pulsante. Entendendo a educação como “um processo pelo qual se modelam os comportamentos, valores, crenças”, podemos compreender que o protestantismo, ao ampliar a esfera de atuação do fiel, concedeu à mulher uma participação mais efetiva, permitindo-a “incorporar esse aprendizado a sua singularidade”, colaborando também para sua transformação, sua autonomia (NASCIMENTO, 2007, p. 26).

Não é nosso fito, aqui, criar a ilusão de que entre os protestantes a educação feminina quer formal, quer informal, tenha sido isenta de contradições e embates. É, contudo, nosso intuito, demonstrar, analisar e refletir acerca dos métodos, práticas e motivações diferenciadas do que até então (meados do século XIX e até parte do século XX) era a tônica, não sendo, portanto, dissociadas do seu contexto, tampouco esvaziadas das implicações e consequências no panorama luso-brasileiro.



DISSEMINANDO A PALAVRA, IMPRIMINDO O CARÁTER

Os impressos como espaço de educação não formal

A imprensa é o último dom de Deus e o maior.
Efetivamente, por meio dela Deus quer dar a conhecer a causa da
verdadeira religião a toda a terra até os confins do mundo,
sendo ela propagada em todas as línguas.
É a última chama de luz antes da extinção deste mundo.

Lutero

No caso específico do protestantismo, desde os primórdios do movimento no mundo, houve uma ligação direta com os impressos. Sobre esse tema, Nascimento (2002, p. 2) afirma que “a palavra impressa foi uma das estratégias utilizadas pela Reforma para divulgar a verdade registrada nas Escrituras Sagradas. Para Martinho Lutero essa verdade precisava ser disseminada a um maior número de leitores [...]”.

Muitas vezes pode parecer contraditório como em um país com uma massa enorme de analfabetos, como o Brasil, pudesse uma cultura da palavra impressa se estabelecer. No entanto, estamos de acordo com Nascimento (2008) quando afirma que os impressos (jornais, livros, livretos etc.) tiveram um papel muito importante no que se refere à difusão do protestantismo no Brasil, tanto no proselitismo quanto na educação levada a cabo pelos grupos reformados.

A cultura do papel estava, assim, no cerne da Reforma. E como uma das prerrogativas desta era o sacerdócio universal do fiel, este precisava ter o mínimo de capacidade leitora para, ao menos, conseguir ler e entender os ensinamentos trazidos pelos estrangeiros.

Segundo a autora citada,

Na trajetória do protestantismo no Brasil, a partir do século XIX, a palavra impressa acompanhou aquela nova proposta de cristianismo em

suas diversas formas. Defendo a texto que a estratégia em distribuir impressos religiosos num país que tinha um alto índice de analfabetismo tenha funcionado como um estímulo para uma massa analfabeta que viu a possibilidade de ter acesso a uma literatura de leitura fácil, além da Bíblia em português, que geralmente era restrita aos clérigos católicos e publicada em latim. Talvez, o interesse pelo acesso à leitura tenha contribuído para que brasileiros se vinculassem ao protestantismo [grifo nosso]. Nos locais em que os colportores distribuíam impressos e as pessoas que recebiam não sabiam ler, as missões enviavam seus missionários-professores para instalarem escolas primárias, oferecendo o ensino primário confessional. O livro de leitura adotado em suas escolas era a Bíblia e, provavelmente, parte daqueles alunos, tanto crianças como adultos, tornar-se-ia parte da população das igrejas protestantes. A difusão de impressos foi uma estratégia de grupos protestantes para divulgar suas ideias formando grupos de futuros leitores que recebiam um missionário como professor, para ensiná-los a ler e escrever (NASCIMENTO, 2008, 11-12).

Apesar de reconhecer a importância da educação levada a cabo pelas escolas e colégios protestantes – a igreja reformada, calvinista, deve seu êxito no Brasil aos impressos: estes legitimavam a necessidade daqueles.

A pesquisadora Ester Fraga defende a obra de que não foram as escolas anexas às igrejas nem os colégios confessionais os responsáveis pela difusão do protestantismo (em especial a vertente presbiteriana) no Brasil – diferentemente dos primeiros trabalhos sobre esse universo cuja tônica principal versava sobre o estabelecimento de instituições de ensino protestante. Teriam sido os *colportores*, principais disseminadores dos impressos, e os outros distribuidores, os responsáveis por essa implantação, ao constrangerem, de certa forma, as missões a mandarem os missionários (e missionárias), que eram ao mesmo tempo ministros da Palavra e das primeiras letras, para que o povo pudesse ler tanto a *Bíblia* quanto os demais impressos vendidos anteriormente pelos mesmos colportores.

Dessa forma,

a existência de um espaço para diversos tipos de literatura e as estratégias de publicação, distribuição e utilização de impressos protestantes num país católico, facilitaram a instalação de suas igrejas e escolas, corroborando em sua definitiva inserção no país (NASCIMENTO, *Op. cit.* p. 12).

Assim, angariavam-se neófitos de classes sociais diversas. No que se refere à Educação Protestante no Brasil, a escola não foi o único espaço utilizado. É sabido que os colégios tiveram uma participação importante na expansão do protestantismo. No entanto, atendiam a demandas específicas – da mesma maneira que as instituições mais simples construídas ao lado das igrejas.

Seguir uma religião, normalmente, faz com que o indivíduo tenha determinados comportamentos, pois, segundo Lira (2009, p. 78), religião “é uma forma de institucionalizar, de organizar determinadas características e, a partir delas, gerar um ambiente propício para propagar valores, normas, regras e culturas específicas”.

Assim, compreendemos que o modo de ser protestante era difundido também em outros espaços, como nos impressos. Afinal, formar homens e mulheres não era uma tarefa simples, considerando os insistentes apelos da “modernidade” que, muitas vezes, eram vistos como negativos do ponto de vista de alguns religiosos. A produção de impressos por denominações protestantes diversas no Brasil e em países como Portugal foi uma das estratégias para angariar fiéis, principalmente em nações de forte influência católica.

OS IMPRESSOS CONFSSIONAIS PRESBITERIANOS NO BRASIL E SUAS CARACTERÍSTICAS

No Brasil, a chegada da vertente presbiteriana, trazida pelos norte-americanos, deu-se em 1859, ainda no Segundo Império. Essa relação com a palavra impressa também ali esteve presente.

Menos de quatro anos após a chegada do primeiro missionário presbiteriano em solo brasileiro, vê-se surgir, em 1864, o primeiro periódico protestante do Brasil – e talvez da América do Sul – em língua portuguesa. Essa iniciativa deveu-se aos presbiterianos da Missão Norte dos Estados Unidos, sendo sua publicação inicial no Rio de Janeiro, passando, posteriormente, em 1879, para São Paulo. Chamou-se *Imprensa Evangélica* e circulou de 1864 a 1892, conforme Matos (2007, p. 45). Esse periódico foi substituído por outro, *O Estandarte*, que iniciou suas atividades no ano seguinte à extinção de seu predecessor, em 1893, e, dez anos depois, deixaria de pertencer à IPB, passando a ser o órgão oficial da IPI¹.

1 Entre os anos de 1902-1903, algumas querelas se estabeleceram entre os correligionários da Igreja Presbiteriana do Brasil. A insatisfação gerada levou ao surgimento

A sucessão de periódicos foi uma constante: quando do fechamento de uma folha presbiteriana, outra nascia – em um lugar próximo ou não – divulgando, frequentemente, ser esta a substituta daquela.

Em 1867, três anos após ajudar na fundação do periódico *Imprensa Evangélica*, Simonton (2002, p. 181) declarou: “Nesta época a imprensa é a arma poderosa para o bem, ou para o mal. Devemos trabalhar para que se faça e se propague em toda a parte uma literatura religiosa em que se possa beber a pura verdade ensinada na Bíblia”.

Outros jornais se seguiram, editados tanto pela Missão Norte (PCUSA) quanto pela Missão Sul (PCUS). São eles: *O Púlpito Evangélico* – contou com 24 edições, de janeiro de 1874 a dezembro de 1875, e posteriormente foi restabelecido, como o mesmo nome, de 1888-1900, editado inicialmente em Campinas, depois em Lavras e, por fim, no Rio de Janeiro. Teve seu nome mudado em 1901, passando a se chamar *O Presbiteriano*; *O Pregador Cristão* (1877-1887, RS); *O Evangelista* (01/1889 a 04/1893, Triângulo Mineiro). Foi reeditado a partir de 1913, em Descalvado, SP, e sua distribuição era gratuita; *Salvação de Graça* (10/1875), editado em Recife, mas impresso em Lisboa e organizado pelo Rev. Smith, pioneiro presbiteriano em terras pernambucanas. Oficialmente é considerado o primeiro jornal protestante do Nordeste, com duração de apenas um ano; *O Século* (Natal/RN, 1895-1909); *Norte Evangélico*, substituto d’ *O Século*, passou a ser editado em Garanhuns/PE, a partir de 02/1909; *O Puritano* (06/1899-1958). Em 1958, houve a fusão deste com o *Norte Evangélico*, passando a se chamar *Brasil Presbiteriano*, que atualmente é o periódico oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Outras folhas, opúsculos, folhetos e periódicos, de um modo geral, foram lançados ainda no século XIX, como uma das estratégias recorrentes, nas incursões protestantes ao longo de sua atuação no país, sendo esses impressos largamente utilizados com o intuito, muitas vezes, de serem complementários ao púlpito – espaço por excelência destinado à evangelização.

Além dos já citados, podemos incluir outros mais efêmeros, editados no Rio Grande do Norte, entre o final do século XIX e o início do seguinte, como *A Mensagem*, *A Mocidade*, *O Atalaia* e *O Pastor*. Este último foi, de fato, a primeira publicação protestante editada e impressa no Nordeste brasileiro, surgida em 1893. Era organizado por Lourival de Holanda, conhecido como *Professor Panqueca*,

da Igreja Presbiteriana Independente. Há alguns anos, os diálogos foram retomados e atualmente houve uma reaproximação entre ambas instituições (Cf. SOUZA, 2011).

prosélito e divulgador das ideias protestantes em solo norte-rio-grandense. O periódico *Salvação de Graça*, já citado, cujo editor era o Rev. Smith, não era impresso no Brasil e sim em Portugal.

No início do século XX, ao lado dos jornais, as revistas também passaram a fazer parte das publicações presbiterianas. Dentre estas, merecem destaque duas que foram editadas na década de 1920, a *Revista de Cultura Religiosa*, de periodicidade trimestral, 1921 a 1926, editada em Campinas e, depois, em São Paulo (SP) e a *Revista Lucerna*, mensal e publicada também em São Paulo (SP). Essa publicação serviu como uma espécie de substituta à anterior, apesar de tratar de bem menos temas que sua antecessora. Porém, conseguimos identificar apenas o início de sua edição, julho de 1929, mas não foi possível verificar até quando esteve em circulação.

Diferentemente dos jornais, voltados para um público mais simples, as revistas, de acordo com Matos (2007, p. 49), “possuíam objetivos intelectuais e literários mais ambiciosos que os jornais, procurando atingir o público mais culto das igrejas e da sociedade em geral”.

Outro tipo de publicação presente desde o século XIX e que se perpetuou no século seguinte foram os livros, em particular os romances evangelísticos e as biografias de nomes que se destacaram no protestantismo no mundo – ou de mártires – com a finalidade de os neófitos se identificarem com eles. “Muitos desses livros e panfletos eram publicados pela célebre editora da Rua das Janelas Verdes, em Lisboa, patrocinada pelos presbiterianos escoceses”, o que demonstra a circularidade deles entre Brasil e Portugal (MATOS, 2007, p. 53).

Os Almanques protestantes, por sua vez, uma modalidade de impresso que mais se assemelha a um livro, sendo “bastante distinto dos jornais, revistas e folhetos confessionais”, surgem no século XX (VASCONCELOS, 2010, p. 46).

Vários foram editados em partes diversas do país, de caráter Inter denominacional, ou seja, não vinculado a nenhuma denominação religiosa, mas com inclinações protestantes.

Com essas características encontramos o *Almanach Evangélico Brasileiro*². Este, de publicação anual, com quase 200 páginas, pretendia ser “variado, leve, ameno” ao mesmo tempo “prestante, útil e

2 O citado Almanaque não foi analisado neste trabalho devido às escolhas da pesquisa, dentre as quais a falta de tempo para que procedêssemos uma investigação criteriosa. Porém registramos que o mesmo, por conter quase 200 páginas, é um material interessante e será utilizado em futuros trabalhos. Apenas tivemos acesso à edição de 1922, comemorativa ao centenário da Independência do Brasil.

interessante". E "[...] não tendo denominação, pertence a todas em conjunto, abrange todas com um corpo único". Sua pretensão não era alcançar apenas a classe evangélica, uma vez que apresentava "também para a sociedade que nos circunda e que nada sabe a respeito de nós – do conjunto das forças protestantes que [...] se empenha na luta pela reforma do indivíduo e suas relações [...]" (AEB, 1922, p. 1).

O referido impresso afirma que "os crentes evangélicos no Brasil têm lançado mão da imprensa secular para publicar artigos de instrução, propaganda e controvérsias em seções pagas nos jornais de maior circulação" (AEB, 1922, p. 2), demonstrando, assim, a divulgação e a circulação de ideias, propostas e modelos protestantes na sociedade em geral. Ainda que grande parte da sociedade não tivesse acesso à leitura, é possível inferir que os textos publicados nos jornais, confessionais ou não, alcançavam um público maior que o letrado. A leitura é importante nesse contexto, mas ela não impede que o não leitor receba doutrinamentos, instruções; as reuniões periódicas, para comunhão espiritual ou terrena, também podem ter servido como espaço para difusão de modelos e propostas evangélicas.

Vale a pena refletir sobre a pouca visibilidade que nomes femininos alcançaram nesses impressos. O registro da participação feminina nos impressos presbiterianos é, no mínimo, discreto – para não se afirmar ínfimo. Esse foi um dos pontos de partida que nos instigou a pesquisar a temática. Matos (*Op. cit.*) alega que eram poucas as mulheres que colaboravam nos jornais, que traduziam livros e que os publicavam. No Nordeste, por exemplo, há registros de periódicos editados por mulheres presbiterianas, como, por exemplo, o *Pérolas da Infância*, da autoria de Eliza Moore Reed.

Mesmo não localizando a literatura produzida e traduzida da referida educadora, as *pistas* fornecidas por Matos (1998, 2004) e Nascimento (1994) ajudam-nos a fundamentar ainda mais a importância que os impressos desempenham no projeto de implantação do presbiterianismo em solo brasileiro e a participação feminina nesse contexto. As publicações desse grupo serviam para corroborar o estabelecimento de um grupo *outsider* que buscava se estabelecer no maior país da América do Sul.

Não podemos esquecer que na capital pernambucana, por exemplo, temos notícias sobre o pioneirismo feminino no mundo das letras, com a publicação de um dos primeiros jornais femininos do Brasil, no século XIX.

Apesar de verificarmos que a participação das mulheres nos impressos confessionais presbiterianos era discreta – seja como

escritoras, periodistas ou tradutoras³ –, como citamos anteriormente, não se pode afirmar que era inexistente. Mas, como saber, com precisão, se poucas são as investigações que abordam esse aspecto dos impressos? Parece tratar-se mais de uma lacuna de pesquisa ou até da pouca visibilidade, nos impressos, dos elementos femininos.

Por diversas vezes, encontramos artigos publicados nos jornais, por exemplo, cujos autores não eram identificados. Em alguns deles havia iniciais, pseudônimos ou simplesmente eram exibidos anonimamente. Esse fato dificulta bastante a identificação – ou constatação da não participação – do elemento feminino.

Nossa inferência é embasada nas palavras de Matos (2007, p. 60), uma vez que, segundo o autor,

desde o início, a necessidade de legitimação determinou boa parte do material publicado. O protestantismo era um movimento de origem estrangeira, anglo-saxônica, que buscava espaço num país de tradição latina e católica romana. O fato de que o Brasil era, há séculos, um país nominalmente cristão, tornava imperioso que os novos grupos justificassem sua presença no país. Daí o fato de grande parte das publicações ter o intuito de demonstrar as debilidades da religião majoritária e os valores tidos como superiores, tanto religiosos quanto éticos, das igrejas evangélicas. Essa mentalidade era partilhada pelos presbiterianos.

Mais que simples práticas, costumes, vemos claramente a noção de civilização que se estabelece tácita ou explicitamente.

O projeto civilizador presbiteriano possuía três eixos de ação: religião, educação e saúde, criando instituições nestas três áreas os Mensageiros de Deus se propunham em transformá-lo numa região “civilizada”, procurando produzir um *modus vivendi* na sociedade em que se estabeleceram. E a educação serviria de veículo para implementar sua proposta (NASCIMENTO, 2007, p. 26, grifos do autor).

Analisar periódicos impressos e editados em Natal/RN permitenos compreender um pouco o que circulava na imprensa protestante, no século XIX, em uma cidade ainda não tão desenvolvida,

3 Aqui, não temos a intenção de propor que essas atividades eram dissociadas, estancas. No entanto, cabe observar que algumas mulheres exerciam apenas uma dessas funções ou todas ao mesmo tempo, como foi o caso de Sarah Kalley no Brasil.

mas que passou a contar com uma instituição educacional, o Colégio Americano, quase dez anos antes do Recife, sendo esta mais desenvolvida no que tange à economia e à política.

Um desses periódicos, o jornal *O Pastor*, merece destaque por ter sido o primeiro impresso e editado no Nordeste. Além disso, outra peculiaridade relevante diz respeito a seu editor, o conhecido *Professor Panqueca*, um leigo que ajudou a disseminar as ideias protestantes em solo potiguar, mas que não ocupava nenhum cargo eclesiástico no presbiterianismo do Rio Grande do Norte.

No entanto, o caráter apologeta do referido periódico sugere uma posição de liderança adotada pelo seu autor frente às investidas contrárias que o mesmo alegava sofrer constantemente da parte dos católicos. Trechos do jornal sustentam essa posição.

No primeiro editorial lê-se:

É assim que damos hoje à luz da publicidade – *O Pastor* – que desprezando as dissensões políticas e os diálogos pessoais só tem em vistas a evangelizar o povo norte-rio-grandense, mostrando-lhes as verdades eternas por meio das Sagradas letras. [...] Não recuaremos às discussões religiosas que se nos apresentem (Jornal *O Pastor*, Editorial, ano 1, n. 1, maio 1893).

Destacamos que nesse período consta, entre os correspondentes em outras cidades, uma presença feminina, Elvira Dantas, contribuído com o texto da participação da mulher na imprensa brasileira ainda nos Oitocentos, o que nos permite inferir que também ocorria na imprensa confessional. Essa colaboradora é apontada como sendo correspondente de Ceará-Mirim, distante cerca de 32 km de Natal.

Grande parte do primeiro exemplar do jornal *O Pastor* se ocupa em defender o Evangelho e alertar os fiéis protestantes acerca da importância de conhecerem mais a fundo as Sagradas letras. Também se ocupava em mostrar, de forma crítica, a postura desaconselhável adotada pelos católicos, seus “desafetos” mais frequentes, bem como prestava-se à divulgação do surgimento/crescimento de novas comunidades protestantes em outros países.

Observando atentamente, é correto afirmar que os periódicos protestantes, com bastante frequência, publicavam notícias, informes, que já haviam sido divulgados em outros jornais ou revistas, legitimando a obra frequentemente defendida de que a circularidade dos impressos no meio protestante era lugar-comum. Sob nosso ponto de vista, havia mais o senso de compartilhamento que

de disputa, de luta por espaço ou por leitores. Isso ocorria inclusive não apenas entre periódicos nacionais, mas também entre estes e os publicados no estrangeiro (principalmente em Portugal, devido à facilidade da língua). A noção de circularidade dos impressos é, nesse caso, apropriada. Estabelecia-se uma rede de compartilhamentos locais, regionais, nacionais e internacionais nos Oitocentos que perdurou no século seguinte.

Na primeira edição informa a periodicidade com que virá a público: “três vezes por mês”, bem como o valor de “2\$500 por trimestre – pagos adiantados” (Prospecto, *O Pastor*, ano 1, n. 1. p. 1, maio 1893).

Podemos afirmar que a circulação do periódico era regional, uma vez que apresentava correspondentes em regiões próximas – como Ceará-Mirim – como também em regiões um pouco mais distantes de Natal – como Goaninha e Mossoró que, além de ser numa distância considerável, estão em polos opostos do Estado do Rio Grande do Norte.

Notícias de outras ordens também estavam na pauta do jornal *O Pastor*, como o suicídio de um militar, apresentações culturais na cidade de Natal, protestos diversos ao redor do mundo etc. Ou seja, para além dos textos de apologias, debates, havia também a divulgação de fatos cotidianos.

Ressaltamos, por fim, duas notícias que, nessa primeira edição, merecem destaque: a informação de que o responsável pelo jornal dispunha de “grande número de obras evangélicas” e um pequeno quadro estatístico acerca das igrejas nos Estados Unidos da América.

No primeiro caso, podemos inferir que era comum a leitura/divulgação dessas obras, identificando que os impressos, ainda nos Oitocentos, fizeram parte do dia a dia da propaganda protestante. Se assim não fosse, não haveria necessidade de trazer a público essa notícia, em um periódico cuja temática – ou cujo público-alvo – era protestante.

Com relação ao quadro estatístico, é importante ressaltar que a denominação que mais se destaca é a Metodista (no que se refere a casas de culto, ministros e membros) e que a Presbiteriana aparece na terceira posição.

Os metodistas, os anglicanos e depois os luteranos, foram os primeiros a se estabelecer no Brasil, ainda na primeira metade do século XIX. Nos dois primeiros casos, as relações entre Brasil e Inglaterra foram de extrema importância para que missionários dessas denominações se estabelecessem em terras brasileiras. Porém, durante muito tempo, a ação deles voltou-se para as comunidades estrangeiras que aqui estavam se estabelecendo.

Ou seja, tratou-se de uma inserção mais voltada aos conterrâneos que propriamente de cunho missionário, evangelístico propriamente dito. Posteriormente, no entanto, a ação missionária, proselitista dos diversos grupos que no Brasil se estabelecerem em meados do século XIX, como os metodistas, batistas, congregacionais, entre outros, ficou comumente conhecida como *protestantismo de missão*.

Oficialmente essa atuação se deu com a vinda do casal Kalley, Robert e Sarah, cujo trabalho, de inclinação congregacional, iniciou-se em 1855, no Rio de Janeiro. Outros grupos reformados norte-americanos, como os presbiterianos, inicialmente, e os batistas, mais tarde, abraçam a causa missionária e dirigem-se ao Brasil, a fim de aqui estabelecer campos de missão.

Apesar de, no quadro apresentado, a denominação presbiteriana ocupar, em solo americano, a terceira posição entre os grupos protestantes, os presbiterianos tornaram-se, no Brasil, até o início do século XX, o maior grupo protestante em atuação, inclusive na produção de impressos.

Um impresso analisado e editado também em Natal/RN, no final dos Oitocentos foi *O Século*. Esse jornal saiu do prelo em 1895, dois anos depois do periódico sobre o qual discorreremos anteriormente.

“Nunca é demais na arena jornalística mais um batalhador”. São essas as palavras iniciais do periódico. A primeira edição vem a público no dia 11 de maio de 1895. Inicialmente, apresentava um tamanho tabloide, com quatro páginas. Como subtítulo podia ler-se: *Órgão da Associação Evangélica*. Era publicado três vezes ao mês e pelas assinaturas, contribuía-se antecipadamente com um valor de 1\$500 por trimestre, perfazendo um total anual de 6\$000.⁴

É interessante destacar uma estratégia utilizada para *induzir* o leitor a ser assinante. No canto superior esquerdo, sob a rubrica *Aviso*, o jornal trazia a seguinte advertência: “As pessoas que não devolverem o presente número antes da distribuição do segundo serão consideradas assinantes”.

O intervalo entre esse número e o seguinte foi de apenas nove dias. Teriam as pessoas, que receberam o primeiro exemplar gratuitamente, tido tempo para analisá-lo e devolvê-lo – ou não – em tempo hábil? Impossível afirmar ou negar. Mas, levando-se em consideração

4 Na edição de n. 14, ano III, 30/11/1897, consta que a publicação era quinzenal e que a assinatura poderia ser semestral (4\$000) ou anual (6\$000). Por não termos tido acesso a exemplares de 1896 e praticamente todo o ano de 1897, excetuando-se o último do mês de novembro, é impossível assegurar se a mudança ocorrerá no ano anterior ou no de 1897.

as peculiaridades da época, dificilmente o teriam feito, tornando-se, talvez, assinantes compulsórios.

Os responsáveis pelo impresso continuam, no que poderíamos chamar de editorial, cuja seção era identificada como *O Século*⁵, explicando a orientação do impresso e informando que não tem a “preensão de competir com os eméritos jornalistas do estado”, nem tampouco ir além do que designava o seu “programa”.

Alegam, ainda, que procurarão “manter na imprensa, a prudência, calma e decência ensinadas pelos que fazem dela o seu troféu de glória”. Destacam, em continuação o contexto no qual se insere o país, no qual veem “levantar-se bem alto o estandarte sacro das liberdades, sob a égide de um governo essencialmente democrata” (*O Século*, Natal, p. 1, 11 maio 1895).

Provavelmente, essa alusão é à República recém-proclamada e à Constituição de 1891, que, ao separar a Igreja do Estado e colocar sob o arbítrio individual a escolha da religião, possibilitou aos habitantes do país uma liberdade até então nunca experimentada plenamente.

Compreendemos que a lei por si só não altera o comportamento social. No entanto, ela é uma clara demonstração do entorno no qual a sociedade está inserida. Naquele momento, foi crucial para atender algumas demandas geradas desde o início da segunda metade dos Oitocentos, quando a propaganda protestante e as missões se tornaram realidade no país.

Outras folhas evangélicas já existiam no Brasil. Mas a partir das décadas finais dos Oitocentos elas proliferaram com mais rapidez. Ironicamente, esse também é um dos períodos em que haverá manifestações mais contundentes contra os protestantes, não apenas no parâmetro das ideias – com vasta polêmica traçadas nos jornais, quer seculares, quer confessionais – mas também no aspecto empírico, físico – com perseguições a indivíduos específicos, como pastores e líderes, mas também com ataques à coletividade, como apedrejamento de igrejas e locais de culto.

O editorial do segundo número do jornal informa que a finalidade é “propagar as puras doutrinas ensinadas por nosso Senhor Jesus Cristo”, mas que não se furtará de apresentar outras temáticas. Para tanto, haverá uma seção denominada *Fatos Diversos* na qual serão divulgadas “notícias de interesse geral, uma vez que não nos vão de encontro aos princípios do Evangelho, embora muitas delas não sejam de propaganda” (*O Século*, n. 2, p. 1, 20 maio 1895).

5 Esta seção/coluna recebeu essa designação em todas as edições investigadas neste trabalho.

Nas demais edições analisadas, havia informações sobre as missões tanto no Brasil quanto no exterior, *denúncias* acerca do modo de viver dos religiosos católicos em geral, mas também – e principalmente – sobre o Papa, os *Fatos Diversos*, conforme anunciado desde a segunda edição do jornal, perguntas e respostas acerca da *Bíblia*, entre outros assuntos. Quase nenhuma coluna era assinada. E, dentre as poucas que localizamos, não identificamos nenhuma mulher a redigi-la.

Esse jornal, como também *O Pastor*, inicialmente, apresentava características semelhantes: caráter apologeta, nos quais se destacam textos grandes acerca de determinados aspectos doutrinários, não trazem imagens e eram editados em tamanho pequeno (tabloide), com quatro páginas.

Posteriormente, o impresso *O Século* foi editado em formato maior e, frequentemente divulgava, na última página, uma relação de locais de culto e de livros que, com o tempo, aumentaram em quantidade e diversidade, como podemos verificar na imagem a seguir:

O jornal *O Século* trazia informações em suas páginas sobre diversas partes do país, mas concentrava-se, principalmente, na região Nordeste. Notícias sobre viagens de missionários, abertura de congregações e nascimentos e batismos de conversos eram constantemente listadas. Estados da Federação como Ceará, Maranhão e, sobretudo Pernambuco, recebiam monções frequentes.

Uma seção que se avolumou ainda no Ano 1, 1895, mas que teve a mesma deferência nos seguintes foi a que divulgava os impressos, normalmente livros. Há a divulgação do impresso *O Amigo da Verdade*⁶, publicado em Portugal, o que demonstra a circularidade de impressos entre as duas margens do Atlântico.

Nas edições do referido periódico de 19 de outubro de 1895 e 31 de março de 1898, foi possível constatar uma relação de quase 70 e 100 livros na seção “Livros” e “Livros Evangélicos”, respectivamente, trazendo ambas também a disponibilidade do impresso *O Amigo da Verdade*.

Outro periódico relevante nesse contexto foi o jornal *Norte Evangélico*, cuja edição primeira veio a público em 22 de fevereiro de

6 Este impresso, durante os mais de 60 anos de existência, alterou seu título: inicialmente era publicado como *O Amigo da Verdade*, trazendo como subtítulo “*e da Infância*”. Dentre as publicações desse impresso que tivemos acesso, a saber de 1891 a 1901, o referido periódico apresentou o título *Amigo da Verdade (e da Infância)* entre os anos de 1891 a 1896; a partir de 1897 a 1901, apenas *Amigo da Infância* (Mais informações sobre esse periódico, cf. AFONSO; SILVA, 2008 e AFONSO, 2009).

1909. Apresenta o primeiro exemplo o Ano XV, n. 1, uma vez que era uma continuidade do jornal *O Século*, editado em Natal, desde 1895.

Tendo como redator Jerônimo Gueiros e colaboradores vários, era editado na cidade de Garanhuns, Pernambuco, tendo sido impresso até meados do século XX. Posteriormente, passou a ser impresso em Recife, na década de 1950 (NASCIMENTO, 1994). É interessante registrar que a tiragem informada era de 2000 exemplares, como pôde ser verificado na capa da primeira edição.

No editorial do primeiro número, encontramos uma assertiva que demonstra ser ele o substituto de outro periódico, a saber, de *O Século*: “ei-nos a iniciar, em nossa vida jornalística de 15 anos, uma fase nova, repleta das mais fagueiras esperanças” (Nossa Missão, *Norte Evangélico*, Recife, p. 1, 22 fev. 1909). Mais adiante, explicitamente, essa substituição se reafirma:

assim surgiu no seio da família evangélica brasileira, o NORTE EVANGÉLICO que, ocupando o lugar d’ “O Século” e da “Imprensa Evangélica” e conservando o mesmo programa e fins, vem derramar vida no recinto dos lares, tanto na humilde choupana como nos pomposos palácios e difundir luz evangélica na consciência dos povos (Nossa Missão, *Norte Evangélico*, Recife, p. 1, 22 fev. 1909).

Importante ressaltar que o *Imprensa Evangélica*, ao qual a citação acima faz menção, não era o mesmo jornal, de nome idêntico, fundado por Simonton em 1864, cujo encerramento ocorreu em 1892 (MATOS, 2007). Na verdade, trata-se de um homônimo criado posteriormente na Bahia.

Para Vasconcelos (2010, p. 41),

é provável que [se] considerasse o nome anterior do jornal, *O Século*, pouco palatável por não comportar uma referência direta à confissão religiosa protestante, podendo ser tomado como uma folha secular, por seu título não conter uma conotação manifestamente religiosa.

Alterando-se, portanto, o título para *Norte Evangélico*, tinha-se uma dupla conquista: “além de demarcar claramente a área geográfica de origem do periódico e à qual pretendia atender, identificava de forma patente o jornal como sendo de confissão protestante”. (VASCONCELOS, *Op. cit.*, p. 41).

Tratando-se de uma publicação presbiteriana, é natural verificarmos, nessa mesma edição, um quadro que demonstra ser a referida

denominação a que mais crescera no Brasil. De acordo com o quadro apresentado, havia no Brasil, naquele momento, cerca de 14.000 membros enquanto as três denominações que aparecem a seguir, Metodistas, Batistas e Episcopais, somam, juntas, 11.900 membros.

Se atentarmos para a tiragem apresentada, ou seja, 2.000 exemplares, é possível estabelecer uma relação com a quantidade de membros. Sendo, assim, podemos inferir que, em 1909, havia uma relação de sete membros para cada exemplar do *Norte Evangélico*, apesar de estarmos cômicos de que não se trata de algo linear. Essa tiragem nos parece relevante, em volume, se recordamos que o citado periódico era de circulação regional, apesar de apresentar, geralmente na última página, comerciais de instituições protestantes do Sudeste do Brasil, como era o caso do Instituto Evangélico, em Lavras, MG.

Desde o primeiro exemplar, em 1909, até meados de 1912, a tiragem (2000 exemplares) era apresentada no canto superior direito. Nas edições a partir de 1917 essa informação é suprimida.

No que tange ao formato e ao conteúdo, Vasconcelos (2010, p. 42, grifos da autora) nos informa:

O *Norte Evangélico* era impresso em formato grande e, normalmente, em quatro páginas, das quais as três primeiras eram divididas em quatro colunas. [...] trazendo notícias sobre assuntos seculares. Uma coluna frequente intitulava-se *Missões Nacionaes*, que trazia informações sobre as igrejas e a respeito de contribuições financeiras. Quanto ao conteúdo de seus artigos, costumavam trazer polêmicas com outras confissões.

O valor anual da assinatura, 4\$000, prevaleceu desde o primeiro exemplar até meados de 1912. É curioso notar, no entanto, que em um exemplar de 1917 o valor decresce para 3\$000, o que permanece em anos posteriores. Não encontramos, nos exemplares analisados, nenhuma nota que possa esclarecer o porquê disso. Reconhecemos, porém, que seria preciso estar de posse de todas as edições, desde a primeira, para que pudéssemos encontrar uma explicação plausível.

Uma suposição reside no fato de que, ampliando-se o público leitor, mais econômica fez-se a impressão, o que justificaria o valor menor da assinatura.

Outra hipóobra, em sentido contrário, é que a proliferação de outras folhas – confessionais ou não – pode ter provocado a diminuição dos assinantes frequentes e, assim, a direção do periódico tomou a iniciativa de diminuir o valor da assinatura a fim de garantir os já assíduos leitores.

Vasconcelos (*Op. cit.*) propõe uma explicação diferente. Após a consulta às Atas do Presbitério de Pernambuco, de 1920, verificou-se que fora determinado que nas Escolas Dominicais e nas Sociedades de Senhoras do referido Presbitério recolhas especiais, por ano, para a manutenção do periódico, a fim de que não se aumentasse o valor das assinaturas.

Segundo essa autora, as dificuldades financeiras pelas quais passava tanto o *Norte Evangélico* quanto outras folhas confessionais ou seculares residiam em um conjunto de fatores que incluíam a

escassez dos anúncios, que, portanto, devem ter rendido pouco, os baixos valores das assinaturas e a inadimplência dos assinantes levavam os jornais a passarem por dificuldades financeiras, tornando difícil a manutenção e circulação desses órgãos de propaganda (VASCONCELOS, *Idem*, p. 122).

Entendemos que havia uma quantidade considerável de leitores dessas páginas, fossem eles protestantes ou não, terminando por acenar a existência de homens e mulheres *de letras*, em terras nordestinas, no início do século XX, uma vez que a publicação foi uma das que mais tempo esteve em circulação no meio evangélico brasileiro, sendo de certa maneira impressa até os dias atuais, após fundir-se com outro jornal no final da década de 1950.

Em continuação, o jornal citado referenda as instituições educativas presbiterianas, incluindo as de educação básica, regular, como também os seminários, voltados à educação religiosa, os periódicos (jornais e revistas) e outras ações levadas a termo pelos presbiterianos.

Também era comum a divulgação de livros e folhetos de cunho protestante com tiragens diversas, algumas chegando a 10.000 exemplares. Em se tratando de livros, um dos que merece destaque é o da autoria de Émile de Laveleye, *Do futuro dos povos católicos*, economista não protestante, mas que recebeu divulgação nas páginas do *Norte Evangélico*, sendo apresentado, talvez, com a mesma deferência que outros livros de cunho protestante.

O *Norte Evangélico* apresentou trechos do livro citado em seis partes, entre julho e setembro de 1909, sendo a primeira na edição de n. 19 (*Norte Evangélico*, Recife, p. 3, 2 jul. 1909) e a última na edição de número 31 (*Norte Evangélico*, Recife, p. 2, 23 set. 1909).

A publicação em tela possuía um caráter mais evangélico, com divulgação de folhetos, livros, referências bíblicas etc. No entanto, costumava reproduzir pequenas biografias de personagens da *Bíblia*,

como que para reafirmar o caráter do fiel, produzindo nele aspirações, desejos de se mostrarem – ou se tornarem – parecidos com o personagem. Tratava-se, nesses casos, de trechos com a pretensão de induzir os fiéis a uma postura moral.

CASO SINGULAR: A REVISTA DE CULTURA RELIGIOSA

A publicação de revistas, principalmente a partir da década de 1920, voltadas para um público mais culto pode sugerir um bom momento para o presbiterianismo, uma vez que contava com mais de sessenta anos de estabelecimento em solo brasileiro, além de ter sido, essa época, aquela na qual se verificou uma proliferação das escolas presbiterianas no Brasil (SELLARO, 1987).

Pode-se inferir que um público mais ilustrado, instruído, formado possivelmente pela quantidade de colégios que proliferavam na década de 1920, estaria mais apto a consumir um tipo de literatura específica – como, por exemplo, as revistas que passam a circular com maior frequência no início do século XX.

A publicação que analisaremos a seguir não foi editada no espaço onde nossa pesquisa pretendeu atuar, ou seja, no Nordeste, e sim em São Paulo. Todavia, optamos por inseri-la, uma vez que seu exame mostrou ligações diretas com a temática em curso e, assim, compreendemos ser relevante no nosso percurso.

Dentre os artigos apresentados na *Revista de Cultura Religiosa*, destacamos alguns mais relevantes: trechos que corroboram a concepção da tríade escola-igreja-hospital apresentam um histórico sobre o estabelecimento do presbiterianismo no Brasil, além de uma reflexão escrita por Themudo Lessa, um dos maiores historiadores protestantes do século XX, na qual ele disserta sobre um pernambucano, General Abreu e Lima, que, mesmo sem ser protestante, pode ter sido um dos precursores da colportagem em Pernambuco. Por fim, analisamos um texto escrito por uma mulher, Izabel de Camargo, a única colaboradora que identificamos na *Revista*, que faz um paralelo entre *Cristianismo e Educação*.

A edição analisada foi a publicada no trimestre de julho a setembro de 1923. Sobre esse impresso, especificamente, Matos (2007, p. 49) informa que,

[...] foi lançado em julho de 1921, em Campinas, sendo publicado trimestralmente sob a direção dos Revs. Epaminondas Melo do Amaral

e Miguel Rizzo Júnior. Teve sua redação inicialmente em Campinas e posteriormente em São Paulo, e sua publicação se estendeu até 1926. Possuía as seguintes seções: editoriais e comentários sobre o momento social e religioso, a cargo dos diretores; estudos diversos, abordando teologia e religião, filosofia, história, literatura e ciência, sob o aspecto religioso; exegética, voltada para a história, crítica e interpretação da Bíblia (inicialmente a cargo de Otoniel Mota); obra evangélica ou ação cristã, tratando de problemas do ministério, agências e métodos de trabalho; púlpito brasileiro, com sermões, meditações, esboços e ilustrações; revista de revistas ou resenha, apresentando reflexos da cultura internacional (inicialmente sob a responsabilidade de James Porter Smith) e bibliografia, magistralmente redigida por Erasmo Braga, contendo crítica, recomendação e notícias de livros.

Percebe-se que essa publicação pretendia ampliar os temas abordados em jornais semanais ou mensais, por exemplo, e, conseqüentemente, angariar leitores seculares, ainda que contemplando temas filosóficos, históricos, literários e científicos, *sob o aspecto religioso*, e ciência.

Na pág. 3, ao lamentar a morte do Rev. Eduardo Carlos Pereira, um dos primeiros pastores nacionais do presbiterianismo brasileiro, ocorrida em 02 de março de 1923, as páginas da revista terminam por reforçar o argumento da tríade sob a qual o presbiterianismo se estabeleceu em terras brasileiras: Escola-Igreja-Hospital. Consta da *Revista*: “[...] o pastor [...] desdobrou-se em atividades múltiplas. [...] levantou um hospital, [...] educaram-se no espírito da autonomia [...] algumas gerações e organizou-se uma nova corporação evangélica”. Esta última diz respeito à Igreja Presbiteriana Independente, fundada no início do século XX, originária do primeiro cisma, ocorrido no início do século XX, tendo o citado pastor como um dos líderes. Sobre a IPI, temos o seguinte relato de Almeida e Oliveira (2011, p. 6):

Fundada na noite de 31 de julho de 1903, na cidade de São Paulo, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil surgiu do confronto que envolvia questões de ordem religiosa mescladas entre ideais maçônicos e presbiterianos. O descontentamento oriundo dessas tendências religiosas, encorajou um grupo de sete pastores, dentre eles Vicente do Rego e Themudo Lessa, a fundar uma igreja livre do segmento maçônico.

Essa tríade também foi comum em outros Estados do Brasil, como na Bahia (Wagner), em Minas Gerais (Alto do Jequitibá) e em Pernambuco (Canhotinho), apenas para citar alguns casos⁷.

A base triangular de atuação – escola/igreja/hospital – abarcava a concepção de que o ser humano precisava ser forjado no intelecto, na alma e no corpo. Sem dúvida, o centro dessa atuação era o espiritual, a igreja, mas não prescindindo das outras duas esferas como apoio. A prática da filantropia, da assistência social, como sinal externo da Redenção, mas não sendo esta dependente daquela, podia ser exercida nesses lócus de atuação.

Na esfera intelectual, que passava pela educação formal, os impressos foram largamente utilizados, desde o início da instalação do presbiterianismo no Brasil, mas também no século XX. Neste, a *Revista de Cultura Religiosa* é um dos relevantes impressos que vieram a público. Mesmo passando por dificuldades de ordem financeira, fato este abordado nas primeiras linhas da pág. 4, a revista em questão alerta:

Queremos continuar a ser uma revista que visa a cultura religiosa do protestantismo brasileiro, e não pode [...] fechar-se nos limites acanhados de mero apêndice do púlpito, mas aspira ao privilégio de promover estudos religiosos, no maior grau compatível com o nosso meio intelectual. [...] Uma Revista de cultura não pode contentar-se em reproduzir velhos trabalhos, nem pode ter como divisa sua, o sufocar, sumariamente, tudo o que tenho novo sabor, tudo o que não condiga com o que, bem ou mal, o passado fixou, [...]. Aparte doutrinas cardeais do Cristianismo, há uma vasta esfera em que os espíritos podem mover, mais ou menos à vontade, sem que possam ser fortemente incriminados: e enquanto estiverem nesse campo, colaboradores desimpedidos, os cooperadores cujos nomes ilustres assumem – e não a Revista – a responsabilidade dos conceitos emitidos.

Na citação acima, podemos identificar que esse tipo de impresso – revista – vai muito além dos jornais, periódicos nos quais costumava haver um discurso mais apologista em praticamente todas as colunas. A *Revista* apresenta, em contrário, uma amplitude de discussões e mesmo quando estas tratam de proselitismo, fazem-no sem conotação explícita de catequese.

7 Quando essa tríade não foi possível, o binômio igreja-escola foi a tônica recorrente.

Um dos editores, Miguel Rizzo Junior, bem como o colaborador Erasmo Braga e outros, eram educadores, o que sugere um cuidado, um esmero com a *reputação, a imagem* do impresso, uma vez que não intencionavam que este fosse um *mero apêndice do púlpito*.

Assim, compreendemos que os editores da *Revista* partilham da concepção de que a publicação fosse mais abrangente, mais ampla, alcançando não apenas confessos da fé protestante, mas também a sociedade em geral. O final da citação acima, quando se verifica que a responsabilidade dos conceitos emitidos era dos colaboradores e não da *Revista*, permite-nos inferir que estes precisam respaldar o que afirmam, ou seja, terem compromisso com o que publicassem, uma vez que, do contrário, seriam responsabilizados. Atenemos ainda para a expressão *colaboradores desimpedidos*, sugerindo, assim, que algumas polêmicas poderiam aparecer nas páginas da *Revista*, apesar de não ser esta a proposta inicial.

Na primeira coluna que a revista apresenta, denominada *Comentários*, há uma série de artigos. O primeiro deles, designado *O Protestantismo no Brasil*, traz uma retrospectiva histórica cujo intuito era discorrer acerca da implantação e desenvolvimento do protestantismo, em terras brasileiras, como o nome adequadamente sugere.

Cumprido, assim, destacar o que o texto aponta, abordando o desenvolvimento cultural dos presbiterianos, desde o início, em 1864, no Rio de Janeiro:

Já nos primeiros dias de propaganda vê-se, no milagre de Simonton – vulto extraordinário que deixa de ser de uma igreja para ser o pioneiro da obra nacional e cuja vida merece um largo estudo – vê-se a atividade assombrosa de um movimento incipiente que funda, na Capital da República, enquanto o número de fiéis era assaz diminuto, uma faculdade de teologia; que atira à publicidade uma revista evangélica, que diríamos prematura, se não tivesse sido duradora; que constrói no terreno literário, uma base larga e sólida de cultura. Todavia, é em época posterior, já pelos nossos dias, que se sente, ao longo de toda a linha das igrejas evangélicas, um movimento de organização pronunciado e extenso (*O Protestantismo no Brasil, Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, v. II, n. 1, p. 5, jun./set. 1923).

Um pouco mais adiante, ao tratar especificamente da imprensa, o autor constata que “não é de pouco existir uma imprensa periódica que atende, no possível, às necessidades da cultura religiosa, da

vida doméstica das Igrejas, da propaganda e da obra escolar [...]” (O Protestantismo no Brasil, *Op. cit.*, p. 6).

No que tange à educação formal, ressalta que, “[...] com respeito à instrução primária não desmente o protestantismo em nossa terra a tendência progressista que o distingue em todo o mundo civilizado” (O Protestantismo no Brasil, *Idem*).

E, por fim, referindo-se ao trabalho social, complementa:

Não é de significação desprezível perceber-se agora, mais profunda, a compreensão dos deveres sociais do cristão: o socorro de infelizes e a educação dos filhos [...] nos elevados caminhos de higiene e de civismo não são ideias esquecidas entre nós (O Protestantismo no Brasil, *Ibidem*).

Os trechos citados permitem-nos refletir acerca da relevância dada, pelo autor, à imprensa, e aos desdobramentos que esta alcança, à educação formal e à obra social, esferas atreladas desde a inserção presbiteriana em solo brasileiro e que foram responsáveis, de algum modo, pelo crescimento dessa vertente do cristianismo em nosso país.

No lastro da educação pelo exemplo, era comum verificar na revista vultos do cristianismo no mundo, levando ao conhecimento dos leitores pequenas biografias de pastores, líderes, entre outros, que se destacavam no meio confessional. Na edição analisada, temos a figura destacada de Winfred Menomood, um protestante francês que é apresentado como “[...] um apóstolo ardente do cristianismo social [...]” (O Protestantismo no Brasil, *Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, v. II, n. 1, p. 7, jun./set. 1923).

A proposta de um cristianismo preocupado com a inserção social dos seus adeptos, mas também da sociedade em geral, é de inspiração norte-americana, tendo sido o livro *Em seus passos que faria Jesus*, baseado nessa proposta, editado várias vezes no Brasil (SOUZA, 2011, p. 203).

Eram, sobretudo os protestantes liberais norte-americanos, os adeptos do Cristianismo Social, uma corrente que defendia um engajamento, tanto da nação americana quanto daquelas que estivessem sob sua influência, “a fim de tornar o cristianismo relevante em todas as áreas de vida pública e privada” (BELOTTI, 2011, p. 435).

Uma ressalva é aqui imprescindível. No sentido acima exposto, “o protestantismo liberal não está relacionado ao liberalismo econômico, e sim, a um tipo de interpretação bíblica”. Os protestantes

liberais apoiavam-se numa interpretação dos textos sagrados na qual estes eram compreendidos “como documento histórico, permeado de interesses humanos”, tendo sido essa corrente “bastante influenciada por descobertas arqueológicas e estudos filológicos no final do século XIX”. No entanto, “protestantes conservadores, que depois deram origem ao movimento fundamentalista”, com reverberações no campo brasileiro, “não aceitaram essa hermenêutica, acusando os liberais de questionarem a revelação contida na Bíblia”⁸ (BELOTTI, 2011, p. 435).

Porém, há de se destacar que nem todos os protestantes adeptos do Cristianismo Social o eram também do liberalismo teológico. O engajamento terminou por reverberar, no caso brasileiro, em práticas efetivas de atuação social como a organização de “revistas e jornais e demais meios de comunicação” da fundação de “entidades filantrópicas de longo alcance social e inúmeras escolas” com níveis diferenciados desde a “instrução da educação infantil ao ensino superior, além de participações individuais na política partidária brasileira” (SILVA; SANTOS; ALMEIDA, 2011, p 17), mas também no lusitano, como nos atesta Afonso (2012, p. 137):

[...] entre 1900 e 1910[...] reforça-se a evangelização pela introdução de novas formas e novos territórios de ação social (clínicas, lares, cooperativas, associações de socorros mútuos, entre outras modalidades de assistência aos membros das comunidades evangélicas), mas é também o momento em que a concorrência, mesmo com a Igreja Católica e os movimentos sociais, se torna mais visível no campo social [...].

É interessante destacar que, de acordo com a revista, ao apresentar o texto sobre Winfred Menomood, não haveria dificuldades para os leitores acompanharem a leitura do original, uma vez que grande parte deles conhecia a língua francesa. Essa afirmação corrobora o argumento de que era comum, ainda na década de 1920, o aprendizado desse idioma, uma vez que uma quantidade considerável

8 Conhecida também como Alta Crítica ou Crítica Superior, essa corrente continua agindo dentro das Igrejas Presbiterianas, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, e o termo “liberalismo teológico” é usado pejorativamente dentre os grupos mais conservadores – que se autodenominam radicais, no sentido de “raiz”, de origem reformada – como a Igreja Presbiteriana do Brasil. Algumas cisões ocorreram na transição do século XIX para o XX, bem como no decorrer deste último, por conta do protestantismo liberal.

da sociedade brasileira buscava inspiração na França. Também nas escolas presbiterianas o aprendizado da língua francesa – além da inglesa – era uma realidade.

O texto ainda justifica a importância de se buscar divulgar e incentivar a leitura das obras do francês protestante Winfred Menomood, alegando que é

[...] pelo fato de colocarem os leitores em contato com uma literatura evangélica cujas feições características e atraentes evitariam uma certa orientação unilateral a que o protestantismo brasileiro naturalmente está sujeito, se permanecer no uso quase exclusivo da literatura inglesa e americana (O Protestantismo no Brasil, *Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, v. II, n. 1 p. 7, jun./set. 1923).

Há uma crítica à divulgação apenas de *vultos* protestantes cuja língua materna era a inglesa (leia-se Estados Unidos e Inglaterra). É importante destacar que por essa época as querelas que levaram à cisão da Igreja Presbiteriana no Brasil, no início do século XX, ainda se faziam ouvir. Talvez os editores da revista fossem mais tendenciosos às propostas de Eduardo Carlos Pereira, um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Independente, da qual também foi um colaborador o historiador Vicente Themudo Lessa⁹.

Em outra seção da revista podemos identificar uma crítica à impossibilidade de se exercer o livre pensamento e a livre expressão oral e escrita, bem como a necessidade de se estabelecer, no país, o voto secreto. No entanto, nas páginas onde essa crítica se insere, não há nenhuma reivindicação acerca do voto feminino, pleito já defendido em algumas partes do mundo com ecos, inclusive, no Brasil.

O autor do texto faz uma crítica na qual sugere que a República, compreendida como o *governo da liberdade* e tendo sido o sistema republicano desejado pelos liberais ainda no século XIX, não atendeu às solicitações propostas. Nas palavras dele:

Por esta época deveria a nação com um século de independência e um terço de século de república, – o governo da liberdade – cantar, em uníssono com os poderes públicos, um hino de glória ao livre exercício espiritual. O cântico no pode ser ouvido (Liberdade de

9 Sobre a criação da Igreja Presbiteriana Independente e assuntos correlatos, sugerimos consultar Silas (2011) e Matos (1999), vide referências.

A constatação, no entanto, é a de que,

[...] entre os que representam os poderes públicos bem se mostra um espírito reacionário que propõe leis de opressão, que abusa do poder para sufocar o liberalismo e que decide injustamente para anular a liberdade (Liberdade de Pensamento, *Idem*).

Mais adiante, o autor discorre acerca de duas correntes que estavam atuando no Brasil naquele momento: uma, a favor das liberdades e a outra, contra estas. É possível identificar que tanto a revista quanto o comentarista pertencem à primeira corrente, fato este evidenciado nas palavras que seguem:

Não foi sinal bem frisante do que afirmamos a restrição, parcial e intolerante, que se ia fazendo, com sacrifício da Constituição, no Estado de São Paulo, contra a liberdade de comícios religiosos, num caso muito conhecido e que não se perpetuou graças ao Supremo Tribunal da República? Não foi outro sinal bem característico a famosa “lei da imprensa”, que surgiu do seio do parlamento federal, contra suas próprias tradições liberais, e que, tendo levantado uma tempestade de oposição, foi, apesar da pressão existente, com força repelida? Nesses dois acontecimentos do ano findo, para gaudium dos torquemadas de hoje, não teríamos, na época do Centenário, ferido mortalmente, numa dupla modalidade, o pensamento livre no Brasil – nem a livre expressão oral nem a livre expressão escrita? Dos cristãos brasileiros exige-se uma atitude firme, e sem desfalecimentos, em face da situação (Liberdade de Pensamento, *Ibidem*).

Nesta citação, percebe-se que a revista, apesar de direcionar-se a um público protestante, confessional, não se resume a discutir elementos teológicos ou litúrgicos. Amplia-se o debate: os cristãos são aqui conclamados a se posicionar contra o tolhimento da liberdade de imprensa e de expressão (mesmo que mais adiante o autor sugira um “constante, mas calmo protesto”).

São lembrados, ainda, da sua condição de liberais, de adeptos ao respeito à Constituição. Os acontecimentos narrados ocorreram em São Paulo, que, àquela época, já se tornara modelo para o país.

Expor fatos como esse num periódico teoricamente voltado a um público específico, confessional, sugere que este não era desvinculado da realidade que o cercava. Ou seja, os cristãos leitores desse impresso possuíam, para além de uma competência leitora, uma capacidade de discernir e agir frente a intempéries que surgissem no contexto do país e que podiam, sem dúvida, dificultar tanto o proselitismo quanto o cotidiano daqueles já conversos.

Mais adiante, o autor faz uma reflexão acerca das possibilidades advindas e complementadas pela necessidade do conhecimento bíblico, ou seja, a partir do aprender a ler e escrever, tão caro aos protestantes reformados. *A Bíblia*,

[...] em linguagem popular, [contribuía, assim, para a] edificação espiritual, o enobrecimento étnico, a iluminação da inteligência e o amor à cultura e à inteligência, tudo provindo da familiaridade com o livro por excelência [...] (*Idem*, p. 9).

Posteriormente, há algumas informações acerca de outros grupos cristãos (catolicismo brasileiro, inclusive) que buscaram fazer traduções da *Bíblia*, como também a Igreja Ortodoxa Grega. Entre estes, havia uma permissão do Parlamento no sentido de se organizar uma tradução das Escrituras ao grego moderno. Mas, segundo o comentarista, “a permissão envolve, afinal, uma desconfiança da versão protestante que, divulgada na Grécia, [...] tem sido recebida – como soe acontecer – como suspeita e perigosa” (*Ibidem*, p. 9, 10).

As querelas envolvendo as *Bíblias falsificadas* pelos protestantes foram uma constante no Brasil – e também em outros países – desde o século XIX. No caso específico de um estado brasileiro – a então Província de Pernambuco – a *Revista de Cultura Religiosa* expõe a participação, o envolvimento de personalidades não ligadas ao protestantismo, mas que defenderam a causa deste. Um exemplo disso foi o (futuro) General Abreu e Lima, cuja breve biografia foi escrita, nas páginas desse periódico, por Vicente Themudo Lessa. Sobre este, Almeida e Oliveira (2011, p. 9) atestam ter sido

[...] considerado o maior historiador do presbiterianismo brasileiro em sua geração. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, bem como dos Institutos Históricos de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Santa Catarina.

Sua obra mais conhecida, *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo*, foi publicada em 1938. O referido autor tornou-se um

intelectual de monta, durante sua vida e, posteriormente, foi reconhecido tendo seu nome associado a um centro de investigação protestante, o Centro de Documentação e História Reverendo Vicente Themudo Lessa, em São Paulo.

Almeida e Oliveira (2001, p. 2) traçaram um perfil interessante acerca da biblioteca do referido historiador. Buscaram, na pesquisa, investigar

o acervo que compõe o Centro de Documentação e História Reverendo Vicente Themudo Lessa, composto por 644 títulos que circularam no Brasil Oitocentista. Os impressos pertenceram ao Reverendo Vicente Themudo Lessa, que durante a vida esteve preocupado com a salvaguarda desses títulos que constituíram o acervo de sua biblioteca particular e, posteriormente, da Igreja Presbiteriana Independente, na cidade de São Paulo.

Esse é um caso peculiar – e quase raro – de alguém que se preocupou em angariar, coletar, catalogar impressos protestantes dos Oitocentos, a fim de conservá-los para a posteridade. O cuidado que Themudo Lessa demonstrava para com o guarda desse material, registrado pelos autores citados, reforça a singularidade desse historiador.

A conservação dos impressos revela a preocupação com a salvaguarda e a circulação deste material para difundir saberes e práticas educacionais protestantes, visto que a principal estratégia utilizada para instalar definitivamente essa denominação religiosa no território brasileiro foi à difusão dos impressos. [...] a maioria dos títulos que foram disseminados pelos protestantes a partir de seu desembarque em terras brasileiras eram produzidos em Portugal, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Brasil (ALMEIDA; OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 13, grifo nosso).

Conhecer os comportamentos literários dos intelectuais protestantes brasileiros, tanto do século XIX quanto do século XX, e tudo o que implica suas leituras, e práticas educacionais, ainda é um tema pouco estudado no nosso país. Investigações como a citada nos permitem atentar para questões desse tipo.

De origem pernambucana, o referido historiador, aos

[...] dezesseis anos de idade teve a oportunidade de ouvir a pregação do evangelho na igreja presbiteriana, no dia 3 de agosto de 1890,

na ocasião ministrada pelo Rev. William Calvin Porter, ordenado há menos de um ano. [...] Aos vinte e seis anos de idade Vicente Themudo Lessa concluiu os estudos teológicos, licenciado pelo Presbitério de Minas Gerais, reunido em Jaú. [...] Tornou-se o primeiro ministro presbiteriano brasileiro ordenado no século XX (*Idem*, p. 5).

O texto de Lessa, publicado na *Revista de Educação Religiosa*, ocupa várias páginas do impresso (da 15 a 35), na secção/coluna *Estudos Vários*, sob o título “O General Abreu e Lima ou O Paladino das Ideias Liberais”.

Segundo a matéria, o biografado “[...] quer no clangor das batalhas, quer na arena da imprensa foi Abreu e Lima um destemido lidador. Depondo a espada, empunhou a pena e com ela defendeu a causa [...]” (*Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, jun./set. 1923. *Estudos Vários*, Vol. II, n. 1, p. 15).

Ainda no século XVIII, em 1794, nasceu José Ignacio de Abreu e Lima, que, por sua vez, era filho do futuro Padre Roma. Este não havia abraçado o sacerdócio católico por essa época. Para mostrar a importância do futuro General, Themudo Lessa dividiu sua análise em duas partes. Na primeira, da página 15 a 26, traçou o percurso de vida de Abreu e Lima desde o seu nascimento, em fins do século XVIII, até seu retorno a Pernambuco, em meados do século XIX, após ter participado de lutas diversas em favor da independência de vários países da América do Sul, bem como de outras insurreições nos países latino-americanos.

Na segunda parte, da página 26 a 35, abordou a querela sobre as “bíblias falsificadas”, entre Abreu e Lima e alguns sacerdotes católicos que acusavam os protestantes de difundir os tais livros para “enganar o povo”. Esses episódios levaram Abreu e Lima a expor, nas páginas da imprensa, seus escritos, os quais, em parte, deram origem a dois livros escritos em 1867. Segundo Lessa, o futuro general era um

[...] apolegeta ardoroso no Novo Testamento, tanto assim que, munido de certo número de exemplares [...] começou a fazer propaganda, distribuindo-os entre várias famílias de sua íntima amizade. Foi essa a origem da questão (*Revista de Cultura Religiosa*, *Op. cit.*, p. 26).

O biografado não era protestante e deixava bem claro sua não adesão a essa nova vertente do cristianismo que se instalava no Brasil. Porém, estava de acordo com a proposta liberal trazida pelos

americanos e europeus ao país, sobretudo no que tange à liberdade de expressão.

Os exemplares que distribuíra, entre parentes e amigos, foram trazidos de Londres, uma vez que no Brasil ainda não era permitida a impressão legal de livros ou jornais. O primeiro periódico “brasileiro”, o *Correio Braziliense* (1808-1822), porque editado para *eles*, foi impresso no exterior, também em Londres, em 01.06.1808.

A imprensa, no século XIX, incluindo-se jornais, periódicos, revistas de circulação frequente, era compreendida de um modo diferente dos dias atuais.

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos as mudanças do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se afirmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2003, p. 14, 15).

Entretanto, mesmo dispondo de livros no século XX, a imprensa e outros impressos continuaram a desempenhar um papel educativo, para além do simples informar ou entreter.

No caso da revista, um tipo de impresso diferenciado que se avolumou durante o século XX, direcionava-se a um público muito mais amplo e seu conteúdo, no caso das revistas protestantes, abarcavam diversos assuntos, apesar de não se afastar daqueles mais ligados à fé reformada.

Compreendemos, assim, que a demonstração, em 1923, de fatos ocorridos no século XIX, a saber, querelas envolvendo católicos e protestantes, é feita com o intuito de “educar os leitores do século XX” acerca desses fatos. É possível atestar que, ao mostrar um não protestante a defender os reformados, o autor do texto pretende apresentar estes como “vitoriosos”.

Nas palavras do comentarista, a Igreja de Roma era “o maior adversário da Bíblia”, uma vez que não era do seu interesse que os católicos a conhecessem, pois “[...] muitos dos seus dogmas [da Igreja] não encontravam apoio do livro divino” (*Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, jun./set. 1923. Estudos Vários, p. 27).

Para tanto, os protestantes utilizavam-se dessa argumentação – de não ser interessante à Igreja Católica que os fiéis verificassem na *Bíblia* os equívocos dos seus dogmas de fé – para justificar que

os responsáveis católicos não incentivavam, conseqüentemente, o aprendizado da leitura e da escrita.

O argumento protestante encontrou respaldo em alguns autores que buscavam mostrar o desenvolvimento de países europeus, além dos Estados Unidos, que haviam abraçado a proposta reformada. Estes, para além do desenvolvimento cultural alcançado em parte pelo incentivo ao aprendizado das primeiras letras, também eram apresentados como exemplos de desenvolvimento econômico e social, derivados, diretamente, da ampliação do acesso à escola a meninos e meninas, e, dessa forma, à diminuição considerável do analfabetismo.

Assim, na divulgação do protestantismo em solo brasileiro, como também no português, os missionários presbiterianos, a fim de serem vinculados à concepção de progresso, buscaram divulgar, sobretudo por meio da imprensa, que nos países onde o catolicismo havia se tornado hegemônico, grassava o analfabetismo.

Já no que se refere aos países que abraçaram o protestantismo, como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, o nível educacional era elevado.

Mesmo sendo a Liga Brasileira contra o Analfabetismo uma organização do século XX, momento no qual também houve uma maior ênfase no discurso contra o analfabetismo, a crítica a este era bem mais antiga, fazendo parte, inclusive, dos argumentos dos presbiterianos – e de outros grupos reformados – desde os primórdios de sua inserção no Brasil, na segunda metade do século XIX.

A contenda acerca dos falsos exemplares da *Bíblia*, ocorrida em Pernambuco, estabeleceu-se em finais de 1865, e acusava os protestantes de serem os responsáveis por instigar – ou enganar – a população com tais expedientes.

O debate alcançou as páginas da imprensa pernambucana. Como oposição aos reformados, toma vulto a figura de um sacerdote católico, Monsenhor Pinto de Campos, que fez das páginas do *Diário de Pernambuco* sua tribuna. Esse jornal é considerado o mais antigo em circulação na América do Sul. Como aliado dos protestantes, o General Abreu e Lima, apesar de não ser prosélito,

Considerava, porém, a Reforma como um “fato providencial”, o primeiro passo para a civilização moderna e como o gérmen de quatro grandes revoluções: a dos países baixos; a da Inglaterra, nos dias de Carlos I; a dos Estados Unidos em 1776; e a revolução francesa de 1789 (*Revista de Cultura Religiosa, Idem*).

É importante ressaltar que, desde bem antes do início dos debates, a ação de divulgação de impressos protestantes de vários tipos, bem como o proselitismo em si, já era uma constante em outras partes do país, como o próprio Lessa adverte:

Já no Rio e em São Paulo Simonton e Blackford haviam fundado o presbiterianismo, enquanto, pouco antes, o Dr. Kalley estabelecia o congregacionalismo na antiga Corte. Colportores haviam ido à Bahia e à Pernambuco e o clero começava a alarmar-se (*Ibidem*).

O comentarista refere-se ao século XIX, quando os citados propagandistas tiveram suas áreas de atuação atendidas. Os primeiros estados citados foram os pioneiros na recepção dos missionários norte-americanos, enquanto os do atual Nordeste brasileiro, posteriormente é que tiveram a presença dos divulgadores (primeiro, os colportores, depois, os pastores).

No caso da *Revista de Cultura Religiosa*, voltando à discussão sobre a querela das bíblias falsificadas, temos a redação da primeira resposta do General Abreu e Lima à questão, publicada no *Jornal do Recife*, em janeiro de 1866. Nas palavras do próprio General, “foi reimpressa no Rio de Janeiro em um folheto e distribuída gratuitamente por pessoas que não conhecemos, mas que obteve, por intermédio de um amigo, nossa permissão”. (O General Abreu e Lima ou O Paladino das Ideias Liberais, *Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo jun./set. 1923. v. II, n. 1, p. 27).

Ou seja, o libelo que o referido General escrevera e publicara em um jornal do Norte do país, alcançou a Corte em pouco tempo e, o mais interessante, não por obra do escritor das palavras e sim por um desconhecido. A característica de ter sido tal folheto impresso às custas do seu divulgador, cujo nome nem o próprio Abreu e Lima toma conhecimento, e distribuído sem ônus à população, chama a atenção, pois o feito pode nos levar a refletir acerca do alcance das publicações protestantes.

Muitas vezes, como se pode depreender do exposto acima, essa facilidade do acesso, a nenhum custo ou a um custo baixo, possibilitou a circulação desses impressos. Sua importância, no projeto educativo presbiteriano, excedia o simples ato de ler para fins informativos ou de lazer. Estamos de acordo com Almeida e Oliveira (2001, p. 9) por compreendermos sua

finalidade educativa, visto que os impressos protestantes [eram] adotados como livros didáticos de leitura nas Escolas Bíblicas Dominicais

e Paroquiais, bem como em algumas escolas públicas. Tais impresos eram compostos de novas ideias sistematizadas com o intuito de inculcar diferentes valores que auxiliariam para a formação de grupos protestantes.

Nas palavras de Themudo Lessa,

No ataque ao Concílio de Trento, que declarou inspirados os livros deutero-canônicos, o intrépido polemista foi longe. Possuindo sólidos conhecimentos em varias direções, mostrou-se familiarizado com os Santos Padres e a história eclesiástica. [...] A argumentação de Abreu e Lima não difere da do Protestantismo quando invoca os Santos Padres e a história antiga da igreja para repelir os livros apócrifos. [...] Possuindo conhecimentos do latim e do grego [...] valeu-se disso para consultar textos originais e poder apreciar a melhor tradução [...] (*Revista de Cultura Religiosa, Op. cit.*, p. 28-30).

Nessa época, é importante destacar que tais embates iam além de simples discussões; traziam consequências de várias ordens.

Assim, por haver se envolvido na polêmica das bíblias falsificadas e ter se colocado ao lado dos não católicos, Abreu e Lima sofreu algumas retaliações. Uma das mais divulgadas diz respeito às suas exéquias: teve negado o sepultamento no cemitério público do Recife pelo bispo D. Francisco Cardoso Ayres, fato esse inscrito na lápide do General, no cemitério dos ingleses, onde seu corpo teve o acesso franqueado, onde consta, também, o nome de quem indeferiu o pleito.

Por essa época, eram os campos-santos administrados pela Igreja, fato que só mudaria quando da Proclamação da República, que aprovou, entre outras deliberações, a secularização dos cemitérios e, conseqüentemente, sua desvinculação com a Igreja.

Abreu e Lima teve negada sua sepultura no cemitério público de Recife, em 1869, ano de sua morte, por ter sido considerado pelo Bispo como aliado ou simpático às ideias protestantes. Essa ação teve, como não podia deixar de ser, repercussão na imprensa, tanto em Pernambuco quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Nas palavras finais sobre o biografado, Themudo Lessa assinala:

Não se alistara nas fileiras protestantes em sua vida. E, todavia, a Providência, no ato pouco nobre do diocesano, como que indicou o quadro em que deveria ser classificado – entre os protestantes – no Cemitério Inglês, no Recife, onde foi generosamente acolhido (*Idem*, p. 35).

O exposto nos leva a pensar que uma das figuras pernambucanas importantes no século XIX, General Abreu e Lima, pode ter sido um dos antecessores do protestantismo em Pernambuco, pois ele havia mandado trazer de Londres exemplares da *Bíblia* e distribuído com seus amigos e familiares.

Pouco tempo depois, em 1873, o Rev. Smith e o casal Kalley, cuja visita a Pernambuco acontecera no mesmo ano, estabeleceram as bases de divulgação do protestantismo no Estado.

Essa é a história comumente aceita por ser a mais divulgada, portanto, mais conhecida. No entanto, a partir das pesquisas de Carvalho (2000 e 2004), podemos inferir que as raízes protestantes em terras pernambucanas antecedem a chegada dos missionários citados.

Em meados de 1846, surge no cenário recifense a figura de um personagem que passa à História como “Divino Mestre”.

O Divino Mestre é um desses personagens que passam meteóricamente pela história do Brasil, e antes que possamos dar conta do seu impacto e legado, desaparecem das fontes da mesma forma repentina com que apareceram. [...] o negro Agostinho José Pereira surge nas fontes policiais, pregando pelas ruas do Recife, em 1846. Sua arma, uma Bíblia onde estavam grifadas as passagens que falavam de liberdade. Seus discípulos, mais de trezentos, segundo o Diário de Pernambuco, eram todos negros e diziam-se livres ou libertos. Sete homens e sete mulheres foram detidos junto com ele. Todos sabiam ler e escrever. [...] A imprensa começou a discutir até onde seria ele um rebelde, que alfabetizava e pregava para negros à beira de uma insurreição, ou simplesmente um fanático religioso cujo único objetivo era converter almas desesperançadas à sua fé. Ao prendê-lo, o Chefe de Polícia da Província não teve dúvidas: seu “cisma” era apenas um disfarce para uma insurreição escrava. Foi tamanha a comoção provocada, que o Divino Mestre terminou interrogado pelo Tribunal da Relação. Lá, altivo, não negou suas crenças. Ensinava de fato as escrituras. [...] Negou que as imagens dos santos tivessem qualquer valor espiritual. Afirmou que os católicos não cumpriam os mandamentos (CARVALHO, 2004, p. 327, 328).

Além da característica peculiar do tempo, primeira metade do século XIX, momento no qual o protestantismo de “missão” propriamente dito não havia se estabelecido nem na capital do Império, outras peculiaridades são dignas de nota nesse caso: o “Divino Mestre” era negro, livre (ou liberto), sabia ler, tinha discípulos que

também eram conhecedores das primeiras letras, além ser um defensor da liberdade, e era alfaiate, profissão idêntica à de alguns dos envolvidos numa das mais importantes revoluções pernambucanas do século XIX. Não poderia haver uma *subversão* maior que essa, um suspeito mais *adequado* para as autoridades policiais. Por conta disso, ele foi levado ao Porto e lá interrogado. Não se sabe o destino desse personagem, apesar de Carvalho (*Op. cit.*, p. 329) registrar que havia “[...] uma notícia de jornal dizendo que fora solto pelo habeas corpus de Borges da Fonseca [...]”.

Pernambuco sempre esteve às voltas com rebeliões de diversas ordens, desde o período colonial e, mais explicitamente no século XIX, ocupando as páginas da imprensa no país. É provável que o “Divino Mestre” tenha participado de alguma(s) dela(s), apesar de, até o momento, não ser possível atestar com segurança. Para Carvalho (*Ibidem*, p. 330), no entanto, independentemente de se não se saber o paradeiro real do “Divino Mestre”, ele pode ser considerado como um “[...] professor de dignidade e primeiras letras dos negros do Recife”.

Esse pequeno relato pode ser inserido na nossa discussão acerca do protestantismo no Nordeste, por diversos vieses. Um deles lança luz sobre a influência dos anglicanos, cidadãos ingleses, colportores ou não, conversos ao protestantismo que atuaram no Brasil desde 1810, fosse distribuindo impressos entre as tripulações dos navios que para o Brasil se dirigiam, fosse vendendo ou divulgando a palavra impressa nos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Outra reflexão que pode ser feita diz respeito à sobrevivência de resquícios de um protestantismo que no Nordeste se estabeleceu quando da chegada dos holandeses nessas terras, no século XVII.

É sabido que parte dos flamengos que vieram e constituíram o *Nordeste Holandês* trouxeram para cá suas práticas reformadas, tendo, inclusive essa parte do território brasileiro se tornado um refúgio para grupos não católicos (como os judeus) que fugiam da perseguição religiosa em Portugal e em outras regiões sob o domínio da coroa lusa.

A historiadora Jaqueline Viração (2012) argumenta que a influência batava no Brasil foi além do que é vulgarmente conhecido. Segundo ela, a primeira igreja protestante brasileira teria sido potiguar, indígena, e não a Fluminense, fundada pelos Kalley, em 1858, como tem demonstrado a historiografia oficial.

Os holandeses¹⁰, de orientação protestante, no período de 24 anos de dominação, estabeleceram 22 igrejas, das quais três eram

10 *O Almanach Evangélico Brasileiro* discute a influência batava nessa região, alegando que alguns holandeses a língua tupy e estabeleceram missões entre os indígenas,

constituídas exclusivamente por índios potiguaras. Nas palavras da historiadora, tratou-se da “primeira experiência de tolerância religiosa do mundo moderno [...]. Católicos, protestantes e judeus podiam livremente expressar sua fé” (VIRAÇÃO, 2012, p. 25).

Entretanto, nesse mesmo período, há relatos de massacre de fiéis católicos no Rio Grande do Norte (Cunhaú e São Gonçalo do Amarante), inclusive sendo eles considerados os primeiros mártires daquele estado (ou protomártires), por terem morrido sem abjurar de sua fé (TAVARES LYRA, 2008).

Apesar de o massacre citado ter ocorrido em um contexto de guerra regional, o historiador Tavares Lyra sugere ter havido vestígios de traição, “ficando mortos alguns sessenta e nove, inclusive o padre André de Soveral [...]; mas as mulheres e crianças, que foram em parte poupadas, espalharam a notícia do morticínio [...]” (TAVARES LYRA, *Op. cit.*, p. 103).

Sabemos que certos períodos históricos são tratados de formas diferentes por historiadores, de acordo com o arcabouço teórico que escolhem, as fontes que utilizam, as perguntas que são feitas. História é fato, acontecimento, contexto, mas também narrativa, relato.

No caso da invasão (ou conquista) holandesa no Nordeste, há autores que exaltam essa atuação, outros, depreciam-na e alguns outros tentam um equilíbrio de posicionamentos, não sendo, portanto, isentos das influências dos *espaços* de onde falam. Tavares Lyra pertence a um grupo dos historiadores que viam os flamengos como invasores (ou hereges) e os colonos portugueses como herdeiros – e defensores – legítimos do Brasil. Nossa inferência se deu, pois, a escrita desse autor, que é bastante influenciada pelo *fazer* histórico dos Oitocentos e de parte do século XIX.

Sua crítica em relação à permanência holandesa, em terras do Nordeste, é fortemente imbuída de um caráter religioso, católico, contrário aos holandeses, que em muito se assemelha às apontadas pelos sacerdotes da Igreja Romana, ao exporem os acontecimentos vividos no século XVII, em cujos relatos o historiador se baseou para narrar os acontecimentos citados.

Não há uma contraposição de fatos para que o leitor possa fazer suas conjecturas. Percebemos a apresentação dos acontecimentos baseados nos relatos produzidos por dois religiosos católicos – Frei

corroborando a tese defendida por Viração (2012). Essas missões fracassaram após a expulsão dos holandeses, em 1654. Ainda há poucas investigações sobre esse período do ponto de vista da influência protestante (1922, p. 55).

Rafael de Jesus e Padre Rafael Galanti. O modo como estão dispostos na obra sugere-os como argumento de verdade.

Dessa forma, identificamos que a obra de Lyra, *História do Rio Grande do Norte*, apesar de riquíssima em detalhes, é escrita sob um viés deveras adjetivado, beirando um estilo romancado. Para esse autor, os holandeses, eram “[...] homens *que se davam por cristãos* e civilizados, dos quais ainda hoje, alguns mal-avisados patriotas têm saudade” (TAVARES LYRA, 2008, p. 106, grifo nosso). Ainda assim, declara sobre o período batavo no Nordeste, alegando que os estrangeiros atuaram:

[...] melhorando as fortificações existentes e construindo outras [...] regulando os casamentos mistos quanto à nacionalidade e à religião [...] procurando normalizar o exercício do culto, [...] preocupando-se com a escravidão dos negros e dos índios, esforçando-se por incorporar estes últimos à sociedade e elevá-los moral e intelectualmente, [...] abrindo estradas, [...] cuidando da assistência e da instrução, temporizando tolerantemente com os usos e costumes do povo [...], em outro meio, dadas outras condições [...] teria sido [Nassau], sem dúvida, um grande estadista (TAVARES LYRA, 2008, p. 94, 95).

O que podemos depreender dos fatos expostos é que *o lugar de onde se fala* é fundamental para que se compreenda o desenrolar dos acontecimentos e se possa investigar de fato.

A narrativa histórica, pois, atualmente, não é compreendida de modo isento, sem influência dos espaços-temporais nos quais está inserido o pesquisador, como o era sob um viés positivista. É fato que a investigação científica hodierna, a fim de evitar um direcionamento tendencioso, adota procedimentos que buscam orientar e sugerir um *estranhamento*, certo grau de distanciamento propositivo, a fim de que se estabeleça a crítica às fontes, dentre outras ações. No entanto, não há isenção total: a busca por uma narrativa histórica imparcial é uma utopia – ou uma falácia.

Numa historiografia de vertente protestante (calvinista, no contexto holandês calvinista), o relato provavelmente teria versões, explicações e significados diferentes daqueles expressados numa historiografia sob influência católica ou ainda, se fosse uma investigação levada a cabo por um historiador sem vinculações religiosas. Mesmo nesse último caso, não estaria a análise isenta de outras implicações quer políticas, quer sociais ou de outras esferas, nas quais o estudioso estaria vinculado.

Alves (2003, n.p.) corrobora essa perspectiva ao ponderar que,

No nível individual, a vinculação do historiador à determinada linha teórica torna-se parte dos traços que compõem o lugar de onde formula suas hipóteses, organiza os passos de sua investigação, seleciona ferramentas de análise e conduz seu levantamento em arquivo, com vistas a um dito resultado.

Sendo o protestantismo em terras nordestinas oriundo quer dos *colportores* e dos ingleses anglicanos do século XIX, quer dos flamengos do Seiscentos, fato é ser possível considerar que a história do protestantismo no Nordeste brasileiro e seus aspectos educacionais ainda estão por descobrir.

Porém, sabemos que também nesse rincão do país, num período ainda pouco referendado como de influência protestante, encontram-se trabalhos que mostram sujeitos, como o Divino Mestre – e outros personagens ainda desconhecidos de nossa história – que terminam por reforçar o argumento de que,

No protestantismo, a leitura e a fé estão interligadas. Com a Reforma protestante, [...] uma identidade ao mesmo tempo religiosa e cultural desenvolveu-se em torno dos mesmos livros que sustentavam os diferentes exercícios religiosos: a leitura da Bíblia, a oração, o canto em comum, a escuta do sermão e a ceia. [...] (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Dessa forma, o “novo cristão, o cristão protestante, era [a partir do século XVI] o cristão da Palavra, e isso não significa ser apenas o cristão que fundamenta sua fé na *Bíblia*, mas que também usa a escrita para explicar sua fé” (VIRAÇÃO, 2012, p. 15).

E é nesse contexto que tomamos conhecimento do Divino Mestre. Talvez seu crime, sua subversão, tenha sido não apenas o fato de abjurar de uma fé praticamente estatal, no caso brasileiro, mas – e principalmente – por se um usuário hábil no manejo da leitura que, como nos alerta Chartier (1990), transcende a decodificação de signos e significantes.

Sabemos que para o fiel protestante fazia-se necessário o acesso às Sagradas letras a fim de que pudesse exercer o sacerdócio universal e a livre interpretação das *Escrituras*. O aprendizado da leitura e da escrita, na língua materna, tornou-se, pois, imprescindível para que o exercício de sua fé ocorresse de forma plena.

No entanto, outros textos como os manuais, os catecismos, os jornais, as revistas, ou seja, impressos de um modo geral, tornaram-se imprescindíveis para o auxílio na compreensão dos textos sagrados, uma vez que “a ânsia de encaminhar as crianças ao conhecimento da fé foi um grande estímulo para a expansão da literatura catequética. A função dos manuais era concentrar a instrução face a face” (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

A *querela* envolvendo as “Bíblia Falsificadas” não apenas esteve presente nos prelos brasileiros, apenas no período descrito anteriormente, ou seja, meados do século XIX. No final dos Oitocentos, podemos verificar o retorno dessa discussão nos jornais de Recife e São Paulo (NASCIMENTO, 1994).

Outro texto interessante que merece destaque na mesma edição da citada revista, dentro da seção Estudos Vários, foi escrito por uma mulher. Na verdade, Izabel B. de Camargo Schutzer foi a única colaboradora que identificamos no exemplar de 1923. Os demais colaboradores eram homens, bem como os editores.

Sob o título *O Cristianismo e a História da Educação*, o texto ocupa sete páginas da referida *Revista*. Em se tratando do contexto socioeducativo, Izabel Camargo alega que “[...] os povos orientam sua educação de acordo com o tipo perfeito do homem que imaginam” (p. 36).

E complementando sua visão acerca de como os povos da Antiguidade se posicionaram a respeito da educação e tudo que esta encerra, relata:

Assim, entre os romanos, formavam-se soldados, fortes contra a fadiga, dóceis à disciplina. Entre os atenienses, procuravam realizar o tipo humano que reunisse em si, harmonicamente, a perfeição física e moral. Entre os hebreus, o tipo colimado era o do varão piedoso, virtuoso, capaz de atingir o ideal bíblico: “Santo sereis porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou Santo”. Daí esta ilação: entre todos os povos, os que abraçaram o cristianismo devem sublimar em matéria de educação, uma vez que lhes brilhou, na mente, a mais formosa e nobre ideia a respeito da coroa de toda a gênese: “O homem foi criado para glorificar a Deus e gozá-lo para sempre”.

Partindo dessa concepção, a autora considera que o cristianismo “veio talhado para edificar o homem”. Entretanto, isso não foi uma constante desde os primórdios por diversos fatores. Dentre estes, ela sublinha três que considera importantes para a reflexão: a condição social na qual estavam inseridos os primeiros cristãos, a aversão

que estes desenvolveram a tudo o que era considerado “pagão” e o domínio sacerdotal que tornou-se a tônica, como o estabelecimento da Igreja Católica como instituição, e do cristianismo como religião oficial do mundo romano.

No primeiro caso é importante ressaltar que os cristãos viviam como foragidos, praticando seus cultos em cavernas, catacumbas ou demais locais onde não pudessem ser encontrados pelas autoridades da época, devido às perseguições que sofriam. Essas constantes “fugas”, segundo a autora, terminaram por levar muitos deles a buscar uma vida mais contemplativa, distante da “urbe”, dispensando, assim, a necessidade de uma educação formal.

Tratando-se da “[...] solene repulsa de tudo que se originava no paganismo [...]” (O Cristianismo e a História da Educação, *Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, jun./set. 1923, p. 37), podemos compreender que houve, também, um rechaço ao sistema educativo “pagão”, bem como à cultura da época, quer de influência grega, helenística ou romana, em seu conjunto. Isso inviabilizou a possibilidade de se aproveitar parte do conteúdo dessas civilizações, retendo apenas o que fosse “digno” dos cristãos, ou que lhes pudesse ser útil – como o fizeram os reformadores com o humanismo e a leitura dos clássicos no século XVI, em especial Calvino.

Por fim, e não menos importante, há que se refletir sobre o último fator que a autora destaca como impeditivo à função “educativa” dos primórdios do cristianismo, que tem, de certa forma, ligação com o segundo fator.

O domínio sacerdotal da Igreja terminou por abarcar várias esferas da vida do fiel. Assim, havia um controle tanto sobre o que se deveria ler quanto do que não se deveria. Neste último caso, incluíam-se as obras clássicas de autores não cristãos, ou seja, “pagãos”, gregos e romanos. Posteriormente, a leitura de outras obras foi sendo proibida.

No entanto, nem todos os pensadores da Igreja adotavam essa postura. Alguns defendiam o uso dos clássicos e os colocavam em grau de importância semelhante ao de autores cristãos. É o caso, por exemplo, São Basílio e de Gregório de Naziano, citados por Schutzer na citada revista. Este último, falando sobre a literatura grega afirma:

As letras gregas, juntamente com a ciência cristã, constituem o primeiro dos bens. Aqueles que as desprezam, não passam de indivíduos grosseiros que, para não precisarem corar da sua ignorância, desejariam que todo o mundo fosse como eles (*O Cristianismo e a História da Educação, Idem*).

Essa postura demonstra que parte dos intelectuais da Igreja conheciam as obras clássicas e faziam uso delas nos livros que escreviam ou nos comentários aos quais se dedicavam. Graças a alguns desses homens, obras de fundamental importância na Antiguidade chegaram até os nossos dias. Os mosteiros, principalmente os beneditinos, tornaram-se centros de “guarda” de textos antigos e seus copiadore (os “copistas”) tornaram viáveis, à posteridade, o conhecimento daquelas obras¹¹.

Outro fato a considerar diz respeito à língua usada pela Igreja, o latim, que não era a língua de todos os fiéis. A liturgia, os documentos e os livros usados eram todos escritos em latim. Assim, apenas uns poucos, ou seja, os sacerdotes educados nos mosteiros destinados a esse fim estavam aptos tanto à leitura quanto à explicação da *Bíblia*.

Como os cristãos não eram, na maioria das vezes, versados nem na sua língua materna, a Igreja desenvolveu estratégias de “educação religiosa” que incluíam as próprias igrejas, ou seja, outras formas de dar a conhecer, de ler a realidade e interpretá-la, foram concebidas. Dessa forma, os templos se constituíram em espaços educativos. Neles, havia murais, vitrais e ilustrações de várias ordens que representavam a vida dos santos e passagens bíblicas que a Igreja acreditava ser importante que os fiéis soubessem. Os catecismos, apesar de escritos, eram decorados, bem como os cânticos, a fim de que o fiel católico pudesse aprender a ser um bom cristão. Tratou-se de um momento histórico do qual a imagem e a oralidade foram a tônica. Uma cultura oral e visual se disseminou entre o povo, a fim de educá-lo na “verdadeira fé” (NASCIMENTO, 2013).

Posteriormente, essa conjuntura propiciou o desenvolvimento de uma piedade católica distanciada da Igreja como instituição e forjadora de um catolicismo “popular” que, muitas vezes, por não dispor de um sacerdote católico na localidade, terminava por eleger um “santo protetor” venerado no seio da família, assemelhando-se às práticas “pagãs” dos cultos aos “deuses lares” romanos.

Lembremos que a Igreja esteve no controle da cultura na Idade Média. E é em meados do século VI, ou seja, no início do que

11 Não podemos, no entanto, esquecer que os Palimpsestos, ou seja, que a técnica usada na Idade Média de reutilização dos papíros e pergaminhos, principalmente devido ao alto custo deste, contribuiu para a perda de muitos textos, uma vez que o que estava escrito neles era apagado, a fim de que se pudesse escrever neles novamente. Ou seja, os copistas ao mesmo tempo em que ajudavam a preservar uns textos, terminavam por eliminar outros. Atualmente, a tecnologia tem permitido que seja conhecida parte de alguns textos que outrora foram apagados.

conhecemos por Idade Média, que são criadas as primeiras instituições voltadas à educação religiosa. “Em 529 os Beneditinos fundaram as primeiras escolas conventuais e paroquiais, uma em cada catedral, para instruir a infância. O ensino se limitava à religião, leitura, escrita e latim, a língua erudita” (*Revista de Cultura Religiosa*, São Paulo, p. 37, jun./set. 1923).

O primeiro argumento que pode ser apresentado para justificar a inadequação desse modelo educativo diz respeito à ênfase dada à religião e à língua latina. O aluno em questão apenas faria uso destas últimas nos ofícios religiosos. Ou seja, na vida prática, comum, no dia a dia em nada seria proveitoso: o analfabetismo grassava entre a população.

O segundo aspecto se depreende do primeiro. Aprendendo o latim e a religião, grosso modo, o aluno seria, quando muito, um sacerdote católico. Por fim, o custo dessa educação torna-se cada vez mais dispendioso: com a insegurança do mundo medieval, a estrada romana perde sua função. Cada vez menos pessoas se deslocavam às catedrais frequentemente, o que diminuía o acesso às escolas organizadas ao lado daquelas.

Assim, o alto custo da educação formal e a orientação que esta tomou no mundo medieval, ou seja, seu caráter mais propedêutico que prático, mais destinado aos nobres e religiosos que à população comum, são algumas das críticas que a pedagogia moderna lhes atribuiu, uma vez que terminou por contribuir com a manutenção do analfabetismo.

Izabel Schutzer corrobora tal assertiva, ao demonstrar que, na educação da infância, “o saber era todo livresco e adquirido mnemonicamente. A disciplina era austera porque a natureza infantil revoltava-se contra certas exigências para a mortificação da carne, para o ascetismo, e daí a violência, o castigo” (*Revista de Cultura Religiosa*, *Op. cit.*, p. 37).

Nesse ponto, é preciso destacar, exatamente, que uma das consequências diretas da Reforma – que toma vulto no século XVI, mas da qual já havia antecedentes pelo menos desde o século XI – foi o ensino das primeiras letras, ou seja, a organização de escolas primárias, graças à concepção do “sacerdócio universal”. Aliado a isso, a tradução dos textos sagrados para a língua materna dos fiéis era uma necessidade de acordo com a Teologia Reformada segundo a qual para exercer o sacerdócio universal era imprescindível que o fiel examinasse livremente as escrituras.

PARTICULARIDADES DOS IMPRESSOS PORTUGUESES

Diferentemente do que ocorre no Brasil, há investigações oriundas de diversas instituições ibero-americanas (portuguesas e espanholas) que buscam refletir acerca dos impressos protestantes e sua relação com a educação.

Nos últimos tempos, Afonso (2009) destaca algumas publicações recentes sobre a temática em Portugal, a saber, AFONSO, J. A.; SILVA, A. M. Momentos da imprensa infanto-juvenil protestante em Portugal: *O Amigo da Infância* (1873-1940) e o *Raio de Sol* (1925-1951). Aproximações às dinâmicas e ciclos do movimento evangélico. In: GOMES, Antonio Castillo (Director); BLÁS, Verónica Sierra (Redactora). *Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura* (Siglos XIX y XX). Gijón, España: Ediciones Trea, 2008; SILVA, António Manuel S. P., “A Reforma, o primeiro jornal evangélico português”, *Revista de Portugal*, 2 (2005), p. 60-71; SILVA, António Manuel S. P. “Dos prelos como instrumento de missão. A “Boa Imprensa” e a imprensa protestante no último quartel do século XIX”, In: SILVA, António Manuel S. P.; DIAS, Jaime Amadeu (Coord.). *Gaia de há 100 anos. Igreja Lusitana: Gaia, Portugal*, 1995, pp. 97-130; LAGO, Joaquim de Sá Pereira do, *Jesuitas e Protestantes. Polemica com os Ultramontanos da “Palavra”*, Gaya, Typ. de Francisco Martins Barboza, 1894.

Ainda no século XIX, de acordo com Silva (2005), numa parceria entre Guilherme Dias e Robert Moreton, é fundado em 1877 o primeiro periódico protestante denominado *A Reforma*, inicialmente sob orientação da Igreja Metodista à qual eram vinculados seus editores.

Analisando o *Projeto Pedagógico Alternativo em Portugal na Transição do século XIX*, Afonso (2009, p. 44) nos relata que “este jornal [...] constitui uma fonte notável para a história religiosa daquele período e foi a tribuna por excelência de onde Guilherme Dias exercitava a sua notável verve jornalística e habilidade de polemista”.

As estratégias de implantação do Protestantismo em Portugal – como também ocorreu no Brasil – notabilizaram-se pela criação de Folhas Evangélicas, folhetos, livros de ficção, traduções, hinários, entre outros, no que se refere aos impressos. Além dessa esfera, as instituições educativas foram outro campo de atuação dos protestantes em geral, a saber, os colégios e as escolas paroquiais. Enquanto estas, locais e anexas às igrejas, davam prioridade ao ensino das primeiras letras, aqueles eram erguidos nos centros urbanos, contavam com uma estrutura maior e ofereciam um leque mais amplo de estudos (incluindo o secundário, o superior e, frequentemente, o ensino

normal). É importante ressaltar outros aspectos desse modelo educativo: o método intuitivo, a leitura silenciosa e a educação mista (para meninos e meninas).

No caso português, é notória a atuação mais profícua, nesse aspecto, da Igreja Metodista, da Congregacional (depois, presbiteriana) e da Igreja Lusitana (de comunhão Anglicana). Afonso (*Op. cit.*, p. 155-156) ressalta os locais onde as instituições escolares costumaram nascer:

Nos bairros pobres e operários de Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia; nas zonas deprimidas dos Açores e da Madeira; nos espaços piscatórios de Setúbal e da Figueira da Foz, e em Portalegre ou nas minas do Palhal, um conjunto de evangélicos sonharam e ergueram essas escolas. De modo pontual e espalhadas pelo território foram, contudo, ganhando uma organicidade e estruturação que expôs as escolas como instituições potencialmente capazes de oferecer uma educação plausível e concertada com o tempo de modernidade que se ia anunciando.

No Brasil, a inserção do protestantismo ocorreu *pari passu* nos centros urbanos, no litoral, mas também no interior do país, como já discorremos acerca de sua inserção no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Neste, inclusive, cidades do interior como Canhotinho e Garanhuns alcançaram, até meados do século XIX, mais projeção que a própria capital, Recife, quando se tratou da inserção do presbiterianismo.

Não é o que ocorreu, de pronto, em solo português. Do outro lado do Atlântico, na verdade,

[...] os protestantes sempre estiveram implantados essencialmente nos centros urbanos, onde os processos de recomposição social foram mais rápidos [...]. A propagação evangélica consolida-se no litoral urbano e timidamente tende a alastrar-se para o interior rural,

sendo que o tímido alcance para o interior e para as zonas periféricas dos centros urbanos somente se dará “[...] a partir da primeira década dos Novecentos [...]” (AFONSO, 2009, p. 89).

No que se refere ao papel da mulher, o protestantismo português reforça seu valor como imprescindível para o bom crescimento familiar não bastando que “cuide do marido e dos filhos”, mas defendendo a ideia de que ela deve exercer um papel efetivo na educação

destes últimos, cujo início começa, sem dúvida, no lar. Não exaltava o feminismo radical, mas advogava uma participação mais ativa, “[...] ora pela intervenção social, ora pela prática profissional (como evangelista, professora, médica, enfermeira ou noutras profissões)” (AFONSO, 2009, p. 114).

Um dos domínios usados para se educar a juventude naquele país, em meados dos Oitocentos, foram os impressos. Dentre estes, merecem destaque a literatura e a imprensa. Silva (1995, p. 102) nos mostra, porém, que essas ferramentas de leitura serviam para educar nos *bons costumes* ou para *desvirtuar*. Um dos fundamentos para que se fizesse uso dos impressos como espaço educativo foi justamente o entendimento “[...] do carácter descristianizador ou nocivo para a moral tradicional [...] de uma parte significativa da imprensa circulante”. O autor refere-se à imprensa portuguesa, cuja efervescência jornalística era notória, uma vez que no último quartel dos Oitocentos havia mais de 300 jornais em circulação, numa população que beirava 140.000 pessoas (SILVA, 1995).

A texto da “boa imprensa” pertencia ao imaginário católico; porém, os protestantes não declinaram desse instrumento. Eles,

que tradicionalmente tinham no folheto, na porção das Escrituras, na folha volante meios fundamentais de propagação das suas doutrinas e propostas, não podiam ficar [alheios] à oportunidade poderosa da imprensa periódica (SILVA, 1995, p. 105).

Como ocorrera no Brasil, esta última fazia apologia à República – inclusive antes de sua efetivação, em 1910 –, criticava o Ultramontanhismo e alguns dogmas da Igreja Romana (como a Infalibilidade do Papa, a confissão auricular, entre outros), ao mesmo tempo em que elegia uma moral adequada à juventude e à família protestante. Era necessária a constituição de uma imprensa e uma literatura direcionada aos dissidentes, àqueles que não concordavam nem com a proposta Católica nem com a moral social em voga no país em meados dos Oitocentos.

Surge o primeiro jornal protestante de Portugal, *A Reforma*, mas também outras folhas como *O Evangelista*, *O Amigo da Infância* e o *Egreja Lusitana*, ainda no século XIX. No século seguinte, *O Mensageiro*, *O Bom Pastor*, *Luz e Verdade*, *Estrela*, entre outros.

No que se refere à literatura, alguns livros eram amplamente divulgados, tendo sido a Livraria Evangélica – com sede em Portugal, mas com representante também no Brasil – umas das editoras mais

relevantes nessa transição dos Oitocentos aos Novecentos (AFONSO *et al.*, 2012). Um livro que merece destaque nesse contexto é *Lucília – ou a Escrita da Bíblia* que, como folhetim, foi publicado na primeira edição do jornal *Imprensa Evangélica*, em 1864¹², no Rio de Janeiro, e uma versão, em livro, saiu em 1882, na cidade de Lisboa.

O próprio livro de Diogo Cassels, *A Reforma em Portugal*, publicado em 1906, foi dado a conhecer, originalmente, também como folhetim nas páginas do *Egreja Lusitana*, entre 1897-1898. Esse jornal era editado pelo referido escritor, após a organização da Igreja Lusitana.

Afonso (2009, p. 283) alega que “as atividades editoriais sempre acompanharam a missão dos protestantes portugueses, e nomeadamente a imprensa ocupou um papel central [...]”, nesse contexto, compreendendo “[...] um conjunto de iniciativas editoriais, umas de cariz mais teológico, ou doutrinário ou de controvérsia, com outras mais abrangentes, e que abarcavam possibilidades diversas de leituras”.

É importante ressaltar, também, que a participação do elemento feminino nos impressos confessionais (não católicos) e nas demais esferas da atuação protestante, em Portugal, é visível desde a primeira metade do século XIX. Como exemplo, citemos o papel desempenhado por Margareth Crawford¹³, primeira esposa de Robert, que juntamente com seu esposo, foi responsável pela evangelização, criação de escolas para adultos e crianças na Ilha da Madeira.

A segunda esposa do referido médico, Sarah, também foi responsável, no Brasil, pela adaptação, tradução e composição de hinos, atuando nas Escolas Dominicais, na distribuição de folhetos diversos e Bíblias, ajudando também no cuidado aos doentes atendidos por Robert Kalley – muitas vezes gratuitamente.¹⁴

Também é notório, como já citamos anteriormente, a atuação de Ellen Roughton no que concerne à criação de escolas (desde 1860, em Lisboa), sua ligação com o casal Kalley (já no Brasil), bem como seu envolvimento na fundação da Primeira Igreja Presbiteriana, no território continental português.

Para além dos exemplos citados, convém recordar que as organizações femininas da juventude lusitana começam ainda no século XIX.

12 Nesse jornal, a publicação recebe o título de *Lúcia, ou a Escrita na Bíblia*.

13 O casal Kalley mudara-se da Europa para o Líbano, em 1850, novamente por conta do clima satisfatório e recomendado para pacientes acometidos de tuberculose, caso da esposa de Robert. Ela veio a falecer em 15 de setembro de 1851 tendo sido enterrada no cemitério dos estrangeiros em Beirute (Cf. CARDOSO, 2005a).

14 Sobre a atuação desse casal em Portugal, ver: Testa (1963) e Peixoto (2001, 2005); no Brasil, cf. Afonso *et al.* (2012), Cardoso (2005a) e Burity (2011).

Em 1877, é fundada, no Porto, a União Cristã Feminina do Mirante e, em 1908, já havia a organização de, pelo menos, oito Associações congêneres (AFONSO, 2008).

Essas organizações foram, na segunda metade dos Oitocentos, importantes na construção de um lugar social, dentro da proposta educativa protestante, destinado à mulher.

Afonso (2008, p. 46) nos mostra que, ainda no século XIX,

[...] se alastram os espaços de sociabilidade feminina protestante (associações e imprensa, entre outros) e as causas começaram a ganhar rosto: escravatura, prostituição, alcoolismo, escolaridade feminina, educação para todos, igualdade de salário, direito de voto, como aquelas em que houve um assumido empenho. A palavra e a acção criam campos de influência (a instrução e a saúde pública) que progressivamente rompem com o quadro familiar e invadem a esfera pública; no entanto, a esfera privada não é abandonada, e a ascensão cultural e social alicerça-se numa prudente dinâmica doméstica.

O lar não é abandonado, muito menos a educação dos filhos, temas tão caros ao projeto reformado. Porém, ao mesmo tempo, o lócus de atuação da mulher também deverá se dar no espaço público, devido à necessidade de sua inserção social, seu “estar” no mundo. É preciso ainda considerar que este espaço concedido ou solicitado pela mulher não ocorre na perspectiva de um feminismo radical. As mulheres portuguesas – e os analfabetos – ficaram de fora, por exemplo, do direito ao voto quando se estabeleceu a República portuguesa, em 1910.

Evidentemente, não se tratou de espaço que se constituiu sem conflitos, embates, fissuras, desentendimentos, tanto do ponto de vista real quanto do ponto de vista simbólico.

Aos poucos se vai formando, no imaginário português, sob influência em grande parte dos movimentos evangélicos, um novo modelo feminino e

[...] vão ganhando visibilidade as notícias sobre as actividades desenvolvidas pelas mulheres assim como a participação, pela escrita, se vai consolidando, ora na diversidade dos nomes que assinam as crónicas, ora pelo alargamento dos temas que são tratados [...] (AFONSO, 2008, p. 50).

É “essa consolidação pela escrita” que nos interessa mais de perto e começa a parecer ainda no século XIX, mas que se consolidada nas primeiras décadas dos Novecentos, principalmente graças ao aumento visível tanto da quantidade das Uniões Cristãs Femininas organizadas quanto da publicização de suas atividades que, frequentemente, faziam-se “anunciar” nas páginas de algum periódico.

A participação das Unionistas, aquelas vinculadas às Uniões da Mocidade, quer como atuantes no trabalho social e educativo, foco principal de sua organização, quer como agentes das letras, publicizando aquelas atividades, vem sendo alvo de investigações desde algum tempo no caso português. Apesar disso, podemos dizer que se trata um universo que ainda carece de investigação, por encontrar-se, muitas vezes, silenciado do ponto de vista historiográfico. A situação no Brasil, entretanto, é muito mais rarefeita: praticamente não há estudos que tenham esse tema como objeto.

Por trazer imbuído em sua proposta o acesso do fiel diretamente com divino, o protestantismo concede um lugar mais atuante também ao elemento feminino. Assim, “as condições religiosas e sociais em que vive a mulher protestante favorecem extraordinariamente o seu desenvolvimento moral e intelectual” (AFONSO, 2008, p. 51-52). O seu acesso ao sagrado é direto: “Ela não depende dos ministros da religião para a sua comunhão com Deus, pois sabe ir em fé e oração até ao Pai de infinita misericórdia para alcançar o perdão dos seus pecados [...]” (AFONSO, 2008, p. 51-52).

E no exercício de sua fé há práticas de leitura e educação, pois,

Ela lê a Bíblia, e nessa leitura aprende que não deve ser idólatra, prostrar-se em oração diante de imagens, pois que o Evangelho do seu Divino Mestre lhe Ensina: *ao Senhor teu Deus adorarás e a ele só servirás* (AFONSO, 2008, p. 51-52).

Identificando os jornais protestantes como espaço educativo e optamos por analisar, no caso português, um periódico relevante nesse contexto, a revista *Estrela*, editada a partir de 1925. Na verdade, não se trata de uma revista, como as que teremos no Brasil do século XX.

Essa publicação surge na cidade do Porto, em julho de 1925, editada e escrita para e por mulheres. De periodicidade trimestral e contando com quatro páginas, seu intuito era divulgar principalmente o cotidiano das Uniões Cristãs da Mocidade Feminina em solo português. No entanto, não se furtava de modo algum a também fazê-lo no que dizia respeito às Uniões organizadas pelo mundo. Tivemos

acesso a 52 exemplares (até abril de 1938) da revista. Mas, optamos por analisar apenas 20 edições, a saber, de julho de 1925 a outubro de 1930. Essa escolha deveu-se, em grande parte, ao recorte temporal do texto como um todo, que se insere no contexto da chamada “primeira República” no Brasil.

Mais adiante, a partir de abril de 1928, quando fazia praticamente três anos de existência, passou a receber uma espécie de carimbo no qual constava a seguinte expressão: “Visado pela Comissão de Censura”. Tal fato foi identificado nos demais números, até o último ao qual tivemos acesso, a saber, abril de 1938. É possível que o mesmo tenha acontecido aos números subsequentes, pois não foi possível identificar quando a publicação veio a termo.

As edições que serão analisadas estão divididas em exemplares anteriores à menção citada e posteriores. Essa particularidade nos leva a indagar: Será que houve diferenças nos conteúdos apresentados? Teria a censura interferido na escolha dos temas ou alterado as formas de escrita dos textos publicados? Estas são algumas das questões que nortearam nossa análise.

Esse impresso surge como uma das deliberações do 1º Congresso Nacional das Uniões Femininas, ocorrido no início de março de 1925. No seu editorial primeiro informa que

[...] vem tomar o seu lugar no jornalismo evangélico português, e ao fazê-lo, saúda cordialmente todos os seus colegas. É um astro muito humilde que não pretende ofuscar a vista mais fraquinha, e no entanto tem ambições. Como a estrela de Belém que uniu num longo trajeto homens de talvez mui variados usos e costumes e os foi guiando [...], assim também esta nova 'Estrela' deseja ser um elo de amizade cristã entre todos os ramos da obra unionista e *guiar muitas almas femininas* para aquele que é a “resplandecente Estrela da manhã”, o menino que nasceu humildemente em Belém e que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Salvador do mundo. (Apresentação. *Estrela*, Porto, p. 1, jul. 1925, grifo nosso).

É importante ressaltar que o título do nosso trabalho, *Guiando Almas Femininas*, foi influenciado pelo trecho da citação acima. Num segundo momento, ao perscrutar mais atentamente o universo desse periódico, identificamos que esse era o cerne da revista, ou seja, orientar as mulheres protestantes na sua caminhada cristã. E como nossa investigação preocupava-se em analisar o papel dos

impressos nesse percurso, fomos influenciados pelo trecho do editorial, o que nos levou a optar por ele na composição do título da investigação que ora apresentamos.

Mais que simplesmente uma publicação direcionada ao público feminino, podemos compreender que periódicos como esses nos

[...] remetem para zonas de intersecção entre a dimensão social da actividade feminina e a solidez da dimensão privada que pressupõe uma nítida formação relacional bem como um profundo conhecimento teológico, confessional e cultural e que configura um *habitus* fraternal (AFONSO, 2008, p. 64).

Mais que simplesmente uma publicação direcionada ao público feminino, podemos compreender que periódicos como esses nos

[...] remetem para zonas de intersecção entre a dimensão social da actividade feminina e a solidez da dimensão privada que pressupõe uma nítida formação relacional bem como um profundo conhecimento teológico, confessional e cultural e que configura um *habitus* fraternal (AFONSO, 2008, p. 64).

Em tamanho tabloide, com páginas dispostas em duas colunas, os exemplares analisados apresentaram desde o número 1 (julho de 1925) até o número 16 (julho de 1929) o mesmo corpo editorial: Diretora, Editora e Redatora. Na verdade, esta última passa a figurar a partir do número 4 (abril de 1926), permanecendo nessa função até o último número ao qual tivemos acesso (52, de abril de 1938). A partir da edição de número 17 (outubro de 1929), a revista passa a ser dirigida por outras duas mulheres, que assumem as funções de diretora e editora.

De um modo geral, algumas seções se repetem com frequência, a saber: *Noticiários* (em todos os exemplares); *Retalinhos de Brocado* (13); *Concurso*, com perguntas bíblicas ou de outro caráter (11); *UCM's em Portugal e pelo mundo* (09), *Receitas* (07). Outras estão presentes, mas em menor escala como *Perguntas Bíblicas* (06), *Expediente*, *Anúncios* e *Utilidades Caseiras* (05), *Acróstico* e *Livros Para as Jovens/Bibliografia* (04).

É interessante notar que apenas as duas primeiras e a quarta sessões indicadas acima se repetem com frequência nos números que aparecem como "Visado pela Comissão de Censura". As demais repetem-se mais nos primeiros dez exemplares.

Mesmo constando, explicitamente, em poucas edições, apenas em quatro delas, a indicação dos livros adequados às jovens não se resumia a estas. Havia sugestões em outras partes explícita ou implicitamente.

Evidentemente que outras colunas foram sendo criadas, mas não eram reiteradas nos demais números. Um fato que nos chamou a atenção foi justamente terem desaparecido a maioria das colunas que se repetiam nos primeiros exemplares.

A coluna *Noticiário*, exibida na última página da revista, também merece consideração, uma vez que divulgava as atividades educativas diretas (ou seja, as *escolas* ou *aulas* diversas) implantadas pelas União de Mocidade, além de informações diversas, quer de Portugal, Brasil ou outras regiões.

Mesmo sabendo que as mulheres, em Portugal, conseguiram com a República alguns direitos, sabemos que a autorização para votar (apenas aquelas que tivessem grau secundário ou superior) somente foi concedida em 1931.

Fazendo um paralelo entre a República portuguesa e a brasileira, podemos identificar que ambas reconheceram tardiamente o direito ao voto feminino, tendo esse fato ocorrido em 1931 e 1932, respectivamente. Porém, se recordarmos que a primeira ocorreu em 1910 e a segunda em 1889, perceberemos que o lapso temporal no caso brasileiro é mais gritante. Ou seja, no nosso país, esse direito só foi reconhecido mais de 40 anos após a Proclamação da República, o que Portugal demorou 21 anos para acontecer.

Porém, a revista *Estrela*, de forma indireta, sugere uma participação efetiva do elemento feminino no espaço público, uma vez que as lutas por direitos vão além do voto. Destacamos que a atuação feminina, por vezes aparecendo de forma pontual, mas efetiva, pode ser percebida em alguns números da publicação citada, indicações que vão no sentido da participação efetiva do elemento feminino no espaço público.

Como exemplo, citemos a insistência de algumas unionistas, na Grécia, após um incêndio em Smirna. Algumas participantes da União Feminina se refugiaram em Atenas, mas não tinham como se organizar, principalmente devido ao fato de não haver moradias disponíveis para aluguel. O texto diz que elas

dirigiram-se ao Governo e pediram um lugar onde pudessem estabelecer sua União: pediram uma vez, e outra, e outra, até que lhes foi

concedido o uso do vestíbulo, escada dourada e corredores adjacentes do antigo palácio real” (Coragem e Iniciativa, *Estrela*, Porto, p. 1, jul. 1925).

A persistência e a ousadia das Unionistas em instar diretamente com o governo um espaço para exercer suas atividades sugerem ou um enfrentamento direto ou a certeza de gozarem de certo *status* junto às autoridades. De certo modo, o título da coluna “Coragem e Iniciativa” já é, por si só, bastante sugestivo.

Também é frequente a sugestão de livros adequados para a leitura feminina, divulgação de cursos de férias (preparatório para o trabalho unionista), os *Retalinhos de Brocado*, que eram provérbios diversos, de cunho moral, bem como a seção de *Noticiários*. Nesta última seção, eram divulgados os trabalhos educativos levados a termo pelas Uniões espalhadas pelas Europa, mais com ênfase àquelas do Porto, Lisboa e regiões adjacentes.

A maioria das seções desse impresso não eram assinadas, o que nos permite inferir que saíram da pena das responsáveis pela revista. Outras, por sua vez, mas em pequena quantidade, aproximadamente 35, num universo que oscilou entre 280 e 320 artigos em 20 edições, foram rubricadas por colaboradores (08) e colaboradoras (10). Também se verifica algumas que eram assinadas apenas com nomes abreviados (15), o que não nos permite identificar seus autores.

Os editoriais não eram assinados, salvo alguns (06) nos quais destacaram-se nomes como J. A. Fernandes e Eduardo Moreira, tendo sido este um importante historiador do

protestantismo português, editando dezenas de títulos, de que devem destacar-se o *Esboço da História da Igreja Lusitana* (1949) e *Vidas Convergentes*. História breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII (1958). (AFONSO, 2009, p. 17, grifos do autor).

Uma característica interessante desse periódico é que não havia muitas ilustrações ou imagens. Nas vinte edições pesquisadas, nove apresentaram algum tipo de imagem (ou desenhos), sendo que desta, cinco as apresentaram na capa. Porém, foi comum verificar que determinados textos, no corpo do periódico, em especial as poesias (ou algum trecho bíblico) recebia uma ênfase especial, quer a título de desenhos de flores ao redor, quer uma espécie de moldura. Esses foram praticamente os únicos sob os quais recaiu um destaque.

A pouca ilustração existente nesse impresso nos chamou atenção, pois já as imagens (fotos ou desenhos, gravuras) estavam presente em outros periódicos portugueses, desde o final do século XIX, como no *Amigo da Infancia*, em *O Mensageiro* e no *Triangulo Vermelho*, cujas capas constantemente eram ilustradas – quer com fotos, quer com desenhos. Este último impresso, publicado na mesma década que a *Estrela*, além de imagens na capa e no corpo do jornal, também era colorido.

Apenas a título informativo, o quadro a seguir mostra as rubricas da primeira e da última edição analisadas neste trabalho.

Dos três impressos citados, apenas o primeiro era uma publicação infantojuvenil. Os demais pertenciam à União Cristã da Mocidade (1905-1940) e à Associação Cristã de Moços (1920-1923), respectivamente¹⁵.

Compreendemos que os impressos, de um modo geral, e os protestantes, de modo particular, foram importantes na divulgação de modos de ser e de proceder, especialmente nos modos de prescrever o feminino. Podemos, assim, refletir acerca da relação entre os impressos protestantes, sejam os de cunho presbiteriano, no caso brasileiro, ou os Inter denominacionais, como no caso português, e a educação feminina pautada em um ideário civilizador, bandeira desfraldada na transição do século XIX para o XX.

15 Importante se faz destacar que o periódico *Estrela* pertencia ao *Triangulo Azul*, que era a obra social das Associações ou Uniões da Mocidade Feminina. Em Portugal, a cor vermelha era associada aos rapazes, daí o *Triangulo Vermelho* pertencer à Associação Cristã de Moços e o *Triangulo Azul* à União Feminina, pois, segundo as componentes desta, “a cor azul traduz melhor o temperamento feminino, que participa do céu e do mar e das boninas do campo [...]” (*O Triângulo Azul*, *Triângulo Vermelho*, n. 13, p. 11).



O PAPEL DA MULHER OU A MULHER NO PAPEL

Os modelos femininos divulgados nos impressos

Não há no mundo uma guerra ou uma injustiça
pela qual vós, mulheres, não sejais responsáveis;
não por a terdes provocado, mas por não a terdes evitado.

Ruskin, Revista Estrela, jul. 1928

De um modo geral, o papel feminino na sociedade ocidental esteve em posição de inferioridade em relação ao masculino. De Atenas a Roma, passando pela sociedade judaica, foi comum o apelo à maternidade, à procriação e, na Idade Média, a associação da mulher ao papel de feiticeira, bruxa ou similar.

A formação dos Estados Nacionais, o Renascimento, a Reforma Protestante e os demais movimentos que surgiram na transição do período Medieval para o Moderno, no mundo ocidental, ajudaram a desenhar novos horizontes para o indivíduo, mais adequados aos apelos do mundo moderno.

Dentre esses movimentos, a Reforma, ao sugerir uma volta às origens cristãs primitivas, pode ter aberto possibilidades diferentes não só ao sujeito masculino, mas também ao feminino, ao colocar homens e mulheres como *sacerdotes universais* no acesso ao divino, ao sagrado. Ao recomendar a educação dos adultos e das crianças, principalmente no nível das primeiras letras, para que pudessem ter acesso à livre interpretação das *Escrituras*, sugeriu formas diferentes de prescrever o feminino.

Uma das estratégias recorrentes entre os protestantes, em suas incursões no Brasil ou em Portugal, foi, sem dúvida, o uso dos impressos: livros, opúsculos, revistas e jornais foram largamente utilizados com o intuito, muitas vezes, de serem complementários ao púlpito –

espaço por excelência destinado à evangelização – ajudando a forjar modos de ser e proceder para os fiéis.

Mesmo considerando que novos tempos surgiram no alvorecer da Idade Moderna, não podemos asseverar que a mulher conseguiu um lugar de igualdade plena com o homem. No entanto, o advento da imprensa no século XV e, em consequência, o alcance da Reforma e suas implicações para diversos países, permitiu, ao menos, um acesso maior ao escrito, ao impresso, fosse pela leitura diária da Bíblia ou de outras folhas, opúsculos que passaram a ser difundidos numa escala até então nunca vista.

Apesar de não identificarmos muitos impressos escritos por mulheres, o teor de alguns eles – explícita ou implicitamente – evidencia que foram incentivadores de determinados estereótipos femininos, ora em diálogo com os apelos seculares da época, ora desacordo, o que permitiu compreendê-los como espaço de educação não formal para o elemento feminino.

Dentre os impressos confessionais analisados, três modelos sobressaíram de forma mais peculiar: um que buscava atrelar o comportamento adequado feminino mais próximo de uma vida religiosa, virtuosa; outro que, não desmerecendo o anterior, ressaltava o papel da mulher como dona-de-casa, mãe e esposa; e, por fim um terceiro que, permitindo e, muitas vezes incentivando seu estar no mundo mais secular, no espaço público, destacou como um lócus de atuação privilegiada a atuação docente, principalmente voltada à educação da infância,

Se os

[...] artigos e notícias da imprensa com suas narrativas sobre o cotidiano feminino, são importantes para pensarmos quais práticas das mulheres ganharam visibilidade, como foram narradas, que debates suscitaram [...] como materializaram um modelo de feminilidade [...],

convém que deixemos os textos falarem por si, numa tentativa de interpretar e narrar a história a partir das fontes sobre as quais nos debruçamos (BARROS, 2007, p. 32).

DE PECADORA À REDENTORA: O MODO PROTESTANTE DE SER MULHER NA IGREJA E NO LAR

No imaginário religioso judaico, a mulher foi responsável pela queda do homem. Segundo essa interpretação, foi dela a responsabilidade

de levá-lo a cometer o *pecado original*, no *Gênesis*. Durante muitos séculos, essa foi a representação feminina que prevaleceu. Perrot (2007, p. 91) defende que isso ocorreu graças à interpretação de que o acesso ao saber era uma prerrogativa masculina, pois ele é o “apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra” sendo “contrário à feminilidade”. Dessa forma, compreende-se que “Eva cometeu o pecado supremo” porque “ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso”.

Séculos mais tarde, a promessa da vinda de um *Messias*, nascido de uma *mulher*, daria um novo alento: da mesma forma que a mulher teria levado o homem a pecar, ela daria à luz Àquele que o redimiria do seu pecado, levando-o a salvar-se.

Michelle Perrot nos leva a refletir acerca da mulher e sua relação com a religião, afirmando que nesta “as relações têm sido paradoxais” por serem ao mesmo tempo “poder sobre as mulheres e poder das mulheres” (PERROT, *Op. cit.*, p. 83).

No cristianismo primitivo há referências a mulheres que ocuparam posições de destaque. Porém, a estas não foi permitida a condução ou execução dos sacramentos mais importantes, bem como lhes foi vetada a principal função religiosa, a saber, o pastorado.

Grosso modo, aos poucos a divisão do trabalho entre homens e mulheres direcionou estas mais ao espaço doméstico e aqueles ao espaço público, mesmo nas atividades religiosas. Contudo, sabemos que nas relações humanas nem sempre o exercício de uma função de destaque ou de proeminência, exclui, de fato, a participação dos demais sujeitos envolvidos no processo. Além disso, as mudanças não ocorrem sem tensões, permanências, ajustes e desarmonias.

Fazendo uma reflexão acerca dessa temática podemos compreender que, no catolicismo,

Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Eles detêm o poder, o saber, e o sagrado. Entretanto, deixam escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens, consagradas, a santidades. E o prestígio crescente da Virgem Maria, antídoto crescente de Eva. A rainha da Cristandade medieval. De tudo isso, as mulheres fizeram a base de um contrapoder e de uma sociabilidade. [...] A Igreja oferecia um abrigo às misérias das mulheres, pregando, entretanto, sua submissão (PERROT, *Op. cit.*, p. 84).

Na proposta levada a cabo pelos protestantes, em contrapartida, desde os primórdios de sua atuação, até os dias atuais, as tensões

entre atores sociais estiveram na ordem do dia, ainda que possamos identificar uma maior atuação do elemento feminino. Prevaleceu, na maior parte das vezes, a supremacia masculina no que tange à condução da liturgia e da execução dos sacramentos¹.

Porém, não se pode esquecer que, de certa maneira, a Reforma foi uma busca de retorno às raízes cristãs primitivas nas quais homens e mulheres poderiam ter acesso ao sagrado – diferente-mente do que ocorria no judaísmo. Perrot (*Op. cit.*, p. 86) nos alerta que a Reforma existiu para as mulheres, principalmente levando-as à instrução, pois “o livre acesso à Bíblia supunha que também as meni-nas soubessem ler”.

Dessa forma, “nos países protestantes, as relações entre os sexos eram diferentes” e aos poucos a mulher foi ganhando espaço e se impondo de maneiras diversas, de acordo com a classe social da qual se originava. Antes, porém de ocupar uma determinada posição social, buscou-se educá-la nos moldes cristãos.

Na Igreja Católica, durante praticamente toda a Idade Medieval, a mulher foi instruída mirando “os vitrais e os afrescos da igreja paro-quial. Não tendo acesso às letras, os humildes e as mulheres da cris-tandade tinham a imagem” (PERROT, *Idem*, p. 91). Por sua vez, “a Europa protestante as alfabetizou através de uma rede de escolas, e o contraste entre os países setentrionais e mediterrâneos se acentuou por muito tempo sob esse aspecto” (PERROT, *Ibidem*, p. 87).

Não podemos esquecer que Portugal estava entre estes últimos e, em consequência, o Brasil recebeu a influência católica, legando ao elemento feminino um papel mais submisso, domesticado, em contraste com o que acontecia nos países protestantes – ao menos em teoria.

Os impressos sobre os quais nos debruçamos, quer do final dos Oitocentos, quer do início do século XX, estavam repletos de pres-crições que, muitas vezes traziam resquícios de um catolicismo tar-dio, ainda que fossem escritos sob a pena de protestantes. “Virtudes sociais como a lealdade e o império – próprio cultivam-se no desporto; virtudes espirituais como a atitude religiosa ante a Criação, o conheci-mento aprofundado das verdades divinas” (AFONSO, 2008, p. 55).

1 Na Igreja Romana, sete são os sacramentos: Batismo, Crisma ou Confirmação, Eucaristia, Reconciliação ou Penitência, Unção dos enfermos, Ordem e Matrimônio. Os reformadores Lutero e Melanchthon, por sua vez, oscilaram entre dois e três. Calvino, nas Institutas, encerrou a questão e passou a aceitar apenas dois: o Batismo e a Eucaristia, base da maioria das igrejas até os dias atuais (sejam elas reformadas ou surgidas no século XX). Sobre essa temática, Cf. Klein (2008). Vide referências.

No *Norte Evangélico*, deparamo-nos com um artigo intitulado *A Mulher Evangélica*. O autor faz um percurso histórico e alega que esta

passou 40 séculos, mais ou menos, ocupando, com pouca diferença, o lugar de escrava. Mas a aurora do Cristianismo não só trouxe a redenção para a mulher, como a libertou, elevando-a ao seu primeiro estado. E desde então a mulher retoma o seu perdido lugar (A mulher evangélica. *Norte Evangélico*, Garanhuns, p. 3, 05 jan. 1912).

O autor do texto aparece como sendo J. Martins, mas não há maiores informações sobre quem ele é. O texto, no entanto, ocupa uma parte considerável na página em que está inserido, o que pode sugerir que seu articulista é alguém de relevância no meio jornalístico ou confessional.

J. Martins continua sua prédica e diz que

o cristianismo teve ao nascer as carícias da mulher” uma vez que, quando seu líder “Jesus [...] desprezado pelo Pai e pelos homens, lançava a pedra fundamental de sua igreja e a cimentava com seu precioso sangue [...], três mulheres estavam ao pé da cruz [...]

E complementa, alegando que, “temendo os insultos dos bárbaros e da multidão sequiosa de sangue, essas heroínas do cristianismo nascente acompanham o seu Redentor até a última” (A mulher evangélica, *Idem*).

Nesse trecho o autor ressalta a importância dessas mulheres na instituição do cristianismo no início do ano I da Era Cristã, ao mesmo tempo em que sugere, ao chamá-las de *heroínas*, tanto uma relação de resistência, confronto com o exposto – ou seja, com a multidão sanguinária – quanto de *serviço*, de cuidado, de assistência ao outro.

Mais adiante, o texto vai se direcionando para a demonstração de um estereótipo usual que perpassou os textos analisados.

A mulher se ligou tão estreitamente à causa de Cristo, que não só sustentava os trabalhadores *com suas fazendas*, (Luc. 8:3) e hospedava-os em suas casas, como Lydia (Act. 16:39,40); como sacrificava sua própria vida, no desempenho de sua árdua tarefa. Ela, que no princípio seduziu o homem fazendo-o pecar, hoje constitui um forte dique à invasão do pecado nos domínios evangélicos (J. MARTINS, *Ibidem*, grifo do autor).

São identificados, ressaltados e até incentivados certos dotes ou inclinações femininas, como o recurso pecuniário apresentado como *suas fazendas* que, na prática significaria as rendas obtidas com seu trabalho. No entanto, não se declina da característica peculiar ao feminino no que se refere à sua abnegação frente às necessidades alheias, bem como ao binômio Eva-Maria, Pecadora-Redentora.

Se antes, na aurora da criação, ela fora responsável *por seduzir o homem, fazendo-o pecar*, após o nascimento de Cristo, de uma *mulher*, e sendo este seguido, servido continuamente por mulheres, estas se tornaram, então, também redentoras ao serem comparadas a represas, diques, cuja ação seria impedir a *invasão do pecado* entre os fiéis.

J. Martins conclui seu texto com algumas palavras bastante elucidativas quanto à representação feminina subjacente no seu discurso:

Enquanto ao cumprimento dos deveres religiosos, quase sempre ela precede ao homem. O frio, a chuva e a distância, não a impedem de frequentar os cultos. Na parte financeira da igreja é ela quem mais se esforça, não faltando mesmo hoje, quem imite a viúva do Evangelho (Luc. 21:2-3). E neste santo trabalho muito devemos de esperar nos ingentes esforços da mulher brasileira. Ela que tem mostrado valor e honradez no serviço da pátria, se coligando para o soerguimento dos princípios da justiça, [...] deve se coligar a bem do serviço daquela pátria cujos fundamentos estão nos céus (J. MARTINS. A mulher evangélica. *Norte Evangélico*, Garanhuns, p. 3, 05 jan. 1912).

O trecho bíblico citado contém a seguinte passagem: “E viu também uma pobre viúva lançar ali duas pequenas moedas; E disse: Em verdade vos digo que lançou mais do que todos, esta pobre viúva”; algumas representações do feminino podem ser identificadas neste fragmento: a mulher que entrega tudo que tem, disposta, inclusive a ficar sem nenhum valor para seu sustento, como sugere a questão da viúva, a abnegada que, de igual modo, enfrenta *o frio a chuva e a distância* para frequentar as reuniões dos fiéis e aquela (provavelmente a mãe) que, no lar, ajuda *no serviço da pátria*, educando as crianças a serem cidadãos honrados, precisam também ensinar estes no caminho da pátria cujos *fundamentos estão nos céus*.

Em outra parte da mesma edição, no entanto, podemos verificar outro articulista que reforça a diferenciação entre homens e mulheres. Sob o título *Ruth, a moabita*, o texto começa de uma forma bem peculiar. Nas palavras do autor:

Hoje vamos estudar mais um dos personagens da Palavra divina. *Não é um vulto admirável e arrebatador*, como o *grande sábio* e legislador Moisés, o *valoroso guerreiro* Josué, ou o *excelso filósofo* e apóstolo S. Paulo: mas, um *perfil suave e modesto*, iluminado pela nobre *virtude da afeição e da solidariedade*. (Ruth, a moabita. Norte Evangélico, Recife, p. 2, 05 jan. 1912, grifo nosso).

Da citação acima podemos apontar, claramente, uma diferenciação das qualidades do masculino e do feminino. Enquanto este é apresentado de forma *modesta, suave, afetiva e solidária*, características que exprimem submissão, subserviência, aquele é demonstrado de forma positiva, sendo adjetivado de *grande sábio, valoroso guerreiro, excelso filósofo*, características que sugerem atitude, proposição.

O que mais nos chamou a atenção no trecho citado é a justificativa de não se tratar de um *vulto admirável e arrebatador*. Ou seja, apenas os elementos do sexo masculino poderiam ser assim referidos, o que sugere um tratamento sexista, no qual a mulher é representada de modo inferior, apesar de se tornar um modelo a ser seguido, reforçando claramente as diferenciações entre o feminino e o masculino.

Em continuação, o artigo termina por destacar outras características da personagem-título, ressaltando, sempre, suas qualidades afetivas, de amizade, devoção, lealdade, respeito à sogra, à memória do falecido marido, entre outras, da mesma forma que, no final, faz alusões à sua sogra e ambas, recebem as benesses advindas de suas ações.

Um artigo é apresentado na revista *Estrela* tendo o livro Lucas – terceiro dos Evangelhos conhecidos como sinóticos, ou seja, os livros do *Novo Testamento* que apresentam uma síntese (sinopse) do que seria a proposta do cristianismo primitivo (Mateus, Marcos, Lucas e João) – por mote, com destaque importante, ocupando um trecho considerável da página.

Sob o título *O evangelista Lucas e as mulheres*, o artigo ocupa metade da página de capa. O texto inicia informando ter sido Lucas “um cronista leal e meticoloso, um médico inteligente e de nobres sentimentos”, legitimando de certa maneira o discurso que a articulista do periódico vai mostrar ao público (O evangelista Lucas as mulheres. *Estrela*, Porto, p. 1. jan. 1926).

O texto, após fazer breves comentários acerca do autor do evangelho, aponta o que destacará em seguida: “a maneira como Lucas nos fala das mulheres”, destacando que “quase todas as mulheres

que figuram nos outros evangelhos são citadas por Lucas”, além de outras, as quais “nenhum outro evangelista cita. [...] O que impressiona mais não tanto ele falar de tantas mulheres, mas o de não haver entre essas uma única que mereça censura, que não nos seja simpática por qualquer título [...]”. (O evangelista Lucas às mulheres, *Idem*).

A inferência que fazemos do trecho acima atraiu a atenção da autora² refere-se ao modo como Lucas redigiu seu discurso sobre as mulheres. Segundo essa linha de raciocínio, a articulista sugere que nos demais Evangelhos talvez o papel feminino esteja menos destacado ou mais censurado. Além de constarem neste livro mulheres que não estão nos demais sinóticos, sua aparição está mais relacionada a uma ação positiva, ativa, diferentemente do que ocorre no artigo já analisado, Ruth, a moabita, do *Norte Evangélico*.

Próximo ao fim do excerto, a autora pontua que, “como cristão, Lucas havia aprendido as doces e sublimes doutrinas de Jesus Cristo, doutrinas de amor e de igualdade perante um Pai comum”, o que coloca em similitude homens e mulheres, sem que aqueles sejam apresentados como superiores a estas. Porém, o texto vai mais além, ao afirmar que, “como médico, ele conhecia melhor que os outros evangelistas as fraquezas e a glória da mulher; assim ele pode olhar com simpatia e interesse para as figuras femininas” com as quais foi se deparando no percurso da sua narrativa (O evangelista Lucas às mulheres. *Estrela*, Porto, p. 1. jan. 1926).

Na primeira edição da revista *Estrela*, há uma seção intitulada *Três Marias*, na qual são apresentados os papéis desempenhados por Maria, mãe de Jesus, Maria Madalena, e Maria de Betânia, irmã de Lázaro. Chama nossa atenção o cuidado com que o texto é escrito, pois as responsáveis pelo impresso pretendem esclarecer que as personagens citadas não são a mesma pessoa. Em continuação, descrevem cada uma das atuações das Marias sugerindo, no entanto, que as três apresentavam um “[...] estado de espírito preconizado por Deus para a obtenção das maiores bênçãos” representado pelo “sossego e confiança” (*Três Marias*, *Estrela*, Porto, p. 1, jul. 1925).³

Era frequente a primeira página da citada publicação conter um texto de forte apelo moral. Na edição de n. 11 (jan. 1928) há uma analogia entre o linho e as qualidades de uma mulher.

2 Entendemos que os textos de capa, quando não estão assinados, provavelmente foram escritos pelas responsáveis pelo periódico.

3 Para alguns estudiosos, na verdade, trata-se de apenas duas Marias, pois compreendem ser Maria Madalena e Maria de Betânia (Irmã de Lázaro) a mesma pessoa.

Linho... que deliciosas ideias se associam à palavra, num espírito de mulher! Pensar em linho, é pensar em asseio, frescura, conforto, bem-estar. [...] Antes que chegue a pano, dá muito trabalho, mas vale a pena porque do linho faz-se muita coisa que dura. [...] Linho fino... o vestido da mulher virtuosa [...], a misericórdia, a benignidade, a humildade, a modéstia, a paciência, a caridade, a paz... passa muito, dá muito trabalho, mas vale a pena (Linho fino, *Estrela*, Porto, p. 1. jan. 1928).

Também encontramos pequenas reflexões de cunho moral, que frequentemente ressaltavam características de responsabilidade ou passividade direcionadas ao elemento feminino, como podemos ver na mesma edição citada: “A mulher é a salvação ou a perdição da família” ou “Mulheres sede boas, cultivai o espírito e alumiai a consciência. Na vida do homem há horas escuras; que a luz que sabeis difundir as ilumine”. (Retalinhos de brocado, *Estrela*, Porto, p. 3, jan. 1928).

É recorrente no impresso analisado a tônica que perpassa o elemento feminino, ou melhor, seu “espírito”, que é a tranquilidade, o sossego, a paciência. O que se infere é que, *a priori*, todas as mulheres devem ter essas qualidades, esse espírito de benevolência, de cuidado com o próximo, características peculiares e inerentes ao “ser feminino”.

A decência cristã é invocada num trecho em cujas linhas se lê: “a mulher possui uma grande influência e, portanto, não podem adotar modas provocantes, e que de qualquer maneira diminuam o sentimento de dignidade e pudor”. O referido artigo vai mais além e lista quatro pontos que um grupo de “unionistas suíças” se propôs e que a revista gostaria de ver também tomados como compromisso de outras Uniões Femininas:

1. Não usar saias que subam a mais de 35 cm, até os 18 anos, ou a mais de 30 cm depois dos 18 anos;
2. Usar mangas com um mínimo de 15 cm de comprimento;
3. Não usar meias de cores que imitem a cor da pele;
4. Não usar pó ou qualquer pintura no rosto” (A moda e a decência cristã, *Estrela*, p. 3, jan. 1928).

É importante aqui destacar que nas 20 edições da revista *Estrela* analisadas, em nenhuma delas há qualquer menção positiva ao uso de “pinturas no rosto”. As alusões são sempre contrárias a esse uso. Em uma edição de 1928, temos a explanação que segue:

Perguntaram um dia a uma Quaker que, apesar de nova, era notável nela beleza, frescura do rosto e mãos, que espécie de cosmético usava. Em resposta, ela deu a seguinte receita. “Para os lábios uso verdade; para a voz oração; para os olhos compaixão; para as mãos atitude; para o rosto retidão; para o coração amor” (Cosméticos. *Estrela*, Porto, p. 3. abr. 1927).

Compreende-se, a partir do texto acima, ser adequado à mulher protestante tanto um padrão no modo de se vestir, (como podemos depreender do tamanho das saias e das mangas dos vestidos e blusas), como uma apresentação física desprovida de adereços e maquiagens. Para elas bastariam *verdade, oração, compaixão, atitude, retidão e amor*.

A paciência também é uma virtude que deve ser buscada com afincos. Sobre a *paciência cristã* a revista sugere que a *unionista* tenha uma “paciência ativa, livre e confiante que só a fé cristã pode dar”, e “não aquela paciência passiva que se resigna friamente àquilo que não pode evitar” (Sêde Pacientes, *Estrela*, Porto, p. 3, out. 1929).

A seção *Para as Jovens, por exemplo*, da primeira edição da revista *Estrela*, apresenta esse lócus de atuação de uma forma bastante positiva, destacando que à mulher é designada uma missão especial, como podemos observar na citação abaixo:

Fazer a alegria do lar e mantê-la, é a missão especial a que todas as meninas são chamadas. Muitas mulheres têm deixado de si memórias de luz e perfume porque compreenderam bem isto; porque tiveram sempre coragem para encarar as dificuldades com alegria; porque sempre estiveram prontas a sacrificar-se de preferência a entristecer alguém (Para as Jovens – Alegre Sempre, *Estrela*, Porto, p. 3. jul. 1925, grifo nosso).

Nesse trecho, a postura feminina – ao “sacrificar-se em lugar de entristecer alguém” – denota resignação, uma vez que sua missão era “fazer a alegria do lar e mantê-la”. A responsabilidade recai quase que totalmente sobre a mulher, sendo inculcada desde a infância ou a juventude.

Em grande parte das edições da *Estrela* há pequenos e grandes trechos conclamando a responsabilidade das mães com a vida moral, religiosa e secular dos filhos. Também as “irmãs” e as demais componentes do “lar” são chamadas a torná-lo agradável, como podemos observar na seguinte declaração: “As mulheres cristãs devem

esforçar-se para tornar o seu lar o lugar mais feliz do mundo para todos os outros membros da família" (A mulher cristã na família, *Estrela*, Porto, p. 3, abr. 1930).

O n. 4 do referido impresso traz, como editorial, um texto que compreende toda a capa. Por ocupar um lugar de destaque, podemos inferir que foi intenção das editoras que o mesmo pudesse ser lido por todas aquelas que tiverem acesso, de tal forma que o "dispositivo discursivo" fosse acionado e, logo, que o "recado" fosse compreendido.

Sob o título *A mãe de Moisés*, narra a história bastante conhecida de como o personagem bíblico foi salvo da morte, graças à sua mãe que, segundo o texto, "é uma figura quase apagada", mas que "preciosas são as lições que Joquebede dá às mães de hoje". Dentre as lições estão "esconder do mal o seu filhinho", "guiar o seu filhinho a Cristo nos primeiros anos" e "preparar o seu filhinho para ouvir a voz do Senhor" (A mãe de Moisés, *Estrela*, Porto, p. 1, abr. 1926).

Em outra edição temos o seguinte relato:

Poucas mães sabem avaliar as preciosas oportunidades que se lhes oferecem na possibilidade de transmitirem aos seus filhinhos as primeiras impressões que estes recebem. Os seus radiantes sorrisos são como a luz do sol e o seu carinho como o sabor que faz desabrochar esses botões de rosa. A partir da hora do seu nascimento, a influência da mãe começa a formar o caráter da criança (Às mães. *Estrela*, Porto, p. 3, abr. 1929).

A representação da mãe disposta nesses impressos traça um perfil de um ser quase divino, não apenas pelo seu desprendimento, sublimação de desejos e impulsos, mas principalmente pelo caráter sobrenatural que, na afirmação acima, pode ser identificado ao colocar nas mãos da mãe a responsabilidade total pela formação do caráter do indivíduo.

Explicita-se, dessa forma, a noção de civilidade que subjaz esses discursos, pois a mulher, em suas *funções essenciais* de esposa e mãe, *deve ser* abnegada, conter seus *impulsos* e suas *paixões* em função do outro, mais precisamente do marido, do filho, dos habitantes do lar.

Interessante notar que as prescrições apresentadas no impresso *Estrela*, talvez devido ao público ao qual se destina – o feminino – recaem frequentemente sobre as mulheres. Poucas vezes identificamos registros sobre o masculino. Mas, quando existiam, o tom dificilmente era prescritivo. Tratou-se mais de ressaltar características masculinas em detrimento das femininas.

O lar volta a ser citado em outra edição da *Estrela*. Aparecem recomendações quanto ao cuidado com o lar, com a casa reforçando o papel feminino como imprescindível nesse ambiente: “Meninas amai os vossos lares, aprendei a ser boas donas de casa” (Conselhos duma irmã mais velha. *Estrela*, Porto, p. 3, abr. 1929).

Os conselhos deixados por uma *irmã mais velha* podem sugerir a perpetuação de um estereótipo já internalizado e, provavelmente, alimentado, divulgado e incentivado pela mãe, a fim de que seja transmitido para as gerações vindouras.

Outro relato, nessa mesma linha de raciocínio, mas que abrange a função das irmãs de um modo geral, é bastante peculiar, pois as apresenta como seres quase *divinizados, sublimados*:

Há no seio das famílias felizes uns seres puros e encantadores que, pela sua pureza, parecem atrair sobre o lar as bênçãos do céu, e pelo seu encanto, as homenagens do mundo: são as nossas filhas. *São as nossas irmãs*, amadas e protegidas, respeitadas e aconselhadas a quem *a tradição do lar doméstico ensina pela boca da mãe* as virtudes que embelezam as mais formosas e as graças que ficam bem as mais cultas. *A inocência da virgem, o pudor da esposa, a gravidade da mãe*, eis as três fases pelas quais passa a mulher, cuidadosa dos deveres domésticos que são a sua honra, e que fazem que ela seja o coração, se não a cabeça da família (O coração do lar, *Estrela*, Porto, p. 3. jan. 1929, grifos do autor).

Apesar de concluir com a sugestão de que a mulher retratada poderia ser *a cabeça da família*, todo o artigo nos leva a perceber um modelo feminino totalmente passivo, idealizado, e novamente precedido da figura materna. *A inocência, o pudor e a gravidade* não são apenas meros comportamentos, tornam-se inscrições e reduções, sugerindo que para o elemento feminino não há mais que esses lugares-comuns para “atuar”.

Dentre os impressos analisados, o que menos prescrições ao elemento feminino apresentou foi *O Século*. Grande parte dele trazia discussões teológicas, críticas ao catolicismo, refutações de acusações feitas por clérigos católicos aos protestantes – segundo o próprio jornal – além de informações sobre as missões e notícias afins. O que nos pareceu importante registrar é que a maior parte dos textos é escrita como se apenas os homens lessem aquele impresso, excetuando-se, talvez, a última página, quando havia a propaganda

dos livros à venda – frequentemente aparecendo obras direcionadas ao público feminino, de forma explícita ou implícita – ou, ainda, quando se fazia o registro do nascimento de uma criança, da morte de uma mulher ou das partidas e chegadas de Katherine Porter, mas sempre em companhia do esposo, Reverendo William Porter.

No jornal *O Pastor*, mesmo sendo muito parecido com o jornal *O Século*, no que se refere ao caráter apologeta, há uma seção denominada *Moral em Ação* e que traz um texto intitulado *Esses Ateus*, o qual apresenta um diálogo entre um homem e duas garotas, que reproduziremos a seguir:

Podemos fazer algumas inferências a partir do diálogo exposto. Em primeiro lugar, o texto sugere que, à época, era comum à mulher o hábito da leitura, contrastando com a concepção de que as mulheres nos Oitocentos não se ocupavam dela. Se assim não fosse, o *ateu* não haveria de ter inquirido ambas as garotas: “Que *novela leem as senhoras?*”. A indagação poderia ser de outra forma, caso não fosse usual ver as mulheres ensimesmadas com seus livros nas mãos. O diálogo permite, também, inferir que era lugar-comum a leitura de romances, contos e novelas por parte das mulheres.

Em segundo lugar, é possível asseverar uma *troca de papéis*, de lugares preestabelecidos e socialmente aceitos. O adulto que, segundo a *ordem natural* deveria ser o douto, o que mais experiência, conhecimento possuía, é vencido pelo argumento das infantas, das duas meninas que estão no jardim.

Ao final do diálogo, elas se apresentam ao leitor como as detentoras do conhecimento, da verdade. Demonstram serem mais sábias que o adulto ao fazerem a pergunta que finaliza o diálogo, uma vez que o homem, durante toda a conversa titubeia nas respostas. Sua hesitação é claramente atrelada ao desconhecimento.

Não é possível, através das pistas que o texto fornece, precisar a origem ou a idade das infantas, nem tampouco a condição social das mesmas, pois, a referência apresentada, *uma casa de campo*, é insuficiente para que possamos asseverar a origem social dos envolvidos no diálogo. O *jardim* poderia ser dentro ou fora da propriedade visitada e as *senhoras* pertencerem ou não a ela.

Apesar de fazermos a interpretação desse artigo, é certo que o texto deve ter sido escrito por um adulto simulando um diálogo fictício entre este e as crianças. Talvez tenha sido criado, divulgado, com intuito de mostrar, apontar para algo. É possível que busque demonstrar que as crianças do diálogo estavam bem-preparadas, bem *educadas na Palavra* a fim de que pudessem, inclusive, convencer um adulto.

Voltando à revista *Estrela*, temos o seguinte relato que apresenta uma proposta de equilíbrio entre o conservadorismo e o modernismo:

À mãe de família geralmente encarregada da administração diária da casa convém quebrar o seu espírito entre o conservantismo, peculiar à mulher portuguesa por via de regra, e o modernismo a extremo. Um leva a incidência das velhas costumeiras e abusões e ao desprezo de tudo quanto é novo. O outro conduz a uma neofilia que faz pôr de parte, como velharias, o produto da experiência de séculos e de optar por muita coisa que a arte do reclamo põe sob os nossos olhos, mais que a experiência dele não comprovou (Às mães, *Estrela*, Porto, p. 2, out. 1926).

De certa maneira, o texto acima sugere uma moderação, um equilíbrio entre esses dois extremos. Contudo, destaca o papel da mulher, da *mãe de família* como a responsável por essa ação, uma vez que apresenta o elemento feminino, uma vez que ela é geralmente encarregada da administração diária da casa.

Outro aspecto relevante nesta nossa pesquisa foi verificar que em periódicos como a *Estrela* havia sugestões diversas acerca da leitura para as mulheres sendo, inclusive, tema de algumas colunas que incentivavam essa prática.

Os livros são bons amigos quando são bons, são terríveis inimigos quando são maus. Geralmente as jovens do Triângulo Azul gostam muito de ler; e devem cultivar esse gosto mas lendo livros que as possam ajudar a cumprir seu código, o que equivale a buscar o que de melhor há nesse mundo e tendo-o encontrado pô-lo ao serviço do próximo. Há livros de viagens, viagens reais ou verídicos, livro que fascinam, que só a custo se acham quando chega a hora do trabalho e que ao mesmo tempo instruem quem os lê, dando a conhecer as belezas de outras terras os usos instruem de outros povos (Livros para as Jovens, *Estrela*, Porto, p. 2, 3. jul. 1926).

Mas, como percebemos na citação acima, não são *todos* os livros que *devem* ser lidos: identificamos, no texto, uma classificação entre *bons* e *maus* livros, inclusive há indicação daqueles que são mais adequados à leitura.

Há livros que nos falam da nossa querida pátria, da sua glória, da história de seus grandes homens, das riquezas com que Deus a dotou. A

minha pátria, da D. Ana de Castro Osório; *Narrativas e lendas da história pátria*; *A árvore de Tude de Souza*; *Do Algarve ao Minho*, de Eduardo de Noronha; os livros de Mota prego: *A leitora da Rosalina*, *O Padre Roque*, *O pomar do Adrião*, etc. (Livros para as Jovens, *Estrela*, Porto, p. 3, jul. 1926, grifo do autor).

Em uma edição de 1925, temos um alerta para os leitores, o qual trata das desculpas mais usuais e condenadas pela revista:

É preciso ler de tudo porque é preciso saber de tudo” – É o mesmo quer dizer que se deve comer de tudo mesmo veneno; brincar com todos os animais, mesmos com os leões e as serpentes; arrostar com a descarga dum arma de fogo, a ficar sem defesa no meio das emboscadas dum inimigo. “Eu não faço mal algum” – Como se não fosse um mal animar os maus livros e jornais, e contribuir para a sua propaganda. “Eu só procuro as belezas do estilo” – Desculpa infeliz que acrescenta a todas as vossas ilusões mais uma ilusão, a todas as vossas falhas mais uma falta. Porventura a taça em que vos oferecem a morte perde o veneno pelo fato de ser finalmente cinzelada? (As objeções dos leitores de livros impuros. *Estrela*, Porto, p. 2. out. 1925).

O que depreendemos da citação é o incentivo à leitura apesar de esta ser, de certa maneira, como nos mostra Chartier (1990) “autorizada”, prescrita, tutelada.

Em várias edições desse periódico, observamos a divulgação das bibliotecas disponíveis no Triângulo Azul⁴ de cada União da Mocidade, inclusive sugerindo que as unionistas procurassem as responsáveis desta seção a fim de obterem auxílio na busca de livros indicados à leitura, ou para usar uma expressão recorrente, ter acesso aos *bons* livros.

Em outra edição do mesmo periódico, na coluna *Lendo e relendo*, temos o seguinte excerto:

As leituras são como os princípios activos das plantas: nutritivos, saborosos, medicinais ou venenosos. Os livros instruem, deliciam, confortam ou corrompem. Será pouco todo cuidado que se ponha

4 O Triângulo Azul era uma seção que havia nas Uniões da Mocidade Portuguesa, responsável pelo serviço social. Mas não cuidava apenas dessa linha de atuação: nas edições da *Estrela* há várias citações de reuniões organizadas pelas “unionistas do Triângulo Azul”, inclusive no tocante ao ensino das primeiras letras, com classes diurnas e noturnas, para crianças e trabalhadoras em geral.

em evitar estes últimos dentre todos outros os mais preciosos são sem dúvida aqueles que nos ajudam a crescer no reconhecimento do nosso grande Amigo, Mestre e Senhor e que levam a nossa mente para pertinho d'Ele. E além do livro por excelência temos na nossa bela língua outros tesouros de valor infinitamente menor, sem dúvida mais muito apreciáveis como *O Peregrino*, *A Peregrina*, *As Guerras da Famosa cidade de Alma Humana*, *Viagem surpreendente*, [...], etc. (*Lendo e relendo. Estrela*, Porto, p. 3, jan. 1926. grifo do autor).

Seja de uma forma tutelada ou não, é importante destacar que esse contato com o mundo das letras possibilitava conhecimentos diversos, quer religiosos, quer culturais, dentre outros, bem como demonstrava a atuação de suas semelhantes em espaços diversos da vida social, como escritoras, palestrantes, enfermeiras, líderes – das Uniões e de outras configurações formadas. Nesse sentido, podemos compreender a leitura como espaço de formação também das subjetividades.

Em outro espaço, a revista *Estrela* deixa transparecer certa ambiguidade ao mostrar a igreja e o lar como espaços conflitantes, reforçando que este último deveria ser o mais adequado para a mulher: “[...] se não podemos ser estacas na Igreja, podemos ser estacas no lar; não temos o dom de pregar, mas podemos ensinar crianças e meninas” (*Levanta-te, resplandece. Estrela*, Porto, p. 2, abr. 1927).

Identificamos, também, que a educação de *crianças e meninas* deveria estar sob os cuidados maternos, ainda que apareça no trecho o *dom de pregar* como algo superior ao ato de ensinar.

Sem desmerecer, sem olvidar o espaço doméstico, aos poucos a atuação no espaço público foi sendo exposta, internalizada e, por que não dizer, compreendida como possibilidade ao elemento feminino que nas páginas dos impressos buscavam seu aprendizado, seu contato com o mundo.

O ESPAÇO PÚBLICO COMO ESFERA DE ATUAÇÃO FEMININA

Sabemos que o espaço público, frequentemente associado à atividade produtiva, foi, desde tempos imemoriais, locus da presença e atuação masculina, ao menos no que se refere ao mundo ocidental, predominantemente católico, patriarcal e conservador.

À mulher, como nos mostra Perrot (2007), foi reservado, designado o espaço doméstico e suas funções maritais e maternas, ocupando um lugar secundário de reprodução e de submissão – no sentido estrito da palavra. Ora esse ser era temido, ora evitado ou desprezado.

De qualquer maneira, a mulher existiu e (re)existirá nos espaços-temporais da História. Aos poucos, e principalmente a partir de meados do século XX, tem-se ouvido o *falar das mulheres* nas investigações históricas e não apenas o *falar sobre as mulheres*.

As mudanças gestadas no alvorecer do mundo moderno, as revoluções dos costumes, nos séculos XVII e XVIII, sinalizaram para alterações no espaço público, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. A Revolução Industrial, primeiro na Europa, depois na América, precipitou, ampliou as demandas nesse campo, também no tocante ao elemento feminino.

No entanto, para que a mulher pudesse aspirar a um posto de trabalho formal – porque informalmente elas sempre trabalharam – foi preciso que mudanças de outras ordens fossem encetadas, como por exemplo, o acesso à instrução formal, escolar, letrada, fato que se inicia nos Setecentos, mas que se afirma a partir dos Oitocentos.

No contexto brasileiro, Almeida (1998) ajuda-nos a compreender algumas particularidades do final do século XIX, dentre elas um novo olhar acerca da educação feminina. Segundo ela, é possível afirmar, no contexto laico, que o positivismo ajudou a construir, a forjar essa *nova mulher*.

Se, nos tempos coloniais, tanto no Brasil quanto em Portugal, foi comum mantê-la em recolhimentos e conventos, devido à forte presença e influência da religião católica, a modernidade, as “Luzes”, sugeriram um novo direcionamento, uma nova proposta, apoiada pelos positivistas. De acordo com Almeida (1998), apesar de postular uma educação nova para a mulher, a finalidade era atender a uma demanda específica do elemento masculino. Em outras palavras, tratou-se de educar a mulher a fim de que ela fosse “uma companhia agradável ao homem”.

Assim,

[...] os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e renúncia, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. O discurso das qualidades morais femininas arjava-se de ambiguidades e prestava-se admiravelmente bem para referendar o mito da inferioridade biológica que vinha impregnando também o discurso dos evolucionistas, segundo as ideias spencerianas, o que permaneceu por décadas (ALMEIDA, 1998, p. 18).

Pensando sob a perspectiva docente, esse grupo também postulava que a mulher era mais adequada para educar a infância, “[...] numa perspectiva pragmatista e utilitarista” (CRUZ, 2011, p. 98).

A formação da mulher deveria, desde os tempos coloniais e sob influência portuguesa, ser voltada ao lar, ao casamento, a fim de que ela cuidasse adequadamente do esposo e dos filhos. Dessa forma, a instrução a elas ministrada recebia forte influência do aprendizado das prendas domésticas, tendo se constituído no século XIX em disciplina recorrente nas escolas femininas – quer públicas, quer particulares.

As mulheres da elite, ainda que não realizassem os afazeres domésticos “com as próprias mãos”, tendo escravas e criadas para tal, deveriam saber como orientá-las. Algumas senhoritas das classes mais abastadas aprendiam por vezes a tocar piano, muitas vezes com preceptoras. O ensino da música e de línguas foi uma realidade mais frequente no século seguinte, o XIX, quando para o Brasil vieram diversas professoras – europeias, em sua maioria – a fim de ministrar aulas em alguns lugares do país⁵.

Os conventos e os recolhimentos, como já citados, foram espaços destinados à mulher, desde o período colonial, porém com maior ênfase no século XVII, quando essas “casas” pulularam em várias partes do território nacional, tendo como principal função o enclausuramento feminino, com vistas ao domínio deste pelo masculino (representado por um pai, irmão ou marido).

Algumas vezes, as “recolhidas” eram levadas para esses locais como punição por algum ato que haviam cometido, como um namoro com alguém que o pai não aprovava ou que não havia sido acordado previamente entre as famílias, ou ainda, por se mostrarem desobedientes em outros aspectos ou indisciplinadas.

Também poderia ser era uma espécie de “consolo” às moças que não se casavam ou que eram abandonadas por seus maridos. Nessas instituições, “as educandas aprendiam, além das normas religiosas, a ler, escrever e noções de matemática” (STAMATTO, 2002b, p. 3).

No século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a (re) organização do ensino sob a égide do Marquês de Pombal, o elemento feminino pôde aspirar à educação formal.

5 Sobre a temática, cf. Binzen (2011). Trata-se de uma obra publicada em alemão (em 1887) e em português (1ª edição em 1956, sendo a atual a 6ª). O teor dessa obra são as cartas que uma professora alemã que trabalhou no Brasil de 1881 a 1883, troca com uma conterrânea sua na Alemanha. De acordo com a primeira edição alemã, o livro é um “romance humorístico em cartas”.

Todavia, não podemos esquecer que, de um modo geral, o sistema de ensino, no Brasil, foi bastante precário desde o início da colonização, em vários aspectos, e, em especial, no que concerne à oferta para as classes menos favorecidas, a saber, a maior parte da população.

É, no entanto, sob a tutela pombalina que se abre, à mulher, o direito à educação, ainda que em classes separadas por sexo.

Com Pombal, ao menos oficialmente, as meninas entram na escola e abre-se um mercado de trabalho para as mulheres: o magistério público. Em 1755, o governo português determinou que a direção das povoações jesuíticas passaria ao clero regular e que deveria haver duas escolas de ensinar a ler e escrever: uma para os meninos e outra para as meninas. Originalmente esta lei era restrita ao Norte do país. Entretanto, em 1758, pelo alvará de 17 de agosto estas normas foram estendidas a todo território brasileiro (STAMATTO, 2002b, p. 3).

Mais que simplesmente alunas, as mulheres puderam – ao menos legalmente – aspirar ao magistério. Nesse contexto também são criadas as “aulas régias”, pagas com o erário público, e é proibido o ensino particular sem a autorização da Diretoria Geral de Estudos, sob a chancela real.

Apesar de legalmente instituída, essa reforma não alterou a real situação na qual se encontrava a educação das províncias. Não podemos generalizar, mas o fato é que, mesmo havendo algumas iniciativas pontuais, a educação da mulher no século XVIII não foi a tônica no Brasil.

Mesmo que nem sempre a lei venha acompanhada de mudanças efetivas, a curto prazo, ela é um reflexo da realidade e, muitas vezes, uma demanda, uma necessidade social – como era o caso, provavelmente, no período citado. Por si só, de fato, não tem poderes efetivos.

Podemos afirmar que, na prática, naquele momento, não houve uma alteração real e direta da situação da mulher no final dos Setecentos. Porém, é preciso destacar, que a existência de uma lei já aponta, sinaliza uma possibilidade de mudança, por ter sido um assunto, um tema específico discutido, tendo havido debates acerca dele.

O início do século XIX – e toda a gama de acontecimentos que reverberaram da transição do século anterior – trouxe consigo novas possibilidades. No caso luso-brasileiro, a fuga da família real portuguesa para sua maior e mais rica colônia, o Brasil, acarretou a necessidade de se pensar sobre a educação dos novos quadros

necessários para o bem viver da Corte nos trópicos. As deliberações, por exemplo, levadas a efeito pelo príncipe regente a partir de 1808, seja acerca das tipografias, dos acordos e tratados comerciais, ou acerca da educação superior, tiveram efeitos a curto prazo.

Cursos superiores, para o sexo masculino, foram abertos no Rio de Janeiro e em outros lugares do país. No caso da educação elementar, ampliou-se o número de escolas e “importou-se” o sistema *lancasteriano* ou de ensino mútuo. Neste,

[...] os alunos se ensinariam mutuamente. Dividiam-se os alunos em decúrias (grupos de dez), os mais aptos (monitores) aprendiam a lição num turno e ensinavam aos demais no outro turno, sob a vigilância severa e disciplinar de um único professor (STAMATTO, 2002a, p. 85, N.R.).

À época, o método de ensino mútuo era considerado revolucionário, já que pretendia ensinar muitas pessoas ao mesmo tempo, em oposição ao ensino individualizado, a tônica do que acontecia até então.

Entretanto, é importante refletir sobre o que Neves (2003) pondera. Segundo essa autoria, Lancaster (o disseminador do método) utilizou-o porque acreditava que esse método tolhia a lassidão, o ócio, aumentando a busca por uma calma por parte dos alunos, o que geraria uma disciplinarização física e mental, fundamentais para a aprendizagem. A mente e o corpo deviam ser disciplinados. Ou seja, para além de sua função pedagógica em si, talvez a motivação maior fosse, realmente, o disciplinamento dos corpos.

Naquele momento histórico, todavia, o método foi bem aceito, pois, “[...] a concepção de educação que se defendia estava relacionada ao disciplinamento da mente e do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual” (NEVES, 2003, p. 264).

Os monitores, os *alunos-modelo*, principais responsáveis para que o método desse resultado, “[...] eram escolhidos entre os meninos mais habilitados; recebiam, portanto, do mestre, instrução à parte. Na prática, os monitores eram responsáveis pela instrução de uma decúria, ou um grupo de 10 alunos” (NEVES, *Op. cit.*, p. 44). Além disso, “deles dependia a organização geral da escola, da limpeza ao aprimoramento de cada aluno e, fundamentalmente, a manutenção da ordem” (NEVES, *Ibidem*, p. 152).

Outras leis, resoluções e decretos foram sistematizados na busca de se organizar o sistema de ensino brasileiro, bem como regulamentar o exercício do magistério. Assim, a primeira lei que iniciou a organização do ensino data do período imperial (15/10/1827), que ficou conhecida como “Lei Geral do Ensino”.

A relevância dessa lei, nesse contexto, deve ser analisada. As possibilidades abertas – supostamente ou não – por essa lei precisam ser levadas em consideração. Dentre estas, constam deliberações sobre o currículo mínimo a ser adotado, a contratação e o salário e dos professores, dentre outros aspectos. No entanto, também podemos identificar que “[...] padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher” (2002b, p. 5).

Apesar de a lei orientar no sentido de serem abertas escolas para ensinar a meninos e meninas, a diferenciação de conteúdos para um e outro sexo terminou por gerar a discriminação da mulher.

Isso pode ser explicitado nos Art. 6º e 12º:

Art. 6. Os professores ensinarão a ler, as quatro operações da Aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais da geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios *da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana*, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do império e a História do Brasil.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6, *com exclusão das noções de geometria e limitado à instrução de aritmética só as suas quatro operações*, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7 (BRASIL, 1827, n.p., grifo nosso).

Na verdade, a discriminação do elemento feminino continuou mesmo tendo sido franqueada a ampliação do ensino, pois determinava que, para que as mulheres fossem tidas como aptas a desempenhar a função de *mestras*, além do exame público prestado frente aos Presidentes das Províncias, fazia-se necessário que fossem de *reconhecida honestidade*. Cabem, aqui, algumas indagações: Por que essa exigência apenas às mulheres? Qual a justificativa disso? O texto de lei não esclarece.

Essa desigualdade, quando sugerida por uma lei cujos efeitos costumam ser bem maiores do que atitudes isoladas, reflete a

concepção de que nem sempre há a intenção de atenuar as diferenças entre os seres humanos por parte dos governantes.

Desse modo, a *exclusão das noções de geometria* e a limitação da *instrução de aritmética só às suas quatro operações* gerou, posteriormente, uma nova diferenciação entre professores e professoras. Para lecionar em níveis superiores era exigida uma formação que as mulheres não tinham porque lhes era vedada nos anos iniciais de estudos. Logo, elas não poderiam assumir esses cargos, pois somente os professores é que estavam aptos para tanto.

Assim, as primeiras Escolas Normais que foram se constituindo no século XIX, a fim de formarem os novos quadros docentes, foram inicialmente frequentadas apenas por homens.

Mesmo não tendo a Lei Geral proibido o ingresso de mulheres nos cursos de formação para o magistério, Stamatto (2002b, p. 6) assevera que

As legislações provinciais estão repletas de restrições ao exercício do magistério por parte das mulheres. Além da boa conduta, normalmente atestada pelo pároco, a professora deveria ter uma certa idade, solicitar autorização do pai, ou do marido se fosse casada, apresentar a certidão de óbito se viúva, e, se separada, justificar sua separação comprovando comportamento honrado.

Aos poucos esse panorama foi se alterando, devido a fatores diversos, dentre os quais os novos postos de trabalho gerados pela modernização do país – e pela incipiente industrialização – a partir da segunda metade do século XIX.

Por terem salários mais atrativos que o magistério – e, de certa forma também vetarem o acesso das mulheres – houve uma migração da mão de obra masculina para os novos setores laborais, sendo franqueada à mulher uma opção de trabalho no espaço público, fora da esfera do lar.

Sendo os proventos não muito satisfatórios, e, muitas vezes diminuídos com o aval da lei, a feminização do magistério tornou-se, aos poucos, uma realidade, principalmente nas primeiras décadas do século XX, ressaltando que às mulheres foi designada a educação da infância, ou seja, dos níveis mais elementares de ensino. No decorrer do século XX e não sem certa resistência de alguns grupos sociais, é que outros patamares foram sendo galgados por esse público.

Nas palavras de Louro (2008, p. 454), “as escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas depois muitas: por fim

os cursos normais tornam-se escolas de mulheres”. Podemos inferir que a busca da profissionalização esteve atrelada a diversos fatores.

Naquele momento, para a classe média, passou a representar uma espécie de *status social* ter uma filha estudando em uma Escola Normal, pois o curso não só preparava para uma profissão como também para o casamento, ou seja, servia também para a organização do lar, os bons costumes e a educação dos filhos, uma vez que “seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras” (LOURO, *Op. cit.*, p. 454).

É preciso lembrar que outras influências estiveram no bojo dessa feminização. Uma delas pode ter sido o advento das escolas protestantes, a partir de 1870, principalmente sob influência presbiteriana e norte-americana, uma vez que trouxeram concepções educativas diferentes daquelas em curso, e, freqüentemente, ofereciam nas escolas ou colégios que iniciavam, classes normais, de preparação docente.

Fazendo um paralelo entre a mulher protestante e a católica, Perrot (2007, p. 86, 87) afirma que as primeiras “eram mais emancipadas” que as últimas e, conseqüentemente, “mais presentes no espaço público”. Ainda segundo essa autora, as mulheres,

nos países protestantes, desenvolveram, em torno de colégios [...], uma sociabilidade original, fundamento de uma expressão literária vigorosa e de um feminismo precoce. [...] lutam pelo direito do voto e apoiam a modernidade.

Esse é um dos argumentos que fundamentam o estar no espaço público de forma mais frequente, no caso das mulheres protestantes, em especial aquelas que vieram ao Brasil e aqui desenvolveram suas atividades muitas vezes ligadas ao magistério.

Mas, ainda que houvesse a *permissão* ou atuação do elemento feminino fora do lar, este apresentou-se de forma evidente nos impressos investigados como espaço de relevância do feminino.

Podemos observar em um trecho divulgado no periódico *Estrela* os cuidados para com a educação de meninas:

Para criar o gosto pelas boas leituras, recomenda-se que cada União promova palestras sobre História e obras de valor literário e moral e facilite às unionistas, por venda ou empréstimo, a leitura dos livros que recomenda. Na organização de cursos as direções devem pôr o maior escrúpulo em escolher as matérias que melhor

correspondem às necessidades e aspirações das unionistas e lhes proporcionem meios de se elevarem na profissão que tenha escolhido. E lembrada também a necessidade de criar o gosto pelo estudo e orientar a escolha da profissão por meio de palestras, etc. (Obra Espiritual, *Estrela*, Porto, p. 3, jan. 1926).

Nessa citação, podemos identificar que as Uniões da Mocidade, no caso português, buscavam incentivar suas associadas a estudarem, sendo as próprias associações responsáveis por direcionar esse estudo incluindo *a escolha da profissão*, o que se infere já ser algo habitual: o trabalho feminino fora do lar.

Sob esse viés, é interessante observar que as próprias redatoras dos impressos podem ter desempenhado um papel relevante nesse processo, uma vez que estava nas suas mãos um instrumento tão valioso, de circulação regular, como a revista *Estrela*.

A divulgação das atividades das *unionistas* pertencentes ao Triângulo Azul – de várias Uniões da Mocidade diferentes – eram lugar-comum no periódico, ocupando, regularmente, a última página do jornal, como podemos observar na citação a seguir:

A União do Mirante organizou para o dia 14 de maio uma excursão a Santo Tirso para o qual convidou as Uniões de Massarelos e Monte Pedral. As unionistas visitaram o que de mais notável há na vila: mosteiro, escola agrícola, etc., deixando assinalada a sua passagem pela distribuição de publicações evangélicas e pela a entrega dum donativo ao hospital da misericórdia. (Excursão, *Estrela*, Porto, jul. 1925. Noticiário e Anúncios, p. 3). A 20 de abril iniciou a união do Monte Pedral um curso vespertino de Instrução Primária de que estão participando sete operarias, algumas com visível aproveitamento (Aulas, *Estrela*, Porto, p. 3, jan. 1926).

Na primeira citação, identificamos que alguns dos encontros encetados pelas Uniões, apesar do seu caráter de lazer, eram reuniões educativas, nas quais se costumava, também, atrelar ações sociais, fosse em hospitais, asilos, orfanatos.

O segundo excerto, por sua vez, demonstra que as Uniões se ocupavam do ensino das primeiras letras para as mulheres, a fim de que estas, provavelmente, galgassem posições sociais mais elevadas.

Aulas de idiomas, de bordado, de costura, dentre outras, também se davam nessas Uniões: “A União do Candal reabrirá brevemente as suas aulas de instrução primária e francês que lecionarão de Outubro a Maio. Todas os esclarecimentos serão prestados na

sede (à praça do Coronel Pacheco)". (Noticiário, *Estrela*, Porto, p. 4, out. 1925).

Outra ação que acontecia nas reuniões das Uniões Femininas da Mocidade Portuguesa eram as conferências. Sobre temas dos mais diversos, desde a História da China, passando pelo Brasil, das *Missões* no mundo, ou destacando o papel de um ou outro vulto protestante, essas conferências se davam frequentemente e, segundo o impresso, recebiam grande assistência.

Por vezes as conferências eram promovidas em conjunto com a União Masculina, como podemos visualizar na citação abaixo o exemplo de uma ministrada por Loide Pires Chumbo:

Promovida pela União Masculina e Feminina do Candal e na sede da mesma, realizou no dia 25 de julho a unionista D. Loide Pires Chumbo, licenciado em letras uma erudita conferencia subordinada ao tema *A origem da língua portuguesa* que muito interessou todas as pessoas que a ela assistiram. Gratas pelo o convite (Conferência, *Estrela*, Porto, out., 1925. *Noticiário*, p. 4).

Algumas vezes essas conferências voltavam sua atenção, seu foco, para um personagem importante da história do protestantismo ou mesmo de um personagem secular, mas frequentemente com um forte apelo moral. É o que inferimos acerca da que se realizou em 07 de maio de 1925:

Na sede da União de Lisboa realizou o nosso irmão Sr. Roberto Moreton, a 7 de maio, uma conferência acompanhada de projeções luminosas sobre *A Peregrina*, aproveitando o ensejo para mostrar à assistência o que deve ser a vida da mulher cristã, o exemplo que ela deve dar ao mundo especialmente na maneira de vestir (Conferência, *Estrela*, Porto, jul. 1925, *Noticiário* e Anúncio, p. 4).

Orientações acerca do modo de se vestir, comportar-se ou mesmo ler bons livros, eram prescrições que apareciam com certa frequência nos impressos, em particular na revista *Estrela*.

Os banhos de mar, organizados pelas Uniões dos quais participavam principalmente crianças pobres, desprovidas de recursos que as possibilitassem ir até a costa do país, também faziam parte dos programas organizados pelas Uniões. Nesse sentido, essas uniões também contribuíam de forma incisiva nas condições de saúde de parte da população lusitana.

De 17 de agosto a 12 de setembro teve a União do Monte Pedral, o privilégio de poder dar o benefício de banhos de mar a 46 crianças pobres. Ademais quase todas as unionistas tiveram nesta ocasião o gozo do amor que se dá, confeccionando fatinhos e toalhas, acompanhando as crianças e cuidando delas na praia, e agradecendo os donativos espontâneos, aliviando assim o pesado encargo que doutro modo um trabalho desta natureza traria ao cofre da União. A direção deseja servir-se do nosso jornalzinho para mais uma vez protestar a sua gratidão para com todas as pessoas estranhas à União que lhe prestaram auxílio e simpatia (A favor das crianças, *Estrela*, Porto, out. 1925. Noticiário, p. 4).

O cuidado com o outro, principalmente com os mais vulneráveis, foi um assunto recorrente na revista *Estrela*, quer divulgando atuações femininas em profissões da área da saúde, quer divulgando as ações sociais empreendidas pelas Unionistas, como podemos observar na citação a seguir:

Ultimamente tem-se manifestado entre as unionistas um grande interesse pelo serviço social, principalmente pelos postos de Puericultura instituídos sob a direção da Cruz Vermelha nos bairros mais pobres da cidade. Há na União reuniões semanais para confecção de enxovais para recém-nascidos (Bulgária e a sua U.C.M.F., *Estrela*, Porto, abr. 1927, p. 1).

Podemos observar que havia uma circulação das notícias acerca do que ocorria nas Uniãoes Femininas ao redor do mundo. Mais que simplesmente informes sobre o dia a dia das associações femininas, nota-se algumas especificidades em comum, ainda que as mulheres sejam de locais geograficamente distantes.

Ainda abordando o cotidiano búlgaro, há uma descrição bastante interessante: “A grande massa do povo trabalha nos campos, principalmente na cultura da roseira e do tabaco, e nas indústrias correspondentes” (Bulgária e a sua U.C.M.F., *Estrela*, Porto, abr. 1927, p. 1).

Em continuação, o texto sugere que desse trabalho participam homens e mulheres.

Reforçando a lógica da circulação de ideias e modelos a serem seguidos, temos o relato em outra edição da citada revista: “Um das esperanças do México está no grande número de Jovens do Triângulo Azul que tem posto ao serviço dos ideais da U.C.M.F. todo o vivo entusiasmo, próprio da sua idade e da sua raça” (A.U.C.M.F. no México, *Estrela*, Porto, p. 1, abr. 1928).

É importante lembrar que o Triângulo Azul era o braço social das U.C.M.F., ou seja, suas colaboradoras eram vinculadas à ação social, em qualquer país no qual estivessem.

Também era bastante comum noticiar na revista *Estrela* cursos ofertados em alguma União Feminina, como podemos verificar nas citações que seguem:

Tem despertado muito interesse o curso de Enfermagem dirigido, na União de Lisboa, por [...], uma enfermeira-missionária suíça. (Aulas, *Estrela*, Porto, abr. 1927. Noticiário, p. 4). Recomeçarão durante abril as reuniões para confecção de vestuários que a União do Mirante costuma distribuir anualmente a 24 criancinhas pobres. Qualquer donativo será recebido com gratidão pela Tesoureira da União (Reuniões de Costura, *Estrela*, Porto, abr. 1927. Noticiário, p. 4).

A revista *Estrela* apresenta, assim, uma série de atividades às quais estavam vinculadas as unionistas, como reuniões para aprendizado e confecção de roupas aos menos assistidos, distribuição de agasalhos e donativos, passeios com *banhos de mar* para as crianças pobres. No entanto, era recorrente também a divulgação de aulas de alfabetização, de corte e costura, de enfermagem, dentre outras, o que sugere uma preparação para o mercado de trabalho.

A própria ação de se reunirem para deliberar acerca das proposições necessárias ao trabalho feminino, as eleições para representação quer local, regional ou internacional, por si só denotam uma prática política na qual *arranjos* eram tecidos, emendados, ressignificados no labor diário feminino.

Nas décadas iniciais do século XX, em território português,

começa a ganhar expressão a ideia da diferença que a mulher representa associada à crucialidade da intervenção que ela deve desempenhar enquanto mãe, *mas ainda enquanto ser em sociedade que de modo algum se pode ensimesmar no lar nem ser excluída da esfera pública* por qualquer argumento político, e muito menos religioso (AFONSO, 2008, p. 49, grifo nosso).

Seja no Brasil, seja em Portugal, a busca da mulher por um *permanecer mais que estar* no espaço público foi cada vez mais frequente e a educação letrada, escolar, foi uma das estratégias que possibilitaram que ela trilhasse esse caminho, quer como ser educado, quer como educadora das demais.

PUBLICANDO OS MODELOS PROFISSIONAIS: A DOCÊNCIA COMO LÓCUS PRIVILEGIADO DE ATUAÇÃO

O exercício do magistério e a exaltação a ele estiveram no bojo das prerrogativas protestantes. A estrutura educacional norte-americana fazia com que, ainda na segunda metade do século XIX, houvesse escolas de formação para docentes. Sendo assim, um contingente significativo de mulheres foi encaminhado ao trabalho missionário no Brasil.

Nem todas, é bem verdade, tinham formação específica, mas atuaram na esfera educativa como professoras, diretoras ou em atividades relacionadas. Outras, em contrapartida, gozavam de formação docente, em seu país de origem, e quando no Brasil se estabeleceram terminaram por influenciar e atuar também em instituições – para além das confessionais – estatais e laicas.

Destacaremos, sobretudo, o papel desempenhado por duas educadoras, Srta. Eliza Reed e a Sra. Katherine Porter, pioneiras no estabelecimento de instituições de ensino em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Entretanto, na empreitada de ambas (que em um dado momento se cruza), veremos a atuação, em simultâneo, de outras educadoras também relevantes no processo, a saber: Cecília Rodrigues, Margareth Douglas, Sidrônia Carvalho, entre outras.

Também os impressos nos mostram a atuação de outras mulheres que, juntamente com seus esposos – quando eram casadas – ou de outras companheiras – quando solteiras – aliaram a docência com a atuação catequética, de evangelização.

Há um relato do Reverendo Pedro Campello no qual apresenta uma espécie de relatório em setembro de 1912, por ocasião de sua visita a Pernambuco entre os meses de julho e agosto do citado ano, uma vez que morava no Rio de Janeiro há vários anos, mas era pernambucano. Dentre as cidades que visitou, merece destaque a de Vitória de Santo Antão. Nas palavras dele,

Somente no dia 16 de agosto é que me foi possível ir à Vitória, o lugar onde Mr. e Mrs. Kingston, como verdadeiros apóstolos do bem, [...] nunca se importando de sacrificar nem a saúde nem a vida. Em Vitória, Mrs. Kingston organizou uma escola diária de crianças que até hoje tem sido uma benção para aquele povo. Atualmente a professora da tal escola é D. Luíza Rodrigues, que dirige uma classe de 36 crianças sendo a maior parte filho de católicos romanos (Trabalho Evangélico em Pernambuco, *Norte Evangélico*, n. 41, p. 4, 11 out. 1912).

A citação acima corrobora o texto que afirma ter sido a atuação feminina bastante intensa no que se refere à docência. As aulas costumavam ocorrer na própria casa da professora, no salão de cultos ou em qualquer outro lugar que lhe fosse permitido o acesso, sendo muitas vezes, principalmente em cidades do interior, numa estrutura precária.

Já os colégios, com frequência instalados em cidades grandes ou estratégicas, contavam com uma estrutura física e docente mais apropriada.

Um das educadoras americanas que pôde transitar entre alguns colégios desse tipo foi Eliza Moore Reed. Ela nasceu em 1857, no estado do Missouri, EUA, e faleceu em Recife, no dia 12 de maio de 1926 (*Norte Evangélico*, p. 8, 11 ago. 1928). Sua atuação em solo brasileiro foi diversificada: traduziu livros, escreveu folhetos para crianças, colaborou em jornais, além de ensinar em instituição voltada à formação de líderes (pastores) presbiterianos no interior do estado de Pernambuco. Porém, as informações acerca de sua atuação são escassas, pontuais e pulverizadas, dificultando, assim, o rastreamento de suas práticas – seja como escritora, seja como professora.

A trajetória dessa professora chama a atenção devido a sua passagem por instituições escolares em estados diferentes do Brasil, a saber: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Também é sabido que produzia textos para crianças, uma vez que há divulgação no jornal *Norte Evangélico* da revista (ou periódico) infantil *Pérolas da Infância*.

A educadora chegou ao Brasil em 1891, para trabalhar no Colégio Internacional de Campinas, enviada pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos (PCUS), ficando inicialmente vinculada à Missão Sul do Brasil. No final de 1892 foi residir, juntamente com seus colegas, na cidade de Lavras, Minas Gerais, para onde o Colégio citado foi transferido, após um surto de febre amarela que devastou a cidade de Campinas.

Em 1894, transfere-se para Missão Norte, à qual se manteve vinculada até 1926 (ano de sua morte). Atua em Pernambuco (Recife e Garanhuns), segue para os EUA, em 1896, para tratamento de saúde, volta ao Brasil e vai colaborar com Katherine Porter, no Colégio Americano de Natal/RN, inaugurado em 1895, sendo esta uma das primeiras escolas do gênero no Nordeste.

Assumiu a diretoria da Instituição (entre 1899 e 1903). Matos (2000, p. 1) informa que Eliza Reed, “inicialmente, residiu em Recife, onde colaborou com a missionária Winona Evans numa escola que esta havia iniciado em 1894. No ano seguinte, Eliza ficou à frente da

escola". Não conseguimos mais informações acerca dessa instituição, mas deve ter sido uma escola paroquial, vinculada a alguma igreja local, sem grandes proporções.

Sabe-se, porém, que Eliza assumiu a direção de outra escola, a partir de agosto de 1899, o Colégio Americano de Natal, que, segundo alguns, foi oficialmente instituído em 1897⁶, tornando-se, sob direção da Srta. Reed "a melhor escola da cidade, tendo atraído alunos de muitas famílias ilustres" (MATOS, *Op. cit.*, p. 1). Alcançou essa instituição, em pouco tempo, um lugar de destaque na sociedade natalense. Mesmo com respaldo da sociedade potiguar, o Colégio encerrou suas atividades no ano de 1907 (MATOS, *Idem*).

A referida educadora foi chamada ao Estado de Pernambuco para ali abrir outra instituição de ensino, em 1903, o que se concretizou no ano seguinte. No dia 01 de agosto de 1904⁷ foi inaugurado o Colégio Evangélico de Pernambuco⁸ estando à frente da instituição Srta. Reed, até o ano de 1913 – quando foi substituída por Margareth Douglas e viajou por algum tempo aos Estados Unidos para tratar novamente da saúde.

Eliza Reed levou consigo algumas ex-alunas do Colégio natalense que a ajudaram no Colégio pernambucano. A primeira turma contou com 19 estudantes: 08 meninos e 11 meninas. Dentre estas, é possível identificar o nome Cecília Rodrigues, que também se destacou na empreitada educacional protestante, tanto no estado de Pernambuco quanto no Alto do Jequitibá, em Minas Gerais, onde foi residir algum tempo depois, após casar-se com o Reverendo Cícero Siqueira.

Enquanto estudante Cecília colaborou com Srta. Reed e depois, com a breve ausência desta, foi o braço forte da substituta, Miss Margareth Douglas, segundo relato da mesma: "Era ela o meu braço forte, servindo-me de intérprete, informando-me dos planos de trabalho, aconselhando-me, arcando, enfim, com uma grande parte da responsabilidade" (Norte Evangélico, ano XXII, p. 5, 15. ago. 1929).

6 Outros autores defendem que o Colégio Americano de Natal iniciou suas atividades em 1895 (Cf. CRUZ, 2011, p.73).

7 Há fontes (*Revista do Cinquentenário e Jornal Norte Evangélico*) segundo as quais a instituição foi fundada em 16 de agosto de 1904.

8 Por conta de sua projeção no cenário recifense, o Colégio recebeu, inicialmente, o nome da fundadora. Mais tarde, porém, o nome da instituição foi alterado para Colégio Americano Evangélico. Em 1920, em homenagem à genitora do doador da propriedade na qual até hoje encontra-se a instituição de ensino, passou a chamar-se Colégio Evangélico Agnes Erskine (*Norte Evangélico*, p. 7, 11 set. 1928). O nome atual é Colégio Presbiteriano Agnes Erskine.

Em 1911, foi apresentada uma proposta: que o Colégio Americano de Pernambuco, no Recife, fosse transferido para Garanhuns. Sobre este assunto, Margareth Douglas comenta posteriormente:

Era chegada, pois, o tempo de decidir uma questão importante. Alguns americanos pensavam que o Colégio devia mudar-se para Garanhuns a fim de ser fundido com o Colégio que lá existe [o XV de Novembro]. Outros, porém, entendiam que devia continuar no Recife. Miss Reed era da opinião que devia ficar aqui, mas recusou-se a tomar a responsabilidade de decidir (*Norte Evangélico*, ano XXII, 15 ago. 1929, p. 8).

Eliza Reed voltou à direção do educandário provavelmente no final de 1907, permanecendo nela até meados de 1913, quando se retirou definitivamente das atividades do Colégio, foi para os Estados Unidos em gozo de férias e quando retornou ao Brasil, dirigiu-se a Garanhuns, tendo se dedicado a colaborar com a formação de pastores e com o jornal *Norte Evangélico*.

Debates como esses não eram comuns nas páginas do *Norte Evangélico*: elas estavam ocorrendo pois tratou-se de uma edição especial em comemoração aos 25 anos de fundação do Colégio Americano. Vez por outra, relatava-se a chegada ou partida de alguma professora do Colégio. No entanto, foi lugar-comum em quase todas as edições investigadas comerciais da referida instituição com programas de ensino ora de forma ora resumida ora ampliada.

A edição comemorativa dos 25 anos do Colégio também relata que no ano de 1913, Srta. Douglas, após a saída da Srta. Reed, recebeu a colaboração do Casal Porter, William e Katherine, responsáveis, durante muito tempo, pela obra educativa em Natal, cujo intuito era ajudar no desempenho do Colégio. É importante registrar que a instituição natalense havia encerrado suas atividades em 1907.

Em 1917, Miss Caroline Kilgore, que também havia trabalhado na escola presbiteriana em Lavras/MG, por onde também passaram Eliza Reed e Katherine Porter, é designada para trabalhar no educandário de Recife. Outro casal, os Taylor, também passou pela instituição e lá ficou por um ano, tendo se retirado para o trabalho em Garanhuns.

D. Cecília Rodrigues, uma das primeiras estudantes do Colégio Americano de Pernambuco, destacou-se em várias esferas do trabalho missionário naquele estado. Uma delas foi a organização do trabalho feminino, atual SAF (Sociedade Auxiliadora Feminina),

chamada anteriormente de Associação Evangélica de Senhoras. Em sua homenagem o “dia da mulher presbiteriana” é comemorado do 2º domingo de fevereiro, por ser a data mais próxima do seu dia de nascimento. Posteriormente, ela se dedicou ao trabalho missionário e educativo em Garanhuns e Canhotinho, até ir para o Alto do Jequitibá, com seu esposo. Lá, também o casal se envolveu com a obra educativa. Porém, há poucas referências a esta educadora, mesmo tendo sido sua ação relevante.

Além de professora, Cecília foi escritora, tradutora e poetisa. Escreveu um poema em homenagem a Eliza Reed, publicada no *Norte Evangélico* (15 ago.1929, p. 6).

A referida homenagem parece ter sido póstuma, uma vez que o poema se inicia com um verbo no passado, tendo sido publicado na edição do *Norte Evangélico* de 1929, tendo a homenageada falecido três anos antes, em 1926.

No primeiro verso há uma indicação de que Eliza Reed acreditava existir mulheres superiores e inferiores, e que as primeiras tudo podiam e que ainda se alegravam quando fazia algo que as outras não conseguiam fazer. Isso sugere que, apesar de superiores, essas mulheres não sentiam prazer na incapacidade das semelhantes: antes buscavam ajudá-las.

Outros trechos que nos chamam a atenção são a terceira e a sexta estrofes. A terceira exibe características de Miss Reed que, apesar de rígidas (*altiva, austera, assaz inflexível*), são postas de modo positivo. Enquanto na sexta estrofe, percebemos a ideia de um comportamento próprio, adequado a uma mestra naqueles dias: *sofrimento, luta, perseverança*. Mas, até que ponto se pode tomar um discurso desse tipo como verossímil? Não seria ele um reforço da imagética, da representação acerca do papel das educadoras? Também nessa estrofe tem-se uma clara alusão ao pioneirismo de seus métodos didáticos, pois os que ela havia implantado em Natal e no Recife, no final do século XIX e início do século XX, respectivamente, eram anunciados como *modernos*, pela pedagogia nova, na década de 1920, quando a educadora já estava na fase derradeira de sua trajetória de vida.

Não se pode esquecer do “lugar de onde se fala”, do locus de atuação do discurso. Ainda nessa mesma edição do *Norte Evangélico*, um professor do Colégio manifesta sua opinião sobre as professoras da instituição, atestando que elas, “com dedicação de mães se tem entregue ao cultivo moral e intelectual das brasileiras, usando dos mais modernos processos educativos” (*Norte Evangélico*, 15 ago.

1929, p. 6), outro claro reforço do estereótipo que vinculava maternidade de profissão docente.

Após deixar a Direção do Colégio em Pernambuco e voltar dos EUA, em 1906, Eliza Reed colaborou com outras instituições como o Colégio 15 de Novembro e o Seminário Presbiteriano, em Garanhuns, PE. Matos (2000, p. 2) relata:

Em 1913, Eliza seguiu para os Estados Unidos em gozo de férias prolongadas. Quando retornou a Pernambuco, foi residir em Garanhuns, em 1916, dedicando-se ao ensino e à produção de literatura. Outra importante contribuição dessa missionária foi a organização e o desenvolvimento do trabalho feminino no Presbitério de Pernambuco. Para tanto, promoveu encontros em diversas igrejas, bem como escreveu, traduziu ou adaptou numerosos panfletos referentes a esse trabalho e os distribuiu entre as sociedades auxiliaadoras.

Margaret Douglas, no final da década de 1920, expressa sua admiração pela fundadora, Miss Reed, demonstrando que ela “veio a fundar esta instituição tendo já larga experiência de ensino: sabia bem organizar um trabalho, sabia elaborar planos amplos e tinha coragem de executá-los” (*Norte Evangélico*, p. 3, 15 ago. 1929).

Ainda sobre a pioneira Eliza Reed e sua atuação como educadora, temos o seguinte relato: “No Recife, aportou no início desse século para nos ajudar na obra educativa. Teve de desbravar o caminho, contornar os obstáculos e iniciar a luta contra todos os riscos possíveis” (*Revista do Cinquentenário*, BPE, p. 1).

A publicação citada, comemorativa ao 50º aniversário do Colégio Agnes, em 1954, foi oferecida à referida educadora. Nas palavras usadas pela revista, “consagramos em primeiro lugar, a homenagem desta publicação” (*Idem*).

Além de ter trabalhado em escolas protestantes americanas, em Campinas, Lavras, Natal, Recife e Garanhuns, Reed lecionou na Escola Doméstica de Natal, uma instituição concebida nos moldes suíços que, desde 1913, estabeleceu-se na capital potiguar e, durante todo o século XX, recebeu em seus quadros docentes e discentes cujas trajetórias se tornaram modelo e referência na sociedade norte-rio-grandense.

O jornal aponta ainda para uma questão que foi bastante criticada por alguns que não viam com bons olhos as instituições protestantes, alegando que os Colégios eram direcionados à elite, que suas mensalidades e custos eram muito altos, inviabilizando a formação

de um corpo discente mais popular. “Se houvesse naquele ano ao menos quatro internas que pagassem, sem contar com as que não pagavam [...]”. Essa assertiva é de Margareth Douglas quando estava a se preparar para ampliar as dependências do internato feminino.

Também colaboraram no Colégio de Pernambuco: Miss Susan Cockrell (transferida em 1926 de Garanhuns) e Miss Lyna Boyce (vinda diretamente dos EUA para a referida instituição, em 1927).

O depoimento de uma ex-aluna, Cleide Pires Pereira, demonstra a imagem que as professoras inspiravam e, provavelmente entre elas, está incluída aquela que foi a fundadora da instituição, em 1904, a própria Eliza Reed:

[...] me resta uma saudade infinda das brincadeiras e das professoras, que me tinham atraídos para elas não só pela sua *incontestável competência*, mas pelos seus *magnânimos corações*, onde *jamais se aninhou a impaciência*, a *severidade* e a *aspereza* mas *tão somente a bondade*, a *mansuetude* e a *ternura*. Revelaram sempre nobres qualidades e bons sentimentos de coração, qualidade estas que tem sido sempre poderoso elemento para conquistar a afeição daqueles com quem se esta em contato e que constituem magnífico realce para os que as possuem. Pensava admirada em como havia chegado ao fim almejado, *sem grande esforço*, pois, *tão sabiamente me foram ministradas lições*, que *meu espírito* felizmente *não se tronou simples depósito* do que recebia dos mestres, *sabendo pensar, discernir e pôr em prática* tudo o que tinha aprendido (*Norte Evangélico*, p. 14, 15 ago. 1929 grifo nosso).

Da citação acima pode-se depreender a forma efusiva por meio da qual a aluna se reporta ao seu tempo de estudante na citada instituição. Segundo ela, as professoras tinham uma *incontestável competência*, não tendo, assim, sentimentos negativos. Pelo contrário, elas são retratadas como exemplo de *bondade*, *mansidão* e *ternura*. Acreditamos, no entanto, que essa visão passional da figura da mestra atende a uma especificidade do momento, mas também, podemos inferir que se deve aos métodos pedagógicos adotados nas escolas confessionais presbiterianas e protestantes de um modo geral. Dentre estes métodos, destacamos o não uso dos castigos físicos e o desenvolvimento da autonomia das educandas.

Mas não se pode pensar que nessas relações não havia tensões, rupturas. É preciso dar crédito ao que *dizem* os impressos. No entanto, não se pode esquecer que eles são *dispositivos discursivos*,

como nos mostra Chartier (1990). Eles contêm uma intencionalidade na proposição de uma afirmação ou de outra, seja exaltando o papel da mulher como dona de casa, na domesticidade do lar, seja prescrevendo modelos e estereótipos adequados como, por exemplo, a profissão docente exercida no espaço público.

Desde as décadas finais dos Oitocentos, é importante ressaltar, a imagética que envolvia a profissão docente para o sexo feminino, principalmente, quando atentamos para o crescente mercado que se abria às mulheres. Parte disso ocorreu devido à admiração que a classe pensante brasileira alimentava em relação às *novidades* que vinham dos Estados Unidos. Almeida (2007, p. 150) corrobora essa assertiva ao nos mostrar que “[...] os métodos americanos de educação e o papel representativo das missionárias educadoras seriam imitados na escola pública paulista e objeto de admiração nos meios intelectuais republicanos”.

No contexto português, verificamos uma passagem da revista *estrela* que ressalta valores como o pacifismo, importante para uma mulher cristã que também era educadora:

A primeira mulher no mundo que obteve representação parlamentar foi, há quinze anos, a norueguesa Ana Rogstad, há pouco memorada num monumento em Oslo, capital da Noruega. Esta mulher é fruto memorável do Evangelho; [...] é uma das mais estrênuas defensoras do pacifismo universal e autora da maior parte da excelente legislação pedagógica de seu país (Ana Rogstad. *Estrela*, Porto, p. 2, abr. 1927).

Nesse trecho identificamos duas características de pioneirismo para a docente em destaque: ocupou um cargo político e legislou sobre sua profissão, o que não era muito comum à época nem no Brasil, nem em Portugal. Entendemos que a circulação dessas notícias de atuação feminina em várias partes do mundo, exerciam impacto sobre as leitoras numa clara intencionalidade de que tanto as brasileiras quanto as lusitanas deveriam continuar em sua busca por atuações mais efetivas no espaço público.

Algumas dessas educadoras eram, também, tradutoras, diretoras das escolas, administradoras etc. No caso da própria Eliza Moore Reed, ela exerceu as funções citadas acima, além de ter sido, ainda, responsável pela edição de um periódico: *Pérolas da Infância*. Nascimento (1994)⁹ dá-nos *pistas* acerca desse impresso. Segundo

9 A obra original do autor é de 1966, mas foi perdida na enchente de 1975 que assolou o Recife. Os originais foram reconstituídos por Geraldo Cavalcanti em parceria com a Editora Universitária da UFPE. O corpus da obra é constituído de 14 volumes.

ele, tratou-se de um “Órgão fundado em 1921, na capital do Estado”. Porém, até o presente não se tem como fazer uma análise mais densa dele, pois, “não existem nas bibliotecas, quer de Garanhuns, quer do Recife, especializadas ou não, comprovantes dos doze primeiros anos das Pérolas da Infância, senão os números 10 a 13, ano II”. Ou seja, quando o citado autor escreveu sua obra deveras conhecida, *História da Imprensa em Pernambuco*, também teve dificuldade de encontrar os exemplares do periódico em tela, tomando ciência apenas da existência de três exemplares. Assevera, ainda, ter se tratado de uma “publicação semanal ininterrupta” (NASCIMENTO, 1994, p. 156-157).

Outra professora que teve um papel relevante no contexto educacional do Nordeste foi Katherine Hall Porter. Ela e seu esposo trabalharam no Ceará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Mas foi nesse estado, mais especificamente na capital, Natal, que a atuação do casal teve maior repercussão. Katherine, de acordo Matos (2004, p. 5),

pertencia a uma família americana que havia emigrado para o Brasil, indo estabelecer-se em Campinas. Mais tarde voltou à Geórgia, onde estudou música e educação religiosa, vindo a casar-se com o Rev. William Calvin Porter em 1891.

O Colégio Americano de Natal funcionou na capital potiguar de 1895 a 1907, sendo uma das primeiras instituições protestantes do Nordeste (provavelmente a segunda, já que a primeira foi a de Laranjeiras, Sergipe)¹⁰, tendo sido oficialmente inaugurado e “em 11 de janeiro de 1897. Já possuía 46 alunos com Rebecca Morrisette à Direção” (CRUZ, 2011, p. 86). Na verdade, o casal Porter já havia feito um trabalho inicial, para o qual a missionária citada foi convidada a liderar a partir de 1896.

Esse Colégio contou, em seu quadro de profissionais, ainda no século XIX, com a participação da Srta. Reed, e em seu quadro discente com a aluna Cecília Rodrigues.

Katherine Porter costumava escrever cartas em inglês relatando os percursos do trabalho evangelístico e educacional. Esses textos

10 Talvez a segunda escola do Nordeste tenha sido em Recife. Matos (2000) cita uma escola naquela cidade, em 1894, na qual haveriam trabalhado as missionárias Winona Evans, tendo a colaboração de Eliza Reed em 1894 e 1895. Mas o autor não fornece detalhes suficientes a fim de que possamos afirmar que era, de fato, uma escola oficialmente estabelecida.

eram publicados no *The Missionary*¹¹, um periódico cuja tônica era exatamente descrever, comentar e analisar o desenrolar da empreitada missionária presbiteriana pelo mundo. Há diversos escritos tanto da professora quanto do seu esposo, o Rev. William C. Porter. É possível encontrar em edições diversas do periódico citado, registros de vários acontecimentos históricos do Rio Grande do Norte, o que nos permite observar esse periódico como importante fonte para perscrutar, analisar e inferir acerca do passado.

Na edição de novembro de 1895, Katherine relata que, ao chegar à cidade de Natal naquele ano, juntamente com seu esposo, encontrou já formada “uma pequena congregação de cerca de 50 pessoas”.

Ao longo do texto, é possível notar que o trabalho iniciado naquele momento de forma oficial, com a designação do casal Porter, era devedor de outro estabelecido previamente, atribuindo-se grande parte desse feito, ao empenho do Prof. Lourival, conhecido como *Professor Panqueca*. Este, segundo Katherine, ouviu as *Sagradas Letras* e, ao aderir ao protestantismo, passou a divulgar a nova fé cristã. É dele também a responsabilidade pela criação do jornal *O Pastor*, cujo primeiro número veio a público em 1893.

A Sra. Porter informa:

[...] nós encontramos uma pequena congregação com cerca de 50 pessoas, desejosas de nos receber. O senhor Lourival, seu líder, fora finalmente convertido ao Evangelho [...] e já estivera lendo a Bíblia por influência de um pobre paralítico (THE MISSIONARY, p. 501, nov. 1895).

O casal Porter já houvera estado em terras potiguares dois anos antes. Durante todo o texto, Katherine faz uma descrição acerca do progresso que ela acreditava estar tendo a divulgação do protestantismo. Porém, é a partir de 1895 que eles se estabelecem de forma permanente na capital potiguar, como podemos verificar em um trecho do jornal *O Século* que atesta ter o Sr. Porter “chegado a esta capital [Natal] a 24 de janeiro deste ano” tendo ele ocupado “a tribuna” e a “imprensa” (Ministro Evangélico, *O Século*, 20 maio 1895, p. 3).

Várias ações foram empreendidas pelos correligionários. Dentre estas destacamos a distribuição de folhetos por parte dos fiéis,

11 Os textos aqui apresentados originalmente foram escritos em inglês. Parte das traduções feitas – e gentilmente cedidas – estiveram a cargo do Mestre em História, investigador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Wycliffe Costa. As demais foram levadas a termo pelo Linguista e professor de idiomas Clériston Rabelo, especificamente para esta investigação.

muitas vezes voluntariamente. É o caso de um jovem advogado, Dr. Diógenes da Nóbrega, que, segundo a Sra. Porter, apresentou-se para o batismo e, em seguida, ao e dirigir à casa de familiares levou

[...] algumas Bíblias e folhetos para distribuir entre amigos [...] e sem ter tido essa pretensão ele acha que tem se tornado um disseminador da Palavra. Ele escreve na esperança da abertura para o Evangelho ali entre seu povo – 150 milhas para o interior de Natal [...] (THE MISSIONARY, nov. 1895, p. 502).

Assim, constata-se que a distribuição de impressos em lugares distantes das capitais foi uma realidade. Frequentemente, os colportores eram enviados pelos missionários a fim de desempenhar esse papel. Porém, como vimos no exemplo acima, havia “colportagem” desprezível, mas, de igual modo, eficiente.

Nesse contexto, é relevante a quantidade de impressos descrita pela Sra. Porter, após uma jornada de dois meses de seu esposo em Natal e municípios vizinhos, a saber, Penha, Goianinha e Ceará-Mirim. Ela cita a quantidade vendida e doada de Bblias, catecismos, hinários etc. Entre livros e folhetos diversos vendidos, computa 326. Porém, quando registra aqueles que foram doados, esse número se eleva sobremaneira: “[...] 2291 livros e folhetos, perfazendo um total de 2.888 entre vendidos e dados” (THE MISSIONARY, p. 502, nov. 1895).

Katherine Porter, além de professora, tradutora, responsável pela igreja presbiteriana de Natal, quando da ausência de seu esposo, William C. Porter, também organizou o primeiro trabalho feminino presbiteriano em terras potiguares, não sendo, contudo, a primeira do Brasil, fato este descrito em uma edição do periódico *O Século*. Atesta que,

sob a influência da Exm^a Sra. D. Catharina Porter, [...] fundou-se [...] uma sociedade de senhoras, a fim de prestar concurso a essa edificação, tendo já adiantado muito na formação do numerário preciso para este fim (Ministro Evangélico, *O Século*, p. 3, 20 maio 1895).¹²

No final de 1895, a própria Sra. Porter afirma: “[...] organizei uma ‘sociedade auxiliadora de feminina’, com 35 sócias ativas, e tínhamos,

12 O autor do texto referia-se aos donativos necessários à construção da Igreja Presbiteriana de Natal.

no final de maio, cerca de \$10 [réis?] em caixa” (THE MISSIONARY, p. 502, nov. 1895).

Esse tipo de associativismo era uma prática na sociedade americana nos Oitocentos. No panorama brasileiro, esse tipo de agrupamento social veio a tornar-se, no século XX, um braço de apoio aos pastores das igrejas presbiterianas. A influência desse grupo de senhoras na atualidade é percebida de forma marcante. Desde algum tempo, essa associação chama-se “Sociedade Auxiliadora Feminina”, mas na sua origem era conhecida como Associação Evangélica de Senhoras, tendo sido a primeira fundada no dia 11 de novembro 1884, em Recife.

O intuito primeiro dessa organização é o bem-estar das associadas, ou seja, das mulheres, mas também objetiva a questão de estudos bíblicos, evangelização e, sobretudo, ação social, arrecadando fundos para os necessitados e para a própria igreja.

Nas primeiras décadas do século XX, essa associação feminina tornou-se um departamento da Igreja Presbiteriana do Brasil. Hoje conta com um *Manual do Trabalho Feminino* (publicado pela primeira vez em 1937), uma Revista de circulação nacional desde 1955 (a *SAF em Revista*), realizam congressos e reuniões periódicas, além de terem criado, em 1998, um Museu do Trabalho Feminino, em Campinas/SP.

Voltemos nossa atenção para a análise do *The Missionary*. É notória, em vários trechos do periódico, a constatação de um hábito do neófito protestante, tão bem mostrado em autores como Nascimento (2007), Afonso (2009), Matos (2004) e outros. “Tão logo um homem ou mulher se converte, vai trabalhar para ganhar outros, cada um pregando o evangelho de seu próprio meio, e *levando livros e panfletos para distribuir*” (THE MISSIONARY, p. 502, nov. 1895, grifo nosso).

Não era suficiente apenas aderir, filiar-se à nova fé: tornava-se imprescindível, como podemos depreender da citação acima, a busca em converter o outro além da distribuição de folhetos a fim de proporcionar a estes o contato com as *Boas-Novas*. Assim, podemos inferir que o impresso, nesse contexto,

[...] teve significativa responsabilidade pela circulação de culturas, uma vez que possibilitou a socialização da palavra impressa, rompendo com a posse cultural da cultura letrada somente daqueles mais abastados (ALMEIDA; NASCIMENTO, 2012, p. 28).

A divulgação da Palavra impressa para locais distantes dos centros, nas zonas rurais, sugere uma socialização, uma ampliação da atuação

dos grupos reformados. É importante lembrar que, como nos mostra a Sra. Porter, no periódico *The Missionary*, quanto mais se adentrava o interior do nordeste, ou seja, nas regiões mais distantes, a influência romana se fazia sentir de modo mais intenso, tornando o trabalho dos protestantes, ainda mais penoso, difícil e, talvez, menos efetivo.

Sabemos que a presença dos presbiterianos em solo brasileiro atendeu, com frequência, à tríade escola-igreja-hospital (NASCIMENTO, 2007). Quando isso não foi possível, o binômio igreja-escola (ou escola-igreja) foi a tônica.

A educação da mulher esteve presente de forma incontestante na proposta reformada presbiteriana, tanto nas instituições menores, literalmente ao lado (ou dentro) dos templos religiosos, quanto nos colégios instalados, em grande parte, nas capitais ou em cidades estratégicas do interior.

Para além das classes para alunos e alunas menores (normalmente entre o 1º e o 4º anos), era comum existirem *classes normais* nas quais se formavam mestras para o ensino das crianças.

Katherine Porter e Eliza Reed se revezavam no Colégio Americano de Natal, entre os anos de 1899 e 1903, quando trabalharam juntas, exercendo funções tanto docentes quanto administrativas, estando a Srta. Reed também como Diretora da referida instituição nesse período.

Provavelmente, em meados de 1901, o casal Porter viajara em férias aos Estados Unidos, conforme sugere uma carta de Katherine, publicada em março do citado ano, na revista *The Missionary*. São palavras dessa educadora: “Temos permissão de irmos para casa por um ano, de licença, no próximo mês de abril. Antes de chegar esta feliz ocasião, temos muitas coisas para fazer, a fim de deixar o trabalho em boa forma” (*The Missionary*, p. 114, mar. 1901). Na verdade, apesar de o texto ter sido publicado em março de 1901, é provável que tenha sido escrito nos meses finais de 1900, uma vez que há a menção do término das aulas e, conseqüentemente, das festividades levadas a termo.

Havia, contudo, a participação de outras alunas que eram, ao mesmo tempo, professoras. É o caso de Sidronia de Carvalho, uma educadora potiguar cujos primeiros passos na formação docente foram dados na referida instituição. Através de sua escrita, é possível compreender parte do trabalho exercido no citado Colégio: “Miss Reed ensina às crianças tudo, exceto Português e Francês. Miss Reed nos ensina fora das horas da escola” (*THE MISSIONARY*, p. 556, dez. 1901). Ou seja, além de dar assistência nas salas de aulas que havia na escola, a referida professora também assessorava a classe

normal composta, naquele ano, por cinco alunas, das quais três, ao mesmo tempo, eram professoras das classes existentes (D. Amália Benevides, D. Edelbertina Filgueira e D. Sidronia Carvalho).

Isso ocorria porque a demanda crescia, anualmente, o que ensejava a necessidade de mais professoras. No entanto, a proposta ia mais além. Segundo Cruz (2011, p. 96),

Miss Reed estabeleceu o curso normal, com o objetivo de formar professoras brasileiras que atenderiam não só a demanda do Colégio como seriam divulgadoras dos novos métodos de ensino trazidos pelos missionários protestantes.

Segundo relato da própria aluna-professora, Sidrônia Carvalho, só havia três classes naquele ano, mas a escola contava com 79 alunos matriculados. Havia a proposta da ampliação das classes para o ano seguinte, uma vez que já havia duas moças, estudantes da “Classe Normal” que estariam aptas a ensinar. “No próximo ano D. Arminda [Caldas] e D. Maria [Magalhães] poderão ficar com as classes iniciantes e nós três ficaremos com as mais avançadas. A escola não crescerá rapidamente, mas crescerá com certeza” (*THE MISSIONARY*, p. 556, 557, dez. 1901).

A presença de Sidronia também é arrolada entre as primeiras moças matriculadas na “[...] abertura do Atheneu Norte-Rio-Grandense Feminino, em 1903, um dos poucos espaços de Ensino Secundário destinado à educação da mulher potiguar” (SILVA, 2013, p. 79), bem como na formação do quadro docente do “[...] primeiro Grupo Escolar do Rio Grande do Norte, o Grupo Modelo Augusto Severo [...] em 1908” (SILVA, *Op. cit., Idem*). Não apenas ela, mas também suas colegas do Curso Normal do Colégio Americano, Arminda Caldas, Edelbertina Filgueira estiveram entre as primeiras mulheres aprovadas no Exame de Humanidades do Atheneu Norte-Rio-Grandense.

A abertura dessa instituição denota a inserção da mulher no cenário educativo numa época, enfatizamos, em que eram poucas as escolas públicas destinadas à educação das moças e, mais, que ofereciam formação intelectual científica para estas (SILVA, *Op. cit., Ibidem*).

Não podemos esquecer, no entanto, que os primeiros passos dados na formação docente das referidas professoras foram na instituição confessional presbiteriana.

No impresso *The Missionary* de 1904, Katherine relata algumas dificuldades pelas quais o Colégio Americano de Natal havia passado. O relato foi publicado em setembro de 1904, mas é provável que se refira a um momento anterior, pois a missionária faz menção ao término do primeiro semestre e ao início do segundo daquele ano.

Uma das atividades de que essa educadora se ocupava era a escrita, a fim de dar a conhecer o encaminhamento das proposições, do trabalho educativo e também do evangelístico levado a cabo junto com seu esposo em terras natalenses. Nas suas palavras:

Dez meses de calor excessivo e seca, seis meses de retirantes comprimindo-se no nosso portão e enchendo as ruas, cinco meses de trabalho escolar que caiu inesperadamente nos meus ombros não acostumados, tudo isto contribuiu para tirar de mim o espírito de escrever, mesmo quando eu tenho tido meia hora de descanso para assim proceder; porém uma vez que a escola abriu hoje para o segundo semestre do ano, e já que um navio passa em direção ao Sul, esta tarde, eu devo tentar rabiscar algumas linhas [...] (A Escola de Natal, *The Missionary*, p. 439, set. 1904).

Na citação acima, ao mencionar o trabalho “não acostumado”, é provável que a missionária esteja referindo-se às atribuições que precisou assumir quando da saída da Srta. Reed, que se deu em meados de 1903. Trata-se de um relato extenso – o maior dentre os quais tivemos acesso Nesta obra – mas de relevante cunho informativo. Utiliza um tom expansivo, quase um *desabafo* de alguém que se mostrava cansada do empreendimento ao qual estava exposta. E a autora utiliza a expressão “a minha coragem falhou quando pensei no trabalho que significaria, pois eu não sou forte” (A Escola de Natal, *The Missionary*, p. 440, set. 1904), o que nos levou a supor tratar-se de um texto quase reflexivo.

No decorrer da escrita, Katherine revela que foi atendida pelo comitê (órgão americano responsável pelo envio de missionários e de capital) quando escreveu por duas vezes “pedindo uma professora para a nossa escola”, sendo-lhe enviada a Srta. Rebecca Morissette (em 1896) e a Srta. Eliza Reed (em 1899). Porém, quando esta última deixou a instituição, “para não repetir esta solicitação”, terminou por submeter-se “à perspectiva de ver a escola reduzida a uma classe primária pequena com uma professora brasileira” (A Escola de Natal, *The Missionary*, p. 439, set. 1904).

O excesso de trabalho, a saída da diretora e – talvez – a recusa no recebimento de novos alunos, aliados à diminuição do pagamento das mensalidades, levou a um boato “de que a escola estava para ser fechada” e nas palavras da própria educadora, “os católicos começaram a gritar: ‘vitória!’” (A Escola de Natal, *The Missionary*, p. 440, set. 1904).

Para que o pior não ocorresse, Katherine afirma:

Devo estudar aritmética, álgebra, geografia, etc., em português, para ensinar estas coisas ou para supervisionar o ensino delas; isto, além do trabalho que estive fazendo para a Srta. Reed em desenho e francês. Eu devo negligenciar minha casa, minhas costuras, minha correspondência, até mesmo a visita entre os crentes, para dedicar o meu tempo e esforço à escola. Mais do que isso, preciso ter uma empregada para fazer a minha parte em casa, enquanto estiver curvada sobre os livros, um luxo que tínhamos desistido e não nos tínhamos permitido (A Escola de Natal, *The Missionary*, p. 440, set. 1904).

A citação nos permite entrever todo o entrelaçado no qual se constituía o cotidiano da referida professora. Não se tratava apenas de assumir uma sala de aula, para além das atividades desempenhadas: era o caso de assumir uma turma inicial para a qual a educadora precisaria aprender as disciplinas a ministrar com um agravante que seria em língua portuguesa. Ademais, outras atividades seriam sacrificadas caso ela assumisse a direção da escola e aquela nova turma, como seus serviços domésticos (*casa e costuras*), sua *correspondência* e a *visita* aos demais membros da comunidade presbiteriana à qual pertencia juntamente com seu esposo, o Reverendo Porter.

Infere-se que o trabalho de gerir uma escola na época em questão não era dos mais fáceis. Porém a Sra. Porter aceitou o desafio e, segundo ela mesma, buscou “dedicar-me ao trabalho quase tanto quanto possível, como a Srta. Reed sacrificou-se” (A Escola de Natal, *Idem*).

Apesar de tentar sugerir uma *atmosfera* pacífica, na escrita, mostrando o *sacrifício* que anteriormente a Srta. Reed havia feito, Katherine deixa entrever nas linhas que tece que o modo como a saída de Eliza se dera, provocara um mal-estar entre os *amigos da escola*, uma vez que, quando a ex-diretora resolveu sair da instituição, “pareceu ser melhor, por muitas razões”, pois, “quando a proposta da Srta. Reed para a escola tornou-se conhecida, um protesto levantou-se de todos os amigos da escola [...]. ‘Que perda seria para o Evangelho esta causa aqui’, todos disseram” (A Escola de Natal, *Op. cit.*, p. 439, 440).

Não há, explicitamente, o que significaria a *proposta da Srta. Reed*. No entanto, podemos inferir que talvez tenha sido a sugestão de fechar o Colégio Americano de Natal, uma vez que em 1913 Eliza Reed foi chamada a Pernambuco (MATOS, 2000) e no ano seguinte, em agosto, o Colégio Americano Evangélico de Pernambuco iniciava suas atividades, em solo recifense.¹³

Em continuação, após descrever o apoio de um ou outro grupo, o texto demonstra que a situação na instituição fora normalizada:

Um semestre passou afortunadamente e as meninas fizeram bons exames. Para surpresa, nenhuma queixa ou crítica foi feita por um único pai durante os cinco meses; pelo contrário, todos pareciam muito satisfeitos [...]” (A Escola de Natal, *Idem*, p. 440).

Quando a Sra. Porter descreve esses acontecimentos, informa que o segundo semestre já havia começado, o que nos permite afirmar que ela estava se referindo ao ano de 1904. Neste, é possível constatar que havia 42 alunos inscritos; 10 eram meninos e 32, meninas, o que nos mostra que a mesmo quando a instituição era mista, como no caso de grande parte dos Colégios Presbiterianos, a procura entre as meninas era maior, devido, em parte, a pouca oferta de escolas para meninas a preços módicos ou gratuitos.

Havia o pagamento de mensalidades, mas também alguns alunos estudavam gratuitamente ou recebiam um desconto no valor integral. Nas páginas do *The Missionary*, podemos constatar que, dentre os 42 alunos regulares de 1904,

dezoito estavam na lista gratuita e doze pagavam alguma coisa abaixo da taxa regular. Assim, apenas 12 pagavam a mensalidade completa \$1.75 por mês para o primeiro ano e \$3.00 para o segundo, mas com as dotações dos comitês todas as despesas foram resolvidas [...]” (A Escola de Natal, *Ibidem*, p. 440).

Cruz (2011, p. 93) alega que esse colégio era “declaradamente confessional, com instrução bíblica diária e estudo do Breve Catecismo” e, por conta disso, “despertou dúvidas e suspeitas. Entretanto, elas

13 A referida instituição continua em funcionamento ininterrupto até os dias atuais com o nome Colegio Presbiteriano Agnes Erskine, adotado desde a década de 1920, em homenagem à genitora do doador do terreno no qual o Colégio está localizado desde então.

não chegaram ao ponto de impedir que os filhos de alguns católicos romanos fossem matriculados”, uma vez que “o apelo à modernidade que seu currículo apresentava, pautando-se nos modelos progressistas norte-americanos, diluía toda e qualquer dúvida”. Essa constatação pode ser confirmada na assertiva de Katherine Porter ao declarar que “cerca de dois terços dos quarenta e dois [alunos do Colégio em 1904] eram filhos de crentes” (*A Escola de Natal, The Missionary*, p. 440, set. 1904). Assim, pode-se afirmar que cerca de 14 alunos (1/3 dos 42 matriculados) eram filhos de pais não protestantes, mas que, por alguma razão, creditavam à instituição a tutela na educação escolar de seus filhos e filhas.

Os problemas financeiros, a saúde debilitada da Sra. Porter, a concorrência das escolas confessionais católicas, abertas com o objetivo de conter o avanço protestante em terras potiguares em 1902 e 1903 (SOUZA, 2008), bem como dificuldades relacionadas ao próprio espaço físico, levaram a instituição a encerrar suas atividades em 1907, quando contava com 72 alunos matriculados (CRUZ, 2011).

O protestantismo de cunho presbiteriano e norte-americano arvorou para si a chancela de liberal, democrata, republicano. E todas essas eram bandeiras recentes na história do Brasil, o que legitimou, de certa forma, a existência e a permanência de alguns colégios em cidades do Nordeste, como Recife e Garanhuns. Destino semelhante não teve a instituição natalense. No entanto, acerca desta, Cruz (*Op. cit.*, p. 103) alega que,

O Colégio Americano em Natal, no seu trabalho pedagógico diário, abriu a possibilidade de formar o homem novo, racional, que a nova sociedade republicana precisava para forjar uma nova cultura dominante. Formação essa que não seria pela coerção social, mas por meio do conhecimento e de um modelo de referência bem-sucedido, que pudesse libertar o Brasil dos grilhões de um passado atrasado e sob a júdice da cultura tradicional da Igreja Católica.

Podemos afirmar, então, asseverar que o Colégio Americano de Natal teve relevância na sociedade natalense, apesar do pouco tempo de existência. Essa instituição ainda carece de investigações que a tenham como objeto de estudo. Teriam as professoras citadas, que foram alunas do Colégio, perpetuado as práticas docentes americanas em instituições nas quais atuaram? Não o sabemos, uma vez que nesta investigação não foi possível verificar tais aspectos.

Nos últimos anos, porém, merece destaque a pesquisa levada a cabo por Cruz (2011), que fez uma análise entre essa instituição, confessional, e outra, laica, no contexto da primeira República. Outros autores, entretanto, que pesquisaram esse período no Rio Grande do Norte, por diversas razões silenciaram sobre essa instituição. Queremos crer que essa atitude se deveu mais a um desconhecimento de existência de tal instituição (pois é parcamente documentada) que de um esquecimento intencional. Também é preciso ressaltar a dificuldade na coleta de fontes sobre a instituição.

Ensinar o elemento feminino tanto em instituições formais como por meios dos impressos, foi lugar-comum na proposta reformada presbiteriana no Brasil, particularmente no Nordeste.

São os próprios impressos que nos ajudam a compreender essa realidade na transição do século XIX para o XX. Almeida e Nascimento (2012, p. 28) alegam que:

Num Brasil marcado pela ação da propaganda evangélica protestante, a difusão de impressos protestantes propiciou a circulação de elementos educacionais e religiosos da cultura norte-americana. A propaganda evangélica foi primordial na construção de escolas, hospitais e igrejas protestantes em território brasileiro [...].

É possível que a atuação do elemento feminino em uma região de forte matriz patriarcal, católica e conservadora, como era – e talvez ainda seja – o Nordeste brasileiro, tenha recebido influência da educação presbiteriana e, mais ainda, da presença efetiva de suas missionárias educadoras.

Sidronia Carvalho, uma das alunas e depois professora em instituições confessionais e laicas, na sua escrita sobre o Colégio Americano, pondera ainda:

A escola tem feito muitos amigos aqui e mudado as ideias dos pais brasileiros com relação à vida das jovens. Eles estão se tornando mais propensos a não fazer-nos casar tão cedo e a permitir escolhermos nossas próprias vidas. Outro dia, o governador congratulou uma jovem aluna pelo fato de *Miss Reed* tê-la escolhido para a classe normal. Ela tem treze anos de idade e o seu pai não a fará casar agora – só casara quando quiser – embora muitas pessoas o critiquem por causa de suas novas ideias (*The Missionary*, p. 557, dez. 1901).

Sem dúvida, mesmo estrangeira, ministrada em parte em inglês, em parte em francês, a proposta educativa presbiteriana para o elemento feminino no Nordeste teve uma atuação relevante. Para além de educandários estabelecidos em Natal, Recife, Garanhuns, entre outros, contribuiu – sutil ou explicitamente – para a mudança dos conceitos que se tinha acerca da mulher. Mais do que levá-la à escola: educou-a no ensino regular, tornou-a professora além de, acima de tudo, ter contribuído para que a mulher se estabelecesse no mundo das letras, fosse como tradutora, editora ou leitura dos impressos, uma vez que percebemos a ocupação de lugares que, no plano secular, ainda estavam em gestação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer a público essas ações de caráter educativo direto ou indireto, permitiu-nos identificar que os impressos confessionais portugueses e brasileiros possuíam um público leitor específico: os protestantes. Dentre estes, porém, as rubricas apresentadas, os conteúdos divulgados, as propostas e as convocações e os demais apelos explícitos ou implícitos, permitem-nos compreender esse espaço como forjador de subjetividades femininas, ainda que fortemente influenciadas por alguns estereótipos arraigados.

Compreendemos a Educação como uma prática social. Porém, não apenas desenvolvida dentro de instituições escolares, uma vez que sabemos que povos de diferentes partes do mundo, com culturas das mais diversas, legam aos seus descendentes formas diferentes de educar. Não se pode conceber o humano sem as redes de compartilhamento próprias de nossa espécie. Somos seres sociais. E, dessa forma, retransmitimos o que aprendemos, ora acrescentando, ora diminuindo aspectos, comportamentos, ideias que julgamos relevantes ou equivocadas.

Entendemos, pois, que o *estar no mundo* das mulheres protestantes foi educado no espaço formal, escolar, mas também por meio dos periódicos confessionais que circulavam no nos séculos XIX e XX, tendo a imprensa confessional protestante – tanto no contexto

brasileiro quanto no lusitano – desempenhado um papel fundamental na estratégia de construção de um indivíduo novo, adequado aos apelos do liberalismo das nações protestantes.

A proposta investigativa apresentada teve a pretensão de contribuir para a diminuição da lacuna, no que se refere aos diálogos entre protestantismo, educação e impressos, compreendendo o Nordeste como espaço relevante na propaganda protestante, e os impressos confessionais produzidos como um espaço educativo, não formal, na divulgação de modos de ser e proceder para o elemento feminino.

Propôs, também, ainda um diálogo com Portugal ao investigar impressos protestantes, sob a mesma ótica, ou seja, compreendendo-os como espaço de forja do elemento feminino portugueses.

Alguns entraves na construção deste trabalho merecem destaque e reflexão. Primeiro, consideremos a questão dos arquivos. No que se refere à história do presbiterianismo no Brasil, há alguns grupos institucionais, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se preocupam com a manutenção de arquivos a fim de que os acervos sobre a instituição não se percam.

Porém, nem sempre esses acervos estão completos ou possuem acondicionamento adequado dos materiais. Além disso, por serem instituições privadas, mantidas por grupos religiosos, em alguns casos, é franqueado o acesso apenas às pessoas vinculadas à denominação ou protestantes de qualquer vertente religiosa.

Essa dificuldade no acesso, no entanto, é particularmente observada, também, em instituições privadas de um modo geral, fato que provavelmente ocorre por receio de que se vá usar o material disponibilizado para denegrir ou criticar o grupo investigado.

Assim, pensamos ser importante que os materiais para a pesquisa histórica estejam à disposição de um maior número de pessoas, preferencialmente digitalizados a fim de que se possa ter acesso a essas fontes de qualquer lugar do mundo.

Infelizmente, foi possível constatar que nem Pernambuco, nem o Rio Grande do Norte, estados imprescindíveis na difusão do presbiterianismo no Nordeste, contam atualmente com espaços direcionados à guarda específica dos dados e informações históricas desse grupo protestante, ainda que em Pernambuco haja duas instituições educacionais centenárias (em Recife e em Garanhuns), o primeiro seminário presbiteriano do Nordeste, entre outras particularidades. O material coletado foi encontrado de forma pulverizada, ora em Recife, ora em Garanhuns, ora em São Paulo.

Em segundo lugar, outra dificuldade foi encontrar material – livros, textos e dissertações – que versasse sobre impressos e educação

feminina no contexto protestante. Discutindo a temática protestantismo e educação ou impressos protestantes, em separado, as dificuldades diminuem, ainda que parte discreta desse material seja oriunda dos Programas de Pós-Graduação das universidades públicas brasileiras, sendo majoritariamente produzidos por instituições confessionais. Mas o quadro parece estar mudando e esperamos que este nosso trabalho tenha cumprido parte dessa tarefa.

Ao escolhermos essa temática para nossa investigação, sabíamos dos desafios que iríamos enfrentar. Todavia, gratas foram as surpresas que tivemos ao nos dirigirmos aos arquivos quer em São Paulo, quer no Nordeste ou em Portugal. A recepção e disponibilidade dos responsáveis contribuíram sobremaneira para facilitar nosso trabalho.

Concernente às publicações editadas no Nordeste, de cunho presbiteriano, identificamos poucos números, o que não inviabilizou a pesquisa, mas denotou que é preciso um *despertar histórico*, uma mobilização a fim de que tais documentos não se percam.

Como nosso intuito com esta pesquisa foi compreender um pouco mais acerca da educação feminina disseminada nos impressos, no nordeste brasileiro, mas especificamente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, grande parte de nossa análise procurou identificar essas marcas nos periódicos, fossem eles editados nessas paragens ou não.

É interessante destacar que o *Norte Evangélico* alcançou uma relevância no Nordeste tendo sido criada uma tipografia com o mesmo nome que, além de imprimir esse periódico, passou também a trazer a público outras publicações.

Para além dos períodos específicos dos dois estados citados, dirigimos nosso olhar, devido à sua amplitude e à sua natureza, à *Revista de Cultura Religiosa*, editada em São Paulo. Esse gênero de impresso não foi localizado, dentre os que tivemos acesso, no Nordeste brasileiro. Ressaltamos, porém, que nos exemplares analisados constam dados relevantes tanto no que concerne ao elemento feminino quanto a referências ao Nordeste do país, fatos esses que justificaram a sua inserção no corpo da investigação que ora concluímos.

O impresso português escolhido para ser analisado Nesta obra foi a revista *Estrela*. Tivemos acesso a outros periódicos no decorrer da investigação, mas optamos por circunscrever nosso olhar a este pois era escrito para e por mulheres. Ainda que contasse com um articulista masculino aqui e acolá, foi possível identificar as prescrições ao feminino propostas por seus pares.

Nos impressos de um modo geral, conseguimos identificar três modelos que se destacaram na proposta reformada, seja em Portugal, seja no Brasil: a educação cristã, propriamente dita, a educação doméstica, cujos referenciais de maternidade e cuidado com o próximo estavam presentes, e, por fim, a educação para o espaço público, com maior ênfase para o exercício do magistério.

Apesar de não termos feito uma análise comparativa efetiva, pois não dispúnhamos de tempo hábil para tanto, foi possível constatar similaridades – mais que diferenças – entre as prescrições para o feminino nos dois lados do Atlântico.

Essas características podem ser explicadas graças a alguns fatores. Dentre eles, um catolicismo de matriz similar que durante muitos séculos influenciou a sociedade luso-brasileira, um protestantismo *tardio*, que chega nos Oitocentos enquanto praticamente a Europa Ocidental e os Estados Unidos já haviam tido contato nos séculos XVI e XVII, um analfabetismo majoritário e, como não podia deixar de ser, a língua comum.

No que tange à circularidade, esse último aspecto foi fundamental, ainda que houvesse uma pequena elite letrada, no Brasil, que lia textos em outras línguas como o francês e, depois, o inglês. Sem dúvida, os impressos protestantes editados quer numa margem, quer na outra, em língua portuguesa, permitiram uma troca de ideias, práticas e culturas.

Na maioria dos impressos investigados, a falta da autoria nos artigos ou apenas as iniciais dos nomes dos ou das articulistas dificultou a percepção que queríamos identificar no que concerne à participação real, estatística nos impressos, do masculino e do feminino.

Inferimos, então, que a maioria dos discursos proferidos eram masculinos pois dos jornais analisados apenas o lusitano apresentou editorial composto por mulheres e era explicitamente direcionado ao público feminino. O *The Missionary*, escrito em inglês, era um periódico misto no qual havia contribuições tanto masculinas quanto femininas.

A grande quantidade de material do qual dispomos coletados nos arquivos de Recife, Natal, São Paulo, Porto e Gaia, estes dois últimos, em Portugal, compõem um corpus de aproximadamente 5.000 a 5.500 imagens. Dentre estas, para compor este trabalho, usamos aproximadamente 1/3 do total.

Encerrar este trabalho nos deixa com uma sensação mista, paradoxal, de preenchimento e de lacuna, pois ao mesmo tempo em que fechamos um ciclo, cumprimos uma etapa acadêmica e profissional, a produção, o trabalho, a investigação que, durante tanto tempo foi,

literalmente *nossa*, passa ao domínio, ao escrutínio e à análise e avaliação de outros e outras.

Ademais, para além das questões pensadas, refletidas e respondidas Nesta obra, outras nos assaltaram, como a necessidade de compreender quem eram, de fato, no contexto português, as responsáveis pela revista *Estrela*. Teriam elas durante o século XX encetado novos projetos editoriais? Teriam publicado livros? Qual o teor destes? Para quem?

No panorama brasileiro, as dúvidas permanecem acerca do periódico *Pérolas da Infância*, editado por Eliza Reed, que *simplesmente* desapareceu dos arquivos.

Outras perguntas nos instigam: por que as práticas das educadoras protestantes tanto brasileiras quanto americanas que atuaram no Brasil, como Eliza Reed, Cecília Rodrigues, Katherine Porter, Carlota Kemper e outras, são praticamente inexistentes nas nossas pesquisas de pós-graduação?

E, por fim, quando daremos ao Protestantismo, na Academia, um status similar às outras manifestações religiosas, frequentemente investigadas como *culturais* em nosso país?

Estamos muito distante de um panorama ideal nesse sentido. No entanto, a conclusão deste trabalho em um Programa de Pós-Graduação de uma instituição federal brasileira é uma demonstração clara de que se trata de uma opção a busca por temas diferentes dos usuais e, talvez, mais trabalhosos, mais difíceis de serem investigados, porém não menos prazerosos e gratificantes. Nosso intuito não foi encerrar uma discussão sobre modos de ser e proceder prescritos ao feminino no contexto luso-brasileiro. Esta obra intenciona ser um contributo, na imensa lacuna que a temática educação protestante da mulher – ou a educação da mulher protestante – ainda apresenta. Se “o caminho se faz ao caminhar”, vamos em frente, na esperança de que outros também tenham esse mesmo desejo, essa mesma vontade de, com um pequeno trabalho, contribuir para a produção do conhecimento em uma determinada área da Educação.



REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS – BRASIL

Norte Evangélico

Edições de 1909: 22 fev. 1909; 2 jul. 1909; 23 set. 1909.

Edições de 1912: 05 jan. 1912 e 11 out. 1912.

Edição de 1928: 11 ago. 1928.

Edição de 1929: 15. ago. 1929.

O Pastor

Edições de 1893 (Ano 1): n. 1, 01 maio 1893; e n. 2, 10 maio 1893.

O Século

Edições de 1895 (Ano I): n. 1, 11 maio 1895; n. 2, 20 maio 1895; n. 16, 19 out. 1895; n. 23, 31 dez. 1895.

Edição de 1897 (Ano III): n. 14, 30 nov. 1897.

Edição de 1898 (Ano IV): n. 22, 31 mar. 1898.

Edição de 1902 (Ano VI): n. 7, 07 nov. 1902.

Revista de Cultura Religiosa

Edição de jul./set. de 1923.

Revista do cinquentenário do Colégio Agnes

Edição de ago. 1954.

The Missionary

Edição de 1895: nov. 1895.

Edições de 1901: mar. 1901 e dez. 1901.

Edição de 1904: set. 1904.

FONTES PRIMÁRIAS – PORTUGAL

Estrela

Edições de 1925 (Ano I): n. 1, jul. 1925; n. 3, jan. 1926; n. 4, abr. 1926.

Edições de 1926 (Ano II): n. 6, out. 1926, e n. 7, abr. 1927.

Edição de 1928 (Ano III): n. 11, jan. 1928.

Edição de 1929 (Ano IV): n. 16, abr. 1929.

Edição de 1929 (Ano V): n. 16, out. 1929 e n. 20 abr. 1930.

Triangulo Vermelho

Edição de 1922 (Ano II): n. 13 maio 1922.

LIVROS, DISSERTAÇÕES, TEXTOS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidade de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, Editora da UFPR, 2001.

AFONSO, J. A.; SILVA, A. M. Momentos da imprensa infanto-juvenil protestante em Portugal: O Amigo da Infância (1873-1940) e o Raio de Sol (1925-1951): aproximações as dinâmicas e ciclos do movimento evangélico. *In*: GOMES, Antonio Castillo (Director); BLÁS, Verónica Sierra (Redactora). **Mis primeros pasos: alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura** (Siglos XIX y XX). Gijón, España: Ediciones Trea, 2008.

- AFONSO, J. A.; SILVA, A. M. Os evangélicos: representações de si e do outro na literatura protestante. *In*: JORGE, V. O.; MACEDO, J. M. C. (org.). **Crenças, religiões e poderes**: dos indivíduos às sociabilidades. Porto: Afrontamento, 2008. p. 235-267.
- AFONSO, J. A. Protestantismo e questão feminina em Portugal em finais do século XIX e inícios do século XX. **Educação & Linguagem**, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 11 (18), 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/106>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- AFONSO, J. A. **Protestantismo e educação**: história de um projeto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX. Braga: Universidade do Minho, 2009.
- AFONSO, J. A. Escolas protestantes: dispositivos de inserção e de regeneração: uma reflexão sobre a realidade portuguesa de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. *In*: FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel (coord.) **Religião e cidadania**: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto Ibérico. Lisboa: Centro de Estudos Religiosos, Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 547-565.
- AFONSO, J. A. Dilemas e diálogos no protestantismo lusófono: sondagens e fragmentos para uma história (in)comum no Brasil e em Portugal, na transição para o século XX. *In*: PIMENTA, Jussara; DINIS, Aires; PIMENTA, Thales Henrique; COSTA, Aline Santos. **Diálogos sem fronteiras**: educação, história e interculturalidade. Curitiba: CRV, 2012. p. 121-147.
- AFONSO, J. A. A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE): das encruzilhadas sociojurídicas à afirmação de uma identidade religiosa. *In*: PINTASSILGO, Joaquim (org.) **Laicidade, religiões e educação na Europa do sul no século XX**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013. p. 73-109. (Coleção Encontros de Educação). E-book. Disponível em: <http://www.ie.ul.pt>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- AFONSO *et al.* Educação e cultura protestante na transição do século XIX: circulação de impressos e diálogos luso-brasileiros. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 47, set./dez. 2012.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998.

- ALMEIDA, Jane Soares. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Autores Associados, 2007.
- ALMEIDA, Vasni. A Igreja Metodista no Brasil. *In*: SILVA, Elisete da.; SANTOS, Lyndon de Araujo.; ALMEIDA, Vasni de. (org.). **"Fiel é a Palavra"**: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS, 2011. p. 225-280.
- ALVES, C. M. C. Os arquivos e a construção de categorias de análise na História da Educação. **Reunião anual da ANPED**, 26, 2003. Novo governo. Novas políticas? O papel histórico da ANPED na produção de novas políticas, Poços de Caldas, MG. (Minicurso).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês S. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília, DF: Liberlivro, 2012.
- BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo**: um estudo de suas origens. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE-USP, São Paulo, 1977.
- BARROS. Natalia C. S. **As mulheres na escrita dos homens**: representações de corpo e gênero da imprensa do Recife nos anos vinte. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE/CFCH, Recife, 2007.
- BELOTTI, Karina Kosicki. A participação dos evangélicos na Mídia. *In*: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (org.). **"Fiel é a Palavra"**: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- BERGER, Miguel Andre. Os colégios católicos e a educação feminina no século XX: cultura escolar e as leituras aconselháveis e desaconselháveis para a mulher. *In*: BERGER, Miguel Andre; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do (org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas**: estudos em História da Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 285-312.
- BINZEN, Ina Von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 6. ed. rev. e bilingue. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 25 out. 2010.

CAMPOS, Heber Carlos de. A “filosofia educacional” de Calvino e a fundação da Academia de Genebra. **Fides Reformata**, v. V, n. 1, p. 1-15, 2000. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V__2000__1/Heber.pdf. Acesso em: 31 mar. 2012.

CAPÓ, Carlos. Desfazendo rumores. **Portugal Evangélico**, ano XC, n. 933, Porto: Igrejas Metodista e Presbiteriana, 2009. p. 6-7.

CARDOSO, Manuel P. **Por vilas e cidades**: notas para a história do protestantismo em Portugal. Lisboa: Seminário Evangélico de Teologia, 1998.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Sarah Kalley**: missionária pioneira na evangelização do Brasil. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2005a.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Cotidiano feminino no Segundo Império**. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2005b.

CARVALHO; C. H; ARAÚJO; J. C; NETO, W. G. Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). *In*: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Que crime é ser cismático? As transgressões de um pastor negro no Recife patriarcal, 1846. **Revista de Estudos Afro-asiáticos**, n. 36, p. 97-122, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Fácil é serem sujeitos, de quem já foram senhores”: o Abc do divino mestre. **Revista Afro-Ásia**, 31 (2004), p. 327-334. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_8_facil.PDF. Acesso em: 25 mar. 2013.

- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Imprensa, bíblia e leitura: da Europa para o mundo. *In*: BERGER, Miguel Andre; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do (org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas**: estudos em História da Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 93-111.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- COSTA, Wycliffe. **A inserção do protestantismo no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1988.
- COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHIMITH, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001825.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2011.
- CRUZ, Keila M. **Em nome da República**: escolas e tradições modernas. Texto (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- EISENTEIN, Elisabeth L. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa Moderna. Tradução de Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Edições 70, 1970.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Tradução de Ruy Jurgman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jurgman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- FERNANDES, Ferreira. **Madeirenses errantes**. Lisboa: Oficina do Livro, 2004.

- FONSECA, Thais N. de Lima. História da Educação e história cultural. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cyntia Greive (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)**. 543f. Obra (Doutorado em Educação) – UFMG/Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2000.
- HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil**. *In*: DUSSEL, Henrique. História liberations: 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.
- KLEIN, Carlos Jeremias. Calvino e os sacramentos: algumas considerações sob a perspectiva da teologia de Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 14, dez. 2008, s/p. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/correlatio/correlatio14/calvino-e-os-sacramentos-algumas-consideracoes-sob-a-perspectiva-da-teologia-de-tillich/>. Acesso em: 30 ago. 2013.
- KNUNDTSEN, Robert D. **O calvinismo como uma força cultural**. Tradução de Sabatini Lalli. *In*: REID, W. Stanford (ed.). Calvino e sua influência no mundo ocidental. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S/C, 1990. p. 11-31.
- LÉONARD, Émile. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1963.
- LEONEL, J. **História da leitura e protestantismo brasileiro**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Paulinas, 2010.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LIRA, Maria Helena Câmara. **Academia das santas virtudes: a educação do corpo feminino pelas beneditinas missionárias nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, UFPE, Recife, 2009.
- LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MARQUES, Gilmar de Araujo. **Protestantismo de exílio**: Kalley e os exilados da Ilha da Madeira em Illinois. São Paulo: Mackenzie, 2006.
- MATOS, Alderi de Souza. “Para memória sua”: a participação da mulher nos primórdios do presbiterianismo no Brasil. **Fides Reformata**, v. III, n. 2, p. 95-112, jul./dez. 1998. Disponível em: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_III__1998__2/para_memoria...pdf. Acesso em: 25 ago. 2008.
- MATOS, Alderi de Souza. O Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da igreja. **Fides Reformata**, v. IV, n. 2, p. 1-25, jul./dez. 1999. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_IV__1999__2/Alder.pdf. Acesso em: 25 ago. 2008.
- MATOS, Alderi de Souza. **Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil**. IPB, 2004. Disponível em: http://www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php?id=24. Acesso em: 30 jul. 2007.
- MATOS, Alderi de Souza. A atividade literária dos presbiterianos no Brasil. **Fides Reformata**, v. XII, n. 2, p. 43-62, 2007. Disponível em: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XII__2007__2/alderi.pdf. Acesso em: 30 abr. 2010.
- MENDONÇA, Antonio Gouveia. **O celeste porvir**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MENDONÇA, Antonio Gouveia; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **A leitura de romances no século XIX**. Cadernos CEDES, Campinas, SP, n. 45, p. 71-85, 1998.
- NASCIMENTO, Luís do. **História da imprensa em Pernambuco**. Recife: UFPE, 1994.
- NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. Carvalho do. **A escola americana**: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação /NPGED/UFS, 2004.

NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. Carvalho do. **Educar, curar, salvar:** uma ilha de civilização no Brasil tropical. Maceió: EDUFAL, 2007.

NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. Carvalho do; ALMEIDA, M. S. Circulação de impressos no Brasil: considerações sobre os catecismos protestantes. *In*: BERGER; Miguel André; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. (org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas.** Fortaleza: UFC, 2012, p. 23-44. v. 1.

NEVES, Fátima Maria. **O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo** (São Paulo, 1808-1889). 2003. 293f. Obra (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003.

OLIVEIRA, I. B. **Façamos a família à nossa imagem:** a construção de conceitos de família no Recife moderno (1920-1930). Obra (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2002.

OLIVEIRA, I. B. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). **Revista Eletrônica História Hoje**, v. 2, n. 5, São Paulo, p. 1-10, 2004. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=2. Acesso em: 31 out. 2010.

OLIVEIRA, I. B. "A alegria da casa": escrituras femininas e sensibilidades médicas no segundo império nas narrativas de Sarah Kalley. *In*: FREITAS, A. M. G. B. de; MOTTA, D. das G. (org.). **Mulheres na História da Educação:** desafios, conquistas e resistências. São Luís: EDUFMA; UFPB: Café & Lápis, 2011.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. Educação, política e história: interfaces no debate educacional brasileiro. *In*: BERGER, Miguel Andre; NASCIMENTO. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. (org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas:** estudos em História da Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 313-325.

PEIXOTO, Fernando. **Diogo Cassels:** uma vida em duas margens. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de VNGaia, 2001.

PEIXOTO, Fernando. **Diogo Cassels.** (1860-1933): a práxis do serviço da fé. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

- PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro. **Mãe-esposa e professora**: educadoras no final do século XIX. Texto (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- RAMALHO, Jether P. **Prática educativa e sociedade**: um estudo de sociologia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **Jornal das Moças** (1926-1932): educadoras em manchete. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 2002.
- SELLARO, Leda Rejane Accioly. **Educação e religião**: colégios protestantes em Pernambuco na década de 20. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Recife, 1987.
- SELLARO, Leda Rejane Accioly. A Reforma, o primeiro jornal evangélico português. **Revista de Portugal**, v. 2, 2005, p. 60-71.
- SILVA, Elisete da; SANTOS, Lyndon de Araujo; ALMEIDA, Vasni de. (org.). **"Fiel é a Palavra"**: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS, 2011.
- SILVA, Francinaide de Lima. **Um espaço de formação do professor primário**: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971). Texto (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- SILVA, Sandra C. da. **Educação de papel**: a imprensa protestante educando mulheres. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- SIMONTON, Ashbel G. **O diário de Simonton**: 1852-1866. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos. **Um discurso feminino possível**: pioneiras da imprensa em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
- SOUZA, Itamar. **Nova história de Natal**. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.
- SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. *In*: SILVA, Elisete da; SANTOS, Lyndon de Araujo; ALMEIDA, Vasni de (org.). **"Fiel é a Palavra"**: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS, 2011.

- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A carreira do professor primário (1822-1889). **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 83-91, jan./jun., 2002a.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A escola da ordem e do progresso (Brasil: 1889-1930). **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 75-85, jul./dez., 2005.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A feminização do magistério e as prendas domésticas (Brasil-século XIX). *In*: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (org.). **Gênero e práticas culturais: história, educação e literatura**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 31-44. v. 1.
- TAVARES LYRA, A. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- TESTA, Michael. **O apóstolo da madeira**: Dr. Robert Reid Kalley. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963.
- TEIXEIRA, Marli Geralda. **Os batistas na Bahia, 1882-1925**: um estudo de história social. Salvador: UFBA, 1975.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VASCONCELOS, Micheline R. de. **As boas novas pela palavra impressa**: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930). *Obra (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo*, 2010.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- VIEIRA, Paulo. **Calvino e a educação**: a configuração da pedagogia reformada no século XVI. São Paulo: Mackenzie, 2013.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

Título Guiando almas femininas: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930)

Organização Sandra Cristina da Silva

Formato *E-book* (PDF)

Tipografia Open Sans

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | *Site:* www.editora.ufpe.br



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO